



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

BRUNA MARIANA OLIVEIRA DOS SANTOS MOURA

**NOS PASSOS DO CAPITALISMO:
ESTRATÉGIAS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA INDÚSTRIA CALÇADISTA
NO NORDESTE BRASILEIRO**

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2020

BRUNA MARIANA OLIVEIRA DOS SANTOS MOURA

**NOS PASSOS DO CAPITALISMO:
ESRATÉGIAS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA INDÚSTRIA CALÇADISTA
NO NORDESTE BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Machado Aranha.

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Moura, Bruna Mariana Oliveira dos Santos
M929n Nos passos do capitalismo : estratégias de reestruturação produtiva da indústria calçadista no nordeste brasileiro / Bruna Mariana Oliveira dos Santos Moura ; orientadora Maria Lúcia Machado Aranha. – São Cristóvão, SE, 2020.
218 f.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Serviço social. 2. Calçados - Indústria - Brasil, Nordeste. 3. Produtividade industrial. 4. Calçados - Indústria - Produtividade do trabalho. 5. Capitalismo. I. Aranha, Maria Lúcia Machado, orient. II. Título.

CDU 364.66:685.3(812/813)(091)

BRUNA MARIANA OLIVEIRA DOS SANTOS MOURA

**NOS PASSOS DO CAPITALISMO:
ESRATÉGIAS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA INDÚSTRIA CALÇADISTA
NO NORDESTE BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

São Cristóvão/SE, 04 de Agosto de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Machado Aranha (Orientadora).

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFS (PROSS/UFS).

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Almeida Vasconcelos (Examinadora Interna ao Programa).

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFS (PROSS/UFS).

Prof.^a Dr.^a Debora Eleonora Pereira da Silva (Examinadora Externa ao Programa).

Programa de Pós-Graduação em Administração da UFS (PROPADM/UFS).

*Dedico este trabalho aos sapateiros
nordestinos, sergipanos, frei paulistanos que
me proporcionaram esta viagem de ida, plena
de questionamentos e de regresso cheia de
aprendizado.*

AGRADECIMENTOS

Acredito que as determinações objetivas, o imediatismo e incertezas do capitalismo, os dados de nossas pesquisas (rsrs) têm mais do que nunca, levado muitos de nós acadêmicos a momentos de profundo desgaste emocional e intelectual. Para todos, é necessário um escape, alguns de nós, encontram o momento de suspensão do cotidiano antes do adoecimento, estes são privilegiados, compoño o grupo dos privilegiados. Pascal disse uma vez “Deus instituiu a oração a fim de emprestar as suas criaturas a dignidade da causalidade” assim, nos momentos de aparente falta de controle e desgaste emocional, o acalento é **Cristo**. Agradeço a **Deus**. Agradeço por ter me mantido firme até aqui, a despeito de todas turbulências e injustiças que o mundo enfrenta, das contradições que não compreendo, das muitas perguntas sem respostas e do sofrimento que isso traz, Ele é o maior consolo, vem dEle a força nos dias de desânimo e é ele quem se faz presente naquilo que é invisível, no que não consigo expressar; como afirma, meu autor favorito C.S. Lewis ele representa, “[...] a assinatura secreta de cada alma, o desejo incommunicável, insaciável [...]” de cada coração.

“O dia todo espiava o movimento das pessoas, tentando adivinhar coisas incompreensíveis.” Esta brilhante frase do poeta nordestino Graciliano Ramos, descreve bem o princípio deste trabalho. Partiu do questionamento que fiz a mim mesma, ainda criança, quando a indústria de calçados chegou à minha cidade: “Por que são tantas pessoas e por que estão todas de azul?”. Repetia esta questão todos os dias, ao ver o “mar de trabalhadores” diariamente passar em frente à minha casa, longe de prever que aquela imagem, 14 anos depois, seria tema deste trabalho. As diversas conversas informais com trabalhadores (meus familiares, amigos, colegas, conhecidos, irmãos em Cristo) aguçaram minha curiosidade e foram solo para sistematização que materializou este estudo. A indústria trouxe mudança, esta percebida e estudada por categorias que são íntimas a academia, mas a diversidade subjetiva presente entre os sapateiros e suas descrições sobre o “valor” da fábrica, parecem ainda incompreensíveis em totalidade. Sendo assim, agradeço aos **trabalhadores frei paulistanos** que me provocaram fascinação com seu ofício e geraram desde a graduação meu interesse pelo estudo do trabalho e dos trabalhadores. Desejo que tenham a oportunidade de perceber o que o “Operário em Construção” de Vinicius de Moraes percebeu: “[...] um mundo novo nascia de que sequer suspeitava. O operário emocionado, olhou sua própria mão, sua rude mão de operário, de operário em construção. E olhando bem para ela. Teve um segundo a impressão, de que não havia no mundo, coisa que fosse mais bela [...]”.

Em tempos de desmonte cada vez mais cruel das políticas públicas e deterioração da educação de qualidade, sinto-me privilegiada por ter sido bolsista, desta forma, agradeço a **Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC/SE**. A educação para a classe trabalhadora será sempre uma forma de resistência, parafraseando Paulo Freire “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Agradeço ao conjunto de trabalhadores do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, em especial ao querido **Walter Luís** que sempre esteve atento as nossas demandas e a quem despendo muito carinho.

Agradeço a **João Alex** que, como esposo esteve ao meu lado durante todo o processo e como sociólogo, me proporcionou diálogos e reflexões fundamentais para construção deste trabalho. Amo-te meu gênio questionador.

Agradeço a **mainha**, meu maior exemplo de garra e força feminina uma mulher (finalmente) livre, dona de si, obrigada pelo apoio e admiração incondicional.

Agradeço a meu irmão/primo e geógrafo **Gabriel** que assim como eu, é curioso/apaixonado pelo estudo do Nordeste e dividiu comigo seu conhecimento e literatura, enriquecendo este trabalho.

Agradeço ainda minhas maridas (**Cinthia, Suellen, Dani, Dislaine, Livia, Iris**) vocês são um suporte emocional ineliminável da minha vida, meu reduto de poesia, aconchego e protagonistas de momentos inesquecíveis que tive.

Agradeço aos meus queridos companheiros do mestrado, custo a crer que viverei experiência mais rica, calorosa e divertida com pessoas tão únicas, sendo assim, minha gratidão a troca estabelecida nessa turma maravilhosa. Obrigada **Adriana, Isabelle, Ingrid, Thaynar, Sandrinha, Cibele, Vini, Flavinha, Marcinha, Carina**; em especial, agradeço a **Suellen**, uma amiga que excedeu os muros da graduação, mestrado e é sem dúvidas uma grande inspiração.

Agradeço ainda aos espaços de graduação que tive o privilégio de ocupar. O **Programa de Educação Tutorial em Serviço Social PET-SS** que foi um momento ímpar em meu processo de formação, no qual, pude vivenciar o tripé da indissociabilidade universitária. Agradeço ainda ao **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)**, que permitiu notório desenvolvimento enquanto pesquisadora.

Agradeço aos mestres que foram a base para a consolidação deste momento, todos eles tiveram papel fundamental. Destaco a maravilhosa **Lica** que esteve comigo desde minha graduação até o mestrado, dona de uma sensibilidade e doçura única e competência incontestável.

Agradeço a **Everton Melo** que imediatamente me aceitou em sua disciplina durante o estágio docente, gratidão pelos ensinamentos, orientações e compreensão nesta etapa primordial.

Agradeço ainda aos **alunos da disciplina de Trabalho e Sociabilidade (2018.2)** que foram extremamente receptivos, atentos, gentis e carinhosos comigo durante minhas aulas.

Agradeço ao corpo docente que compõe minha banca. **Professora Débora** que tive o prazer de conhecer durante esse processo e prontamente dedicou seu tempo para contribuir e propor melhorias para este trabalho.

Agradeço a minha amada **Conceição Esmeralda**, ícone do Serviço Social, dona de uma personalidade raríssima e de competência única que “deixou” sua tão merecida aposentadoria para me presentear com seu conhecimento e compor minha banca. Obrigada por tudo e por coroar esta etapa da minha vida com sua presença.

Agradeço finalmente a **Maria Lúcia Machado Aranha** minha orientadora, é um privilégio ímpar ser sua pupila ou como dizem sua cria (rsrs). Agradeço por toda essa caminhada Dona Aranha, apesar de ser um importante fechamento de ciclo (e estarmos cansadas), o sentimento de saudade é inevitável. Agradeço por confiar e estimular minha sensibilidade intelectual, agradeço por todo respeito, paciência e bom humor despendido a mim, agradeço pelas orientações leves e saudáveis, agradeço as muitas risadas e puxões de orelhas. Ao longo destes sete anos de graduação e mestrado, você foi minha mentora, professora e amiga, criamos, certamente um laço valioso de cumplicidade e confiança, essa dissertação é a expressão do meu aprendizado e do seu potencial de equilíbrio entre minha autonomia e seu direcionamento eficiente. Nossa trajetória foi maravilhosa.

*“Comovo-me em excesso, por natureza e por
ofício. Acho medonho alguém viver sem
paixões.”*

Graciliano Ramos.

RESUMO

Perante o crescente movimento de reestruturação produtiva que assolou o mundo do trabalho desde 1970, quais as consequências para a indústria calçadista e, sobretudo, como isso tem se manifestado em “regiões periféricas” como o Nordeste brasileiro? A resposta a tal questão supõe o tratamento da temática a partir da análise da contradição sistêmica capitalista, caminho que a presente pesquisa trilhou cujo objeto de estudo foi o processo de reestruturação produtiva no setor calçadista na região Nordeste, no período 2008 a 2018. O objetivo foi analisar as principais estratégias adotadas pelo setor na região em tela para compreender o processo de reestruturação produtiva. Como objetivos específicos foram definidos: a) compreender os determinantes teórico-históricos da crise do capitalismo do pós-1970; b) traçar um panorama histórico da indústria brasileira, com ênfase no setor calçadista; c) identificar as principais estratégias de reestruturação produtiva na indústria calçadista brasileira, especialmente no Nordeste. O estudo partiu de duas premissas norteadoras, a saber: 1) No contexto de retração da produção de bens materiais e avanço de renda por capital fictício (que representa a redução de empregos), os trabalhadores vêm sofrendo maiores refrações do movimento de precarização do trabalho e no contexto de países de terceiro mundo tal dimensão é acentuada; 2) A existência de um modelo híbrido na indústria calçadista – com características do padrão de acumulação fordista/taylorista e traços da acumulação flexível –, acarreta diferentes formas de exploração e precarização do trabalho. Fundamentada no materialismo histórico dialético, a pesquisa caracterizou-se por uma abordagem qualitativa de cunho exploratório-descritiva-analítica, do tipo bibliográfica. O conteúdo dos dados para extrair os insumos da pesquisa foi retirado da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O universo dos dados foi coletado nos trabalhos acadêmicos produzidos sobre o setor calçadista nordestino no período de 2008 a 2018; a amostragem foi definida a partir da aplicação de filtros quanto: à área de conhecimento, área de concentração, tipo de trabalhos (dissertações). A partir de leituras de sondagem de palavras-chave, títulos, sumários e resumos das dissertações, foram definidas as obras glosadas por completo que geraram a síntese se constituíram em fonte de análise da dissertação. Foram selecionadas nove dissertações de diferentes áreas do conhecimento e analisadas em sua totalidade. A coesão entre as pesquisas mostrou-se na sinalização de que as principais mudanças para a indústria calçadista ocorreram a partir de 1990 e que tais alterações se basearam na reestruturação produtiva e seus diversos mecanismos. As particularidades foram amplamente encontradas, cada autor adotou um mecanismo diferenciado para se aprofundar, conforme seus

objetivos. As inovações tecnológicas foram um consenso entre os trabalhos, mas foi possível observar que cada autor (apesar de admitir a totalidade da reestruturação produtiva: inovação tecnológica/organizacional, reestruturação espacial/mão de obra barata) encontrou um fator como de maior eficácia para o superlucro das indústrias. Dois dos trabalhos, afirmam que o cerne do lucro é o potencial de exploração da mão de obra nordestina, outros quatro admitem que a migração do Centro-Sul para o Nordeste brasileiro esteja ligada às concessões fiscais do Estado; para os demais trabalhos (três) tudo depende primordialmente do avanço tecnológico e da estrutura organizacional de cada empresa.

Palavras-chave: Capitalismo. Reestruturação produtiva. Classe trabalhadora. Indústria calçadista brasileira. Região Nordeste

ABSTRACT

Given the growing movement for productive restructuring that has plagued the world of work since 1970, what are the consequences for the footwear industry and, above all, how has this been manifesting in "peripheral regions" such as the Brazilian Northeast? The answer to this question supposes the treatment of the theme from the analysis of the capitalist systemic contradiction, a path that the present research followed whose object of study was the process of productive restructuring in the footwear sector in the Northeast region, in the period 2008 to 2018. The objective was to analyze the main strategies adopted by the sector in the region in question to understand the process of productive restructuring. The specific objectives were defined: a) to understand the theoretical and historical determinants of the post-1970 crisis of capitalism; b) to outline a historical panorama of the Brazilian industry, with emphasis on the footwear sector; c) to identify the main productive restructuring strategies in the Brazilian footwear industry, especially in the Northeast. The study started from two guiding premises, namely: 1) In the context of a contraction in the production of material goods and an increase in income from fictitious capital (which represents a reduction in jobs), workers have been suffering greater refractions from the precarious work movement and in the context of third world countries, this dimension is accentuated; 2) The existence of a hybrid model in the footwear industry - with characteristics of the Fordist / Taylorist accumulation pattern and features of flexible accumulation –, leads to different forms of exploitation and precarious work. Based on historical dialectical materialism, the research was characterized by an exploratory-descriptive-analytical qualitative approach, of a bibliographic type. The data content to extract the research inputs was taken from the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). The data universe was collected in the works produced on the Northeastern footwear sector in the period from 2008 to 2018; sampling was defined by applying filters as to: the area of knowledge, area of concentration, type of work (dissertations). From probing readings of keywords, titles, abstracts and abstracts of the dissertations, the glossed works were completely defined that generated the synthesis of the dissertation. Nine dissertations from different areas of knowledge were selected and analyzed in their entirety. The research unit showed itself in the signal that the main changes for the footwear industry have in fact occurred since 1990 and that these changes were based on the productive restructuring and its various mechanisms. The particularities were widely found, each author adopted a different mechanism to go deeper, according to their objectives. Technological innovations were a consensus among the works,

but it was possible to observe that each author (despite admitting the totality of productive restructuring: technological / organizational innovation, spatial restructuring / cheap labor) found a factor as the most effective for the super profit of the industries. Two of the works claim that the center of profit is the potential for exploiting northeastern labor, another three admit that this migration is linked to the State's fiscal concessions; for three other authors, everything depends on the technological advancement and organizational structure of each company.

Keywords: Capitalism. Productive restructuring. Working class. Brazilian footwear industry. Northeast region.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1 – Desemprego Global	61
Gráfico 2 – Emprego por setor no mundo	63
Gráfico 3 – Variação de <i>spreads</i> de crédito	68
Gráfico 4 – Crescente desigualdade de renda.....	70
Gráfico 5 – Endividamento galopante	73
Gráfico 6 – Emprego por setor no Brasil.....	98
Gráfico 7 – Situação de empregabilidade no Brasil	98
Gráfico 8 – Evolução da taxa de crescimento anual da produção industrial (%) – Nordeste (2003 a 2018).....	122
Gráfico 9 – Brasil e Nordeste: Evolução da taxa de crescimento do PIB – 2002 a 2016 (%)	124
Gráfico 10 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões.....	130
Gráfico 11 – Produção por tipo de matéria prima	141
Gráfico 12 – Número de pedidos e publicações de patentes do Brasil na indústria calçadista	152

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartograma referente Taxa de desocupação por Unidades da Federação entre 2014 e 2018	129
---	-----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CAPÍTULO 1 – NOTAS ACERCA DO CAPITALISMO: transformações históricas com permanência da contradição estrutural	32
2.1	A PERTURBAÇÃO NA ACUMULAÇÃO: nova geopolítica capitalista no pós-1970	51
2.1.1	A “Contratendência” capitalista materializada na reestruturação produtiva, política neoliberal e financeirização do capital	59
3	CAPÍTULO 2 – O BRASIL E O NORDESTE EM SEUS CICLOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO	75
3.1	TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA: progresso econômico ou aprofundamento das desigualdades sociais?	106
3.1.1	Mudança estrutural ou paliativos necessários?.....	115
3.1.2	Pós 1990: “Revolução” econômica x Permanência da estratificação social	119
4	CAPÍTULO 3 – ESTRATÉGIAS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SETOR CALÇADISTA NORDESTINO	131
4.1	DISPOSIÇÕES METODOLÓGICAS PRELIMINARES	131
4.2	BREVE HISTÓRICO DO SETOR CALÇADISTA	132
4.3	CARACTERIZAÇÃO DO SETOR	139
4.4	RESULTADOS DA PESQUISA: inovação tecnológica e organizacional como estratégia competitiva.....	143
4.4.1	Estratégia competitiva: Reestruturação Espacial	164
4.4.2	Estratégia competitiva: ofensiva sobre o trabalho, a continuidade de uma característica histórica	174
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
	REFERÊNCIAS	207

1 INTRODUÇÃO

No quadro de crise endêmica e permanente do capitalismo, a Organização Mundial do Trabalho (OIT) estima que até 2020 174,3 milhões de trabalhadores estarão desempregados em todo mundo, a ampliação do capital constante em detrimento do capital variável materializa uma das estratégias mais eficazes contra a queda da taxa de lucros. Tal cenário configura a capilarização das estratégias da reestruturação produtiva, política neoliberal e financeirização da economia, que alteram sobretudo processos e relações de trabalho em todos os Departamentos produtivos. Um dos nichos do Departamento II – o setor calçadista – destaca-se por sua demanda ainda volumosa de mão de obra artesanal. A despeito dos outros ramos produtivos, conjuga a relação entre: avanço tecnológico com obrigatória permanência da (alta) demanda por trabalho vivo (devido às práticas artesanais exigidas no setor), e desta forma, unifica problemáticas que permanecem desde o começo do ofício em sociedades pré-capitalistas com manifestações/contradições do capitalismo contemporâneo. A Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2018) destaca que o setor está presente em pelo menos 10 estados brasileiros, emprega cerca de 270 mil pessoas de forma direta na atividade de produção de calçados e em todo o Brasil existem 7,1 mil estabelecimentos de produção, atualmente com importante concentração no Nordeste.

Perante esse quadro, indaga-se: com o crescente movimento de reestruturação produtiva que assolou o mundo do trabalho desde 1970, quais as consequências para a indústria calçadista e, principalmente, como isso tem se manifestado em “regiões periféricas” como o Nordeste brasileiro e seus trabalhadores? Considera-se que a resposta a tal questão supõe o tratamento da temática a partir da análise da contradição sistêmica capitalista, caminho que se trilhou nesta dissertação, cujo objeto de estudo foi o processo de reestruturação produtiva do setor calçadista, na região Nordeste no período de 2008 a 2018. O objetivo foi analisar as principais estratégias adotadas pelo setor na região em tela compreender o processo de reestruturação produtiva. Para tanto, foram definidos três objetivos específicos, quais sejam: 1) compreender os determinantes teórico-históricos da crise do capitalismo do pós-1970; 2) traçar um panorama histórico da indústria brasileira; 3) identificar as principais estratégias de reestruturação produtiva na indústria calçadista e suas refrações sobre os trabalhadores.

Desnudar os elementos que compõem, constroem e incidem nesta questão é uma tarefa sinuosa e exploratória, dada a complexidade que a perpassa, o que indica a impossibilidade de esgotá-la neste espaço, ao tempo em que informa a pretensão de capturar as principais

determinações do processo, no sentido de contribuir para o aprofundamento das questões que envolvem a temática.

A priori é importante afirmar que o objeto está inserido na malha das transformações capitalistas, sendo estas (e suas variáveis) o pano de fundo para a compreensão da pesquisa.

O capitalismo, desde sua gênese, vem passando por metamorfoses significativas que atingem a sociabilidade para além da dimensão econômica. As mudanças que ocorrem estão sempre vinculadas às crises no sistema e às estratégias utilizadas para a sua superação. O exemplo mais próximo, de magnitude mundial, situa-se no final da década de 1960 e início de 1970 do século XX, contexto em que o capitalismo passa por uma crise estrutural e assume estratégias diversificadas na tentativa de recuperar as taxas de lucro e assegurar a continuidade da sua dinâmica. Como resultado do desenvolvimento desigual e combinado, tais estratégias têm particularidades diferenciadas nos países, especialmente nos da periferia do capitalismo, como o Brasil, no qual, mudanças estruturais aconteceram a partir de 1990.

Para melhor compreender o panorama desta década, é necessário destacar que os acontecimentos ocorreram no bojo do processo de mundialização do capital. Netto (1996) sinaliza que esta nova fase é resultado sobretudo do exaurimento do regime de acumulação rígido aliado à revolução tecnológica baseada na microeletrônica, que subverte o mundo do trabalho. Como característica desta fase, o autor aponta a formação de oligarquias burguesas de domínio mundial que controlam todo o funcionamento geoeconômico a partir da financeirização. Ainda afirma que, as mudanças gestadas no fim do século XX têm diversas naturezas de transformação¹, pois para além do âmbito econômico, é possível visualizar mudanças em nível social, político, cultural etc.

As modificações na conjuntura mundial aconteceram tendo o neoliberalismo como mecanismo político-institucional e ideológico. Em tal contexto, o mundo vivencia a articulação supranacional das unidades de produção, o que quer dizer que a economia ultrapassa limites políticos e geográficos dos Estados-nação e passa a ter como principal característica a possibilidade de livre movimentação em todo o mundo. Na chamada era da globalização, ou no processo de mundialização do capital, como prefere Chesnais (1996), com o veloz desenvolvimento das forças produtivas, houve/há o avanço na complexificação da tecnologia e

¹ O autor argumenta que diante da entrada do novo século as mudanças aconteceram em diversas instâncias da sociedade. “As transformações sociais no nível social não se reduzem obviamente, às alterações na estrutura de classes [...] Elas estão vinculadas às profundas modificações no perfil demográfico das populações [...], à expansão urbana [...] ao crescimento das atividades de serviços, à difusão da educação formal [...] e aos novos circuitos de comunicação social. [...] Rebatendo na estrutura da família e muito ligadas às transformações de natureza cultural [...], convencionam os padrões de sociabilidade” (NETTO, 1996, p. 95).

na flexibilização das relações de trabalho, inaugurando-se um cenário com marcas e tendências que alteraram expressivamente a sociabilidade. Outra característica deste contexto é a forte competitividade internacional, em que as oligarquias financeiras buscam “geração de riqueza” por meio da especulação financeira, ou seja, riqueza sem produção material e, portanto, sem trabalho vivo. Se é verdade que países como Brasil, China, Índia (emergentes/de capitalismo periférico) têm destaque por suas características de fácil flexibilização de relações de trabalho e inserção de capital estrangeiro no mercado, também é verdade que para acompanhar o novo ritmo capitalista, as empresas nacionais se valem das mesmas estratégias: a busca por incentivos fiscais, por (re)alocação geográfica favorável à instalação de indústria, por mão de obra barata, que passam a ser importantes diretrizes da indústria nacional.

A condição do Brasil no período neoliberal apresenta muitas facetas da precarização do trabalho aliadas à desresponsabilização do Estado em relação aos direitos sociais, o que configura um cenário bastante desfavorável para os trabalhadores, no qual há um espectro de insegurança e marginalização do trabalho (KAUFMANN, 2002). A década de 1970 representou no cenário mundial de metamorfoses relevantes com consequências negativas no mundo do trabalho, seu processo de criação de valores (materiais e espirituais) e sua regulamentação, significando uma “crise” no mundo do trabalho nos planos objetivo e subjetivo, de maneira simultânea e inter-relacionada (NETTO, 1996; ANTUNES, 1996).

No que se refere ao plano objetivo, diante do avanço tecnológico, houve, por exemplo, uma modificação nos processos de trabalho, tendo em vista a flexibilização na produção, materializada no chamado toyotismo² – que altera o padrão fixo da acumulação fordista, constituindo-se como um modelo de maior flexibilidade no padrão produtivo e tendo como característica principal o aprofundamento da ampliação do capital constante em detrimento do capital variável (ANTUNES, 1996; NETTO, 1996).

No plano subjetivo, Antunes (1996) salienta que o mundo do trabalho toma nova forma, tendo em vista as mudanças que vinham acontecendo no segmento material. Aponta os sindicatos que, de combativos passam a ser cooptados pelos interesses do patronato, isto é, na nova forma de regulamentação não se pretende extinguir o sindicato e sim “convertê-lo” à lógica do mercado, sendo um dos tantos mecanismos utilizados para estabelecer uma relação

² Para Antunes (1996, p. 80), trata-se de um novo modelo de acumulação que difere do fordismo, pois: “Diferentemente, tem-se um sistema que responde imediata e diretamente as demandas que são colocadas e que possui a flexibilidade para alterar o processo produtivo de modo que não se opere com grandes estoques, mas com estoque mínimo, flexível, que se adeque a essas alterações cotidianas do mercado. Enfim um processo produtivo flexível que atenda esta ou aquela demanda com mais rapidez, sem aquela rigidez característica da produção em linha de montagem do tipo fordista”.

“pacífica” entre trabalhadores e patrões. O novo formato do capital para a produção exigia um trabalhador que doasse todas as suas dimensões à empresa. A ideia era que a empresa também lhe pertencia, difundindo-se na subjetividade do trabalhador que a “colaboração e entrega total” à empresa era tão benéfica para o patrão quanto para ele mesmo, desta forma, o trabalhador não mais precisaria de um supervisor, seria ele seu próprio “vigia”, exercendo o autocontrole. Netto (1996) afirma que este modelo de acumulação requer trabalho qualificado ou polivalente, com o quê Antunes (1996) concorda, salientando que estes avanços não necessariamente são positivos para os trabalhadores, pois ao mesmo tempo que requerem novas qualificações, desqualificam tantos outros trabalhadores. A polivalência exigida nesta nova fase “desespecializa” o trabalhador e retira diversos sujeitos do processo de produção de valor, com superexploração dos que permanecem.

A produção de valores, de mercadorias é globalizada e setORIZADA; as grandes empresas terceirizam e subcontratam mão de obra para produção periférica da mercadoria e detêm-se ao que é mais central na produção. Isto, aliado às novas tecnologias, representa um salto na produtividade e geração de lucro para empresa, enquanto para o trabalhador representa a redução de empregos, empregos condicionados à abertura comercial, relações de trabalho precarizadas (exemplo de vínculos temporários sem garantia de direitos). Netto (1996, p. 93) salienta que nesta fase de flexibilização, através dos “mercados informais”, o capital: “[...] vem conjugando modalidades conhecidas de extração de mais-valia relativa com formas bárbaras de exploração da força de trabalho, algumas das quais próprias dos primórdios do capitalismo.”. A manifestação das alterações relacionadas ao trabalho dá-se em todas as formas possíveis e atingem todos os espaços de sua movimentação. Sejam nas relações estabelecidas na financeirização do capital, na prestação de serviços, nas indústrias, o novo formato de trabalho é baseado tão somente na geração de altas taxas de lucro e competitividade em detrimento aos direitos sociais de trabalhadores.

A produção de bens industriais tem importante representação na contratação de mão de obra em larga escala, todavia, o que vem se observando é a diminuição de postos de trabalho neste setor em relação ao de serviços. Duas consequências são imediatas a esse fenômeno: a produção de agregados reais vem sendo comprometida, isto é, a produção de riqueza real diminui na proporção do crescimento de atividades ligadas a serviços e finanças (conforme será visto no capítulo I); outra consequência refere-se à desmobilização de classe que o afastamento do “chão de fábrica” traz, no contexto de aprofundamento do exército industrial de reserva que se materializa nas formas flexibilizadas de relações de trabalho.

É primordial a compreensão de que o “Brasil Industrial” faz parte de um desenho macro, no qual suas linhas são traçadas pelas diretrizes capitalistas internas e externas. A dimensão da formação social e histórica do Brasil imprime uma complexidade que, para fins deste trabalho, não poderá ser alcançada; todavia, como marco importante e ineliminável da condição que se encontra a indústria brasileira atualmente é imprescindível observar o seu caminho a partir de 1990 que, em face da crise (de 1970) foi necessário reinventar “novos padrões” de acumulação.

No centro da dinâmica capitalista, as mudanças têm como principal foco alterações sociotécnicas na produção de bens em geral. No Brasil, pistas deste novo momento foram sentidas em 1980, quando o então presidente José Sarney adota medidas que articulam setor produtivo estatal, capitais nacionais e internacionais (ANTUNES, 2015). O auge desta realidade se apresenta na adoção (1990) das diretrizes do tripé macroeconômico apresentados no Consenso de Washington³ que deliberou o norte de políticas econômicas a serem incorporadas (principalmente pelos países do chamado Terceiro Mundo), melhor visualizadas nos governos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, cujas alterações no capitalismo brasileiro se manifestaram nos padrões de organização tecnológico das empresas, indústrias, bem como na divisão social do trabalho. Se outrora, no período de ditadura militar (1964-1985), houve uma expansão e consolidação da indústria brasileira, a década de 1990 foi marcada pela abertura internacional do mercado e expansão da produção estrangeira. Aliado a isto, o padrão de regulação neoliberal favoreceu a produtividade por elevação de taxa de lucros de forma indiscriminada, criando condições favoráveis à desregulamentação do trabalho, em meio ao aumento do desemprego e o aprofundamento das expressões da questão social. Com características dos processos globais, porém com especificidades políticas, econômicas e sociais, o Brasil adota estratégias da reestruturação produtiva aliadas às mudanças no modo de regulação. Em suma, pode-se afirmar que as metamorfoses do capital incidiram no Brasil e no mundo e aconteceram em três frentes: alteração do padrão produtivo, alteração na regulação política e econômica, financeirização do capital. Em decorrência disto, a busca pelo aumento da produtividade reorganizou os espaços de produção, aumentou o capital morto em detrimento do trabalho vivo, intensificou as jornadas de trabalho.

O movimento supracitado assume nas indústrias brasileiras as expressões da recuperação de lucros por via de estratégias diversas: busca por nova alocação de indústrias em espaços geográficos com pouca organização de trabalhadores, realocação por incentivos fiscais

³ Tratou-se de uma iniciativa política econômica que foi responsável por inserir a agenda neoliberal principalmente nos países de terceiro mundo. O consenso de Washington baseou-se sobretudo em diretrizes como: Reforma fiscal, abertura econômica, política de privatizações e redução fiscal do Estado em políticas sociais.

por parte dos estados, busca por mão de obra abundante e barata, entre outros, movimento iniciado em 1990 e perpetuado até hoje.

Os diversos ramos de produção industrial brasileira comportam grande movimentação econômica, a CNI (2018) aponta que o setor de indústria de transformação é o segundo maior gerador de empregos no Brasil (atrás apenas da construção civil). No setor, a indústria calçadista pode ser destacada como uma das principais que aderiu às estratégias de reestruturação capitalistas. Devido à importância na geração de empregos, o Relatório Setorial de 2018 da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS, 2018) informa que no ano de 2017 foram gerados 278 mil empregos distribuídos em 7,1 mil espaços de produção pelo país. Como uma atividade antiga, inclusive no Brasil, assume classificação marcante, por sua alta volatilidade nas taxas de lucro e seu caráter extremamente nômade. São várias empresas no ramo que ao longo dos anos têm buscado estratégias para consolidação no mercado e manutenção de sua competitividade. Entretanto, a partir da década de 1980, em que há maior amplitude e abertura comercial global, algumas indústrias (principalmente nacionais) passam por dificuldades de manutenção das altas taxas de lucro. A tentativa de recuperação ocorre com o processo de implantação de significativas mudanças organizacionais e tecnológicas, buscando-se competitividade em nível mundial (especialmente com o mercado chinês).

Esta é a lógica de reprodução do setor calçadista. Como sua demanda artesanal é contínua, mesmo com as incorporações tecnológicas em maior ou menor grau, observa-se a necessidade de permanência de trabalho vivo⁴ especializado e polivalente com mais frequência do que em outros ramos, restando como principal estratégia (já que o corte massivo de trabalho vivo é inviável) flexibilizar ao máximo as relações de trabalho. Para este setor, diante de sua particularidade, o foco é a busca pela tríade “[...] território/trabalho barato/reengenharia da produção [...]” (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 167). O que necessariamente vem acompanhando o processo de geração de riquezas para a indústria e não para o trabalhador ou para a região.

A expressão dessa busca materializou-se num importante deslocamento de polos produtivos localizados (massivamente) antes de 1990, na região Sul e Sudeste, para a região Nordeste. Uma das principais estratégias para se manter no mercado foi a interiorização da indústria na busca por incentivos fiscais oferecidos pelos estados brasileiros e mão de obra abundante, barata e desorganizada. Seguindo a lógica da movimentação da indústria brasileira,

⁴ Como afirma Pereira Júnior (2015, p. 166-167): “O que ocorre é que suas demandas específicas de produção exigem uma participação intensa do trabalho manual, independentemente do porte da fábrica e da quantidade de produtos que ela esteja interessada em produzir. Esse fator sempre foi determinante para que o segmento ficasse mais vulnerável às instabilidades da competitividade interempresarial – fenômeno acentuado, nas últimas décadas, pela abertura das fronteiras nacionais e por toda a sorte de liberalizações impostas pela globalização da economia”.

as empresas calçadistas fincam bases, especialmente no Nordeste, tendo expressiva participação na alteração do contexto social e econômico de alguns municípios da região. Concordando com Oliveira (2009), Pereira Júnior (2015), ao tratar da questão de mudança territorial do setor calçadista, afirmam que a nova utilização do espaço não necessariamente implicou em atividades de melhoria social para região. Regiões “periféricas”, como o Nordeste brasileiro, de fato sentem essa dimensão de forma mais complexa devido a suas particularidades sociais, históricas e formas diferenciadas de exploração do capital (entretanto, a captação de todas as dimensões materiais e subjetivas perpassam todos os trabalhadores inseridos ou não no processo de exploração).

Diante do contexto em tela, os elementos desta dissertação foram construídos a partir do resultado de leituras sobre o capitalismo, indústria, reestruturação produtiva ao longo da formação acadêmica e contato da pesquisadora com trabalhadores do setor calçadista. Mais especificamente, emergiu do convívio/vivência com trabalhadores do setor e suas diversas apreensões sobre a indústria calçadista e consequências para eles e região em que se instala. Essa relação se estabeleceu/aconteceu em decorrência da sede da Vulcabrás/Azaleia⁵ em Sergipe estar situada no município natal da pesquisadora, Frei Paulo. A indústria permaneceu na cidade por mais de uma década e desde que se instalou tem demonstrado mudanças econômicas significativas no que se refere ao desenvolvimento local, todavia, trabalhadores não expressam de maneira positiva o estabelecimento das relações de trabalho na empresa.

Estes subsídios propiciaram o estabelecimento de algumas premissas fundamentais para direcionar o trabalho: 1) No contexto de retração da produção de bens materiais e avanço de renda por capital fictício (que representa a redução de empregos), os trabalhadores vêm sofrendo maiores refrações do movimento de precarização do trabalho e no contexto de países de terceiro mundo, como o Brasil, tal dimensão é acentuada; 2) A existência de um modelo híbrido na indústria calçadista – com características do padrão de acumulação fordista/taylorista e traços da acumulação flexível e permanência de alta demanda artesanal – acarreta diferentes formas de exploração e precarização do trabalho.

Pesquisar esse tema mostrou-se relevante, tendo em vista que a indústria calçadista faz parte do movimento global capitalista, com cerca de 270 mil empregos formais no Brasil (CNI, 2018). Além disso, as metas traçadas pela CNI (2018) em seu plano para o período 2018 a 2022, projetam as alterações para o futuro da indústria brasileira. O plano possui três principais diretrizes: busca na eficiência de suas ações, participação do Estado na desburocratização de

⁵ Durante o percurso da pesquisa, entre 2019-2020, a Vulcabrás/Azaleia interrompeu suas atividades e vendeu o espaço de suas instalações para a empresa Dok Calçados.

ações e governança, para além do investimento em tecnologia. As ações têm base fundamental na flexibilização das relações de trabalho, conforme atesta o Mapa Estratégico (2018-2022), no qual não há referências substanciais a direitos sociais; o destaque do documento está voltado para que as indústrias brasileiras tenham potencial econômico de competir em nível internacional. A produtividade está intrinsecamente vinculada ao trabalhador nas empresas, de modo que, é partícipe deste projeto a busca pela aprovação de uma legislação social e movimentação ativa do Estado em conformidade aos interesses do capital, velados pelo discurso de que: a geração de empregos só ocorre em detrimento de direitos sociais. A CNI (2018, p. 165) afirma que para este “avanço” econômico no Brasil é crucial “[...] a revisão da Política Industrial, com a intensificação da ação governamental na área do financiamento e ampliação dos incentivos fiscais ao desenvolvimento tecnológico.”.

Em consonância com essas diretrizes, a ABICALÇADOS, em seu relatório anual de 2017, informa que a projeção futura é também o alcance da competitividade além das fronteiras nacionais sempre alinhada ao mercado mundial, o resultado disto é uma ampliação do comércio exterior, do consumo e da produção. Estima-se que as empresas brasileiras de calçados produziram um total de 954 milhões de pares, entre 2015 e 2016, o que representa um crescimento de 1,3% segundo o Relatório Setorial de 2017 da indústria calçadista.

Assim, a pesquisa justificou-se pela necessidade de se aprofundar o conhecimento das estratégias utilizadas pelo capital para manter a acumulação no quadro de crise e reestruturação produtiva, já que, diante do exército industrial de reserva e da recente tradição industrial no Nordeste, os operários por vezes tornam-se reféns das imposições das empresas sobre suas condições de trabalho. Além disso, este estudo pode contribuir para a ampliação do conhecimento acerca de processos particulares do setor calçadista na região e de sua importância econômica e social em âmbito municipal, estadual e nacional, bem como o dinamismo econômico que ocorre por meio dessa indústria (com contribuições para traçar um paralelo entre a produção da região Nordeste em relação ao Brasil e ao mundo).

Justifica-se ainda, pois se observa que na construção e implementação de indústrias em regiões com “retrasado” desenvolvimento econômico, o movimento de chegada industrial assume, no senso comum, características que expressam a ideologia toyotista, ou seja, que diante do “atraso” daquela região, “qualquer” indústria e sob qualquer condicionalidade, só traz benefícios aos trabalhadores, sendo necessário aprofundar dados sobre tal realidade. Assim, em vista da dubiedade (progresso econômico x desenvolvimento social) se faz necessário compreender o que de fato representa quando as indústrias calçadistas se fixam em um determinado território.

Atingir os objetivos da pesquisa caracterizou-se como elemento central para o estudo, assim o ato de pesquisar⁶ implica na busca por respostas para inquietações que irão contribuir nos âmbitos acadêmico e social, e deve implicar na ampliação do conhecimento, o que significa que os objetivos delineados precisam ser atingidos. Para o pesquisador, é exigido “[...] apuro e diligência no trato dos dados e experimentos que trabalha. A pesquisa científica não deve ser produzida aleatoriamente e à sorte do acaso, mas de forma ordenada e sistematizada, orientada a algum objetivo final.” (PRAZERES, 2000, p. 3).

A construção desta pesquisa expressa o caminho do pensamento ou a abordagem sistemática para a observação da realidade. Os passos apresentados estão em concordância com a proposta metodológica apresentada por Lima e Miotto (2007) que trata detalhadamente das etapas básicas para a construção de uma pesquisa bibliográfica. Frente a tal enredamento, é necessário explicitar a matriz do pensamento social que fundamentará os passos metodológicos, razão pela qual a exposição do método é o primeiro passo na definição do percurso metodológico (LIMA; MIOTO, 2007). É com base nesta afirmação, que se apresenta a proposta metodológica da dissertação.

A compreensão dos elementos constitutivos e complexos de uma sociedade capitalista requer uma análise baseada numa teoria que comporte e explique as determinações que moldam as relações sociais que se estabelecem nesse sistema social. Captar essas determinações implica conhecê-las em sua essência, o que exige um suporte teórico-metodológico que possibilite um conhecimento da realidade na perspectiva de totalidade. Esse conhecimento, por sua vez, só poderá ser produzido a partir da apropriação do materialismo histórico dialético, método que compõe a teoria social marxiana e que proporciona o desvelamento das relações sociais estabelecidas no capitalismo. Diante disto, toda a construção e explanação do estudo fundamenta-se no materialismo histórico dialético.

Compreender o método de Marx implica em compreender que este não se trata de um conjunto de regras aplicáveis à realidade, que percebê-lo desta forma significa reduzi-lo ao simplismo de uma fórmula pronta, retirando a complexidade e riqueza que contém. Assim, não se deve esperar que o pesquisador o absorva como receita para aplicação, mas sim, que apreenda o método como o percurso que possibilita ao sujeito conhecer a realidade.

⁶ Entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem “[...] uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 1994, p. 23). “[...] Considera-se, portanto, que o processo de pesquisa se constitui em uma atividade científica básica que, através da indagação e (re)construção da realidade, alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade”(LIMA; MIOTO, 2007, p. 38-39).

A utilidade deste método é de suma importância, pois está baseado numa análise da sociedade que parte da aparência dos fenômenos até alcançar a essência dos complexos que requerem tal análise para a apreensão da dinâmica estrutural que os configuram e determinam. Perceber esta questão é fundamental para uma leitura correta da sociabilidade, o que supõe o recurso à interlocução entre método e teoria⁷ social em Marx. Para Netto (2011, p. 6), “[...] a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto.”. Esta deve sempre ser visualizada e apreendida articulada ao método materialista histórico dialético.

Tal método assume que a neutralidade científica é inviável, na verdade, quando se trata de teoria social, o pesquisador está inserido na malha de fenômenos tanto quanto o objeto que estuda⁸. Por isso o método não oferece uma lei, mas a partir dos dados objetivos e materiais, apresenta uma tendência histórica. Assim, segundo Netto (2011, p. 6):

[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançada a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

Este avança na medida em que verifica a dinâmica do real, capturando os elementos necessários à sua compreensão, não existem nele definições estanques, já que avança do “real desconhecido” ao concreto pensado, desta forma a formulação metodológica não pode ser desassociada da elaboração teórica.

O método assume que o objeto independe do sujeito para existir, o objeto de pesquisa não depende do pesquisador para ser, pois já está materializado no plano real sendo a teoria o movimento do real estudado, assim, por certo, a aparência é o ponto de partida, mas de forma alguma o estudo de categorias sociais deve a ela limitar-se.

⁷ Segundo Netto (2011, p. 5), “[...] o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto”.

⁸ Lessa e Tonet (2010, p. 42) assim se posicionam: “[...] o materialismo histórico-dialético [...] ao estudar a sociedade capitalista, caracteriza-se por conceber o mundo dos homens como a síntese da prévia-ideação com a realidade material, típica e elementarmente por meio do trabalho. As dimensões ideal e material dos atos humanos são integradas, possibilitando tanto reconhecer a importância das ideias para a história quanto a sua impotência quando não encontram as condições históricas necessárias para que sejam traduzidas em prática (para que sejam objetivadas) por atos humanos concretos. O materialismo histórico-dialético, portanto, é a superação histórica tanto do idealismo quanto do materialismo mecanicista. Ele possibilita compreender a base material das ideias e, ao mesmo tempo, a força material das ideias na reprodução social”.

Para tanto, a compreensão da totalidade⁹ (junto à mediação e contradição) é fundamental na apropriação do pesquisador sobre os fenômenos sociais. A totalidade implica no:

[...] todo a ser analisado composto por outras totalidades menores, de maneira alguma simplista, são complexos articulados e não partes de um todo [...]. Cabe à análise de cada um dos complexos constitutivos das totalidades esclarecer as tendências que operam especificamente em cada uma delas. [...] Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é “simples” – o que as distingue é o seu grau de complexidade. (NETTO, 2011, p. 17).

O grande diferencial do método é que demonstra o fundamento ontológico das leis que regem a sociedade capitalista e as problemáticas sociais dela oriundas, busca captar a sua essência, de modo que se destaca de qualquer outra abordagem, na imbricação do método e teoria é possível a aproximação sucessiva das dimensões do real sem jamais esgotá-las, mas visualizando sua complexidade e movimento constantes. Desta maneira, o método nega a imediatividade, mas ao mesmo tempo reconhece que ela é o ponto de partida, já que não se pode exterminar todos os elementos que compõem a totalidade e a realidade social, a proposta com este método recusa observações unilaterais.

Após a definição e esboço do método, o elemento a ser demonstrado refere-se ao desenho metodológico e à escolha dos procedimentos (LIMA; MIOTO, 2007). Para dar forma a este percurso, o objeto demanda uma pesquisa qualitativa¹⁰ e quantitativa de cunho exploratório-descritiva-analítica e todo processo será exposto a partir da utilização da pesquisa do tipo bibliográfica de análise do estado da arte¹¹ das obras coletadas, para alcançar o

⁹ Behring e Boschetti (2012, p. 40) afirmam que a totalidade permite descobrir os fenômenos em sua essência, reiterando que na filosofia materialista, ela não significa a somatória de fatos: “[...] descobrir a essência dos fenômenos, na perspectiva crítico dialética, pressupõe situá-los na realidade social sob o ponto de vista da totalidade concreta, que, antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser apreendido como um momento de totalidade”.

¹⁰ Concorde-se com a reunião de variáveis que Lima e Mioto (2007, p. 40, grifos das autoras) baseando-se em Minayo (1994) construíram sobre o que significa utilizar a abordagem qualitativa para um objeto de estudo, já que, ele é “[...] é **histórico** – está localizado temporalmente, podendo ser transformado; b) possui **consciência histórica** – não é apenas o pesquisador que lhe atribui sentido, mas a totalidade dos homens, na medida em que se relaciona em sociedade, e confere significados e intencionalidades a suas ações e construções teóricas; c) apresenta uma **identidade com o sujeito** – ao propor investigar as relações humanas, de uma maneira ou de outra, o pesquisador identifica-se com ele; d) é **intrínseca e extrinsecamente ideológico** porque “veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas e se submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigentes” (MINAYO, 1994, p. 21); e) é **essencialmente qualitativo** já que a realidade social é mais rica do que as teorizações se os estudos empreendidos sobre ela, porém isso não exclui o uso de dados quantitativos (MINAYO, 1994).”

¹¹ “Os estudos de estado da arte evocam aspectos pontuais como um curso ou uma área de formação com sua proposta específica. Mostram, ainda, os temas que têm preocupado os pesquisadores. Outro aspecto que esses estudos mostram são os tipos de pesquisa utilizados nas investigações, ou seja, se as pesquisas estão apoiadas na análise de depoimento, nos estudos de um caso, nos estudos de caso do tipo etnográfico, nos estudos descritivos exploratórios, nos estudos de pesquisa-ação, pesquisa ação-colaborativa, nos estudos que fazem a análise da prática

conhecimento da temática será feita uma análise das produções acadêmicas sobre o assunto em tela.

A pesquisa qualitativa mostra-se ideal para o estudo em questão, pois devido a sua flexibilidade orienta a possibilidade de modificação metodológica de acordo com as sucessivas¹² aproximações com o objeto. Foi qualitativa, pois descreveu “[...] a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis” (GIL, 2006, p. 30); foi quantitativa ao mesmo tempo porque, para autenticar a recorrência das perspectivas, foi analisado um número que represente e testifique pontos de contato dos aspectos abordados. Estas duas dimensões foram articuladas, possibilitando uma maior aproximação ao objeto de estudo, já que, para Minayo (1994, p. 22), “[...] O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, não se opõe. Ao contrário, se completam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. Foram usados subsídios visuais (gráficos e tabelas) com fim de ilustrar os dados qualitativos quantitativamente (apesar do estudo ter uma abordagem predominantemente qualitativa, de natureza teórica, em alguma medida, se recorreu à análise quantitativa).

Ela é bibliográfica, pois admite “[...] um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.” (GIL, 1994, p. 20).

A construção da síntese responsiva à problemática do objeto foi feita a partir da observação do estado da arte que trata do setor calçadista. Essa abordagem é eficaz na medida em que: 1) permite um esboço descritivo e analítico das dimensões mais recorrentes sobre o tema oferecendo subsídios para compreender as categorias presentes em diferentes trabalhos, tanto em termos de balanço quantitativo quanto qualitativo; 2) possibilita mapear e identificar lacunas sobre a temática; 3) demonstra a relevância social e acadêmica sob diferentes abordagens teóricas e metodológicas da mesma questão; 4) torna possível perceber categorias mais relevantes, temas mais recorrentes e emergentes; 5) permite a síntese estratégica do processo evolutivo de um conjunto de informações sobre a temática na produção do conhecimento; 6) academicamente, o estudo é importante pois os resultados da pesquisa serão organizados de modo a funcionar como banco de dados para outras pesquisas do ramo e afins.

pedagógica, a história de vida, a autobiografia, análise das práticas discursivas, pesquisa teórica, pesquisa bibliográfica.” (ROMANOWSKIS; ENS, 2006, p. 45).

¹² Assim diante do “[...] vínculo com determinada tradição e o desenho da investigação, sempre poderá voltar ao objeto de estudo à medida que forem obtidos os dados, de modo a defini-lo mais claramente ou reformulá-lo.” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41).

Segundo Romanowskis e Ens (2006), estudos como esses possibilitam balanços esquematizados, contribuindo com a organização e análise na definição de um campo, uma área, sobretudo neste momento da alta produção científica. São importantes pois promovem a constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, já que, identificam os aportes significativos da construção da teoria, apontam restrições, lacunas, formas como vem se disseminando, experiências inovadoras sobre o campo em que se move a pesquisa, além de apontar alternativas de solução para os problemas.

Como dito, existe uma pergunta que norteou a pesquisa, esta foi respondida a partir da sistematização de execução de alguns passos metodológicos. Sendo importante apresentar o detalhamento da investigação das soluções, ou seja, os passos metodológicos que foram: 1 – levantamento do material bibliográfico; 2 – levantamento das informações.

Sobre o primeiro passo, que se refere ao levantamento do material bibliográfico para a construção da pesquisa:

1. Consistiu em um levantamento dos materiais e informações que englobam a definição do banco de dados a ser utilizado, bem como a verificação de sua acessibilidade para o mapeamento/coleta dos trabalhos e construção dos dados (MIOTO; LIMA, 2007). Tal ação foi materializada sobretudo no capítulo III. Os conteúdos dos dados para extrair os insumos da pesquisa vieram da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), pois é o maior banco de trabalhos acadêmicos em âmbito nacional e foi escolhido pela amplitude de trabalhos, possibilitando maior qualidade para amostragem e abrangência suficiente para o objetivo da pesquisa, já que, reúne diferentes áreas do conhecimento unificando em uma única plataforma diversas percepções científicas e dimensões do real. Após a localização do banco de pesquisa para a coleta de dados, foi realizado o mapeamento e aproximação dos elementos constitutivos do banco que auxiliam na aproximação/escolha da amostragem.

O segundo passo que foi o de levantamento das informações:

2. Tratou-se do caminho para encontrar as dissertações que produziram a solução¹³ para o problema. Os trabalhos escolhidos foram reunidos e glosados. Como dito, o banco de

¹³ “Essa etapa pode ser apresentada de acordo com a classificação realizada para o material bibliográfico. Nela detalha-se todo o percurso e o trabalho despendido na busca pelas fontes bibliográficas. Nela o pesquisador apresenta o resumo da busca empreendida para localizar as obras a serem pesquisadas, assim como apresenta a forma que o material selecionado foi adquirido. Descrito o percurso de investigação das soluções, passa-se à

dados é a plataforma CAPES, dela foi estabelecido o universo da pesquisa e os critérios para a delimitação da amostragem. Os instrumentos para isso foram os equipamentos de busca presentes na própria plataforma. Em detalhes o caminho metodológico foi o seguinte:

- a) O universo da pesquisa refere-se aos estudos realizados no período 2008 a 2018 que tratam do setor calçadista do Nordeste brasileiro. Para delimitar este universo a partir dos mecanismos de busca da plataforma, foram inseridas as seguintes palavras-chave: setor calçadista, nordeste e reestruturação produtiva. O resultado foi o quantitativo de 58802 (cinquenta e oito mil oitocentos e quatro dois). A partir desse número inicial, foram aplicados alguns novos filtros para a execução do estudo. Dada à amplitude do universo, iniciou-se a seleção do material de acordo com objetivos e hipóteses propostos;
- b) Foi então delimitado mais um elemento de filtro de estudos: recorte sobre o tipo de trabalho acadêmico (apenas dissertações). Esse filtro não foi escolhido aleatoriamente. A escolha por dissertações ocorre devido ao alcance qualitativo maior (para análise de trabalhos) e a variedade de áreas que apresenta; além disso, dissertações têm maior peso teórico que artigos, documentos, anais, etc. e ao mesmo tempo possibilitaram leitura mais fluida (em comparação a teses de doutorado), levando-se em conta o limite de tempo para a realização de uma pesquisa de mestrado no contexto atual. Após a aplicação desses filtros, os trabalhos foram reduzidos a 37296 (trinta e sete mil duzentos e noventa e cinco);
- c) O quantitativo expressivo de trabalhos levou a mais um filtro, delimitou-se que seriam escolhidos apenas trabalhos de duas “Grandes Áreas do Conhecimento”: Ciências Humanas e Ciências Sociais e Aplicadas. A escolha desse filtro se deu tanto pela diminuição do quantitativo de trabalhos quanto pela “familiaridade” com a linguagem das áreas e, portanto, aumento do potencial da análise qualitativa das dissertações. O resultado foram 15.462 (quinze mil quatrocentos e sessenta e seis);
- d) Ainda assim o número mostrou-se elevado, dentro da “Grande Área do Conhecimento” foram delimitadas “Áreas do Conhecimento”,¹⁴ a saber: Administração, Economia,

exposição ordenada dos dados obtidos, ou seja, ao momento de análise explicativa das soluções.” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 43).

¹⁴ Essas cinco áreas foram escolhidas pois, ao longo da revisão de literatura do trabalho percebeu-se que tais áreas são as que mais tratam as categorias fundamentais do objeto. Por exemplo, a Administração pode tratar de dimensões organizacionais, a Economia oferecer insumos sobre rendimentos e desenvolvimento industrial, a Geografia trata de forma significativa sobre a interiorização industrial, o Serviço Social sobre o impacto social que

Geografia, Sociologia e Serviço Social, resultando em 2.952 (dois mil novecentos e cinquenta e dois) trabalhos. Diante do volumoso número de dissertações, aplicou-se mais um filtro;

- e) Esse filtro representa a “Área de Concentração”¹⁵ e tem conteúdo bem mais delimitado sendo mais objetivo para o alcance do estudo em tela, resultando em 676 (seiscentos e setenta e seis) dissertações;
- f) A partir deste ponto de busca de dados foi aplicado o método de leitura¹⁶, organização e análise de Mortimer Adler e Charles Van Doren. Esta forma de ler se dá em três níveis: o da leitura inspersional, neste nível, os autores afirmam que o leitor irá “radiografar” o livro (neste caso a dissertação) em questão. Se utilizou dessa aproximação para radiografar nos títulos as ideias principais e as informações pertinentes, a fim de realizar uma sondagem sistemática a (sondagem é o primeiro subnível da leitura inspersional). O objetivo é descobrir se a dissertação exigirá uma leitura mais dedicada. Mesmo sendo um número grande de trabalhos, a partir desse filtro verificou-se a possibilidade de uma leitura inspersional de títulos e palavras-chave, no sentido de verificar as dissertações diretamente relacionadas ao objeto de estudo;
- g) Essa leitura levou à redução do número, ficando em 62 (sessenta e dois) trabalhos, os quais passaram pela leitura de sumários e resumos para a definição da amostragem do material que foi submetido à análise. Assim, nestes trabalhos foi aplicado outro nível de leitura mais profundo, a leitura analítica, nesta, a pesquisadora realizou de maneira mais cuidadosa, de modo que, ao final da leitura, foi possível classificar, resumir o texto em poucas palavras e atribuir-lhe uma ideia central (foi realizado a partir da leitura dos resumos, sumários, títulos, referências);
- h) Só assim, foi possível chegar ao quarto nível de leitura, a chamada leitura sintóptica, que foi aplicada à amostragem, um total de 9 (nove) dissertações. Aqui foi possível fazer a crítica ao trabalho lido por completo, colocá-lo em grupos de referência similares, tratar passagens relevantes, definir convergências e divergências com outros textos que

políticas econômicas trazem aos trabalhadores, a Sociologia trata de categorias sociais, a exemplo das relações sociais.

¹⁵ As áreas de concentração foram eleitas tendo em vista a busca da objetividade para o trabalho bem como o melhor mapeamento possível de diversas áreas, possibilitando melhor análise qualitativa. Foram doze áreas de concentração: administração de empresas, ciências sociais, controle de gestão, desenvolvimento econômico regional, economia do trabalho e empresa, geografia e ordenamento do território, indústria e inovação, regionalização e análise regional, serviço social e desenvolvimento regional, sociologia, tecnologia avançada de gestão. Cada uma delas (pode) expressar e trazer informações importantes para o objeto.

¹⁶ O método de leitura sugerida por Mortimer Adler e Charles Van Doren (2010) é detalhadamente apresentado no livro “Como ler Livros”. Trata-se de um método que aborda questões práticas para melhor aproveitamento de conteúdo de leituras e extração analítica de conteúdos

abordam a mesma temática, analisar outras discussões sobre o mesmo tema (produto elementar do terceiro capítulo).

Assim, a redação do capítulo I corresponde a uma revisão de literatura com categorias fundamentais à compreensão do capitalismo e sua configuração contemporânea, essencial para a contextualização da dissertação, já que, é na malha de transformações capitalistas que se movimenta o objeto. Para tanto, foram utilizados autores que tratam de temáticas ou categorias pertinentes ao objeto, se utilizou de conceitos teóricos de clássicos da literatura sobre capitalismo, indústria, trabalho etc. e também autores contemporâneos (Marx, Mandel, Antunes, Netto, Meszáros etc.); além da apresentação de alguns dados estatísticos sobre crise, emprego, desigualdade social em nível mundial a partir de dados de entidades como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização das Nações Unidas, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

No capítulo II foram tratados os aspectos históricos da industrialização brasileira a partir de autores que abordam problemas de ordem nacional (mediados com os clássicos), documentos oficiais de entidades brasileiras (Confederação Nacional da Indústria, Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística etc.). Tais informações foram imprescindíveis para captar a atual condição do setor calçadista brasileiro. Na sequência, foi realizado um estudo (exploratório) acerca das determinações econômicas, implicações político-sociais e influências culturais na região Nordeste e os principais fatores que levaram ao processo de interiorização industrial do Brasil e do setor.

No capítulo III foi utilizada literatura bem específica sobre indústria/setor calçadista de teóricos contemporâneos e, sobretudo as dissertações coletadas, sendo possível redigir a súmula e análise dos dados encontrados nos trabalhos. Desta forma foram relacionadas às categorias principais da temática encontradas ao longo dos capítulos I e II com os aspectos encontrados no III. Isso materializou uma síntese integradora das soluções, ou seja, representou a fase de reflexão, proposição de soluções, baseada no material de estudo que compôs a pesquisa.

2 CAPÍTULO 1 – NOTAS ACERCA DO CAPITALISMO: transformações históricas com permanência da contradição estrutural

A propriedade privada, a divisão social do trabalho, a divisão da sociedade em classes, a exploração, a produção de valores de uso para troca são fenômenos que antecedem o capitalismo, todavia, a generalização desses elementos, não obstante as suas particularidades, acontece na mercadorização inerente ao capitalismo, “[...] na universalização da produção de mercadorias – o que, naturalmente, envolve a transformação da força de trabalho em mercadoria e dos meios de produção em capital” (MANDEL, 1985, p. 369). É esse estágio da sociabilidade – o estágio capitalista –, a temática da exposição neste capítulo.

No esforço de compreender essa sociabilidade, é necessário observar as mediações que compõem o sistema em suas dimensões teórica e histórica, dada a vinculação ineliminável entre elas. Tais dimensões se materializam nas leis do movimento dialético e contraditório do sistema em questão. Pretende-se demonstrar que “[...] as leis ‘abstratas’ de movimento desse modo de produção permanecem operacionais e verificáveis no desdobramento [teórico], e mediante o desdobramento da história ‘concreta’ do capitalismo contemporâneo” (MANDEL, 1985, p. 5). A título de introdução, é necessário pontuar elementos estruturantes do capital:

[...] o capital variável, destinado a compra da força de trabalho, a qual, vai reproduzir seu valor comum acréscimo – a mais valia; e o capital constante, destinado à aquisição dos demais elementos produtivos (máquinas, matérias-primas), cujo valor é conservado no trabalho e reaparece no produto. A composição orgânica do capital é a relação de valor entre capital constante e capital variável; a economia, em sua parte produtiva, se divide em dois departamentos: Departamento I, que produz os meios de produção, e Departamento II, que produz os bens de consumo; capital se divide ainda em elementos que são inteiramente consumidos no ato da produção – força de trabalho, matérias-primas – e que constituem sua parte circulante; e elementos que são consumidos apenas paulatinamente no processo produtivo – máquinas, instalações – e que formam sua parte fixa. O tempo necessário para que o valor investido em determinado capital retorne como resultado da venda de todas as mercadorias em cuja produção entrou é o tempo de rotação do capital. Obviamente esse tempo é muito maior para o capital fixo do que para o circulante; a relação de valor entre a mais-valia produzida e o capital variável, isto é, os salários e demais vantagens pagas aos trabalhadores, constitui a taxa de mais-valia. Como a soma do capital variável e da mais valia formam o valor adicionado pelo processo produtivo ao capital constante, a taxa de mais-valia representa a repartição desse valor novo entre o capital (que recebe mais-valia) e os trabalhadores (pagos com o capital variável). (MANDEL, 1985, p. 11).

A abordagem que se segue demonstra a concordância com o arcabouço apresentado por Mandel (1985), que traz uma análise sobre os elementos do “capital geral” e sobre as categorias

que o compõem em sua permanente relação com a lei do valor¹⁷. O desenvolvimento desta análise demonstrou/demonstra que o capitalismo é regido por leis que estão inseridas nesta lei geral (lei do valor) e que também, manifestam-se de maneira pluricausal na formação econômica planetária.

Em termos teóricos, estas leis dão dinamicidade a todo e qualquer capitalismo, mas apresentam-se de maneira diferenciada na história das nações, tendo em vista as particularidades de cada formação social; desempenham papéis fundamentais na moldura do sistema e têm maior expressão no capitalismo tardio¹⁸. É necessário visualizá-las em totalidade e de forma interligada; todavia, diante das manifestações das variáveis que norteiam o sistema em tempo e espaço (particulares), elas podem (aparentemente e não essencialmente) se apresentar de forma autônoma, o que não descaracteriza sua essência concreta (pois atuam de forma desigual e combinada).

São estas as seis variáveis que atribuem significado histórico e dialético ao sistema, imprescindíveis a sua compreensão:

[...] a composição orgânica do capital em geral e nos mais importantes setores em particular [...]; a distribuição do capital constante entre capital fixo e circulante [...]; o desenvolvimento da taxa de mais valia; o desenvolvimento da taxa de acumulação (a relação entre a mais-valia produtiva e a mais-valia consumida improdutivamente); o desenvolvimento do tempo de rotação do capital; e as relações de troca entre os dois Departamentos (as quais são basicamente, mas não de maneira exclusiva, uma função da composição orgânica de capital dada nesses Departamentos). (MANDEL, 1985, p. 25-26).

A prerrogativa é que estes elementos são basilares para a análise da atual reprodução social e assentam-se no esforço teórico demonstrado por Marx (2010) na exposição política e econômica da sociedade de mercadorias.

Como condição orgânica do capitalismo, há a busca incessante por lucro, este ímpeto é que dá sustentação ao sistema. A busca por altas taxas de lucro é o principal estímulo à acumulação, notada desde a gênese, no capitalismo imperialista clássico até (suas novas formas)

¹⁷ É a lei imperativa quando há a consolidação da produção mercantil “[...] as mercadorias são trocadas conforme a quantidade de trabalho socialmente necessário nelas investido. Essa é a chamada lei de valor que, como todas as leis econômico- sociais, não é a-histórica ou supra-histórica, mas tem validade determinado: ela impera no marco da produção mercantil [...] Em poucas palavras: a lei de valor passou a regular as relações econômicas quando a produção mercantil, sob o capitalismo se universalizou.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 103).

¹⁸ O termo “capitalismo tardio” aqui utilizado foi apropriado segundo a análise e divisão histórica que Mandel (1985) atribuiu ao desenvolvimento do sistema capitalista. O autor afirma que não se trata da defesa de um “novo capitalismo”, mas de uma periodização que se refere ao capitalismo monopolista em sua fase tardia, por volta de 1940/945 após a Segunda Guerra Mundial, no desenvolvimento da terceira revolução tecnológica que ampliou a potencialidade de produção capitalista.

no tardio. O capitalismo transcende a simples troca de valores de uso¹⁹, trata-se de um fenômeno que representa um processo complexo de relações sociais e econômicas em nível mundial:

[...] economia mundial capitalista é um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e denominadas pelo mercado capitalista mundial. É unicamente desta maneira que a formação desse mercado mundial pode ser entendida, como o produto do desenvolvimento do modo de produção capitalista – e não ser confundido pelo mercado mundial criado pelo capital mercantil, que foi uma condição prévia para esse modo de produção capitalista – e como uma combinação de economias e nações capitalisticamente desenvolvidas e capitalisticamente subdesenvolvidas num sistema multilateralmente autocondicionante. (MANDEL, 1985, p. 32).

Partindo disto, é necessário observar que na apresentação histórica do capitalismo, estes elementos teóricos ganharão evidência, e seu desenvolvimento desigual e combinado implicará em diferentes manifestações da relação do capital em países cêntricos e periféricos. São as formas particulares como a lei do valor se estabelece no desenvolvimento capitalista, operando como espinha dorsal do sistema, regulando as relações capitalistas de produção e distribuição, sendo única, enquanto efeito concreto no mercado, mas com particularidades na dinâmica internacional.

A natureza capitalista de crescimento e acumulação leva à construção de um cenário desigual e combinado, provocando um verdadeiro desequilíbrio econômico global. Este desequilíbrio encontra lugar na tendência “natural” capitalista de superlucro, que condiciona a reprodução ampliada do capital, isto é, a manifestação do capital que é valor que busca valorizar-se (sobretudo) por meio da extração de mais valia – que é o diferencial de produtividade de trabalho. Apesar de a mais valia ter lugar de destaque na acumulação e superlucro²⁰, outras estratégias são utilizadas para tal fim, assim o superlucro emerge socialmente:

1) Quando a composição orgânica de um capital específico é menor do que a média social, mas simultaneamente fatores estruturais ou institucionais impedem a mais-valia superior à média, produzida nesses setores, de ingressar no processo de

¹⁹ Marx (2010) sinaliza que a fonte de riqueza social emana da mercadoria. Esta mercadoria tem em si duplo caráter: apresenta valor de uso e valor de troca. Sobre o primeiro, o autor afirma que se refere à utilidade de algum objeto, não depende da quantidade de trabalho dispendido para apresentar suas qualidades, ou seja, o valor de uso de uma coisa é sua capacidade de suprir necessidades. “Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma material dela. Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais de valor-de-troca.” (MARX, 2010, p. 58). Assim, os valores de troca que são generalizados no capitalismo apresentam-se na forma quantitativa da mercadoria, ou seja, o quanto de trabalho social foi dispendido, e quanto aos valores de uso que são trocados de forma equivalente, desta forma, o autor afirma que valores de troca alteram-se no tempo e espaço.

²⁰ A fórmula que resulta na taxa de lucro (p) capitalista é representada pela razão do valor da mais valia (m) entre o capital constante (c) e o capital variável (v) (NETTO; BRAZ, 2012).

nivelamento da taxa de lucro. Esse é a fonte de superlucro denominado renda absoluta do solo, gerado por um monopólio da propriedade da terra [...] é essa a fonte de todos os superlucros dos monopólios. 2) Quando a composição orgânica do capital se encontra acima da média social, isto é, quando determinado capital pode explorar uma vantagem em produtividade num dado setor e, assim, apropriar-se de uma parcela da mais-valia produzida por outras firmas naquele setor [...] 3) Quando é possível pressionar o preço pago pela força de trabalho até um nível abaixo do seu valor social [...] 4) Quando é possível pressionar o preço pago pelas várias partes componentes do capital constante a um nível abaixo da média social (o preço de produção) [...] 5) Quando é acelerada a reprodução do capital circulante (e consequentemente do capital variável) [...]. (MANDEL, 1985, p. 52-53).

Destaca-se que o primeiro ponto das formas de superlucro (gerado por um monopólio da propriedade da terra), que aconteceu na acumulação primitiva, permitiu rápido desenvolvimento das demais fontes de superlucro. É necessário pensar no capitalismo como uma transição importante e radical da sociedade, contexto em que se manifestam as contradições inerentes ao sistema.

O capitalismo ultrapassa as relações meramente econômicas. É emblemático neste sentido observar o que Marx (2010) sinalizou em “O Capital”, sobre a sua célula primária, a mercadoria²¹, nela estão contidas relações sociais, a historicidade e dialética do trabalho e da vida social, a mercadoria é a forma embrionária da riqueza e no contexto da formação do sistema capitalista ela assumirá uma nova forma²². Perceber as relações que estão veladas na aparência da mera troca de produtos é fundamental para conhecer elementos sociais mais profundos que são determinados por este sistema, responsável por criar uma nova forma de relacionamento com a mercadoria. Sua formação não aconteceu de forma linear²³, pois se

²¹ No desenvolvimento do modo de produção capitalista, há uma importante alteração na forma dos homens se relacionarem com a mercadoria. Netto e Braz (2012) afirmam que na moldura social capitalista estão ocultadas as características do trabalho social embutido no produto, assim: “[...] as relações sociais dos produtores aparecem como se fossem relações entre as mercadorias, como se fossem relações entre coisas. A mercadoria passa a ser, então, a portadora e a expressão das relações entre os homens [...] a esse poder autônomo que as mercadorias parecem ter e efetivamente exercem em face dos seus produtores, Marx chamou de fetichismo da mercadoria” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 105).

²² “A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores [...] A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho [...] Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas [...] os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos e seus trabalhos.” (MARX, 2010, p. 95).

²³ Apenas a título de demarcação histórica geral (e não etapista) o capitalismo apresentou alguns momentos que por suas características hegemônicas foi subdividido em algumas fases: a primeira ficou conhecida como *pré-capitalismo*, na qual, o sistema iniciava sua formação, entre o século XII a XV; do século XV ao XVIII emerge o *capitalismo comercial* que desenvolveria as bases para o *capitalismo industrial/imperialista* entre os séculos XVIII e XIX, até o capitalismo *monopolista/financeiro*, ainda vigente (ARRUDA, 1980, grifos nossos).

moldou sob diferentes momentos de desenvolvimento das nações, este preserva características teóricas unânimes, mas do ponto de vista histórico particulariza-se no tempo-espaço.

A fase pré-capitalista pode ser demarcada no momento em que houve os primórdios da acumulação, localizada entre os séculos XII e XV na Europa (ainda feudal), processo que teve lugar no mercantilismo embrionário. Muito disto deu-se graças à unificação política da Espanha e Portugal²⁴ na figura monárquica e da igreja católica, esse movimento possibilitou grandes projetos nacionais e internacionais como as Cruzadas, que propiciaram a circulação de mercadorias no âmbito interno dos países e na expansão comercial colonialista. Além disto, pode-se afirmar, que no âmbito interno europeu, os feudos geraram excedentes da produção doméstica e com o lucro obtido nestas transações foi possível o financiamento (também) das Cruzadas, que intensificaram as feiras abertas, antes nômades e locais, e depois passaram a constituir os cidades, porém, existia ainda uma limitação na venda de mercadorias, pois o sistema de feudos impedia o fluxo de produtos, havendo um movimento político, social e cultural de alguns grupos para esfacelamento dos feudos. Ainda assim, o trabalho era majoritariamente servil (nos feudos) e surgiam pequenas oficinas e organizações cooperativas entre artesãos que vendiam seus produtos aos comerciantes.

A relação no chamado mercantilismo (base de produção mercantil simples) implicava na troca de mercadorias por mercadorias. Tanto a produção quanto a circulação de mercadorias assentavam-se “[...] no trabalho pessoal e o fato de artesãos e camponeses nela envolvidos serem os proprietários dos meios de produção [...] destinava-se a um mercado restrito, quase sempre no âmbito local que empregavam, no qual os produtores conheciam as necessidades dos compradores.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 94). Esse mercado irá se ampliar na medida em que acontece intervenção maior dos comerciantes e estes mercados serão estendidos a outras regiões²⁵. A relação comercial vigente baseava-se na: mercadoria em troca de dinheiro para ser trocado por outra mercadoria: M-D-M (NETTO; BRAZ, 2012). Essas transações ampliaram-se para feiras comerciais, que se formaram pelo expansionismo marítimo e a “fórmula” (M-D-M) começa a se transformar.

Os comerciantes (futuros burgueses) que ainda não tinham controle sobre a produção, já iniciavam uma busca de compra de mercadorias a preços baixos para vender a preços altos,

²⁴ Apesar deste potencial de expansão comercial, foi na Inglaterra onde se reuniram as condições favoráveis para o capitalismo industrial, que se tornaria o sistema de produção mundial.

²⁵ Um marco histórico importante que foi fundamental para o desenvolvimento capitalista, foram os avanços comerciais vinculados à expansão marítima europeia. Sobretudo no século XVI, houve grande movimentação na conquista de novos continentes e colônias para extração de riqueza, a exemplo da saída de riquezas na África, na América, Ásia e intensificação comercial com Oriente (ARRUDA, 1980).

o que, junto a outros fatores (saques, pirataria, exploração colonial etc.) e (futuramente) exploração do trabalho assalariado propiciou acumulação de riqueza. Tal movimento fez o capital mercantil (comércio de mercadorias mais comércio de dinheiro) paulatinamente alterar-se, a nova “fórmula” seria então: dinheiro que compra mercadorias e as vende mais caro, ou seja, D-M-D+, isso possibilitou enormes fortunas aos comerciantes nos séculos XV e XVI, aqui trata-se de um lucro gerado sem o capital oriundo da mais valia, pois os comerciantes não dispunham do controle produtivo, seus lucros adivinham da diferença entre quanto pagavam e por quanto vendiam (maior preço) uma mercadoria (NETTO; BRAZ, 2012).

Toma impulso a busca colonial por novos polos de mercado em outros continentes, processo característico do mercantilismo,²⁶ política econômica do capitalismo comercial, que tem como elemento fundamental a acumulação primitiva, a ideia era de busca de mercados que favorecessem a balança comercial, isto é, maior exportação e menos importação, daí a importância da movimentação comercial em torno das colônias.

Para Marx (2010), a acumulação primitiva é o ponto de partida para a compreensão dos fenômenos que se seguem no capitalismo. O trabalho livre e assalariado compõe parte ineliminável da produção capitalista, pois, nele, o trabalhador é parte importante do processo de trabalho²⁷ (relação diferente de como eram os servos e escravos), e também, não são donos do meio de produção (como o camponês e o artesão).

A formação e a continuidade do capitalismo são impensáveis sem o trabalho assalariado, pois a força de trabalho é comprada pelo capitalista mediante o salário e gera a mais valia (NETTO; BRAZ, 2012). Assim, tanto a acumulação primitiva quanto o trabalho assalariado são fundamentais para o entendimento da emergência do capitalismo.

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados

²⁶ O sistema mercantilista não se desenvolveu de forma igual em todos os países, as variações aconteceram mediante suas particularidades históricas, a exemplo do *mercantilismo metalista* que atuava no sentido de acumular metais e teve maior impulso na Espanha. O *mercantilismo comercial* que teve como protagonista a Inglaterra, baseava-se no alto fluxo comercial; o *mercantilismo industrial* que buscava fomentar o desenvolvimento das indústrias na França e o *comercial-industrial* que aliava práticas comerciais e injetava o lucro nas indústrias mais presentes nos Países Baixos (ARRUDA, 1980, grifos nossos).

²⁷ Este processo de trabalho deve ser concebido primeiramente como o metabolismo do homem com a natureza, ou seja, a forma preliminar de concepção do homem genérico, é o processo de trabalho simples, que irá alterar sua relação ontológica no decorrer do desenvolvimento das sociedades de classes. Conforme Marx (2010), o processo de trabalho simples apresenta basicamente três elementos: a atividade voltada para um fim, seu objeto e seus meios de trabalho. Sem qualquer um desses elementos o trabalho não acontece. A atividade voltada para o fim é o próprio trabalho e o objeto de trabalho é tudo aquilo que o homem desprende da natureza para realizar sua ação. No entanto, se esse objeto passar por um trabalho anterior, é denominado de matéria-prima. O meio de trabalho é caracterizado por utilizar propriedades físicas, mecânicas e químicas para transformar o objeto de acordo com o fim desejado, é um leque de instrumentos que o homem coloca entre ele e o elemento a ser construído.

os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 2010, p. 836).

Sobre o trabalhador livre e o trabalho assalariado é importante ressaltar que é o que transformam a sociabilidade na representação mercantil de sociedade, na qual a própria força de trabalho humana é mercadorizada, mediante o salário, o sujeito “escolhe” ou não vender sua capacidade de trabalho. Esta “liberdade” molda as classes fundamentais do sistema: proprietários dos meios de produção (capital) x proprietários de energia para o trabalho (trabalho). Deste modo, mesmo que o capitalismo se apresente como relações de troca de mercadorias e dinheiro, ele é em essência um conjunto de relações sociais (MARX, 2010).

Outro aspecto importante da acumulação primitiva, segundo o autor, é o endividamento público²⁸ (iniciado na Idade Média) sendo uma das principais alavancas à acumulação primitiva²⁹, que criou uma classe (não toda a classe) de capitalistas que não reinvestem o dinheiro em capital produtivo.

O potencial de transformação do sistema não se limitava à esfera econômica, a visão de mundo da burguesia vinha se desenhando há séculos, tendo o fim último de consolidar-se através de uma nova ideologia global. Desta forma, ocorreu significativa alteração de pensamento e organização social, a formação da classe burguesa e seu poder interventivo era/é forte, sendo influenciada/propagadora³⁰ da ideia de liberdade econômica e livre escolha do

²⁸ “Desde sua origem, os grandes bancos ornados com títulos nacionais não passavam de sociedades de especuladores particulares que cooperavam com os governos e, graças aos privilégios recebidos, ficavam em condições de adiantar-lhes dinheiro. Por isso, a acumulação da dívida pública tem sua mensuração mais infalível nas altas sucessivas de ações destes bancos [...]. Com a dívida pública, nasceu um sistema internacional de crédito, que frequentemente dissimulava uma das fontes da acumulação primitiva [...]” (MARX, 2010, p. 876-877).

²⁹ Proni (1997, p. 6, grifos da autora), apresenta algumas características que compuseram este fenômeno: “A acumulação primitiva foi um período que englobou uma série de processos interdependentes, quais sejam: a) a valorização do capital no comércio e na usura; b) a expansão da produção de mercadorias e o posterior surgimento do/da *putting out manufatura*; c) a formação paulatina de um mercado transcontinental e o estabelecimento do sistema colonial; d) o aparelhamento administrativo-financeiro do Estado e a adoção de políticas ‘mercantilistas’; e) e a proletarianização dos camponeses e aprendizes, o que exigiu a disciplinarização dos trabalhadores livres e a regulação dos salários como tarefas do Poder Público.”

³⁰ É necessário ressaltar que mesmo diante de um desenvolvimento similar ao inglês, a razão do capitalismo não ter se desenvolvido primeiro na França foi sua instabilidade política. É emblemático que apesar do imperialismo francês, as disputas internas entre Estado, burguesia, camponeses e imperador tenham emperrado o desenvolvimento do sistema. Tudo mudaria no pós 1848 pois: “As reivindicações políticas do liberalismo, radicalismo democrático e nacionalismo, apesar de excluírem a ‘república social’, viriam a ser gradualmente realizadas nos 70 anos seguintes na maioria dos países desenvolvidos, sem maiores distúrbios internos, e a estrutura social da parte desenvolvida do continente iria provar a si mesma ser capaz de resistir às explosões catastróficas do século XX, pelo menos até o presente (1974). A razão principal para isso reside na transformação e expansão econômica extraordinárias dos anos entre 1848 e o início da década de 1870 [...]. Foi o período no qual o mundo tornou-se capitalista.” (HOBSBAWMAN, 1977, p. 45).

indivíduo, ideologia fundamental para a legitimação do sistema³¹. Sobre isto, alguns elementos históricos devem ser pontuados, pois são elucidativos, já que, a decadência³² do feudalismo trouxe consigo marcas da violência aos sujeitos sociais, essa transição ocorreu de forma sangrenta, legitimada pelo Estado (democracia inglesa), ideologia e política (liberalismo econômico) e sistema de ideias religiosa (a católica e depois, a protestante).

A deterioração do capitalismo rural inglês destacou-se pela cultura de melhoramento, que representava o “direito natural” à propriedade privada em detrimento do uso da terra comunal pelos camponeses. Basicamente, a ideia de melhoramento defendia que qualquer terra deveria ser tratada como fonte de prosperidade e não somente subsistência. Essa proposição foi tomada como crença na “imposição divina” do dever de cuidar e revolucionar a produção e o uso da terra. Mais tarde, essa teoria subsidiou a exploração de riqueza nas Américas, pois, em contrapartida ao “desperdício” dos índios, a terra deveria ser um grande laboratório dos melhoramentos. A partir daí, surge a extinção de direitos mínimos de utilização de terra e a quase dizimação da população camponesa, impedindo de atividades básicas de subsistência nos campos abertos, são os enclosures ou cercamentos. Depois da Revolução Gloriosa³³ não houve mais empecilho para eles, a base destas ações tinha legitimação nas proposições de John Locke,

³¹ É importante pontuar que este momento histórico encontra protagonismo na Inglaterra, já que, tinha sustentação material, cultural e política. Desenvolveu um movimento de libertação do controle econômico e religioso do vaticano (diferente da Espanha e Portugal) e passaram pela Reforma Protestante, o que resultou na criação de parlamentarismo consolidado na Revolução Inglesa, dando influência direta no protagonismo dos burgueses e de sua força interventiva no Estado. Além disto, com o desenvolvimento do liberalismo econômico que defendia a destruição de barreiras alfandegárias, houve enriquecimento das metrópoles em relação às suas colônias. Este enriquecimento encontrou legitimidade social em diversos autores, por exemplo Adam Smith, quando escreveu “A riqueza das nações” basicamente afirmou que cada nação produz seu produto de maior riqueza, ou seja, de maior abundância de forma que todos irão comercializar aquelas mercadorias específicas que lhe gerem mais riqueza, não havendo concorrência direta dos mesmos produtos, daí a chamada divisão internacional do trabalho. Alguns produzem produtos manufaturados e outros, matérias primas, tal relação configurava sempre uma balança comercial favorável à Inglaterra (ANDRADE, 2018).

³² A movimentação em torno do ideário de modernidade teve ampla repercussão de base cultural e religiosa, sendo fundamental para a homogeneização da concepção de mundo burguês ao longo dos séculos. Por exemplo, a fomentação realizada por artistas financiados por comerciantes, no século XVI essas expressões artísticas provocavam uma mudança de mentalidade que ficou conhecida como Renascimento (destacaram-se neste movimento a França e a Itália) e foram desenvolvendo-se até o século XVIII com o Iluminismo. Além, é claro, dos movimentos religiosos como a Reforma Protestante, que foram fundamentais para a transição e consolidação do sistema capitalista. É emblemático quando Marx Waber (2010) escreve sobre a “Ética Protestante e o Espírito Capitalista” como precursores da formação desse sistema. Ele enfatiza que o ímpeto subjetivo dos cristãos (traduzido num comportamento social), em que o trabalho torna-se uma ascese e um meio de salvação eterna, foi utilizado para a propagação da divisão social do trabalho por meio da “ética do dom” e da secularização da cultura. A ética do trabalho se sobrepõe e desconstrói a ética do dom, confluindo para o espírito capitalista do lucro pelo lucro.

³³ Revolução que deu à burguesia acesso e controle do Estado na Inglaterra, sobretudo pela aprovação da Declaração de Direitos, que conferia poder ao Parlamento (constituído massivamente da burguesia) e restringia a atuação do rei. “Uma vez estabelecida no poder, a burguesia fez com que fossem retirados os obstáculos a sua expansão: a terra foi liberada para os comerciantes e completou-se a expulsão dos rendeiros. O desenvolvimento da Inglaterra, depois disso, foi enorme.” (ARRUDA, 1980, p. 105).

que foi um dos principais fundadores do ideário liberal clássico³⁴. Assim, com processo de expulsão das terras, os camponeses aglomeram-se nas cidades, possibilitando a liberação de mão de obra para a indústria e o mercado interno de bens primários e manufaturas (WOOD, 1998).

O resultado imediato da expropriação de pequenos produtores³⁵ foi a concentração de terras tanto para o plantio comercial quanto para criação de ovelhas, produzindo miséria. Com a expulsão dos camponeses das terras e sem condições de adequarem-se à indústria nascente, muitos tornaram-se mendigos, ladrões, vadios, gerando uma série de leis³⁶ sanguinárias contra eles. O Estado agiu de forma punitiva sobre estes sujeitos, mesmo sendo uma situação lhes foi imposta socialmente.

A implantação do cercamentos liberou mão de obra livre, possibilitando a constituição do massivo trabalho livre e assalariado. É mister compreender sua centralidade no processo de acumulação, já que, se particulariza no conjunto das demais mercadorias no capitalismo e o torna extremamente lucrativo.

Assim como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho tem o seu valor pago pelo preço (salário) demandado socialmente, é estabelecido de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua reprodução. Esse preço do salário deve atender suas necessidades fisiológicas e necessidades que surgem no contexto histórico e social (NETTO; BRAZ, 2012) do trabalhador (detentor da energia a ser vendida). É este o ponto fundamental para compreender o trabalho como a base do lucro capitalista. O que atribui um grau de diferença das demais mercadorias é a forma da utilização dessa mercadoria:

Com efeito, comprando a força de trabalho do proletário pelo seu valor, o capitalista tem direito de dispor do seu valor de uso [...] ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa [...] o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho

³⁴ Desde o século XVII o autor teorizava sobre o direito individual e natural do sujeito, para ele a propriedade privada seria um desses direitos e a prosperidade oriunda desta propriedade é fruto do trabalho e não da sociedade, isto é, para Locke os ricos (burgueses) eram aqueles que trabalhavam e prosperavam, servindo a sociedade civil. Assim, defendia que era melhor trocar o “desperdício” da terra para uso pessoal (produção excedente) por dinheiro, os homens que agissem dessa maneira, mostrariam sua racionalidade pois ampliavam os lucros do seu trabalho. E mesmo as terras improdutivas deveriam ser vendidas e não utilizadas pelos camponeses, deveria ser transformada em dinheiro.

³⁵ É curioso notar que Thomas Morus ainda no século XVI já denunciava o processo de expulsão de camponeses para criação de ovelhas, quanto mais pastos, menos homens. De modo que o autor chama atenção para o fato de que “A Inglaterra é um país estranho onde ovelhas devoram homens.” (JUNIOR, 1975).

³⁶ Marx (2010) aponta que estas leis aconteceram em toda a Europa Ocidental desde o século XV. Como exemplos, a lei imposta por Henrique VIII na Inglaterra de 1530 que instituía licença para velhos e incapacitados pedirem esmolas e flagelava os mendigos sadios; a lei de 1547 feita por Eduardo VI que impunha a escravidão ao sujeito que se negasse a trabalhar, além de ser marcado a ferro como animal para que sempre fosse identificado como escravo; a lei de 1572 feita por Elizabeth que chancelava que mendigos sem licença deveriam ser marcados a ferro e seriam enforcados em caso de reincidência.

e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo seu valor de uso. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 113).

Reside aí a diferença fundamental da base de produção mercantil simples para a (re)produção capitalista, a “fórmula” que representa esse momento do capitalismo é dada por: $D-M-D'$. O $D+$ que representava o lucro dos comerciantes pela diferença entre compra e venda de produtos, transforma-se em D' que representa o lucro gerado por dinheiro somado a mais valia, ou seja, o fundamento do lucro na produção capitalista é o excedente produzido por meio do trabalho assalariado (NETTO; BRAZ, 2012).

A despeito de algumas singularidades, esses acontecimentos sucederam por toda a Europa, mas, a fase clássica do capitalismo industrial nasce na Inglaterra, país que reuniu todas as condições para o seu surgimento. De maneira geral, a Inglaterra foi pioneira na transição para o capitalismo, pois teve volumosa acumulação de capital em decorrência: 1) da progressiva destituição da influência da nobreza monárquica, houve a possibilidade da expansão produtiva nos campos para comércio; 2) da formação do Estado absolutista, ocasionado pelo fortalecimento do rei, que possibilitou a concentração de tributação e assim monetizou a economia (sob pena de expulsão de mercadores estrangeiros) e estimulou o mercantilismo; 3) do nascimento de novas classes sociais vinculadas a atividades mercantis como artesanato, comércio, agricultura mercantil (WOOD, 1998). Estes (dentre outros elementos), associados aos movimentos políticos revolucionários, prepararam o caminho para a Revolução Burguesa ou Inglesa³⁷ no século XVII e mais tarde, sob o comando da burguesia, aconteceu a Revolução Industrial, tendo em vista:

[...] coesão de interesses mercantis e produtivos, que passou a influenciar crescentemente a condução da política britânica depois da Revolução de 1640, seja em relação ao cercamento dos campos comuns, à desregulamentação dos grêmios e das corporações de ofício ou à política externa “mercantilista”, a Grã-Bretanha já consolidava sua posição de principal potência marítima e dominava os principais mercados ultramarinos [...] a importância das transformações no campo, principalmente na primeira metade do século XVIII, as quais consolidaram uma estrutura agrária capitalista. A chamada “revolução agrícola” propiciou uma oferta de alimentos e matérias-primas em quantidade e preços adequados à reprodução do nascente proletariado e ao desenvolvimento da manufatura. Além disso, o assalariamento dos trabalhadores rurais (jornaleiros ou diaristas) contribuiu para ampliar os mercados consumidores de manufaturados, criando uma nova dinâmica entre cidade e campo [...] a criação do Banco da Inglaterra. Ao longo do século XVIII, o sistema bancário britânico desenvolveu-se impulsionado pelo crescimento do comércio exterior, o que lhe permitiu desempenhar um papel importante no

³⁷ Essas revoluções foram disputas constantes entre o poder dos reis (Stuarts) e o Parlamento (burguesia). A disputa política, econômica, social e religiosa desembocou em três principais revoluções: a Puritana, o Protetorado de Cromwell e a Gloriosa (ARRUDA, 1980).

financiamento da grande indústria, já nas últimas décadas dos setecentos. (PRONI, 1997, p. 8).

O conjunto destes acontecimentos históricos, o desenvolvimento das forças produtivas, a acumulação primitiva e o surgimento do trabalho assalariado foram os grandes marcos na transição para o capitalismo industrial ou concorrencial. A forma hegemônica nesta fase capitalista é a generalização do trabalho assalariado, como visto, fonte de acumulação e lucro. A principal característica de ruptura entre o capitalismo mercantil para o capital industrial é que o lucro não provém do dinheiro acrescido na troca de materiais, mas fundamentalmente da exploração do trabalho que o burguês compra pelo salário, dito de outra forma, o lucro não advém da circulação das mercadorias, mas do seu processo de produção:

A circulação mercantil capitalista, evidentemente, é distinta da circulação mercantil simples. O capitalista, ao contrário do produtor mercantil simples, não quer mercadorias para trocar por outras mercadorias e, portanto, não emprega seu dinheiro como simples intermediário entre uma mercadoria e outra. A circulação capitalista também difere daquela na qual o comerciante é o elo entre produtores (camponeses e artesãos) e consumidores, precisamente porque o lucro capitalista não é criado na esfera da circulação; provindo da esfera da produção, o lucro capitalista exige a continuidade da produção e o seu controle pelo capitalista nem uma nem outro são decisivos para o comerciante. Se tanto o comerciante quanto o capitalista têm o lucro o seu único objetivo, para este último o fato de comandar a produção é central. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 96).

Para Marx (2010), esta dialética se materializou na sujeição de uma classe sob a outra, tanto antes, em sua fase de acumulação (na exploração de servos, escravos e colônias), quanto depois, na exploração da força de trabalho na fase industrial.

A dinâmica³⁸ dos processos sociais, econômicos e tecnológicos na Inglaterra permitiram que em 1830 a estrutura industrial já estivesse pronta, apelidada de “oficina mecânica do mundo” (HOBSBAWM, 1977).

[...] a transição para o capitalismo só se completa com o surgimento da produção mecanizada, organizada como grande indústria, e com a generalização do trabalho assalariado e a reprodução de uma classe operária. Assim, a Revolução Industrial representa a constituição/generalização de relações capitalistas de produção, o que é fundamental para o pleno domínio do capital sobre as condições de sua valorização. A maquinaria representou, do ponto de vista da valorização do capital, um poderoso instrumento de subordinação do trabalhador às condições impostas pelos detentores

³⁸ “Indústria acumulava financiava reinvestia tudo era muito rápido. O capitalismo surge de dois fatores na decomposição do feudalismo e no desenvolvimento de novas formas de organização econômica e social “primitivo” porque engendra os elementos fundamentais do capitalismo (o trabalho assalariado e o capital-dinheiro) e se apoia na violência física/militar e no poder do Estado (tanto em relação à ordenação de um espaço econômico nacional como à conquista de rotas comerciais transnacionais). De fato, o aspecto essencial dessa transição ao modo de produção capitalista foi a violenta dissociação entre o produtor e seus meios de produção, ou seja, a progressiva expropriação dos produtores independentes.” (PRONI, 1997, p. 11-12).

dos meios de produção e um poderoso impulso ao ritmo da acumulação. (ANDRADE, 2018, p. 10).

No que se refere às formas de apropriação da mais valia e ao impacto disso na vida dos operários, a industrialização representou uma alteração radical no processo de regulação, mecanização e divisão do trabalho bem como nas relações sociais:

[...] a industrialização transfigurou o mundo do trabalho, dissolvendo tradições e estabelecendo novas categorias ocupacionais e novos ritmos de produção, ao mesmo tempo que criou ou potencializou um pesadelo social sem precedentes – como a exploração sobre o trabalho consentida da mão-de-obra (inclusive infantil) em intermináveis jornadas de trabalho e com um acúmulo de pobreza urbana em gritante desacordo com a prosperidade material alcançada. A transformação da força de trabalho em mercadoria a ser consumida no processo de produção e as condições desumanas do mercado de trabalho são um exemplo de como a mercantilização das relações sociais, promovida pelo avanço do capitalismo, triturou as bases morais da sociedade e impôs uma nova ordem social assentada na concorrência individual. (POLANYI, 1980 apud PRONI, 1997, p. 12).

Ao longo do desenvolvimento do capitalismo industrial, se abre o caminho para uma nova fase: o capitalismo imperialista clássico. Esta fase levou a estrutura industrial inglesa bem como sua organização e regulação comercial a se espalharem pelo resto do mundo. Essa transição ocorreu devido ao mercado interno inglês já estar preenchido e aquecido, ter níveis altos de desenvolvimento tecnológico e superlucros sem locus para reinvestir.

A Inglaterra inicia um processo mais intenso de exportação de mercadorias para a formação de parque industrial e fomento mercadológico pelo resto da Europa (sobretudo Alemanha e França), na América (Estados Unidos da América/EUA). Ao passo que importava bens primários desses países e exportava tecnologia, gerou um aquecimento nos mercados destas nações, assim, cada país que iniciava a solidificação do seu capitalismo, o fez por via da industrialização. Por meio do incentivo ao livre-cambismo a indústria inglesa possibilitou a entrada e saída de capitais no comércio internacional, e também de mão de obra, os investimentos aconteciam sobretudo em setores do Departamento I para a construção de ferrovias, daí o desenvolvimento da indústria internacional, buscando sempre balança comercial favorável.

A inserção da química e da eletricidade (1881) foi um elemento de suma importância para esta fase que inicia no final do século XIX; a fase do capitalismo imperialista concorrencial paulatinamente transmuta-se para o monopolista, no qual, o grande capital está em formação exportando não só bens industriais, mas também crédito por meio do capital bancário em expansão.

Esse movimento teve maior fôlego no fim do século XIX, com a chamada Segunda Revolução Industrial, período em que há uma radical transformação nas forças produtivas e avanço tecnológico, paralelo à generalização da indústria e do trabalho livre e assalariado por grande parte do mundo. Assim, a indústria “[...] entre fins do século XIX e dos primeiros anos do século XX [...] firmemente estabelecido na produção industrial, se constituía como a coluna vertebral da economia capitalista [...]” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 191).

Ressalta-se que o desenvolvimento capitalista não foi linear, sendo assim, o nascimento de monopólios não anulou a existência de pequenas e médias fábricas, indústrias e bancos, pois, até os primeiros anos do século XX eles estavam presentes, mas diante da lógica de concentração, estavam fadados ao desaparecimento ou incorporação.

É emblemático neste sentido que na transição do século XIX para o século XX, a disputa imperialista atingiria seu ápice, materializando-se em conflitos internacionais (apesar de terem teor político, seu fim último era hegemonia econômica) que organizaram o novo cenário geopolítico mundial. As disputas imperialistas por territórios comerciais e coloniais para extração de riqueza geraram a Primeira Guerra Mundial³⁹ (1914-1918). O “embate de impérios”, fruto da reprodução ampliada do capital, levou essas nações a competirem diretamente/violentemente por hegemonia econômica mundial na fase monopolista do capital, desnudando o potencial destrutivo do sistema (JUNIOR, 1975). Nesta fase do imperialismo, o capital se movimenta no sentido de ampliar suas possibilidades de intervenção em escala mundial, assim gera:

1) concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste capital financeiro, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes [...] O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre países capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 1977 apud NETTO; BRAZ, 2012, p. 193).

³⁹ O conflito mundial ocorreu entre a Tríplice Aliança (Áustria, Hungria, Alemanha, Império Turco e Bulgária) e a Tríplice Entente (Servia, Rússia, Bélgica, Inglaterra, Japão, Itália e EUA) e desnudou a realidade expansionista do capitalismo. Este acontecimento histórico foi fundamental no novo desenho geoeconômico mundial, que foi protagonizado por nações de maior desenvolvimento capitalista.

Esse movimento tem maior relevo no desenho histórico de desenvolvimento das nações. Os EUA já vinham acumulando em níveis altíssimos os lucros e paulatinamente foram retirando o título de potência econômica e industrial da Inglaterra. Isso aconteceu (dentre outros fatores) graças à ampliação suas políticas protecionistas paralelas aos conflitos internos/externos da Europa que se fragilizava econômica e politicamente.

De endividados, os EUA passaram a ser o maior credor mundial nas disputas durante a Primeira Guerra, não só porque abasteceram os países participantes em alimentos, produtos manufaturas e matéria-prima, mas também, por ter substituído a Europa na exportação de mercadorias para América Latina e Ásia. Passaram também, a emprestar dinheiro para financiamento da guerra, o que possibilitou grande abastecimento de ouro, importante crescimento industrial, agrícola e creditício devido à alta demanda de produção, amplo mercado consumidor, gerando fabricação de mercadorias em todos os Departamentos. Arruda (1980) sinaliza que o protagonismo norte-americano foi tão significativo, que as nações desejavam o padrão “*american way of life*”⁴⁰. Todavia, essa enormidade de superlucros devido à alta produção/exportação de crédito e mercadorias estava perto de se exaurir.

E está aí uma das características que marca a história do sistema, ou seja, a substituição da onda de expansão pela estagnação econômica, evidenciando a atuação da lei de valor como responsável pela coordenação do sistema, de modo que, não sendo resultando de um planejamento, se impõe como uma força externa aos produtores de mercadoria, gerando as crises.

A lei do valor é, no âmbito da produção de mercadorias, o único regulador efetivo da produção e da repartição do trabalho e funciona à revelia dos homes, como algo completamente fora do seu controle; no modo de produção capitalista, ela comparece no mecanismo das crises econômicas [...] não é por acaso que tais crises são geralmente percebidas com fenômenos que não podem ser controlados e evitados, antes parecendo verdadeiros fatos da natureza. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 104).

O crescimento significativo que vinha acontecendo no âmbito dos EUA graças ao impacto da Primeira Guerra foi perturbado em 1929, quando diante da insistência norte-americana na alta produção sem mercado consumidor, continuaram produzindo em larga escala.

Alguns fatores alavancaram a retração econômica. Em termos produtivos, destacam-se: a diminuição das exportações norte-americanas devido à recuperação econômica externa, fim

⁴⁰ Entre 1923 a 1929 ocorreu uma idealização do padrão de vida norte-americano. O crescimento elevado de produção aliado ao consumo de massa, qualificou o estilo de vida dos EUA como modelo de excelência que deveria ser alcançado por todos países.

dos investimentos de empresários estrangeiros no exterior (que tinham retaguarda do governo), os grandes estoques de cereais tencionaram os preços para baixo gerando falência dos fazendeiros, a indústria (bélica e militar) diminuiu a produção demitindo grande massa de trabalhadores, que por sua vez não poderiam consumir.

No que se refere ao sistema financeiro, o marco histórico foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, que fora comprometida pois unia todas as movimentações de ações de grandes empresas e companhias americanas, (os donos das ações queriam vendê-las, mas não havia compradores, o que barateou o seu preço). O crack se generalizou quando, tentando valorizar as ações, um grupo de banqueiros de Nova York comprou a preço muito baixo as ações e logo mais quiseram vender mais caro, não encontraram compradores e o resultado foi tanto a falência dos bancos (que emprestaram dinheiro) quanto das empresas (que tiveram crédito dos bancos). Fazendas hipotecadas foram tomadas e pararam o cultivo, houve aumento de desemprego e a crise se ampliou pelo mundo (ARRUDA, 1980).

Esta realidade colocou em xeque o crescimento de superlucro que o capitalismo vinha auferindo, trazendo a necessidade de se repensar o padrão de regulação e produção vigente. Até então, a economia interna era “coordenada” por empresários (que agiam de acordo com seus próprios interesses), a crise foi a materialização de que o liberalismo econômico é o modo de regulação que cumpre perfeitamente os atributos do “capital sem freios”.

Do ponto de vista da regulação política, a crise de 1929 gerou um espectro de incerteza sobre qual “solução” deveria ser tomada a fim de superar o colapso, daí espalharam-se as ideias de combate ao total liberalismo, neste cenário ganha destaque a organização política e social dos trabalhadores que almejavam a transição para um novo modelo de sociabilidade, o socialismo. Em contrapartida, emerge também o ideário fascista de contenção dos trabalhadores, inclusive, reatualizando formas modernas de mão de obra escrava que serviam aos grandes monopólios. Outro movimento foi a defesa da social democracia, que seria a resposta eficaz à problemática em tela, tendo centralidade a intervenção do Estado de forma democrática (PRONI, 1995).

Diante dos movimentos políticos supracitados, algumas nações adotaram a base política da social democracia. Naquele momento, as propostas de intervenção econômica e política prevaletentes foram as de Jhon Maynard Keynes, uma das materializações de sua teoria teve marco no “*New Deal*”.

A ideia de intervenção estatal era voltada para executar as seguintes estratégias: congelamento dos preços de produtos (para tanto necessitava de controle estatal de produção); facilitação de crédito por meio de empréstimos para fazendeiros que hipotecaram suas posses

(recuperando-as, voltariam a produzir); aumento salarial de trabalhadores (influenciando o poder de compra e oxigenando o mercado interno); criação de novos postos de trabalho em obras públicas; política de garantia governamental a empresários (para movimentação financeira internacional); criação de bancos para empréstimo a outros países; transição de setores estratégicos como de energia, para ser comandados pelo Estado. Tais ações tiveram efeito temporário de recuperação e estabilização econômica.

Um novo salto na acumulação capitalista aconteceu com o advento da Segunda Guerra Mundial⁴¹. Período de enorme produção, circulação de mercadorias e significativo avanço tecnológico, que possibilitou uma produção bélica jamais vista (produção de tanques, bombas submarinos etc.). Em nenhuma das fases iniciais do capitalismo “[...] a produção de armamentos apresentou tão prolongada e interrupta tendência a subir ou a absorver uma parcela tão significativa do produto anual total.” (MANDEL, 1985, p. 192).

O capitalismo monopolista consolidado domina de tal forma a reprodução social que é impossível pensá-lo longe da sua potencialidade de controle político, ideológico, cultural e social; assim, ele se utiliza das estratégias mais diversas para atingir seu potencial de acumulação. As guerras não são, portanto, mera consequência de acordos/desacordos diplomáticos ou apenas embates políticos e ideológicos; são produto fundamental e estratégico para superação de ondas de estagnação e acumulação capitalista e têm lugar de destaque na economia imperialista⁴². Operam de forma ativa tanto na recuperação dos lucros com a produção industrial bélica e militar, quanto na dizimação do circuito de produção de mercadorias material e humana, gerando novas necessidades produtivas (dada a destruição, movimentando inclusive, parte do exército industrial de reserva) (LESSA; TONET, 2010).

Sobre isso, Mandel (1985) afirma que se trata de um “moderno” setor da economia capitalista, o Departamento III, responsável pela produção de meios de destruição que movimentam a lógica da realização das mercadorias diante da superprodução.

[...] o Departamento III, ao contrário dos Departamento I e II, produz mercadorias que não entram no processo de reprodução dos elementos materiais de produção

⁴¹ A Segunda Guerra foi liderada de um lado pelas Potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) contra as Potências Aliadas (EUA, antiga URSS, China e Reino Unido).

⁴² Apesar do efeito econômico da produção armamentista ter destaque no capitalismo tardio, Mandel (1985) salienta que tanto o setor de produção quanto de despesas e militares são inerentes à acumulação histórica capitalista. “A produção de armas para as guerras dinásticas, do século XV ao século XVIII, foi uma das principais fontes de acumulação primitiva e uma das mais importantes parteiras do capitalismo. Enquanto estímulo para acelerar a industrialização ou para ampliar o mercado capitalista, as despesas com armamentos e guerras tiveram uma importância considerável durante toda a história moderna [...]. Depois do início da era imperialista propriamente dita, as despesas militares também contribuíram substancialmente para acelerar a expansão da produção nos 20 anos que precederam a Primeira Guerra Mundial.” (MANDEL, 1985, p. 193).

(substituindo e ampliando os meios de produção e a força de trabalho consumidos) e também porque não são intercambiáveis com esses elementos, como acontece, por exemplo, com as mercadorias de consumo absorvidas improdutivamente pela classe capitalista e por aqueles que a servem. (MANDEL, 1985, p. 195).

Para a sociedade, a Segunda Guerra Mundial significou a devastação europeia (em todos os Departamentos) e reafirmação dos EUA como supremacia política e econômica. Deu ao país quase o controle mundial de todas as áreas comerciais: agrícola, mineral, indústria de base etc., além da propagação cultural de consumo exacerbado de mercadorias estimulado pela publicidade e desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação. Para o capitalismo, representou um marco na transição para uma nova fase, para um novo padrão de acumulação e de produção em massa, o capitalismo tardio.

O novo padrão de produção que se inicia no pós Segunda Guerra tem base na alta fabricação de mercadorias e regulação política baseada nas ideias keynesianas, essa associação representou a saída democrática para a retomada da expansão capitalista. Assim, sob a intervenção do Estado, seja no fomento econômico interno, seja na mediação das relações de trabalho, o capitalismo tardio possibilitou uma nova fase de acumulação.

Do imediato pós Segunda Guerra (1945) até 1970 houve geração de lucros capitalistas nunca vista antes, ficando o período conhecido como “anos dourados”, “trinta gloriosos”, “décadas de ouro”. Mais uma vez, os EUA têm hegemonia econômica, militar e política pois fomentaram o sistema de créditos mundial, estabeleceram pactos diplomáticos e se beneficiaram na concessão de empréstimos e exportação de mercadorias a fim de revitalizar os países devastados pela guerra (NETTO; BRAZ, 2012).

Uma das características marcantes do período é que o padrão de produção industrial se altera e emerge a produção em massa fordista-taylorista, no qual a produção estava voltada tanto para consumo interno quanto para as exportações de capitais do Departamento I e II para países periféricos. Em suma, essa metamorfose ocorreu pela:

[...] produção em massa de mercadorias, a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada [...] era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo tempo e aumentando o ritmo [...] estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a atividade operária a um conjunto repetitivo de atividades [...] esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. À mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevalecente a sua extração intensiva [...] as ações individuais das quais a esteira fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização de tarefas. (ANTUNES, 1999, p. 36).

Essa transformação na forma de produzir propiciou volumes nunca vistos de superlucro; aliada ao movimento de integração dos investimentos nos monopólios, ampliando a concorrência entre eles em detrimento de menores capitais (em razão disso, o lucro nos monopólios era maior). Outro aspecto a ser destacado, é que o novo momento para a acumulação capitalista⁴³ tem como marca o desenvolvimento científico e tecnológico (desenvolvimento do capital constante). Este processo unia a produção em série com o tempo de execução fordista, de modo que se uniam as formas mais complexas de exploração do trabalho. A contradição se apresenta em escala mundial, utilizando como principal aliada a refuncionalização estatal (ARANHA, 1999).

É importante ressaltar ainda que, entre tantas transformações nessa nova forma de ciclo econômico capitalista, o fordismo-keynesianismo se adequou perfeitamente ao movimento do capital.

O que se chamou fordismo-keynesianismo é um momento histórico de regulação do ciclo capitalista, que impediu, nas condições da crise orgânica, que a dinâmica cíclica do capital implicasse em consequências nefastas para a reprodução capitalista no plano da economia nacional, e principalmente, da política de controle social nos vários países capitalistas, principalmente do centro mais desenvolvido do sistema mundial produtor de mercadorias (vale dizer, sob as condições geopolíticas da “guerra fria”). O fordismo-keynesianismo possui uma poderosa carga ideológica de controle preventivo da irrupção revolucionária no Ocidente, afinal, não podemos esquecer a dimensão ineliminável da luta de classe, mediada no contexto da crise orgânica do século XX, pela presença, a partir de 1917, da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Por outro lado, no contexto da periferia capitalista, “elos mais fracos” do sistema, os mecanismos de controle social assumiram, com a crise orgânica do capital e a presença da “guerra fria”, feições autocráticas. (ALVES, 2006, p. 146).

Diante do volume de lucros e com a finalidade de afastar qualquer possibilidade de interrupção ideológica capitalista (pelo ideal socialista), alguns direitos sociais foram garantidos pelo Estado, cuja atuação foi fundamental na gestão dos conflitos da relação capital x trabalho.

⁴³ Essa expansão em suma se deu pela: “[...] situação excepcional da guerra e do fascismo, a terceira revolução tecnológica, com a introdução da microeletrônica, e, sobretudo, a derrota histórica do movimento operário, ensejada com o fascismo e a guerra, mas também pelo destino das experiências socialistas. Cabe sinalizar ainda, que o acordo keynesiano-fordista só se viabilizou com a capitulação de muitas lideranças operárias, a exemplo da social-democracia e dos partidos comunistas europeus, as demandas imediatas e corporativas, especialmente no setor monopolista.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2012, p. 89).

A intervenção⁴⁴ do Estado se deu no sentido de utilizar o fundo público para administrar os conflitos sociais, promovendo o bem-estar por meio de políticas públicas. Estas possibilitariam (também) o consumo de massa (para realização das mercadorias produzidas no modelo fordista), se constituindo como salários indiretos, e contenção da classe trabalhadora através dos acordos coletivos e ampliação de alguns direitos sociais. A proteção se dava no sentido de uma:

[...] responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; 3) implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2012, p. 94).

Todavia, assim como nos demais modelos de produção capitalistas, o fordismo começou a apresentar fissuras, carregava em si contradições que diante do potencial regulador da lei tendencial de queda da taxa de lucro, levaria o mundo capitalista a outra crise econômica e social. O panorama de mais uma crise começa a se desenhar com aumento e unificação dos preços de mercadorias de monopólios industriais, num quadro de superprodução; a produção ininterrupta paralela ao subconsumo; o aumento dos preços de venda e progressão da inflação etc.

Na final da década de 1960 e início de 1970, o mundo assiste ao declínio dos “trinta gloriosos”. Não há mais crescimento e a economia sofre um colapso. No período em questão, o capital estava amplamente integrado, de modo que a tensão iniciada nos EUA se generalizou nos demais países capitalistas.

As políticas sociais começam a regredir e as contestações populares a aumentar (este período caracterizou-se inclusive, pelo avanço das organizações políticas populares, possibilitando a emergência de novas pautas na malha da luta de classes, encabeçadas pelas minorias, que exigiam do Estado respostas às suas petições específicas).

Houve um processo mais ofensivo do capital materializado, sobretudo, na reestruturação produtiva, financeirização do capital e ideologia neoliberal (NETTO; BRAZ, 2012). Apesar da aparência de infalibilidade do fordismo-keynesianismo, ele foi só mais um padrão produtivo interrompido pela poderosa imposição da lei de valor. Uma nova onda (duradoura) de

⁴⁴ É necessário pontuar que essa intervenção não acontece de forma análoga em todas as nações, as medidas estatais que reverberaram na contenção dos conflitos sociais por meio de políticas sociais aconteceram em partes da Europa, enquanto nos EUA, as medidas estavam mais voltadas ao crescimento de postos de trabalho por via da fomentação dos Departamentos I, II.

estagnação se instaurou no capitalismo e apesar de tentativas (algumas conquistas) de recuperação das taxas de lucro o mundo está imerso nesta crise até hoje.

2.1 A PERTURBAÇÃO NA ACUMULAÇÃO: nova geopolítica capitalista no pós-1970

Para compreender a sociedade no pós 1970, é importante entender a centralidade das ondas de recessão e crises. Para tanto, este item parte do pressuposto que alguns conceitos são cruciais à apreensão da totalidade da(s) crise(s), assim, pode-se afirmar que ela(s) têm algumas características comuns, independente da forma histórica em que se manifestam, desde a gênese do capitalismo até o presente momento: 1) invariavelmente ocorrem dentro de ciclos econômicos (NETTO; BRAZ, 2012); 2) não têm impacto análogo sobre todos que compõem esta sociabilidade, dado as particularidades espaciais e temporais sobretudo no que tange aos sujeitos sociais mais vulnerabilizados (conjunto de trabalhadores) (MANDEL, 1985); 3) é (são) sempre crise(s) de superprodução (MARX, 2010); 4) não têm o potencial destrutivo sobre o sistema, pois funcionam como termômetro restaurador do capital subvertendo temporariamente os aspectos aparentes da crise (MÉSZÁROS, 2011). É a partir destas características as crises serão aqui abordadas.

A tendência histórica de acumulação progressiva capitalista já havia sido sinalizada por Marx (2010), na atual fase do capitalismo ela ganha contornos que demonstram a veracidade da assertiva marxiana. É essa tendência que caracteriza um momento importante na formação do cenário de crises, pois a acumulação é tão vital ao capitalismo que quando interrompida provoca uma série de desdobramentos que vão desde as formas de produção de mercadorias às formas de reprodução social.

Entende-se por crise o processo no qual a acumulação capitalista é interrompida, condição que representa a materialização da lei tendencial de queda da taxa de lucro (MARX, 2010), é uma categoria ineliminável para a análise do capitalismo, pois perpassa toda e qualquer compreensão da dinâmica do sistema. Ela representa a insuficiência na demanda social de consumo de valores de uso, ou seja, o movimento de acumulação é interrompido quando a produção de mercadorias não é realizada, ou seja, há excessiva produção sem capacidade de consumo por parte da sociedade.

Concorda-se com Mészáros (2011) na afirmação da existência de uma crise estrutural e sistêmica⁴⁵ que independe do recorte temporal-espacial do capitalismo, essa se apresenta como

⁴⁵ considera-se sistêmica defendendo que é de ordem única de superacumulação/superprodução de valores de uso, relação oposta as sociedades pré-capitalistas que vivenciaram crises por subprodução de valores de uso, assim:

razão dialética do modo de produção. Paralelamente surgem crises cíclicas ou conjunturais e estão intimamente relacionadas ao contexto político, histórico, econômico e social de um determinado espaço. Elas são endêmicas, cumulativas, crônicas, desta forma, não há solução ou resposta de eficácia permanente para elas, já que, representam no contexto capitalista, a materialização da supressão das necessidades humanas (valor de uso) pela mera valorização/reprodução do capital (valor de troca), é o limite histórico civilizatório do sistema, pois “[...] seu impulso interior pela autoexpansão é a priori incompatível com os conceitos de controle e limite” (ANTUNES, 2015, p. 194), elevando a produção de mercadorias acima de qualquer possibilidade de realização.

Como todas as variáveis do capitalismo, é importante pensar sobre a manifestação das crises como resultado da “imposição” da lei do valor nesta sociabilidade. A lei do valor coordena essa sociedade colaborando para o desenrolar das crises com duas funções:

[...] 1) proporciona um modelo objetivo que regula a distribuição dos recursos econômicos (forças de produção) pelos diversos setores da economia capitalista, de maneira a poder assegurar um equilíbrio periódico e uma produção e reprodução mais ou menos contínuas; 2) garante que essa distribuição corresponda ao menos aproximadamente à estrutura da demanda (estrutura de consumo) dos “consumidores finais” (demanda de indivíduos, famílias e unidades de consumo maiores – com unidades locais, regionais, nacionais e já, marginalmente, internacionais – pelos chamados “serviços sociais”. (MANDEL, 1985, p. 372).

De acordo com a assertiva, a regulação da lei de valor impõe a necessidade de que a estrutura de produção e reprodução estejam alinhadas à demanda, em ausência dessa rede, há estagnação, depressão ou crise. Considerando isto, não há movimento do capital sem perturbações. Impera que a lei do valor é a regente destas condições e traz imposições de natureza econômica na alteração substancial do aumento/regressão das taxas de lucro do capitalismo, a crise é a expressão da superioridade da lei de valor.

Para compreender como se molda o cenário das crises, é necessário observá-la no contexto da rotação do capital⁴⁶ composta pelo momento de produção, circulação e realização da mercadoria, de forma concreta, a crise é o resultado da fissura em um desses processos. Na tendência de superacumulação, encabeçada pela máxima extração de mais valia relativa existe

“[...] não há insuficiência na produção de bens, não há carência de valores de uso; o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar seu valor de troca [...]” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 171).

⁴⁶ “A rotação do capital configura o movimento do capital: ele sai da esfera da circulação (capital monetário, ingressa na esfera da produção (capital produtivo) e retorna a esfera da circulação quando a mercadoria é finalmente comercializada e, pois, realizada de novo, capital monetário).” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 156).

grande massa de excedentes de capital que não pode se transformar em mais dinheiro, ou seja, não pode ser valorizado e impede o lucro.

A rotação também acontece na forma de repartição da massa de mais valia⁴⁷, ela acontece entre capital bancário, comercial e industrial que dividem entre si o excedente e retiram os superlucros tencionando para baixo o salário real dos trabalhadores, dificultando o consumo geral das mercadorias, assim a realização fica comprometida, pois todas as fases do circuito de rotação do capital estão intrinsecamente articulados e diante da incessante busca por acumulação o capitalista, excede na produção de mercadorias e capitais, não existindo condição objetiva de empregá-las, gerando uma superacumulação. Há então a necessidade de desvalorizar esses capitais (MANDEL, 1985).

Sobre a primeira característica nevrálgica, Netto e Braz (2012) afirmam que entre uma crise e outra existem fases, ou seja, ciclos econômicos. Sintetizam esse ciclo em: um elemento detonador (política ou economicamente determinado, no caso das crises conjunturais); depois se tem a depressão; retomada; auge.

[...] a crise pode ser detonada por incidente econômico ou político qualquer [...] bruscamente, as operações comerciais se reduzem de forma dramática, as mercadorias não se vendem, a produção é diminuída ou até paralisada, preços e salários caem, empresas entram em quebra, o desemprego se generaliza [...] segue-se a depressão o desemprego e os salários mantêm-se no nível da fase anterior, a produção permanece estagnada, as mercadorias estocadas ou são destruídas ou parcialmente vendidas a baixo preço, às empresas que sobrevivem procuram soluções tecnológicas para continuar com alguma escala de produção [...] mais concorrência entre elas, sinaliza a possibilidade de recuperação [...] este é o quadro da retomada (ou reanimação): as empresas que sobrevivem absorvem algumas das que quebraram, incorporam equipamentos e renovam instalações [...] o comércio se reanima, as mercadorias escoam, os preços se elevam e pouco a pouco diminui o desemprego. A produção se restaura nos níveis anteriores à crise e se transita para a fase seguinte, e última, do ciclo. Trata-se da fase auge (boom): a concorrência leva os capitalistas a investir nas suas empresas [...] lançando no mercado quantidades cada vez maiores de mercadorias. O crescimento da produção é impetuoso e a euforia toma conta da vida econômica [...] de repente o mercado está abarrotado de mercadorias que não se vendem [...] e todo ciclo recomeça. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 172-173, grifos dos autores).

⁴⁷ A divisão do excedente econômico/lucro (mais valia) retirado do trabalho assalariado representa a forma como a riqueza produzida socialmente irá ser repartida e essa relação depende diretamente do momento da produção. Tem-se que: “[...] a) uma parte é apropriada pelo capitalista que implementou o processo produtivo; trata-se do chamado *lucro industrial*; b) outra parte é aquela que o capitalista industrial cederá aos que eventualmente lhe emprestaram dinheiro; trata-se do *juro*, donde os banqueiros extraem os seus lucros; c) uma terceira parte será cedida aos comerciantes, constituindo a base do *lucro comercial*.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 132, grifos dos autores).

As estratégias de saída da crise são sempre respostas como “contratendências⁴⁸” para recuperar os superlucros⁴⁹ e são variadas as formas utilizadas para aumentar a taxa de lucro: avanço/nivelamento tecnológico, migração para capitais mais rentáveis, incorporação de pequenas empresas que têm mais liberdade de mercado, barateamento da força de trabalho vivo, extração de mais valia relativa, entre outros. A problemática reside no fato de que, todos os capitais irão adotar cedo ou tarde essas estratégias, dado o caráter anárquico do capitalismo e contraditoriamente os caminhos para a superação da crise gerarão outra, ainda segundo os autores, outro motivo para a geração de crises é que dado o crescimento econômico dos grandes monopólios há um peso na própria condição de reprodução do capital, pois não é possível encontrar ramos comerciais capazes de alcançar o nível de lucro esperado pelos capitalistas (MARX, 2010).

No contexto histórico do capitalismo tardio, elas estarão cada vez mais presentes devido às disparidades entre a estrutura de consumo e produção. A grande problemática do capital atualmente é que após sua mundialização quando há o “gatilho” para a crise, geralmente todas as nações são comprometidas e o capitalismo em sua reprodução social encarrega-se de oferecer respostas paliativas. É factual que o capitalismo é o sistema das contradições e em sua fase madura os desequilíbrios ocorrem de maneira mais profunda, as crises representam a face mais aparente desta dimensão.

No movimento histórico e dialético do capitalismo existem ciclos de recessão e expansão econômica, todavia, os momentos de expansão têm sido mais curtos e as ondas de recessão surgem com maior frequência e demora no capitalismo contemporâneo.

O padrão de desenvolvimento fordista e a internacionalização da produção encabeçada pela economia norte-americana haviam permitido a industrialização de alguns países e a recuperação da Europa no pós Segunda Guerra Mundial, o que demonstra a veracidade dos

⁴⁸ Netto e Braz (2012) afirmam que, se a busca por lucros é a tônica incessante do capital, paralelamente, há uma tendência de queda da taxa de lucros. Todavia, os autores explanam que a despeito dessa lei tendencial, os capitalistas (enquanto representantes do capital) vêm desenvolvendo estratégias que funcionam como *contratendências* a essa lei tendencial. A *contratendência* se estabelece na tentativa de limitar o potencial de queda de lucros ou até mesmo reverter crises. Grosso modo, uma das principais contradições que reside no sistema é essa lei, pois ao passo que o capitalista tenta lucrar individualmente encontra o conflito de interesse enquanto classe. De forma geral, as principais estratégias são: barateamento do capital constante, elevação da intensidade e exploração do trabalho, redução salarial por via da função do exército industrial de reserva, comercio exterior.

⁴⁹ Na condição imperialista monopolista, as formas de auferir superlucros ficam mais complexas, esses lucros se originam da fixação de um preço superior de mercadorias, estabelecido pelos mercados e não necessariamente por seu valor equivalente; apropriação de mais valia de setores não monopolizados; vantagens sociais sobre outros setores não monopolizados, favores e privilégios dos Estados Nacionais. Tal característica é tão marcante que nos anos subsequentes estariam se formando oligarquias financeiras, elemento importante a ser observado tendo em vista sua potencialidade de intervenção mundial, extrapolando limites econômicos e invadindo decisões políticas, culturais e sociais. De modo que, todas as funções do estado servem aos monopólios industriais (NETTO; BRAZ, 2012).

ciclos de expansão capitalista, porém, o que aconteceu nos anos subsequentes à retração dos lucros após trinta anos de expressivo crescimento do capital, mergulhou o mundo numa crise sem precedentes a partir de 1970. O fim do crescimento materializou a resposta ofensiva do capital na destruição do Welfare State, mas especialmente na adoção de três eixos: a reestruturação produtiva, a ideologia neoliberal e a financeirização da economia.

É necessário situar os EUA como grandes protagonistas históricos da ação global ilimitada do capital pois, desde o fim do acordo de Bretton Woods⁵⁰ foi montado o cenário para a construção financeira em escala global, rompendo com padrões outrora estabelecidos na divisão internacional do trabalho e no padrão monetário internacional. Todos os pactos de estabilização, controle econômico nacionais/internacionais e regulamentação foram rompidos, o fim do acordo, desnudou a liberalização econômica e deu um novo status de profundidade à crise.

Essa nova forma de (des)controle econômico foi também responsável por uma crise “[...] caracterizada por estagflação, instabilidade financeira e queda da produtividade, que acirrou a concorrência internacional e a propagação de fortes movimentos de reestruturação industrial e ajustes macroeconômicos.” (MATTOSO, 1995, p 56). Daí a sinalização de que diante de qualquer crise, o sistema, se (re)inventa e sob qualquer custo se impõe como diretor das relações sociais, demonstrando que dentro de seus atributos, as crises não culminam na transição para outro modo de produção, mas intensificam o poder deste, o capitalismo gera o próprio capitalismo.

Para compreender as crises e seus impactos é importante pensá-las a partir do caráter desigual e combinado inerente ao capitalismo, que propicia diferentes refrações sobre os países e sujeitos sociais. Essa forma de desenvolvimento da economia mundial tem lugar de destaque no contexto de crise, pois nele subsistem as formas mais significativas de acumulação e extração riqueza de uma nação sobre outra. Tal caráter possibilita que se observem as variações da lei de valor de uma nação desenvolvida sobre uma “subdesenvolvida”. Um exemplo clássico que deu concretude a essa realidade histórica foi a forma de enriquecimento dos EUA sobre outras nações, mesmo durante ondas severas de recessão. O sistema mundial integrado expandiu as diferenciações da divisão internacional do trabalho, especializando alguns países em atividades industriais mais tecnológicas (Departamento I) e outros que passam até por

⁵⁰ Esse acordo foi feito no pós Segunda Guerra Mundial e tinha como função a reanimação econômica e estabilização da economia mundial sobretudo nos países mais devastados, o acordo político-econômico baseava-se em: “[...] a) taxas fixas de câmbio entre as principais moedas; b) garantia de conversibilidade em ouro dos saldos em dólar também a taxas fixas; c) ampla conversibilidade das operações financeiras de origem comercial; e d) controle das contas de capital pelos governos nacionais.” (TORRES FILHO, 2014, p. 434).

processos de desindustrialização, expressão da hierarquia entre países, gerando uma economia mundial de profunda interdependência e desigualdade, o que explica a amplitude da crise de 1970. Daí a afirmativa de que, dada as singularidades sociais e históricas das nações, a crise impactará de forma diferenciada os diferentes contextos sociais, bem como, não terá impacto análogo sobre os sujeitos (MANDEL, 1985).

As estratégias de contratendência em resposta à crise, apesar (também) de se particularizarem de acordo com os contextos históricos e sociais, em termos gerais, são apresentadas por Harvey (2002) pelas seguintes características: desvalorização de mercadorias, controle macroeconômico, absorção de superacumulação por deslocamento temporal, espacial e tempo-espaciais⁵¹.

Essas quatro características podem ser melhor visualizadas desde 1970. A regressão das taxas de lucros no setor industrial no período gerou a reação/questionamento da grande burguesia sobre a forma de repartição dos lucros da mais valia, isso representou uma significativa alteração na composição do capital orgânico, que atuou como resposta ao limite histórico dos “anos dourados”. Dada a sua característica cumulativa da crise observou-se que:

O que ocorreu em 1974-1975, na verdade foi uma crise clássica de superprodução, se observadas as tendências de longo prazo fundadas na lei de valor. O já presente agravamento do problema do desemprego (não nas proporções atuais) pela introdução de técnicas capital-intensivas e poupadoras de mão de obra, a alta dos preços de matéria-primas importantes, a queda do volume do comércio mundial, e um poder de barganha razoável dos trabalhadores empregados, advindo do ainda recente período de pleno emprego do capitalismo central: todos esses elementos estão na fase da queda da demanda global [...] e da erosão inexorável da taxa média de lucros [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2012, p. 116).

Isso ocorreu, pois, no pós “trinta anos gloriosos” mantiveram-se os níveis de produtividade fordistas, mas não a realização da mais-valia, aliado ao aumento da procura de serviços e não de bens industriais. A crise também foi causada, segundo as autoras, pela crescente disparidade entre a articulação do salário real e produtividade do trabalho, que não possibilitou a realização do valor já que, o lucro da mercadoria era apropriado privadamente e os salários tensionados para baixo. As crises são o produto mais orgânico inserido na contraditória malha do capitalismo, não há preocupação com a repartição das riquezas. Nisto reside a contradição fundamental do sistema: quanto maior a socialização da produção, maior a apropriação privada das riquezas.

⁵¹ Esta última estratégia será melhor abordada no capítulo dois.

A queda da taxa de superlucros trouxe consigo o fim do padrão de regulação keynesiano, o que representou o descompromisso com a massa de trabalhadores. O carro chefe do capital passa a ser a concorrência internacional e elevação de produtividade a custo de qualquer direito social. Mattoso (1995) afirma que esses acontecimentos representaram o fim da aliança com os trabalhadores e a ruptura do pacto social do período fordista.

Como dito, a crise ocorre dentro de ciclos econômicos e cada período histórico trouxe consigo um disparador⁵² que inicia o processo. Em 1970, que deu fim aos “anos dourados”, a crise teve como estopim: “[...] o colapso do ordenamento financeiro mundial, com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro [...] e o choque do petróleo, com a alta dos preços determinada pela Organização dos países Exportadores/OPEP.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 225). O aprofundamento da ofensiva capitalista deu-se também no intuito de barrar o crescimento das “minorias” e a aparição de forças políticas com o crescimento de sindicatos (que tencionava a massa de trabalhadores a manter a grande representatividade que adquiriu nos anos anteriores). Diante disso, a ofensiva gerou problemas de ordem estrutural. Outros fatores que interromperam o ciclo de crescimento podem ser destacados:

[...] a) o declínio da hegemonia dos EUA e a perda de força do dólar perante outras moedas; b) a tendência ao sobre investimento em setores consolidados, o que criou uma capacidade ociosa indesejável; c) a saturação dos mercados internacionalizados de bens industriais tradicionais; d) o arrefecimento do processo de elevação da produtividade global das economias desenvolvidas; e) o progressivo descolamento da riqueza financeira em relação ao desempenho do lado real da economia. Há outros fatores que ajudam a explicar as maiores pressões inflacionárias, como o primeiro choque do petróleo (1973) e a elevação da taxa básica de juros dos EUA, no final da década (1979). (PRONI, 1997, p. 32).

O declínio da hegemonia dos EUA não significou a perda completa do seu poder estrutural, na verdade, essa fase representou o acirramento das disputas monopólicas entre as nações tendo em vista a recuperação econômica europeia e japonesa. É importante situar que a dissipação da bipolarização socialismo x capitalismo havia começado e, neste sentido, os EUA, sendo o grande protagonista do bloco capitalista, viram-se ameaçados pelo bloco socialista. É emblemático remeter que o sistema político nesta época já recebia maiores imposições do capitalismo, o ataque à “invasão socialista”⁵³ demonstrou a necessidade de deslegitimar este

⁵² Com isso, não se defende que a crise seja monocausal, como visto ela é pluricausal. Compreende-se que dada a complexidade dos determinantes que incidem nas crises; por questões didáticas e limite proposto pelo item, é necessário abreviar as causas aos grandes marcos históricos.

⁵³ No que se refere às questões geopolíticas, o espectro da Guerra Fria permeou o mundo até os anos 1980, todavia a noção de mundo polarizado é perdida para a formação e blocos econômicos supranacionais. Ainda assim a Guerra do Vietnã (1955-1975) e a resistência da Venezuela (desde 2014) representaram um marco histórico de negação

processo de questionamento às ofensivas capitalistas, era necessário combater toda e qualquer forma, seja econômica, social ou cultural que questionasse o sistema. A deterioração do bloco leste socialista foi fundamental para a “recuperação” hegemônica dos EUA (ANTUNES, 1996).

O resultado desta crise profunda foram os ajustes estruturais, a exemplo da alteração radical no padrão produtivo de acumulação, da reestruturação produtiva e da alteração no padrão de regulação política, com o neoliberalismo; que geraram: reanimação monetária, financeirização da economia e um Estado (ainda mais) ativo e amortecedor para o capital. O movimento capitalista levou a medidas como:

[...] eliminação, absorção ou redução da atividade de empresas menos rentáveis; introdução de técnicas de produção mais avançadas; redução da produção de produtos com demanda de estagnação e aumento daqueles com maiores procura; investimentos de racionalização de custos com matérias-primas, energia, força de trabalho e emprego de capital fixo; crescimento da velocidade de circulação do capital; intensificação dos processos de trabalho, no sentido de aumentar de maneira mais durável a taxa de mais-valia relativa; redistribuição de antigos mercados [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2012, p. 117).

Além disto, as autoras acrescentam que a resposta à crise teve lugar no avanço demasiado das forças produtivas (intensa inovação tecnológica), alinhada produção automatizada, representando os níveis mais complexos de estratégia de extração de mais valia por tecnologia, que se materializou, especialmente, na substituição progressiva de trabalho vivo pelo morto, diminuição no período de rotação do capital, vida útil mais curta do capital fixo, a chamada Terceira Revolução Industrial. Tal processo provocou deslocamento temporal e espacial da indústria e no sistema financeiro (HARVEY, 2002).

As primeiras medidas capitalistas na implantação desse novo padrão ofereceram algumas mudanças sobretudo nos países cênicos, que detinham o controle produtivo e financeiro. A alteração da composição orgânica do capital investindo na inovação tecnológica, mudança no padrão organizacional de gestão do trabalho e baixa no salário promove algum aumento no lucro entre 1983-1990. Assim, houve uma sutil reanimação, mas esse aquecimento econômico não acarretou melhoria do salário real ou mesmo serviços públicos para os trabalhadores (DUMÉNIL; LÉVY, 2003).

A liberalização financeira, unida à desregulamentação ou regulamentação privada do capital, garantiu que a repartição de juros e dividendos estivesse nas mãos apenas dos grandes

ao imperialismo dos EUA. Fato é que as guerras e conflitos “diplomáticos” nesta fase do capitalismo só acontecem nos países que mantêm resistência ao “poder do mercado”, sobretudo ao norte-americano.

capitalistas, resultando numa generalização da financeirização e globalização⁵⁴ de mercados. A defesa⁵⁵ de que o caminho para a superação da crise produtiva é a oxigenação dos mercados financeiros mostrou sua ineficácia nos anos subsequentes.

O caminho trilhado pelo capital desde então demonstra que sua autorregulação gerou amplas proporções às crises conjunturais. Apesar das pífiás e voláteis recuperações, as respostas neoclássicas capilarizaram os efeitos da crise por todo o globo. Assim, a falácia de estabilização econômica por meio da financeirização da economia ou “nova economia” foi rápida e fictícia (CHESNAIS, 2003).

2.1.1 A “Contratendência” capitalista materializada na reestruturação produtiva, política neoliberal e financeirização do capital.

A reestruturação produtiva se tratou de um processo de alterações estruturais na base da produção de mercadorias, a partir de formas diferenciadas de controle do trabalho, inovação organizacional e inserção da microeletrônica, tecnologia de ponta na produção, sendo fundamental para retomada dos superlucros. É importante dizer que ela está intrinsecamente vinculada às medidas de regulação política e se “confunde” com a Terceira Revolução Industrial.

O processo foi iniciado nos países cêntricos entre 1970 e 1980 e se generalizou pelo mundo a partir de 1990, “[...] tem sua base material nos planos produtivos e tecnológicos e da organização industrial [...] redefinindo lenta e progressivamente o conjunto de estrutura econômica e da organização do trabalho.” (MATTOSO, 1995, p. 65). A partir de 1970 (concretizando-se em 1990), o mundo entra numa transformação substancial, na qual a base de

⁵⁴ Desde 1965 existem variações/similaridades importantes na bolsa de valores entre EUA e França, enquanto as movimentações financeiras são menos volumosas nos demais países capitalistas; todavia, no encaminhamento do processo de financeirização mundial, a mudança atinge outros países e assim: “As transferências de renda para os detentores de títulos foram, de fato, espetaculares. Simultaneamente, as cotações das bolsas explodiram, alimentando no contexto de uma corrida as rendas e mais-valia financeira, o que se chama de ‘bolha’, emanação especulativa da nova configuração de capitalismo [...] Observa-se que: 1) os índices variam de maneira surpreendentemente similar; 2) a queda após 1975 é considerável; 3) a recuperação é muito vigorosa a partir de 1983; 4) na segunda metade dos anos 1990, trata-se de uma verdadeira decolagem e é, sem dúvida, em virtude desse movimento que se deve falar em bolha [...]” (LÉVY; DUMÉNIL, 2003, p. 25).

⁵⁵ O capitalismo exige legitimidade social e cultural, nesse sentido, Pereira (2010, p. 55) afirma que as ideias neoliberais ou “neoclássicas” encontraram legitimidade nas universidades, caminho fundamental para propagação de seus supostos benefícios a sociedade civil. “Alguns dos argumentos usados para justificar a nova abordagem foram: a necessidade de motivar o trabalho duro e recompensar os ‘melhores’, a defesa da viabilidade dos mercados auto-regulados e dos mercados financeiros eficientes, a alegação de que há apenas indivíduos e não uma sociedade, a adoção do individualismo metodológico ou de um método hipotético dedutivo em ciências sociais e, por fim, a negação do conceito de interesse público que apenas faria sentido se houvesse de fato uma sociedade.”.

produção fordista é associada à base de produção flexível; alterando o modelo industrial e de serviços.

Em suma, pode-se afirmar que a reestruturação tem lugar no avanço do complexo eletrônico e automatização do que antes era função do trabalho vivo de forma altamente integrada e flexível, transformação e precarização das relações de trabalho, mudanças nas estratégias de empresas, competitividade internacional mais ferrenha, globalização de mercados e informações (ARANHA, 1999).

Apesar de longa, a citação seguinte sintetiza bem o contexto da transição do regime fordista para o flexível, em várias dimensões:

A.O PROCESSO DE PRODUÇÃO: produção flexível e em pequenos lotes de uma variedade de tipos de produto, sem estoques, controle de qualidade integrado ao processo (detecção imediata de erros), rejeição imediata de peças com defeito, redução de tempo perdido, reduzindo-se “a porosidade do dia de trabalho”, voltada para a demanda, integração (quase-) vertical, subcontratação, aprendizagem na prática integrada ao planejamento a longo prazo [...] B. TRABALHO: múltiplas tarefas, pagamento pessoal (sistema detalhado de bonificações), eliminação da demarcação de tarefas, longo treinamento no trabalho, organização mais horizontal do trabalho, aprendizagem no trabalho, ênfase na co-responsabilidade do trabalhador, grande segurança no emprego de trabalhadores centrais (emprego perpetuo). Nenhuma segurança no trabalho e condições de trabalho ruins para trabalhadores temporários. C. ESPAÇO: agregação e aglomeração espaciais, integração espacial, diversificação do mercado de trabalho [...] proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas. D. ESTADO: desregulamentação/re-gulamentação, flexibilidade, divisão/individualização, negociações locais ou por empresa, privatização das necessidades coletivas e da seguridade social, desestabilização internacional, crescentes tensões geopolíticas, descentralização e agudização da competição inter-regional/interurbana, o Estado/cidade “empreendedor”, intervenção estatal direta em mercados através de aquisição, políticas regionais “territoriais” [...], pesquisa e desenvolvimento financiados pelo Estado, inovação liderada pelo Estado. E. IDEOLOGIA: consumo individualizado cultura “yuppie”, pos-modernismo, especificidade/adaptação, individualização; a sociedade do “espetáculo”. (HAVEY, 2002, p. 167-168).

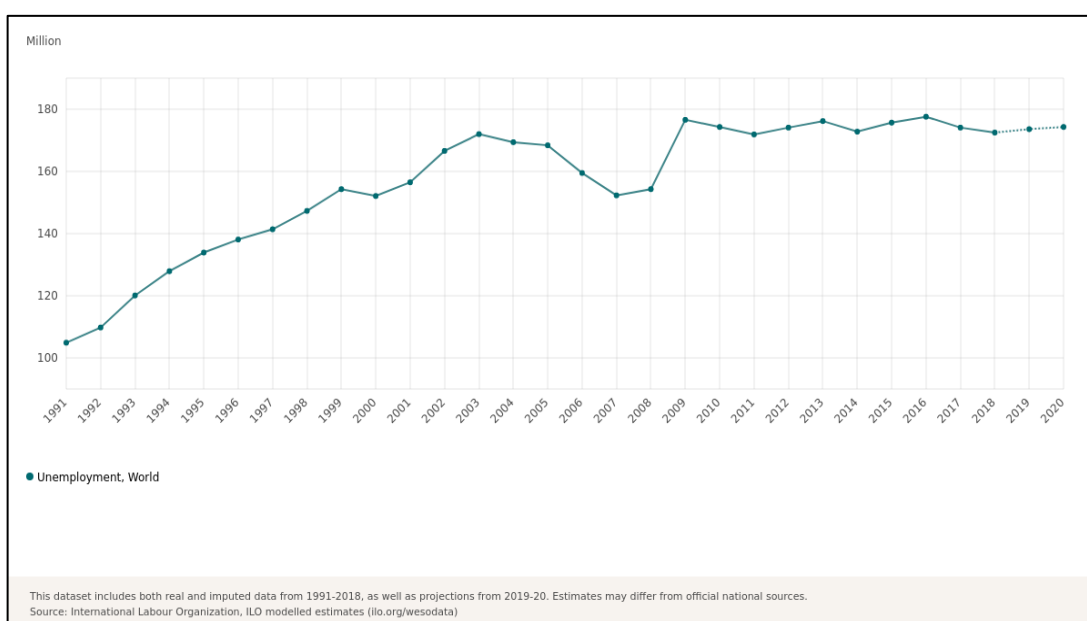
A inovação tecnológica proporcionada pela Terceira Revolução Industrial é um dos caminhos dos capitalistas para auferir superlucros, assim houve importantes avanços com a entrada da microeletrônica que alterou e automatizou os processos de trabalho⁵⁶. A reestruturação produtiva representou a flexibilização do trabalho aliada ao crescimento do desemprego o que, ao invés de propiciar uma saída da crise, a aprofundou, demonstrando a

⁵⁶ Diante dessa assertiva é importante destacar que em absoluto “[...] o permanente desemprego sob o capitalismo não significa que seja fruto do progresso tecnológico [...] o problema é muito mais complexo, porque exige considerar o nível em que se opera, numa situação determinada, a acumulação [...] o que se pode afirmar é que, sendo a taxa de acumulação inferior à taxa de crescimento da produtividade do trabalho, a demanda de força de trabalho cairá. Numa palavra, o desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações capitalistas.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 146-147).

fissura na acumulação e projeção de lucros, pois o escoamento mercantil foi interrompido gerando estoque e não realização do valor de troca.

Para Duménil e Lévy (2003), a crise iniciada em 1970 acarretou profundas transformações nos anos subsequentes para o mundo do trabalho, entre as mais importantes, o aumento do desemprego, oriundo da diminuição investimentos no capital produtivo e aumento no capital financeiro. Essa redução ocorreu pela regressão na taxa de lucro dos EUA e Europa que eram o centro dinâmico econômico até então.

Gráfico 1 – Desemprego Global



Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2019)

O Gráfico 1 demonstra a crescente progressão do desemprego, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) existiam 104,9 milhões de desempregados no mundo na década de 1990 e os indicativos demonstram que até 2020 esse número saltará para 174,3 milhões, ou seja, um aumento de 65,4 milhões de desempregados em quase três décadas. O resultado disto é um aprofundamento na questão social, sobretudo no que se refere à pauperização do exército industrial de reserva (MARX, 2010).

Outro ponto fundamental sobre as mutações no trabalho diz respeito às transformações manifestas na sua forma organizacional, o toyotismo⁵⁷ que “substitui” o padrão

⁵⁷ Tratou-se de uma alteração estratégica na regulação e produção iniciada na indústria automobilística Toyota, no Japão. Nasceu no intuito de recuperar o país da devastação provocada pela Segunda Guerra Mundial e acompanhar a competitividade dos EUA. Gounet (1999) afirma que o princípio de organização do trabalho baseava-se nos “5 zeros”: zero atrasos, zero estoques, zero defeitos, zero panes, zero papeis.

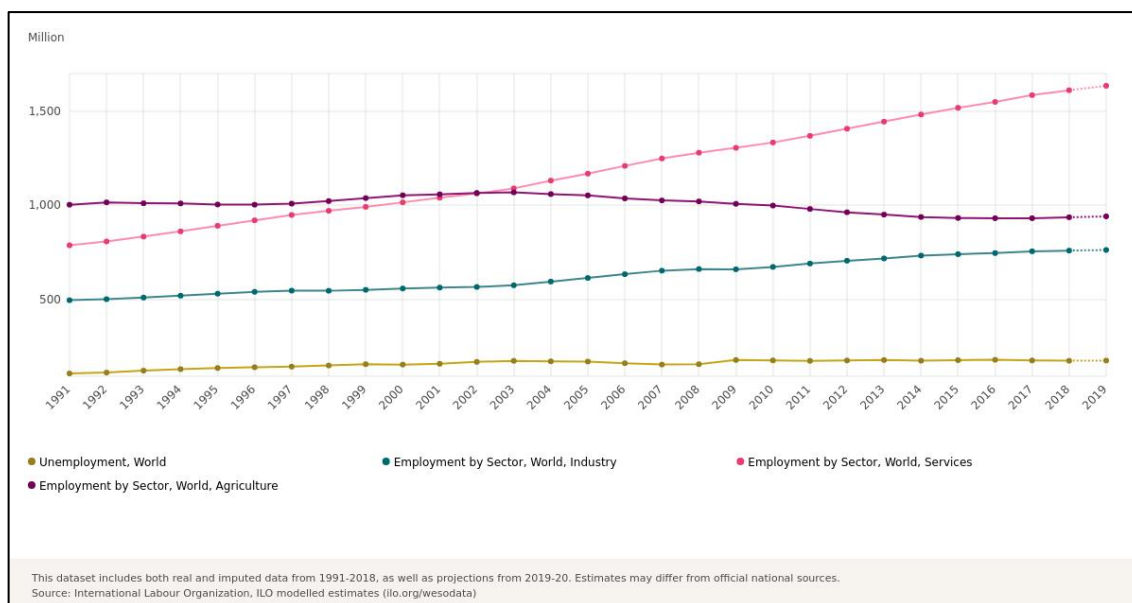
taylorista/fordista preencheu a necessidade para esta nova fase do capitalismo, dada a sua complexidade, podem se destacar algumas características:

1. A produção é puxada pela demanda e o crescimento, pelo fluxo [...] É preciso produzir muitos modelos, cada um em pequena quantidade, e é a demanda que deve fixar o número [de produtos] a empresa só produz o que é vendido e o consumo condiciona toda organização da produção [...] 2. combater o desperdício. A empresa decompõe o trabalho de uma fábrica em quatro operações: transporte, produção propriamente dita, estocagem, controle de qualidade [...] a máxima fluidez da produção é o objetivo supremo [...] 3. rompe-se a relação homem/uma máquina [...] o trabalho não é mais individualizado e racionalizado; é um trabalho de equipe [...] frente a um sistema automatizado [...]; o trabalhador deve tornar-se polivalente [...] 4. instala-se o kanban [...] método rápido, fácil e essencial. 5. [...] a linha de montagem deve produzir veículos diferentes. 6. Em vez de aprofundar a integração vertical [...] eles desenvolvem relações de subcontratações com fornecedores [...] just-in-time e de qualidade impecável. (GOUNET, 1999, p. 27-28).

A complexidade do toyotismo é notável, pois ele intensifica a exploração dos operários na medida em que representa também a captação subjetiva. A prova disso é a inserção agressiva dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), segundo Antunes (2015), os grupos de trabalhadores são induzidos pelo capital a controlarem a si próprios e aos colegas em favor da empresa, sob a falácia de pertencimento (que são “donos” tanto quanto os proprietários). Foi o que o autor chamou de “apropriação do saber fazer intelectual do trabalhador”, isto é, não bastam as dimensões objetivas ou a energia física para o trabalho, devem pertencer ao capitalismo também as dimensões subjetivas; a partir do “[...] envolvimento dos trabalhadores, através de um processo mais profundo de interiorização do trabalho alienado (estranhado).” (ANTUNES, 2015, p. 232, grifos do autor).

O capitalismo neste novo momento requer todas as dimensões sociais de seus sustentadores: a saúde lhe pertence (KAUFMANN, 2002), os momentos de lazer lhe pertencem (ANTUNES, 1996), sua experiência e consciência lhe pertencem (ALVES, 2013), é com este espírito que nasce um novo momento de acumulação do capital. Esta reestruturação “espírita” que também é material ocorreu/ocorre em todas as esferas de produção e de prestação de serviços.

A reestruturação foi também espacial, a chamada desterritorialização da indústria, que é resultado da busca por novos polos de mercado e mão de obra barata. Neste momento, a entrada de capital estrangeiro ultrapassa limites industriais, há uma maior concentração de capital financeiro de modo que há também a ampliação de serviços e diminuição da produção de agregados reais, falando-se em uma sociedade pós-industrial, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Emprego por setor no mundo

Fonte: Organização Mundial do Trabalho (2019)

Segundo a OIT (2019), 10 anos após o processo iniciado com a reestruturação produtiva, o cenário de empregos no mundo alterou-se substancialmente. A linha azul no Gráfico 2 representa o número de emprego (em milhões) no setor industrial, totalizando 494,5 milhões de operários, o que representou um percentual de redução de 22% no conjunto total de postos de trabalho em 1990. Atualmente, o Gráfico 2 demonstra um leve aumento de trabalho no setor, cerca de 760,8 milhões, o equivalente a 23% dos empregos. A linha rosa mostra o setor de serviços em 1990, que ocupava o segundo lugar nos postos de trabalho: 786,7 milhões de trabalhadores empregados, 34 % de todas as ocupações na época. Como se vê, a progressão do setor foi importante, mais de 15% em trinta anos, atualmente representa 1.634,8 bilhões de trabalhadores, cerca de 49% em todo o globo. A linha roxa mostra os valores referentes aos empregos na agricultura que, em 1990, tinha o desempenho de 44% ou seja, setor de maior ocupação para trabalhadores, equivalente à cerca de 1.002,4 bilhões de empregados, tendo queda importante ao longo das décadas, para 2020, as estimativas indicam que chegue a 28% de todos os postos de trabalho no mundo, representando 940,0 milhões de trabalhadores. Esses índices demonstram como as transformações no mundo do trabalho têm sido significativas.

Essa realidade tem particularidades em alguns países, mas fato é que o deslocamento⁵⁸ espacial encontra no caráter do desenvolvimento desigual e combinado a razão de sua

⁵⁸ Sobre isso, Mattoso (1995, p. 57) afirma que o processo que ocorre sobretudo em 1980 na expansão da reestruturação produtiva que “[...] assumiria um caráter marcadamente desigual, segundo as diferentes regiões, países, empresas e indivíduos [...] caracterizaria uma distribuição desequilibrada dos benefícios do progresso

eficiência, pois a acumulação nos países periféricos depende muito das formas reatualizadas de acumulação dos países centrais.

Na realocação dos espaços industriais a “nova” forma de acumulação dos capitalistas é pagando tanto quanto mais baixo for possível o salário (conforme foi visto, o valor dos salários no capitalismo varia de acordo com alguns elementos históricos e tensão do capital x trabalho), isso significa que a reorganização espacial/estrutural, associada à reordenação organizacional toyotista, redundou na mais profunda precarização material e espiritual do trabalhador. O resultado é o aval do mercado para a implementação de instabilidade no trabalho devido à volatilidade da demanda (PICCININI, 1992). Conjugam-se as formas da “modernidade mais arcaica” ou “modernização conservadora” (MATTOSO, 1995) de exploração do trabalho. Para Soares (2002) o cerne da modernização conservadora reside no fato de que a reestruturação produtiva é essencialmente contraditória, pois a modernização técnica de produção é desigual entre os países, trata-se da

[...] “transformação produtiva sem equidade”. Nesse caso, o caráter global da modernização está dado pelo sentido comum de agravamento das desigualdades e de produção de exclusão. [...] caracteriza-se pelo caráter restrito e concentrado das mudanças tecnológicas em poucos países, bem como numa distribuição desigual dos frutos do progresso técnico e dos custos sociais das políticas de ajuste e reestruturação. Os custos sociais têm sido pagos primordialmente pelos países periféricos [...]. Os países centrais reservam para si os avanços científicos e tecnológicos, os núcleos de expansão e diversificação produtiva, os fluxos de comércio e de capitais. (SOARES, 2002, p.18-19, grifos da autora).

As tensões da lei de valor vão imperar de forma diferente no centro e na periferia, a própria acumulação provoca o rearranjo da estrutura mundial na transição do imperialismo clássico para o tardio. Paralelo a isto, a ampliação e globalização financeira imprime, a partir de 1990, uma complexa e instável forma de acumulação capitalista que gerou uma crise com novas dimensões.

É nesse contexto que Chesnais (1996) afirma a existência de um novo momento de acumulação para o capital. A acumulação financeira, que consiste na centralização de riqueza em instituições especializadas em lucros industriais não reinvestidos e, por conseguinte uma renda não consumida, a fim de se valorizar apenas por ativos financeiros fictícios; gerando concentração de poder político e estratégico de tal forma que se formam oligarquias mundiais (com poder de *loobbies*), que controlam o mundo (Fundo Monetário Internacional/FMI, Banco Mundial/BM, Organização das Nações Unidas/ONU).

técnico. Essa desigualdade também se expressaria na forma de intensidade com que recairia sobre os trabalhadores e o Estado as principais consequências do processo de reestruturação mundial do capital.”.

A financeirização do capital se tornou um dos pilares da reestruturação produtiva, é importante destacar que existiram fases e estratégias para que essa estrutura global fosse efetivada. Tudo começa pela financeirização do capital:

[...] É o processo [...] por meio do qual o sistema financeiro, que é não apenas capitalista mas também liberal, cria riqueza financeira artificial. E mais, é também o processo pelo qual os rentistas associados aos profissionais liberais do setor financeiro conquistam o controle sobre uma parte substancial do excedente econômico que a sociedade produz — e a renda se concentra nos um ou dois por cento mais ricos da população. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 57).

A formação dos oligopólios financeiros acontece junto à formação dos monopólios industriais, mas os primeiros têm protagonismo a partir de 1990 e serão fundamentais para as atuais crises mundiais.

A expressiva acumulação financeira teve fases que foram explanadas por Chesnais (1996). O autor afirma que a primeira fase de acumulação (periodizada entre 1950 a 1960) foi fundamental para a formação de lucros sob dinheiro fictício e controle do aparelho estatal, pois foi responsável por concentrar “[...] em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que tem por encargo valoriza-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações mantendo-os fora da produção de bens de serviço.” (CHESNAIS, 2013, p. 18). Para o autor, a segunda fase da acumulação desse movimento desembocou na “ditadura dos credores” e “tirania dos mercados”, que tinha o princípio da “reciclagem” tomando “[...] a forma de empréstimos e de abertura de linhas de crédito dos bancos internacionais aos governos de Terceiro Mundo, sobretudo América Latina” (CHESNAIS, 2013, p. 36), a partir de 1976; utilizando o Estado como mediador deste processo (daí a centralidade do neoliberalismo aliado à reestruturação). A terceira fase de acumulação chegará sob formas jamais vistas de imposições de mercado sobre as nações, chamada “governo de empresas”. A precisão “impessoal” dos mercados, exercida sobre os grupos industriais pelo viés do nível comparado da taxa de juros sobre os títulos da dívida e dos lucros industriais, se multiplica em formas de controle muito mais diretas “[...] Impõem-se novas formas de rentabilidade, que geram pressões bastante atenuadas sobre salários, tanto em termos produtivos e de flexibilidade do trabalho, como de mudanças nas formas de determinação dos salários.” (CHESNAIS, 2013, p. 42).

Os capitalistas rentistas (de quem Marx já falava sob outra linguagem e panorama histórico, para sinalizar o peso de sua atuação na economia, na fase pré-capitalista) que comandam este processo são o grande problema, pois são parasitas de mais valia, não há

trabalho produtivo e, portanto, não há riqueza real. De forma semelhante, Torres Filho (2014) salienta que após a acumulação ocorreu a globalização financeira, que aconteceu em quatro principais frentes: liberalização dos mercados financeiros, desintermediação bancária, externalização do risco, elevada alavancagem.

O Estado neoliberal tem lugar de destaque na ofensiva do capital contra a crise, nada mais claro que as diretrizes do Consenso de Washington (1989), no qual houve uma reorganização do tripé da macropolítica econômica que desregulamentou as relações de trabalho, precarizando e barateando o trabalho vivo de forma mais intensa nos países de Terceiro Mundo, o que, favoreceu as medidas do mercado financeiro.

Essa financeirização vem causando profundo desequilíbrio nas transações dos mercados internacionais financeiros e de serviços, o que leva à instabilidade monetária e cambial. As características do capitalismo de predominância financeira são:

[...] um enorme aumento do valor total dos ativos financeiros em circulação no mundo como consequência da multiplicação dos instrumentos financeiros facilitada pela securitização e pelos derivativos; a separação entre a economia real e a economia financeira, com a criação descontrolada de riqueza financeira fictícia em benefício dos rentistas capitalistas; e um grande aumento da taxa de lucro das instituições financeiras, sobretudo de sua capacidade de pagamento de grandes bonificações aos operadores financeiros por sua habilidade de aumentar as rendas capitalistas [...] Outra maneira de expressar a profunda mudança dos mercados financeiros associada a financeirização é dizer que o crédito deixou de se basear principalmente em empréstimos de bancos a empresas no contexto do mercado financeiro regular, para se basear cada vez mais em títulos negociados por investidores financeiros (fundos de pensão, fundos de hedge, fundos mútuos) nos mercados de balcão. A adoção de “inovações financeiras” complexas e obscuras, combinada com um enorme aumento do crédito sob a forma de títulos, levou [...] uma disfunção generalizada do genoma das finanças na medida em que tal mistura de inovações financeiras ocultava e ampliava O risco envolvido em cada inovação. Essa mistura, combinada com a especulação clássica, levou o preço dos ativos financeiros a aumentar, ampliando artificialmente a riqueza financeira ou o capital fictício, que se expandiu a uma taxa muito mais elevada do que a da produção, ou riqueza real. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 55-56, grifos do autor).

Se para o capital o neoliberalismo representou uma forma de regulação alternativa à crise e recuperação dos lucros, para o social representou a maximização da retirada de direitos sociais, a exacerbação da concentração de poder os monopólios com legitimação dos Estados nacionais. Representou a defesa de que o Estado de bem estar era retrógrado, anacrônico e deveria ser destruído. Segundo Netto e Braz (2012, p. 239), “[...] o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinado a supressão ou redução de direitos e garantias sociais.”. Assim, os países capitalistas do pós 1990:

[...] construíram a ideologia neoliberal com base nas antigas ideias do *laissez-faire* e numa economia matemática que oferecia legitimidade “científica” ao novo credo. O objetivo explícito era reduzir os salários indiretos por meio da “flexibilização” das leis de proteção ao trabalho, fossem as que representavam custos diretos para as empresas, fossem as que envolviam a redução dos benefícios sociais proporcionados pelo Estado. O neoliberalismo também procurava reduzir o porte do aparelho do Estado e desregular todos os mercados, principalmente, os financeiros. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 55, grifos do autor).

O desenvolvimento do sistema financeiro mundial jamais seria possível sem a participação das grandes potências nacionais que estimularam e ofereceram retaguarda às grandes instituições financeiras, bancárias ou não, a maior característica desse processo são que as transações financeiras estão acima da saúde financeira dos Estados nacionais.

A problemática da montagem⁵⁹ desse sistema tem lugar na taxa de câmbio flutuante, isto é, com a liberalização financeira as taxas são definidas pelo mercado e não pelos Estados nacionais. Basicamente, a nova formatação da economia nacional impactou na máquina pública, pois, sem nenhuma mediação para além do mercado e a intervenção dos capitais privados sobre suas moedas, ocasionou o desmonte do controle estatal sobre suas finanças. A liberalização que foi iniciada nos EUA e Europa tomou o resto do globo tendo em vista a competitividade do capital.

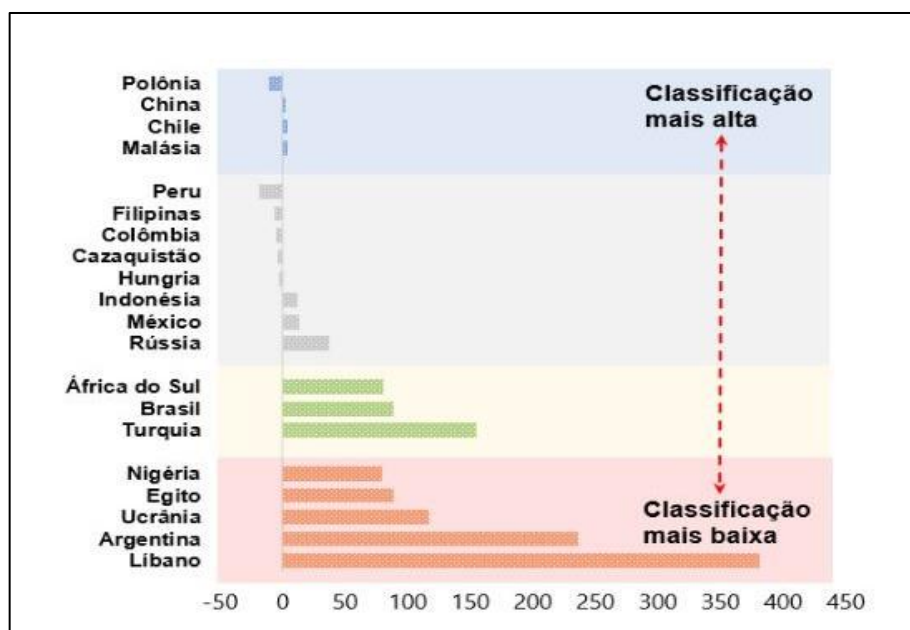
A liberalização dos diferentes mercados financeiros nacionais constituiu um amplo espaço concorrencial unificado onde as grandes instituições passaram a concorrer globalmente. Se essa construção, por um lado, deu sustentação a um sistema monetário internacional baseado em um dólar flexível, criou, por outro, problemas regulatórios importantes que não haviam sido previstos. Essas questões envolviam temas de natureza diversa, que iam desde a ação coordenada dos bancos centrais em momentos de crise até as “fronteiras” da jurisdição e da responsabilidade cada uma dessas instituições. Além disso, precisariam ser tratadas as assimetrias competitivas entre os bancos de diferentes origens nacionais, que passavam a concorrer globalmente, mas continuavam sujeitos a regulações de origem local. (TORRES FILHO, 2014, p. 437).

Isso quer dizer que a despeito do progressivo aumento de transações financeiras arriscadas, havia a diminuição da regulação nacional de bancos e instituições financeiras, gerando um anarquismo financeiro local que levou a problemáticas globais. Essa realidade teve consequências mais nefastas para as economias emergentes ou periféricas.

⁵⁹ Essa montagem foi processual e aconteceu com alguns entraves: “Do ponto de vista político, houve resistências ao novo padrão monetário americano. Os europeus, por exemplo, criaram já em 1972 um mecanismo que reduzia a amplitude das flutuações entre suas moedas, a chamada ‘serpente europeia’. Da parte dos mercados, o ajuste também não foi rápido. Enquanto o processo maturava, a economia internacional atravessava um período de forte instabilidade, marcado por inflação elevada, taxas de juros negativas e choques de preços.” (TORRES FILHO, 2014, p. 435).

Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira do Mundo (GRSF), divulgado pelo FMI (2019), isso aconteceu porque essas nações tiveram/têm maior dificuldade de conseguir empréstimos nos órgãos internacionais e os juros são demasiadamente altos.

Gráfico 3 – Variação de *spreads* de crédito



Fonte: Fundo Monetário Internacional (2019)

O Gráfico 3 demonstra a linha de crédito mais caro em dólar e que seu valor aumenta na medida em que o dólar fica mais forte como moeda estrangeira padrão. As taxas de juros se elevam nos EUA e tornam o endividamento externo de nações emergentes mais caro. Assim, o valor dos *spreads*⁶⁰ de crédito crescem na proporção da demanda de dólar de cada país, que geralmente é tanto maior (a demanda) quanto mais pobre for, como se percebe na ilustração acima, entre países subdesenvolvidos a classificação de risco é maior para empréstimos em dólar. Outro elemento a ser pontuado, é a variação de preço de acordo com cada país que solicita o empréstimo.

Forma-se um cenário de exploração/extração de riqueza mais ferrenha para as regiões periféricas, na América Latina um marco importante é caracterizado pela entrega de empresas públicas que privatizam serviços básicos; a ordenança é entrega do capital público ao privado e exigência de que o Estado gaste pouco com social, para gerar superávit para pagamento de

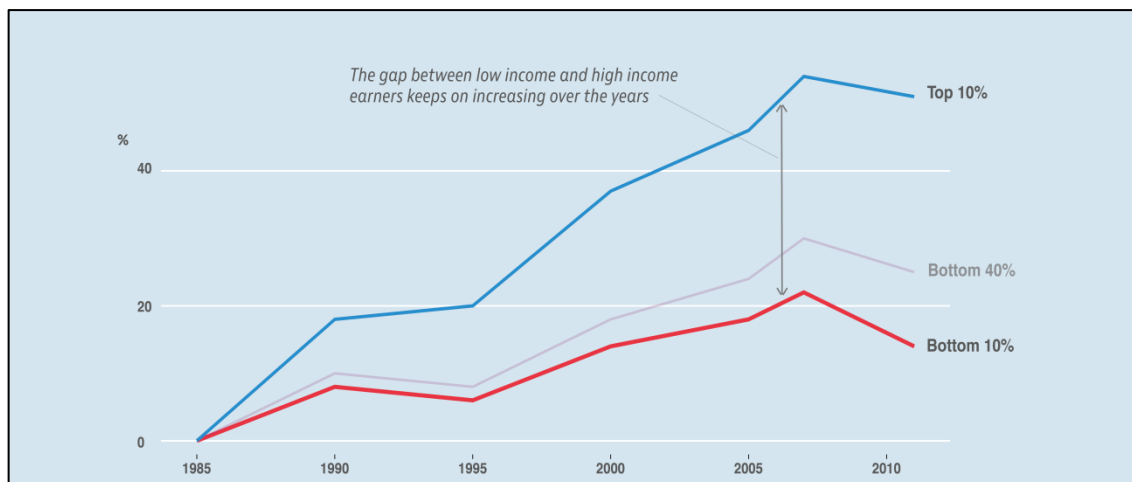
⁶⁰ São os valores de empréstimos concedidos seja por bancos ou outras instituições financeiras que têm como fonte de lucro a cobrança de juros altos acima do valor concedido, todavia esses *spreads*, são captados de outros investidores, ou seja, um investidor deposita valores nos bancos e os bancos repassam com juros para quem solicita. Em suma representa a diferença entre os juros cobrados pelas instituições ao emprestar dinheiro e o valor que pagam para captar o dinheiro que irão emprestar.

dívida externa. Complexos industriais importantes e estratégicos da economia nacional são/foram entregues ao capital e a riqueza social é concentrada nos mercados estrangeiros. Há uma exponencial crise fiscal do Estado e profundo endividamento dos países periféricos. Para os Estados nacionais, iniciou-se uma verdadeira revolução na lógica de funcionamento, representando o nível mais fetichizado do capital materializado numa enormidade de dívida pública que interferiu na formatação das suas políticas econômicas internas, gerando privatização e entreguismo da riqueza nacional (TRISTÃO; LUPATINI; LARA, 2009):

[...] a dívida pública gera pressões fiscais fortes sobre as rendas menores e com menor mobilidade, austeridade orçamentária e paralisia das despesas públicas. No curso dos últimos dez anos, foi ela que facilitou a implantação de políticas de privatização nos países chamados em desenvolvimento. Políticas essas que não objetivam favorecer a maioria da população, mas apenas “sustentar” a “acumulação financeira”, levando ao “público” a lógica do “privado”, em sua roupagem financeira. (CHESNAIS, 2005 apud TRISTÃO; LUPATINI, LARA, 2009, p. 255).

As ações dos organismos internacionais (como FMI) ficaram mais evidentes na adoção de medidas político-econômicas estruturais, o tripé macroeconômico baseado no – ajuste fiscal, desvalorização cambial e políticas monetárias restritivas – foi implantado com intuito de combater a inflação e teve importantes consequências nos países periféricos, como: “[...] o aumento da miséria e da degradação das condições de vida e do trabalho, o distanciamento crescente, em nível tecnológico e produtivo, dos países capitalistas centrais e sua marginalização dos centros financeiros, tecnológicos e comerciais e de poder internacionais.” (MATTOSO, 1995, p. 60).

De forma mais clara, é possível visualizar que essas políticas impactaram no aprofundamento das desigualdades sociais, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as desigualdades sociais têm crescido e atingem níveis mais altos desde 1990.

Gráfico 4 – Crescente desigualdade de renda

Fonte: Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (2019)

O Gráfico 4 em questão demonstra as alterações da média real de rendimento doméstico até 2015, a população mais rica do mundo, cerca de 10%, vem progressivamente ficando mais rica na medida em que aumenta sua concentração de renda (sem trabalho, ou seja, por movimentação de ativos financeiros), fica mais rica a partir de rendimentos que “recebem em casa”, essa concentração/ rendimentos por ativos acontece 10 vezes mais que o salário dos 10% mais baixos do mundo, ou seja, a diferença entre os ganhos de baixa e alta renda continuam aumentando ao longo dos anos. Esses dados demonstram também os níveis de instabilidade e especulação têm avançado não só entre instituições financeiras, mas também, entre “pessoas físicas”. O (des)controle financeiro no atual cenário capitalista é de tal ordem que sua imposição na reestruturação do capital é central.

No intuito de pagamento das dívidas externas há uma liberalização financeira interna e externa do capital nos países (principalmente emergentes e periféricos). O papel fundamental da dívida pública para a acumulação financeira “[...] não só atende as necessidades do financiamento dos Estados, mas também vem alimentar a massa concentrada nos grandes grupos-fundos de pensão, fundos mútuos, companhias de seguro sob a forma-dinheiro.” (TRISTÃO; LUPATINI; LARA, 2009, p. 245).

As respostas neoliberais mostraram sua ineficácia na medida em que se propagou a ideia de reestabilização econômica por via dos mercados financeiros, o que ocorreu foi o inverso. Graças à agilidade das informações e da produção de tecnologias financeiras, esse momento floresceu a falsa segurança de que, nos investimentos financeiros residia a recuperação econômica mundial.

Como Netto (1996) e Bresser-Pereira (2010) afirmaram, todo esse lucro fictício do sistema financeiro é repartido da mais valia industrial (ou agregados reais em geral) que realmente produz riqueza, sendo assim tanto bancos quanto investidores se apropriam da riqueza nacional enquanto produzem riqueza fictícia. Ou seja, a riqueza real do Produto Interno Bruto (PIB) dos países auferida da produção é repartida, enquanto as finanças irreais são concentradas e ainda mais especuladas.

No contexto de intensas transformações tecnológicas, foi possível a movimentação financeira para além dos bancos e Estado. A especulação de riqueza e a bolha financeira tornam-se crescentes em todas as nações, graças à possibilidade da “pessoa física” se inserir na malha financeira globalizada, o resultado foi a crise histórica financeira. Iniciada no coração do EUA e de refrações sobre outras nações, reatualizando o que aconteceu na crise de 1929.

A grande diferença entre a primeira e a segunda é que, a maior crise financeira já presenciada tem lugar na alavancagem de securitização e venda de títulos domésticos. Trata-se da crise que emerge aliada ao volume de investimentos individuais ou de famílias vinculados ao sistema imobiliário de alta liquidez e da desregulamentação de bancos e outros intermediários financeiros (como agências de seguros), provocando uma bolha econômica sem precedentes. Os empréstimos bancários foram expandidos sem muito aumento de capital real nos EUA e na Europa. Com a adoção do euro (na Europa) houve uma baixa taxa de juros para custos de empréstimos familiares resultando em massiva movimentação financeira, num boom imobiliário (sobretudo na Islândia, Irlanda e Espanha) (MAZZUCHELLI, 2008), gerando profunda instabilidade na economia financeira mundial, atingindo pelo menos 24 potências mundiais (FMI, 2019).

A instabilidade intrínseca a um sistema monetário internacional baseado em taxas de câmbio e juros flutuantes, assim como a explosão da securitização, deram, por sua vez, base ao desenvolvimento de outras famílias de instrumentos financeiros, como os derivativos. Trata-se de contratos financeiros que permitem a mercantilização e redistribuição dos riscos entre os diferentes investidores. A maioria desses instrumentos refere-se a exposições a juros e câmbio, mas podem também estar associados a riscos com créditos e ações. (TORRES FILHO, 2014, p. 439).

O mundo assim mergulhou numa bolha financeira que teve como protagonista o “poder estrutural” dos EUA (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Tal crise tem como disparador fundamental a crescente expansão de movimentação financeira de ativos, títulos públicos financeiros. A crise de subprime⁶¹ do setor imobiliário

⁶¹ “A crise financeira geral partiu da crise dos *subprimes*, ou, mais precisamente, de hipotecas oferecidas a clientes de qualidade de crédito inferior que eram depois agrupadas em títulos complexos e opacos, cujo risco associado

tomou essa magnitude justamente por representar a interligação financeira global, a alavancagem financeira deu proporções impensáveis a esta crise, a sua face foi tão evidente que até mesmo Estados de nações de liberalismo econômico interviram massivamente. Por exemplo os EUA, segundo o FMI (2019) o então presidente George W. Bush deu retaguarda à dívida com a liberação de R\$ 2,6 trilhões dos cofres públicos para os bancos falidos.

Bresser-Pereira (2010) afirma que ela começa em países ricos e se alastra pelo globo devido à alta desregulamentação e não necessariamente a uma sistemática monetária errada (adoção do euro e dólar):

Nesse cenário, a crise de 2008 representa um choque de grandes proporções para o Sistema Financeiro Globalizado. Houve a explicitação de que, diferentemente do que muitos argumentavam, o comportamento concorrencial do sistema financeira podia levar a uma disrupção generalizada nos mercados dos ativos, arrastando consigo o nível de atividade e a solvência dos soberanos. Há hoje a percepção de que as garantias, que os governos dão a seus grandes bancos comerciais, são incompatíveis com a adoção por essas instituições de comportamentos especulativos semelhantes — muitas vezes em escala mais ampliada — aos dos hedge funds. (TORRES FILHO, 2014, p. 448, grifos do autor).

Esse caos financeiro é que trouxe consequências vivenciadas atualmente. Apesar de algumas intervenções estatais terem sido paulatinamente aplicadas como retaguarda para conter os efeitos da crise, suas sequelas devastadoras foram claras. Tudo que vinha sendo aplicado pelas plataformas neoliberais se complexifica e os impactos sociais foram avassaladores. As medidas macropudenciais,⁶² apesar de terem amenizado os impactos da crise, têm se mostrado ineficazes para conter a lei de valor. O “fordismo financeiro” controla a economia mundial.

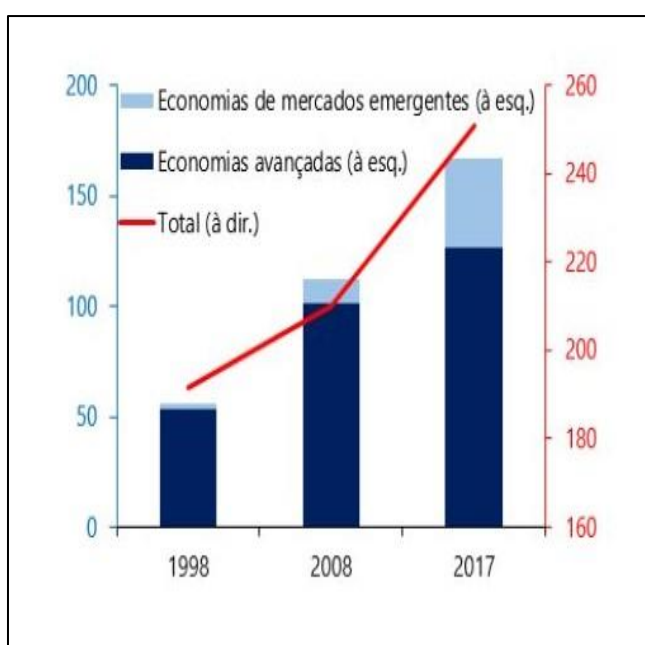
era de avaliação difícil, senão impossível, para os compradores. Tratava-se de um desequilíbrio em um minúsculo setor que, em tese, não deveria ter causado tamanha crise, mas o fez porque nos anos anteriores o sistema financeiro internacional fora tão intimamente integrado em um esquema de operações financeira securitizadas que era essencialmente frágil, principalmente porque as inovações e a especulação financeiras tornaram o sistema financeiro como um todo altamente arriscado.” (PEREIRA, 2010, p. 52).

⁶² As medidas macropudenciais são diretrizes macroeconômicas que objetivam fortalecer a saúde do sistema financeiro e impedir o caráter cíclico das crises. Em 2008 o FMI, o Banco Mundial, Estados Nacionais estabeleceram algumas medidas para tentar impedir a crise. A partir da tentativa de conter: *“Elevação do endividamento empresarial:* Deve-se manter a supervisão rigorosa das práticas bancárias de avaliação de risco de crédito e financiamento. É necessário empreender esforços para ampliar a divulgação de informações e a transparência em mercados financeiros não bancários para permitir uma avaliação mais abrangente dos riscos [...] as autoridades podem considerar o desenvolvimento de ferramentas prudenciais para empresas altamente alavancadas, além das ferramentas prudenciais para setores específicos [...] *Aumento da parcela de títulos mais arriscados e ilíquidos nas carteiras de investidores institucionais:* Deve-se reforçar a supervisão de entidades financeiras não bancárias. As vulnerabilidades dos investidores institucionais podem ser sanadas com os devidos incentivos (por exemplo, para reduzir a oferta de produtos com retorno garantido), normas de solvência e liquidez mínimas e maior divulgação de informações. *Maior dependência de captações externas em economias de mercado emergente e de fronteira:* As economias de mercado emergente e de fronteira endividadas devem mitigar os riscos de sustentabilidade da dívida com práticas prudentes e estrutura sólida de gestão. Para evitar uma crise ainda maior, novamente o Estado teve que intervir para salvar os bancos.” (FMI, 2019, p. 2, grifos nossos).

A crise atual representa, na verdade, uma derrota fragorosa do liberalismo irrefletido que contaminou os espíritos nos últimos trinta anos. A fé cega na capacidade de regulação dos mercados é um dogma que acompanha o capitalismo desde o seu nascimento [...] A grande lição que resta destes dois episódios dramáticos é que, definitivamente, o capitalismo não pode ser deixado à mercê dos capitalistas. (MAZZUCELLI, 2008, p. 66).

O cenário ainda é caótico, a dívida contraída para a recuperação da crise se estende progressivamente. O Gráfico 5 demonstra que apesar de qualquer intervenção dos Estados, as movimentações financeiras comprometem o PIB dos países.

Gráfico 5 – Endividamento galopante



Fonte: Fundo Monetário Internacional (2018).

O Gráfico 5 publicado pelo Relatório de Estabilidade Financeira Global (GRSF) demonstra o valor em trilhões do endividamento dos países desde 2008 (FMI, 2019). A progressão das dívidas públicas, individuais e de empresas não parece ter sido solucionada. Como se viu, os países mais endividados são os emergentes. Têm-se em média 260 trilhões de dólares em dívida, que continuam a aumentar.

Segundo os números do banco de dados do *World Economic Outlook* (WEO, 2019), as vulnerabilidades das instituições financeiras bancárias estão ainda muito elevadas, 80% das economias com setores financeiros de importância sistêmica (por PIB) apresentam similaridades com o que fora visto em 2008. Isso demonstra a dimensão e atualidade da crise. Os dados do GRFS (2019) indicam que a instabilidade do setor de instituições não bancárias também tem contribuído para a ampliação do endividamento dos países emergentes que

aumentou para 160% em 2019 se comparado com 100% em 2008, em alguns países, esse valor ultrapassou 300% do PIB. Paradoxalmente, esses países não conseguem se livrar do ciclo de vulnerabilidade e endividamento financeiro pois são incapazes de suportar o “[..] declínio dos empréstimos internacionais em dólares devido a sua capacidade limitada de buscar outras fontes de captação em dólares ou de substituir o dólar por outras moedas.” (WEO, 2019, p. 3). Tal cenário demonstra que:

[...] no período pós-crise: desde a possível eliminação da regulamentação financeira aos efeitos da desigualdade excessiva; do protecionismo e das políticas isolacionistas aos desequilíbrios globais. Nossas decisões ao lidar com esses desafios determinarão se internalizamos totalmente as lições deixadas pelo Lehman. Nesse sentido, o verdadeiro legado da crise não pode ser devidamente avaliado após dez anos, porque ainda está sendo escrito. (LAGARDE, 2019, p. 1).

Diante disso, concorda-se com Lagarde (2019) quando afirma que apesar dos 10 anos que se passaram desde a crise de 2008 e de alguns aspectos aparentemente terem sido sanados, permanecem problemas de ordem estrutural e novas dimensões da velha crise capitalista.

3 CAPÍTULO 2 – O BRASIL E O NORDESTE EM SEUS CICLOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Ao longo do capítulo I foi possível arrolar alguns elementos que compuseram a formação do capitalismo mundial, suas características marcantes e sua condição fundamental de permanente crise e desigualdade sistêmica. A dinâmica do mundo capitalista se transformou significativamente no pós Segunda Guerra Mundial, no qual o padrão produtivo fordista se desenvolveu e entrou em crise, trazendo se decompôs e trouxe alterações estruturais, dentre elas o padrão de industrialização e de regulação político-institucional.

Mandel (1985) afirma que o peso de industrialização de um país no capitalismo tardio pode ser medido por seu potencial de exportar bens do Departamento I, pode ainda ser avaliado por seu desempenho no mercado mundial, na medida em que se torna credor de países em desenvolvimento, ou mesmo por seu dinamismo comercial, porte tecnológico e amplitude de produção.

A estrutura subserviente dos países do chamado Terceiro Mundo permanece desde a gênese capitalista, como a lei do desenvolvimento desigual e combinado impõe que jamais haja homogeneidade em termos de produção, circulação e consumo de produtos, o momento de industrialização de países que são “semicolônias” representa apenas novas formas de justaposição do desenvolvimento e subdesenvolvimento, ou seja, (a despeito da aparência de mudanças) trata-se somente de uma nova forma de acumulação do capital. Seja pelo potencial de extração de mais valia absoluta (dada à tardia incorporação de valor histórico moral, da reprodução da força de trabalho nas semicolônias), pelo potencial de extração de riqueza sem maiores contrapartidas ou pela abertura político-econômica; a transição para o século XXI demonstrou como o capital das nações imperialistas consegue fluir livremente subordinando muitas nações ao ímpeto pelo superlucro. “Mais corretamente, estão emergindo novos níveis diferenciais de acumulação de capital, produtividade e extração excedente – e estes embora de natureza mais diversa, mostram-se ainda mais pronunciados que os da época do imperialismo clássico.” (MANDEL, 1985, p. 43). Esses países têm historicamente acesso livre às semicolônias, o que resulta num empobrecimento gradual das nações em desenvolvimento em suas relações de mercado.

Não obstante as problemáticas de dependência, alguns países conseguiram avançar no sentido se aproximar das nações imperialistas em níveis de produtividade, emprego e tecnologia. Não foi o caso do Brasil, a relação de dependência pode ser observada desde a gênese da sua formação sócio histórica, na qual há uma conexão visceral entre a

operacionalização das políticas estatais pactuadas na defesa (hegemonicamente) dos interesses do capital estrangeiro. Apesar da existência de tentativas para alterar essa lógica, a industrialização do Brasil foi marcada pela participação e relação desigual com o capital externo⁶³ Pensar no desenvolvimento capitalista significa pensá-lo tendo como elemento importante de sua expansão a industrialização, no Brasil não foi diferente.

Um país exibe bom desempenho industrial quando apresenta uma série de ações estratégicas que potencializam o desenvolvimento do setor, ou seja, uma macropolítica que atua de forma transversal e alavanca toda a economia nacional. Acontece na articulação de estratégias que combinam ampla política industrial e fiscal, no alinhamento ao mercado externo; ações que necessariamente devem articular incentivo creditício interno com menos taxaço sobre matérias-primas e com ênfase na “[...] política de ciência e tecnologia, investimento em capital humano, coordenação e cooperação entre os setores governamentais e industriais, austeridade fiscal com controle das taxas de inflação e do déficit público e políticas creditícias, com ênfase nos setores estratégicos [...]” (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 107). Nesta seção será possível observar, a partir do esboço de processos sociais e históricos, como a dinâmica do capitalismo mundial e a não aplicabilidade destas ações foram determinantes para que o Brasil chegasse de maneira retardatária e dependente na configuração da economia nacional com participação do setor industrial.

Qualquer mudança em nível estrutural não ocorre de forma imediata e é sempre multifatorial. Apesar de tratar-se de um ciclo de mudança de base material, foram diversos condicionantes de cunho político e social que subsidiaram os princípios da transição do país de atividade econômica majoritariamente agrícola para industrial. Observar os fundamentos do crescimento da economia brasileira, tendo como alvo a tentativa de alteração do centro dinâmico é necessário, compreendendo que o seu desenvolvimento preservou momentos de relações pré-capitalistas e capitalistas. O passado da formação capitalista industrial fornece subsídios para descortinar o Brasil atual.

Um exemplo do que melhor se aproximou de uma estratégia nacional para dar os primeiros passos rumo à industrialização foi o surgimento do desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo, que visava majoritariamente acompanhar os níveis de desenvolvimento

⁶³ Diante da dependência colonial de Portugal, e logo mais da entrada industrial e financeira da Inglaterra, houve um “mix” na composição das relações de trabalho, econômicas, industriais etc. Para fins deste capítulo, importa dizer que a tentativa mais robusta de construção de independência econômica aconteceu a partir da Revolução de 1930, desta forma a compreensão “[...] deve ser buscada na evolução histórica do Brasil e das contradições entre as exigências presentes das economias dominantes e na realidade social herdada das exigências precedentes.” (MOORE JÚNIOR, 1975, p. 27).

industrial e econômico dos países centrais. Essa opção emergiu pelo contexto de “atraso” econômico-industrial dos países Latino Americanos em relação aos do centro capitalista, é emblemático perceber tais disparidades, pois, essa proposta surge no período em que os países cêntricos já haviam passado pela Segunda Revolução Industrial, enquanto as demais nações ainda transitavam por economias majoritariamente agrícolas. Além das necessidades de transformação econômica, Andrade (2002) afirma que o desenvolvimentismo tinha como princípio a busca por “status” que possibilitaria a construção de um de Estado-Nação ou Estado Nacionalista, como meio fundamental para expressar a identidade histórica, política e econômica de um país.

É importante sinalizar que mesmo diante da recente consolidação da indústria, a literatura sinaliza que o Brasil já vem sofrendo um processo de desindustrialização⁶⁴, o que significa, para fins teóricos deste trabalho, consequências desastrosas em termos de emprego e renda para os trabalhadores.

Situa-se aqui o período de construção de uma indústria mais ativa, no qual, o então presidente Getúlio Vargas lidera um movimento de industrialização tardia e retardatária. É necessário pensar neste momento como fundamental para a transição de uma nova forma de acumulação capitalista impulsionada pela concentração e acumulação de capital pelo setor cafeeiro.

Em linhas gerais, o que se pode dizer, segundo Versiani e Suzigan (1996), é que o Estado brasileiro antes de 1930 pouco formulou ações robustas voltadas diretamente à organização e fomento industrial no sentido de direcionar e acionar o aparelho estatal para uma mobilização de mudança estrutural. Para os autores, o que houve no processo de industrialização do Brasil foram ações que possibilitaram o início da participação industrial na economia nacional. Entre 1930 e 1950 várias tentativas de “[...] planejamento do desenvolvimento econômico foram

⁶⁴ A questão da desindustrialização suscita debates heterógenos que vão desde seu conceito às formas de avaliação de como um país se desindustrializa ou não. Para fins deste trabalho, adotar-se-á o termo desindustrialização a partir da análise da reedição da participação da indústria no PIB e na redução dos postos de trabalho. “O conceito clássico de desindustrialização, elaborado por Rowthorn e Wells (1987), refere-se à redução persistente da participação da indústria no emprego total da economia. Essa definição refere-se principalmente a situações de desindustrialização relativa, pois, apesar de o emprego industrial elevar-se em termos absolutos, a taxa de crescimento do emprego é maior em outros setores, principalmente nos serviços [...] Um conceito mais geral, como o de Tregenna (2009), dá-se com a incorporação da análise da perda de participação da indústria no produto interno bruto (PIB). Da mesma forma que em relação ao emprego, o fenômeno da desindustrialização pode ocorrer com elevação persistente da produção física manufatureira. Portanto, trata-se de um conceito relativo, pois pode ocorrer que tanto o volume de emprego quanto o valor adicionado da indústria estejam crescendo ao longo do tempo, todavia, a uma taxa menor quando comparados a outros setores da economia, o que configura perda de participação relativa. Deve-se ficar claro que a desindustrialização em um determinado país não se configura pela queda ou estagnação do produto industrial ao longo do tempo, mas pela perda de importância deste campo como fonte de geração de emprego e valor adicionado.” (ADREND, 2015, p. 22-23).

realizadas nesse período, denotando a preocupação [...] com a necessidade de promover a industrialização como alternativa de desenvolvimento econômico e social.” (VERSIANI; SUZIGAN, 1996, p. 13). É o momento de transformação do modelo agroexportador mercantil, capitaneado por grandes latifundiários cafeicultores e protegido pelos moldes de poder de oligarquias locais, para uma acumulação oxigenada pelo capital industrial, liderada pela burguesia e Estado⁶⁵.

Furtado (2005) afirma que a industrialização do Brasil foi impulsionada pelo protecionismo⁶⁶ estatal e incentivos fiscais ao setor, pelas desvalorizações cambiais, pelas crises cíclicas do café e a queda de sua lucratividade na exportação (que era o centro dinâmico da economia); fatores que se agravaram durante a Grande Depressão. Era imperativo o retorno de investimentos para a produção manufatureira, sendo assim, para o autor, a indústria surge no contexto de fomento por novas atividades que pudessem revitalizar a atividade econômica brasileira. Bragueto (2008), em concordância com o Furtado (2005), afirma que a crise do café não nasce apenas com a dificuldade de exportação, devido ao baixo preço e consumo durante 1929; o setor cafeeiro estava fadado a perder sua hegemonia devido à diluição de ações protecionistas do Estado que beneficiavam grandes cafeicultores com políticas permanentes de Valorização do Café, ampliando significativamente a produção, aumentando as taxas de lucro e elevando os preços internacionais.

Para além dessas dimensões internas, a volatilidade de lucro e as crises da agroexportação desde a Primeira Guerra mundial até 1929 estavam alinhadas ao movimento de alteração no padrão de industrialização mundial, o que implicou diretamente na economia cafeeira, abrindo caminho para a expansão da indústria, já que, as nações imperialistas começaram a investir diretamente na exportação de bens de capital, para além disto, houve significativo esforço de atuar em políticas de incentivos fiscais, o que “[...] evidenciava que o

⁶⁵ Ressalta-se que apesar de uma ação organizada só acontecer a partir de 1930, existiram algumas ações voltadas ao desenvolvimento fabril nacional, mas de forma pulverizada e fomentavam pequenos setores: A indústria antes de 1930 tinha predominância os setores têxteis e alimentares, “[...] esses dois gêneros eram responsáveis por quase 60% do valor adicionado na indústria de transformação. Se se acrescenta a produção de outros bens não-duráveis de consumo como Vestuário, Calçados e Bebidas, aquela proporção chega a 70%. No entanto, as indústrias de Alimentos, Vestuário, Calçados e Bebidas eram, nesse período, constituídas principalmente de estabelecimentos de pequena escala, utilizando métodos de produção semi-artesanais. Assim, a história das primeiras fases da industrialização – definida como o desenvolvimento da produção fabril, como formas mecanizadas de produção – é contada, em grande parte, pelo surgimento e expansão da indústria de tecidos, em especial de seu principal setor, a fiação e tecelagem de algodão.” (VERSIANI; SUZIGAN, 1996, p. 4).

⁶⁶ “O período entre a Primeira Guerra e a Depressão presenciou também o início de uma nova fase do investimento externo na economia brasileira: a aplicação direta de capital na abertura de unidades industriais, por parte de firmas estrangeiras, em especial norte-americanas. O influxo de capitais daí resultante não foi muito significativo, nesses anos; mas o interessante é que uma motivação explícita de tais iniciativas foi o alto grau de proteção do sistema tarifário brasileiro. Encontram-se numerosas referências a esse efeito protecionista, em relatórios diplomáticos ou comerciais norte-americanos e ingleses, na época.” (VERSIANI; SUZIGAN, 1996, p. 12).

estímulo à indústria não era mais visto sob a ótica de medidas provisórias ou emergenciais, mas passava a ser considerado como atividade normal do governo, requerendo normas formais específicas.” (VERSIANI; SUZIGAN, 1996, p. 13).

No Brasil, a primeira tentativa de proteger a produção nacional, de forma coordenada, ocorreu no governo Vargas, no início da década de 1930, quando o governo passou a comprar o excedente de café do setor para depois destruí-lo. Além disso, de acordo com Peláez (1968), o governo Vargas criou um imposto em espécie de 20% sobre as exportações de café. Também foi criado um imposto de um mil-réis por novo cafeeiro plantado nos cinco anos subsequentes. Essas intervenções objetivavam sustentar as cotações internacionais do produto. Isso permitiu ao governo fazer a transferência de recursos para o setor industrial através de investimento em infraestrutura e proteção às indústrias que se consolidavam no país. (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 108).

Assim, a oxigenação da indústria decorreu de medidas protecionistas, políticas fiscais e de concessão de crédito e alteração na política comercial. Esse processo avançou no sentido de controle maior do Estado, seja na desvalorização cambial, seja no controle das importações, permitindo o avanço industrial a partir da substituição de importações (que transitou de bens de consumo e de alguns bens intermediários) (FURTADO, 2005).

O processo de industrialização brasileiro se efetivaria após Revolução de 1930, esse movimento caracterizou-se pela construção de uma economia capitalista a partir da tentativa de crescimento industrial nacional (PEREIRA, 2006). Magalhães (2017) pontua que a estratégia do governo varguista era minimizar transações de capital estrangeiro que outrora atuavam livremente no interior da economia brasileira para dar lugar ao protagonismo da indústria nacional:

[...] o primeiro governo Vargas (1930-1945) buscou implantar um Estado Nacional através da construção do nacional-desenvolvimentismo. Nesse primeiro momento, o desenvolvimento econômico do país foi orientado por um Estado que buscou minimizar a participação do capital estrangeiro, com exceção nos setores de base em que o governo era mais flexível, mas que, portanto tratava-se nesse momento de possibilitar o desenvolvimento das atividades industriais com o objetivo de superar especialização na exportação de produtos primários e a exploração de nossos recursos pelos estrangeiros. (MAGALHÃES, 2017, p. 8).

Segundo Pereira (2006), a ideia do nacional desenvolvimentismo está vinculada a uma ideologia nacionalista, de acordo com a qual o Estado precisa definir por “si só” as políticas macroeconômicas, as instituições reguladoras, as estratégias de desenvolvimento, a repartição de riqueza. Neste sentido, a função estatal seria a de promover a vontade coletiva da burguesia nascente, da classe média e fortalecer a própria burocracia estatal; possibilitando, desta forma, competição comercial em nível internacional sem desfavorecer os grupos nacionais. Assim, o

crescimento econômico por meio da ação política⁶⁷ era base da proposta. Para Gonçalves (2012, p. 615), a estratégia estava galgada nos seguintes pilares:

[...] (i) alteração do padrão de comércio exterior (menor dependência em relação à exportação de commodities, mudança na estrutura de importações e redução do coeficiente de penetração das importações industriais); (ii) encurtamento do hiato tecnológico (fortalecimento do sistema nacional de inovações); (iii) tratamento diferenciado para o capital estrangeiro (ou seja, ausência de tratamento nacional via, por exemplo, discriminação nas compras governamentais, restrição de acesso a determinados setores, imposição de critérios de desempenho e restrição na obtenção de incentivos governamentais). Assim, em termos estratégicos, o nacional-desenvolvimentismo envolve mudanças nas estruturas de produção, comércio exterior e propriedade.

Em suma, se tratou de um plano com diversas frentes de execução que deveriam ter em vista um objetivo comum. Como ação estratégica de desenvolvimento econômico adota 1º) política de substituição de importações para assegurar um mercado consumidor para a indústria nacional e assim, amenizar a vulnerabilidade externa estrutural, assumiu uma clara ação protecionista em relação ao mercado externo e dinâmica econômica, priorizava a exportação e comercialização de bens nacionais dando protagonismo para o capital interno (apesar de ser financiado pela Inglaterra), além da ampliação do controle estatal no financiamento da industrialização ocupando setores fundamentais para a ela (como exemplo energia e transportes, infraestrutura) (GONÇALVES, 2012); 2º) em termos políticos e sociais, o nacional desenvolvimentismo retirou o poder político e econômico da elite latifundiária e “[...] Foi na prática, um pacto entre o Estado brasileiro e a nascente burguesia industrial com fins de alocar os recursos públicos e a força política do Estado para enriquecimento da classe burguesa [...]” (SANTOS, 2018, p. 10). É importante ressaltar, que a ideia de associação do Estado com a burguesia nacional, teoricamente serviria para oxigenar a produção doméstica, mas como outrora Netto (1996) afirmou, a burguesia brasileira jamais teve compromissos nacionais o que gerou problemas graves de concentração de renda.

A transição da hegemonia econômica agroexportadora para a industrial acontece de forma paradoxal, pois, a monocultura coube o fornecimento “[...] com seus produtos de

⁶⁷ Vale ressaltar, que mesmo que não tenha recebido este nome tanto os países de capitalismo primário quanto os de retardatário, adotaram em alguma medida formas de proteção da indústria nacional. Para Pereira (2006, p. 6) a grande diferença entre eles é a sua condição social-histórica de dependência: “O uso de uma estratégia nacional de desenvolvimento foi especialmente evidente entre os países hoje desenvolvidos que se atrasaram, mas que nunca foram colônias, como a Alemanha e o Japão, e, portanto, nunca se caracterizaram pela dependência. Já os países periféricos, como o Brasil e os demais países da América Latina, que viveram a experiência colonial, ao se tornarem independentes formalmente, continuaram ideologicamente dependentes do centro. Tanto os países centrais de desenvolvimento atrasado quanto os países ex-colônias precisaram formular estratégias nacionais de desenvolvimento, mas essa tarefa foi mais fácil para os primeiros.”.

exportação, as divisas que cobrirão as despesas de importação de máquinas e equipamentos necessários à expansão das indústrias; à policultura, os alimentos que subsidiem a baixo preço a reprodução dos salários urbano-industriais.” (BRAGUETO, 2008, p. 11), ou seja, devido à capitalização de recursos (durante os ciclos produtivos) da monocultura é que houve a possibilidade desta transição. O acúmulo de riqueza provocado pelo café⁶⁸ e suas crises (contraditoriamente) possibilitaram o nascimento da indústria.

Assim, a política de industrialização brasileira com seu plano desenvolvimentista buscou conter os efeitos da crise mundial e promover o crescimento da poupança interna, tendo como objetivo primário a dinamização econômica por meio, majoritariamente, da indústria⁶⁹. Em suma, desenhou-se a proposta de:

[...] implementação de políticas e esferas de atuação do Estado e do mercado, no que diz respeito às empresas estatais, às filiais estrangeiras e às empresas privadas brasileiras. O nacional-desenvolvimentismo de Vargas tinha como ponto principal vincular o Estado ao desenvolvimento do país, com vistas a fomentar as atividades industriais juntamente com a diversificação do mercado interno. Para isso seria necessário superar, segundo Bastos (2006, p. 241): “(i) a especialização primário-exportadora: e (ii) a valorização ufanista das riquezas naturais, associada à ideologia da vocação natural(passiva) do Brasil para exploração primária de suas riquezas. (MAGALHÃES, 2017, p. 8).

Assim, Furtado (2005) chama de “industrialização restringida” esta fase econômica fomentada no governo Vargas (1930-1955), devido aos seus limites tecnológicos e limites quanto ao volume de produção. Esses limites técnicos vinculam-se a potencialidade da indústria nascente de produzir bens de consumo não duráveis ou de produção, pois, demandavam uma inclusão mais profunda de capital fixo em relação ao capital variável.

O desenho da gênese industrial do Brasil foi determinante para a formatação dos ciclos industriais seguintes, marcados por uma dependência tecnológica e financeira; que moldou uma cadeia produtiva industrial frágil. Em linhas gerais isto representa menor dinamismo econômico

⁶⁸ Bragueto (2008, p. 7), apoiando-se em Mello (2003) afirma que o café possibilitou: “[...] a) gerar previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; b) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente; c) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis.” Assim capital cafeeiro e capital industrial estabeleciam uma relação mútua porém contraditória, a acumulação cafeeira foi responsável por financiar a industrial, aproveitando-se da estrutura de exportação e urbanização, todavia impedia a acumulação por seu caráter mercantil.”.

⁶⁹ Um exemplo dessa nova dinâmica econômica de Vargas foi que entre 1930 e 1945 ele criou órgãos, legislações e medidas que fomentaram o crescimento do setor industrial: “[...] Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Instituto do Açúcar e do Alcool, Código de Minas, Código de Águas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão de Defesa da Economia Nacional, Consolidação das Leis Trabalhistas, expansão do crédito, criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc).” (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 109).

na divisão internacional do trabalho, já que, os maiores volumes de exportações estarão organicamente dependentes dos commodities, de intensiva mão de obra e amplo custo (ADREND, 2015).

A estratégia econômica de substituição de importações⁷⁰ aconteceu por circuitos, segundo os economistas Gremaud, Vaconcellos e Toneto Júnior (2011) o Brasil começou pelo setor de bens de consumo não duráveis e terminou no setor de bens de capital; modificando a linha dinâmica da economia brasileira e era caracterizado por:

[...] uma industrialização fechada. Fechada em função de [...] i. ser voltada para dentro, isto é, visar o mercado interno, não ser uma industrialização que produz para exportar; ii. depender em boa parte de medidas que protegem a indústria nacional dos concorrentes externos [...] (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011, p. 354).

Para além das mudanças econômicas, outras transformações afetaram a sociedade. Houve significativa concentração de renda paralela ao crescimento da pobreza e desemprego nas cidades⁷¹, de modo que este período aprofundou a contradição capital x trabalho, sendo importantes políticas sociais que minimizassem as consequências disto (PEREIRA, 2006).

Seguindo a lógica do capitalismo mundial, o Brasil concentrou suas indústrias em grandes capitais, houve reorganização do espaço industrial bem como maiores transações estaduais, isto oxigenou a economia fabril gerando massa urbana que vem do campo tanto devido às condições de trabalho, quanto pela diminuição de mão de obra ocasionada pela retração da produção agrícola. O resultado de tal fenômeno representou um paradoxo de “progresso” econômico e intensificação da pobreza. Os trabalhadores, anteriormente separados pela dinâmica rural, ao migrarem para as cidades, deparam-se com uma realidade perversa. Com o processo de êxodo rural, ampliam-se problemas nas cidades, a exemplo dos referentes

⁷⁰ Em suma, o sistema de substituição de importações representa que os níveis de renda foram canalizados para a produção doméstica, com a venda da indústria nacional aumentando e a crise da exportação, o capital acumulado pela elite agrária passa a ser investido no setor industrial. Esse movimento econômico fortalece a classe industrial brasileira já existente e produz um crescimento da mesma no sentido que boa parte dos produtores de café começam a migrar seus investimentos. Gremaud, Vasconcellos e Júnior (2010, p. 356) caracterizam o processo como: “[...] idéia de ‘construção nacional’, ou seja, alcançar o desenvolvimento e autonomia com base na industrialização, de forma a superar as restrições externas e a tendência à especialização na exportação dos produtos primários.”. Nesse processo, a indústria vai-se diversificando e diminuem as necessidades de importação em relação ao abastecimento doméstico.

⁷¹ Alguns fatores colaboraram para este cenário, tais como: “[...] i. êxodo rural decorrente do desincentivo à agricultura, com falta de investimentos no setor, associado à estrutura fundiária, que não gerava empregos suficientes no setor rural, e à legislação trabalhista, restrita ao trabalhador urbano, constituindo um forte estímulo a cidade; ii. caráter capital intensivo do investimento industrial, que não permitia grande geração de emprego no setor urbano.” (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2010, p. 360).

à infraestrutura, habitação, saneamento básico e saúde, ocasionando um agravamento da questão social.

De acordo com Piana (2009), diante das demandas sociais o Estado interfere nas relações trabalhistas a partir das primeiras iniciativas de políticas sociais e regulamentação legislativa do trabalho, o que conteve, em alguma medida, os trabalhadores. Um destaque importante deste período é o surgimento da política social de caráter preventivo, de ganhos limitados, mas principalmente como medida de cooptação. Tais ações eram importantes para a fluida execução do plano econômico de desenvolvimento, pois, frente à intensificação da industrialização bem como a associação estatal com a burguesia, era necessário desenvolver medidas que contivessem⁷² os eminentes conflitos entre burguesia e classe trabalhadora (agora mais concentradas nas cidades), o que representou a livre exploração destes e maior lucratividade para a burguesia industrial.

Seja no processo de desenvolvimento econômico ou na ação social, o Estado na era Vargas foi permeado por contradições. Embora sob controle, de certa forma permitia que a classe trabalhadora se organizasse em seus movimentos sindicais, mas limitava seu poder no âmbito social, daí o caráter dubio da política: “[...] a conciliação e a repressão, ou seja, o ditador buscava obter apoio da classe trabalhadora [...] pelo controle das estruturas sindicais, controle esse que assumiu diversas formas repressivas.” (PIANA, 2009, p. 89).

O segundo governo Vargas (1945-1954) teve menor atividade de internacionalização industrial devido ao caráter nacionalista de suas ações industriais menos dinâmicas. O contrassenso do processo de industrialização varguista é interessante, pois, apesar de permitir em alguma medida a interferência internacional, buscava solidificar e ampliar a indústria nacional através de empréstimos públicos externos e flexibilizava em menor medida os investimentos internacionais diretos, ou seja, ele demandava o dinheiro para o Estado brasileiro gerir ao invés de permitir que as empresas estrangeiras o fizessem (MAGALHÃES, 2017).

Ao assumir a Presidência, pela segunda vez, Vargas deixou claras algumas ações que seriam foco de seu governo, tais como avançar com o processo de substituição de importações, até o momento concentrado nos bens de consumo não duráveis, e enfrentar a questão energética e dos transportes, setores detectados como gargalos para o crescimento econômico. Outro ponto que merece destaque nos dois governos Vargas é que, para viabilizar o processo de substituição de importações, o setor primário não foi excluído de medidas de incentivo, como crédito, posto que passou a ter novas funções, como produzir matérias-primas, ser mercado consumidor dos

⁷² O operariado se via tolhido por uma legislação trabalhista e por uma política outorgada que, ao mesmo tempo que, lhe garantia direitos e lhe concedia benefícios, limitava-lhe a ação política. A classe operária perdia, transitoriamente, a possibilidade de aprimorar os seus próprios meios de atuação, inserida que estava num sistema político destinado a evitar ou limitar a emergência de tensões entre as classes (BULLA, 2006, p. 7).

produtos industrializados, gerador de divisas para compra de máquinas e insumos necessários à indústria. (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 110).

A postura protecionista do presidente foi prejudicada no pós-Guerra, pois o nacional desenvolvimentismo esbarrou diretamente na movimentação financeira que vinha acontecendo no mundo, no qual, os EUA notoriamente buscavam a ampliação do seu imperialismo sobre as nações. A estratégia de revitalização da Europa e Japão parecia integrar um plano de unificação e desenvolvimento da economia de países centrais e periféricos, mas na verdade, a ideia era limitar e regular as economias nacionais retirando do Estado a possibilidade de proteger suas riquezas nacionais.

Com o fim da Comissão Mista Brasil-EUA⁷³, o término da Guerra da Coreia, a mudança do governo presidencial norte-americano e diversas crises cambiais, os EUA resgataram o conceito de que o desenvolvimento para a América Latina seria unicamente financiado a partir de capitais privados Investimento Direto Externo (IDE). Magalhães (2017, p. 15), apoiando-se em Campos (2009), afirma que para o governo brasileiro,

[...] a solução encontrada foi reestruturar o sistema financeiro nacional do país através de financiamentos de longo prazo com o intuito de prosseguir com a industrialização. Nesse sentido, cabia ao BNDE centralizar os empréstimos compulsórios deduzidos do imposto de renda destinados para o financiamento de obras de infraestrutura e industrialização. Apesar de o BNDE ter como objetivo projetar uma indústria pesada, não se configurou como um órgão autônomo na questão da agenda creditícia que encontrava-se nas mãos do poder público e por conta disso sua orientação acabou sendo por meio de uma intermediação entre o poder público e o privado que estava voltado mais para resolver áreas de incerteza financeira e tecnológica com a ajuda de empréstimos estrangeiros do que para estabelecer um padrão de financiamento autônomo.

Na década de 1950 a produção industrial do Brasil chegou 63,5 % do produto interno nacional, ainda assim, o projeto de Getúlio Vargas de consolidar uma indústria pesada foi comprometido⁷⁴.

⁷³ Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), a Comissão mista Brasil e EUA foi criada em 1950 por brasileiros e norte-americanos e tinham como fim último desenvolver estratégias para o desenvolvimento interno econômico dos países da América Latina, durou apenas 2 anos (1951-1953). No Brasil, “[...] os trabalhos da Comissão Mista versaram basicamente sobre as exigências técnicas e legais para que o Brasil formulasse e implementasse projetos prioritários relativos basicamente a energia e transportes. No final, a Comissão acabou aprovando 41 projetos do Plano de Reaparelhamento Econômico elaborado pelo governo [...] ficou estabelecido que seria criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), instituição encarregada de financiar e gerir os recursos para esses projetos captados no Brasil ou no Eximbank e no BIRD, responsáveis pelo financiamento em moeda estrangeira.” (D’ ARAUJO, 2017, p. 6).

⁷⁴ “Embora Getúlio procurasse imprimir certa autonomia a seu estilo de desenvolvimento, as restrições cambiais estruturais internas ao avanço industrial tornavam-no dependente da internacionalização. No âmbito do padrão de financiamento, por exemplo, a incapacidade de conquistar uma autonomia se deu pelos seguintes determinantes: 1) O fracasso do sistema financeiro nacional de sobrepor uma dinâmica de longo prazo aos objetivos imediatistas dos bancos comerciais; 2) Inexistência de um mercado de capitais comprometido com a implantação dos setores

Em 1954 piora a situação cambial, pois o café sofre a maior queda de preço da história e a tentativa de reinvestimento de lucro na indústria dependia significativamente do seu valor para o exterior, o ensaio de superar isso foi a solicitação de crédito à Europa, buscando filiais por meio de IED. Essa decisão acarretou o aprofundamento da dependência financeira e na crescente dívida externa, comprometendo a independência da indústria nacional, tão cara ao ideal de Estado- Nação. Vargas deixa a presidência e, com ela, diversos desafios econômicos e sociais a serem superados.

A busca por continuidade desta política governamental e de industrialização nacional aconteceu no governo Juscelino Kubitschek (JK), que provocará uma transformação importante e efetivará a industrialização pesada, na qual, bens de capital passaram também a ser produzidos no Brasil.

Para isso, o destaque do seu governo foi o Plano de Metas, que propunha acelerado crescimento do país, associado a um projeto de governança econômica que fortalecia a associação entre o capital estrangeiro, burguesia nacional e Estado. Este Plano diferenciava-se em alguma medida do de Vargas, pois, tinha o objetivo de construir uma estrutura industrial integrada, consolidando industrialização brasileira. Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2011, p. 365-366) caracterizam o plano em três frentes:

[...] i. investimentos estatais em infra-estrutura, com destaque para os setores de transporte e energia elétrica [...] centrava-se no setor ferroviário, e passou, para o rodoviário, que estava em consonância com o objetivo de introduzir o setor automobilístico no país; ii. estímulo ao aumento da produção de bens intermediários, como o aço, o carvão, o cimento, o zinco etc., que foram objeto de planos específicos; iii. incentivos à introdução dos setores de consumo duráveis e de capital.

O Plano de Metas ultrapassou a ideia de industrialização e se tornou um meio de desenvolvimento econômico nacional, pois agrupou estratégias em diversos setores nacionais, o que dinamizou a estrutura econômica interna. De forma efetiva, a materialização do plano para o desenvolvimento geral da economia foi proposta para articular as relações de Estado e do capital privado promovendo alianças entre a burguesia nacional e a internacional, a ideia era impulsionar o desenvolvimento de indústrias estratégicas, para tanto, os grupos industriais

pesados da economia; 3) Impotência para frear a especulação financeira dos entrepostos do comércio externo; 4) Uma inflação elevada sem a oferta de créditos como contrapartida às empresas mais frágeis; 5) A falta de meios políticos para uma reforma tributária que modificasse a concentração de renda. Do ponto de vista macroeconômico, a dependência de recursos externos, sejam eles empréstimos ou IDE, manifestava-se por uma crise cambial determinada pela baixa capacidade de importar originada da comercialização de e da crescente importação de bens de commodities capital e insumos básicos para a industrialização.” (CAMPOS, 2009 apud MAGALHÃES, 2017, p. 16).

receberiam incentivos públicos (concessão de terrenos industriais, isenção de impostos e financiamentos). Além disso, o governo permaneceu na lógica protecionista, desenvolvendo nova tarifa aduaneira, nova política cambial, manutenção da política de substituição de importações e volumosos subsídios para importação de máquinas, equipamentos e bens industriais, com participação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BND) que financiou os insumos da indústria de base (siderurgia, mineração, petroquímica etc.) e infraestrutura.

O crescimento industrial foi inegável, os anos de 1955, 1958 e 1959 tiveram um desempenho de 11,1%; 16,8% e 11,1% respectivamente, enquanto o crescimento da agricultura e serviços foi bem inferior (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011), assim, a indústria brasileira incorporou elementos da “ [...] indústria pesada, bens de consumo duráveis e da indústria de bens de capital, substituindo importações de insumos básicos, máquinas e equipamentos, material de transporte, eletrodomésticos, etc.” (VERSIANI; SUZIGAN, 1996, p. 12). O grande diferencial do período anterior é que além da alteração na produção quanto aos tipos de bens, a demanda de capital foi maior, tanto em direção à produção quanto à unidade do trabalho, dando a possibilidade de produção em larga escala e diversificação dos produtos para elevar a indústria brasileira ao nível pesado.

O custo de toda esta mobilização estatal foi solicitado ao capital externo, daí a característica marcante deste período ser a inserção de oligopólios. No que se refere à atuação dos investimentos externos, não necessariamente os investimentos precisavam ser regulados e concentrados pelo governo nacional, as empresas internacionais atuavam diretamente na produção e não mais (apenas) como credores. Para Andrade (2002, p. 4), a política de flexibilização de IEDs no Brasil:

[...] foi reforçada por Kubitschek, envolvendo taxas de câmbio preferenciais para remessas de lucros, legislação favorável para registro de capital, direito de importação de bens de capital sem cobertura cambial pelas autoridades e reduções ou isenções tarifárias. Outras vantagens de crédito e tributação completavam o quadro de incentivos, que tornavam as condições de investimento extremamente atraentes para investidores externos.

Todavia, não se pode afirmar que havia uma “desregulamentação” completa nas ações das multinacionais, pois o Plano de Metas fazia algumas exigências para permissão dos IEDs, como por exemplo: participação da burguesia nacional nos investimentos (apesar de nenhuma empresa nacional ter chegado ao porte de multinacional), preferência de IEDs nas cadeias produtivas necessárias à industrialização no Brasil, articulação público e privado pra potencializar investimento em infraestrutura, absorção de matéria prima nacional, entre outros.

O traço importante desta fase é a transferência de parte do parque industrial (parque produtivo) de países Europeus e dos EUA para o Brasil. A América Latina foi um alvo interessante para essa reorganização espacial, como mostra Campos (2009), por alguns fatores, como: a queda do preço dos commodities no Oriente Médio que associada a isso não dispndia de relativa infraestrutura nem mercado consumidor, a expansão da ideologia socialista que barrava a entrada dos IEDs em partes da Ásia e África, o protecionismo nacional e comercial do Japão e a facilidade de trazer o parque para América Latina, que dispunha de alguma estrutura fornecida pelo Brasil, de transporte, química, setor elétrico e mecânico. A postura dos IDEs era de exploração de recursos naturais, busca de mão de obra barata em locais onde pudesse expandir significativamente o mercado consumidor e lucros com pouca regulação do governo e regime cambial desregulamentado. O resultado deste processo foi a sobreposição de interesses das multinacionais aos interesses nacionais, comprometendo a tentativa de nascimento do Estado-Nação.

As estruturas estrangeiras que dominavam a economia brasileira tinham porte oligopólico, o lucro era encaminhado para investimentos em bens de capital ou indústrias terminais, gerando muita acumulação que não necessariamente estava vinculada ao crescimento das empresas nacionais, pois a concentração industrial aumentava paulatinamente entre os oligopólios. Mandel (1985) sinaliza que a relação de acumulação de lucros dos países de capitalismo maduro se estabelece desta forma. Esses países dominam o mercado local, absorvem tanto quanto possível mais valia (geralmente dos produtos agrícolas ou de uma indústria incipiente) e não trazem necessariamente (seus) investimentos, mas sim reaplicam toda essa somatória de lucros auferidos no país explorado, ou seja, há uma nítida troca desigual, na qual as grandes indústrias metropolitanas extraem riqueza e ainda mantêm esses países reféns de dívidas que crescem gradativamente pelos juros e dividendos.

Antunes (2006) sintetiza que o momento que o Brasil viveu com JK representou o segundo salto na acumulação industrial⁷⁵.

[...] aceleram fortemente a industrialização e a internacionalização do Brasil. O país estruturava-se, então com base em um desenho produtivo bifronte: de um lado voltado para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos

⁷⁵A despeito das profundas transformações na estrutura industrial, os demais espaços econômicos, sociais tiveram poucas mudanças: “[...] a) a liderança do crescimento coube às atividades produtoras de bens de capital e de bens de consumo duráveis; b) a agricultura manteve um crescimento próximo à sua taxa histórica do pós-guerra e sem qualquer modificação no padrão tradicional de exploração da terra, muito embora, tenha sido neste período que se implementou a produção doméstica de máquinas e implementos agrícolas, que viria a repercutir, posteriormente, na aceleração (restringida) do processo de modernização do setor; c) nos grandes projetos há um elevado grau de complementaridade dos investimentos.” (BRAGUETO, 2008, p. 17).

etc.; visando um mercado interno restrito e seletivo; do outro, prisioneiro que era de uma dependência estrutural ontogenética, o Brasil continuava também a desenvolver sua produção voltada para a exportação, tanto de produtos primários quanto de produtos industrializados. (ANTUNES, 2006, p. 16).

Assim, a transição para a década de 1960 traz inúmeros problemas oriundos das décadas anteriores, paralelo ao crescimento econômico há um maior questionamento quanto ao modo de produção capitalista e ao ideal burguês fortemente propagado em todo mundo, ganhando destaque nos países Latino-Americanos.

A despeito do progresso econômico, o Plano de Metas não conseguiu auferir todo financiamento necessário para a sua execução, ficou aquém de resolver a crise inflacionária, não promoveu reforma fiscal e foi incapaz de equilibrar a crise industrial no momento de retração na produção de bens de capital, gerando recessão econômica, o que aprofundou as contradições eminentes do plano de substituição de importações.

Devido à condução da política estatal que o governo Juscelino Kubitschek promoveu no país – intensificando o desenvolvimento nos parâmetros do modelo de internacionalização da economia e aumento de extração de mais valia – houve acirramento da luta de classes. Isto gerou uma maior concentração de trabalhadores e a organização de classes materializado no fortalecimento do sindicalismo, demandando atuação mais intensa do Estado na relação capital-trabalho.

Como foi dito, as funções estatais estavam a serviço dos monopólios. Entretanto, fazia-se necessário, num marco democrático, a tarefa dúbia: de servir ao monopólio e incorporar alguns interesses sociais diante da efervescência política e social eminente, a fim de manter a ordem política, afinal a mobilização da classe trabalhadora estava muito ativa. O Estado não poderia ser simplesmente um instrumento de coerção, precisava “[...] desenvolver mecanismos de coesão social [...]” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 78). Em função do alto nível de politização que se desenvolvia em diversos segmentos da população contra a exploração do capital, o Estado precisava tomar medidas sociais, deveria ser um Estado “protetor” para legitimar seu apoio ao monopólio, isso se processava mediante a concretização de alguns direitos sociais, civis, políticos, executados na chamada cidadania moderna. Todavia, um novo momento estava prestes a acontecer no Brasil, com a ditadura militar, seria alterada de forma significativa a dinâmica política, social e industrial, preservando a estrutura de desigualdade social.

[...] durante o maior exercício democrático [...] o Estado brasileiro dedicou-se prioritariamente a promover crescimento econômico, mantendo restringido seu papel de promotor do desenvolvimento social e da distribuição de renda, embora a adoção de uma política ativa de salário mínimo tenha protegido os salários mais baixos e

impedido uma maior desigualdade social. No que diz respeito à intervenção social do Estado, apesar de maior incorporação de novos grupos sociais, esta se caracterizaria por ser “seletiva (...) heterogênea (...) e fragmentada (...)”. (MATTOSE, 1995, p. 127-128).

Para Behring e Boschetti (2012), apesar de alguns ganhos da década de 1960, o Brasil vivia uma época turbulenta politicamente, o golpe de abril de 1964 levou o país a um “mix” de repressão e assistencialismo. O crescimento econômico brasileiro que, em tese, deveria ter pontos de contato com os “Anos Gloriosos” que ocorreu na Europa, jamais aconteceu e nem iria acontecer no chamado Milagre Econômico com os trabalhadores brasileiros, tal cenário produziu insatisfação generalizada na classe trabalhadora. A maioria da população via-se diante do avanço do capitalismo, unido a novas formas de controle social, repressão e contenção de salários, o que gerava paralelamente uma maior organização sindical, política, criação de movimentos sociais, como resposta aos novos desafios que se colocavam na sociedade.

A dinâmica econômica da ditadura desnudou a preocupação estatal economicamente enquanto o contexto social se agravava. Em 1968, inicia-se o período que ficou conhecido como Milagre Econômico, no qual as teorias de *trikling down* e do “bolo” crescer para depois repartir tomaram fôlego. O argumento para a utilização dessas ideias econômicas era que havia a necessidade de concentrar a riqueza permitindo que ela “inchasse” (aumentando a capacidade de poupança pública) para investir e financiar o progresso e só depois dividir o que foi construído por meio de políticas públicas e serviços sociais, algo que jamais aconteceu.

A ideia era que a agenda estatal deveria ter como prioridade a projeção da economia em nível internacional e não necessariamente a distribuição de renda, isso gerou a proliferação da pobreza, intensificação da desigualdade e diversificação no mercado de trabalho. O resultado desta proposta pode ser visualizado nos anos subsequentes, na década de 1970 o índice de GINI no Brasil era de 0,6%, demonstrando que o crescimento do período não correspondia à melhoria dos indicadores sociais (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

Em um momento de acelerado crescimento econômico e intensa mobilidade social manteve-se o arrocho dos salários mais baixos, favorecendo a manutenção da abertura do leque salarial, a exclusão de amplos setores sociais do processo de crescimento econômico e a reprodução de níveis elevados de pobreza que atingem parcelas consideráveis da população brasileira. [...] a base da emergência de trabalhadores organizados a partir de meados da década, apontaram a dimensão e complexidade da pobreza e paralela a “reprodução de baixos salários, proliferação de auto-ocupação e de pequenos negócios de baixa produtividade e permanência de alta proporção de empregos domésticos remunerados”. (MATTOSE, 1995, p. 131).

A transição da década de 1960 para 1970 foi marcada por um novo padrão de industrialização, pela modernização de maquinário (inclusive no campo), o que fomentou maior êxodo rural e ocasionou maior elevação da urbanização concentrando ainda mais os trabalhadores do Brasil. Mais tarde, essa alteração e concentração demográfica levariam a uma organização nacional de trabalhadores (MATTOSO, 1995).

A política econômica no período ditatorial era extremamente restritiva e voltada para o controle de gastos públicos em setores que não eram estratégicos. A partir de 1964 iniciaram-se os Planos de Ação Econômica do Governo (PAEG), o primeiro deles lançado no governo de Castelo Branco, que tinha como elementos principais os seguintes:

[...] i. redução do déficit público mediante a redução de gastos e da ampliação das receitas por meio de reforma tributária e do aumento das tarifas públicas (a chamada inflação corretiva) [...] ii. restrição do crédito e aperto monetário [...] Esse fato levou a grande onda de falências, concordatas, fusões e incorporações, processo que atingiu principalmente as pequenas e médias empresas dos setores de vestuário, alimentos e construção civil [...] iii. o terceiro elemento da política de contenção da demanda foi a política salarial, em que se supunha a existência de uma taxa de desemprego relativamente baixa, o que levava a elevados salários reais e inflação crescente. Para romper essa dinâmica, o governo passou a determinar os reajustes salariais, via política salarial, objetivando romper as expectativas e conter reivindicações [...] (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011, p. 377).

Ou seja, as diretrizes básicas do PAEG eram a redução de gastos públicos, aumento da carga tributária repassada aos trabalhadores, redução do salário real aliada à diminuição do crédito.

Entre 1964 a 1968 essas medidas contiveram a inflação (passou de 91,8% para 22,0%), mas também, o crescimento industrial apresentou volatilidade, chegando a ser negativo em 1965 (-4,7%). Neste sentido, as reformas institucionais do PAEG, baseadas na reforma tributária, monetária, financeira e nas transações da política externa, propiciaram a base para o “Milagre Econômico” (que durou apenas cinco anos). O PIB saltou de 9,8 % em 1968 para 14,0 % em 1973. Esse crescimento teve frente na retomada dos investimentos em infraestrutura, construção civil, maiores investimentos em empresas estatais, demanda por bens de consumo duráveis, além do crescimento das exportações (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011).

Alguns problemas apareceram no fim deste período, a exemplo do profundo endividamento externo, tanto pela necessidade de uso de recursos ao longo destes anos quanto ao movimento financeiro mundial do período que impedia uma forma de financiamento mais “líquida” em longo prazo, consequências negativas da concentração econômica gerada pela “teoria do bolo”, crise no mercado interno e aprofundamento das desigualdades sociais.

O segundo PAEG foi apresentado em 1974 e teve impacto significativo sobretudo na década de 1980. Surgiu como tentativa de reerguer o desenvolvimento que aconteceu no período anterior, todavia, a dinâmica econômica mundial, os conflitos sociais e políticos internos emperraram o processo. As medidas mais amplas deste momento foram em relação à indústria, quais sejam:

[...] manter o crescimento econômico em torno de 10% a.a. e o crescimento do setor industrial em 12% a.a. Além disso, a ênfase do processo industrial seria nos bens de capital e nos insumos básicos, como produtos siderúrgicos e suas matérias-primas; metais não ferrosos; produtos petroquímicos; cimento; enxofre; e outros materiais não metálicos (Brasil, 1974). Especificamente para fomentar o setor industrial, o governo propôs o desenvolvimento dos setores de base, especialmente bens de capital, tais como eletrônica e insumos básicos; abertura de novos campos de exportação de manufaturados; maior impulso ao desenvolvimento tecnológico nacional; desenvolvimento de projetos de exportação de matérias-primas; aumento da produção de petróleo e da capacidade de geração de energia hidrelétrica; desenvolvimento do transporte ferroviário e do sistema de telecomunicações; e atenuação dos desníveis regionais de desenvolvimento industrial. (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 111).

Essas medidas, unidas às reformas institucionais, a reforma tributária e político-social⁷⁶ e ao contexto do capitalismo mundial (crise internacional), foram determinantes para profundas transformações em toda a sociedade brasileira. Na medida em que se adotou:

[...] i. controle sobre as taxas de juros; ii. a expansão do crédito para a agricultura [...]; iii. a criação da Secretaria Especial das Empresas Estatais (Sest), para controlar empresas estatais, e a aceleração dos reajustes das tarifas [...]; iv. a eliminação de alguns incentivos fiscais as exportações [...]; v. o estímulo a captação externa; vi. A maxidesvalorização de 30% do cruzeiro em dezembro de 1979; vii. A prefixação da correção monetária e cambial [...]; viii. a aprovação da nova lei salarial [...] (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011, p. 407).

O governo demonstrou a prioridade de financiar o renascimento econômico nacional independente do contexto social e democrático, aprofundando problemas fiscais motivados pelos acordos econômicos externos firmados durante a ditadura. Na verdade, a situação política interna do Brasil favoreceu a livre ação e adoção de todas essas medidas.

Ao fim deste processo, as consequências imediatas foram crescente inflação e aumento da dívida externa. O país experimentava a tecnocracia estatal e da burguesia, aprofundamento

⁷⁶Um elemento fundamental para compreender a dinâmica social e econômica do Brasil no período ditatorial foi a edição dos Atos Institucionais (AI), que possibilitavam poderes absolutos aos generais que assumiram a condução do país. Costa e Silva foi responsável pelo AI mais radical, o AI5, que “Dava ao presidente direitos políticos de legislar em substituição ao congresso, após decretar-lhe o recesso [...] se constituía num instrumento de repressão a contestação pública ao regime, que se concretizava nos movimentos estudantis e nos manifestos intelectuais e de padres progressistas contra o governo [...]” (ARRUDA, 1980, p. 425).

da subserviência econômica com abertura aos grandes monopólios internacionais, para além do aumento da dependência produtiva, do subdesenvolvimento, do arrocho salarial e das desigualdades socioeconômicas.

É importante ressaltar que para além das problemáticas internas do Brasil, esse movimento de maior estratificação social foi típico da América Latina, fruto da sobreposição dos países imperialistas. Mandel (1985) afirma que existem dois principais fatores que interferem na livre determinação do poder imperialista de um país sobre outro: o crescimento do exército industrial de reserva diante do vagaroso processo de industrialização e a adesão de mão de obra (que influencia) o segundo fator; essa massa de mão de obra desempregada impede a própria organização do proletário industrial nos países de capitalismo retardatário.

[...] o aumento subsequente na produtividade social média do trabalho permite que os custos de reprodução de força de trabalho caiam consideravelmente, embora essa queda em valor nem sempre exprime valor monetário – um resultado, entre outras coisas, da permanente inflação. Ao mesmo tempo, entretanto, esse acréscimo na produtividade social média do trabalho não conduz a um crescimento de custo moral e histórico, da reprodução da força de trabalho. Em outras palavras, novas necessidades não são incorporadas aos salários, ou o são apenas em grau muito limitado. (MANDEL, 1985, p. 44).

A globalização, o exaurimento do padrão fordista, a revolução tecnológica e a crise financeira representaram uma nova etapa no capitalismo mundial; no Brasil todos estes fenômenos estavam unidos às questões internas, o que resultou em efeitos mais perversos à sociedade brasileira. O Estado nacional estava “desprotegido” dos impactos do capitalismo mundial, em que os organismos internacionais ditavam (mais efetivamente) as regras para a nova gestão do dinheiro público; após anos com destaques significativos na economia, o Brasil via a face da “década perdida”, a retração econômica internacional interferiu diretamente na desaceleração da indústria de bens de capital.

Para Mattoso (1995), a década de 1980 deveria ser responsável pela consolidação capitalista/industrial no Brasil conforme parâmetros tecnológicos/produtivos e avanços democráticos⁷⁷ do resto do mundo, todavia, teve com elemento importante o rompimento com o padrão de acumulação industrial vigente e a emergência de um novo momento tecnológico,

⁷⁷ Apesar do inegável avanço no sentido político com a redemocratização, o país estava em frangalhos com a questão econômica. Para Behring e Boschetti (2012), a transição lenta para a democracia *pari passu* a incorporação do neoliberalismo foram fundamentais para o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora nos anos subsequentes. Há de se admitir que as pautas políticas do movimento operário ganharam força, ainda assim, havia um espaço híbrido entre o velho e o novo. As respostas às demandas populares vieram por meio das políticas sociais, que eram clientelistas, compensatórias e de cunho celetista, fragmentado e setorizado. E apesar do marco democrático apresentado pelos pressupostos da Constituição de 1988, em que se apresenta o conceito de Seguridade Social, por exemplo, efetivamente pouco desta Constituição foi materializada.

produtivo e financeiro, a Terceira Revolução Industrial, que segundo ele, separaria mais uma vez o Brasil dos países de primeiro mundo.

A “separação” do Brasil em relação aos países centrais a partir de 1980 se deu tanto pela transição de padrão tecnológico quanto pelos volumes de produção “exigidos” na divisão internacional do trabalho. Enquanto economias capitalistas avançadas intensificam sua “tecnologia de conhecimento”, outras nações tiveram severas restrições para esta adesão à modificação na estrutura da indústria dos países de capitalismo central (que deram passos largos em direção à indústria eletrônica e telecomunicação). A década foi responsável pela consolidação e alteração no paradigma tecnológico, alteração na demanda das cadeias produtivas industriais (que migra para a microeletrônica), enquanto os países como Brasil estão ainda transitando na indústria química (CHESNAIS, 1996).

A década de [19]80 irá se caracterizar pelo esgotamento do dinamismo da economia industrial brasileira e pela desarticulação do padrão de acumulação vigente desde meados dos anos [19]50, sob o impacto decisivo da emergência de um novo padrão produtivo e tecnológico em escala internacional. Este padrão, até então comandado pela articulação solidária dos interesses do capital externo, do Estado e do capital privado nacional em uma economia industrializada e internacionalizada, é rompido pela emergência da Terceira Revolução Industrial e pelos novos interesses de investimento do capital internacional nos centros avançados do capitalismo mundial. (MATTOSO, 1995, p. 135).

Com a redemocratização e aparente vitória política da sociedade brasileira vieram os problemas inflacionários – chegou a 200% a.a. – desemprego e desestabilização econômica deixada pela ditadura militar. José Sarney assumiu a presidência e teve como marca um governo com indefinições quanto às políticas econômicas e industriais. Como tentativa de recuperar a economia, Sarney lançou o Plano Cruzado tendo como objetivos imediatos: converter o preço dos salários a partir da alteração da moeda, alindando seu valor ao preço real de compra tentar conter a inflação promover a fixação (temporária) da taxa de câmbio promover a unificação orçamentária, tendo como marco a criação da Secretaria de Tesouro Nacional estimular o consumo interno e o investimento externo. Depois lançou o Plano Cruzado II, cujo foco estratégico era o controle do déficit público e o aumento do PIB do Brasil. Esses dois Planos funcionaram apenas como paliativos às demandas urgentes e não caracterizaram uma ruptura completa com as ações administrativas anteriores (GREMAUND; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2010).

Em razão da alteração no paradigma fordista, as formas como se apresentam as cadeias produtivas industriais tornaram determinante o peso participativo dos países na divisão internacional do trabalho. Perceber esta dimensão é fundamental, pois, quando se trata de

industrialização, a avaliação da densidade das cadeias produtivas industriais mostra-se como uma questão central (inclusive no que diz respeito ao diagnóstico da desindustrialização) no caso do Brasil, em meados de 1980 a atividade industrial já iniciava perdas na participação da formação do PIB nacional (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014).

[...] dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, nota-se que a estrutura industrial brasileira evoluiu de maneira extremamente diversa daquela ocorrida naqueles países que melhor se adaptaram ao novo paradigma microeletrônico, tanto em relação aos desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento. Houve um movimento de estagnação da participação dos setores industriais mais dinâmicos da nova revolução tecnológica na estrutura industrial brasileira. (ADREND, 2015, p. 10-11).

Em 1990, como tentativa da recuperação das taxas de lucro capitalistas, a agenda neoliberal emerge no Brasil, a adesão a essa política representou sobretudo o desmonte em alguns dos princípios da Constituição Federal de 1988, já que eram incompatíveis com o seu avanço, sendo os direitos sociais submetidos à lógica fiscal (BEHRING; BOSCHETTI, 2012). Para os trabalhadores a “recuperação” e a estabilização do cenário econômico aconteceu de forma perversa, a década de 1990 representou a grande transição da regulação social, a ideia de Estado protecionista, interventivo (socialmente) altera-se para um Estado amplamente aberto às diretrizes do capital⁷⁸, configurando-se como “máximo para o capital e mínimo para o social” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 167). O período neoliberal é marcado por substancial agravamento das expressões da questão social e por uma reconfiguração do padrão de exploração da classe trabalhadora brasileira, processo que se inicia com a desnacionalização da indústria. O claro “pacto burguês” entre capital estrangeiro e Estado brasileiro não se resumiu à entrega da indústria e do mercado nacional, mas também na estrutura de gastos públicos brasileiro ao mercado financeiro internacional, que inicia uma nova fase de acumulação, baseado no capital portador de juros.

A adesão aos pressupostos neoliberais teve início no governo Fernando Collor, no qual o controle inflacionário teve centralidade. O presidente iniciou seu mandato com três medidas básicas: reforma monetária, reforma administrativa e reforma fiscal.

⁷⁸O discurso econômico da agenda neoliberal surge como uma justificativa de solução para crise inflacionária brasileira gerada pela: crise do capital iniciada em 1970, crise da dívida externa no fim do período ditatorial, com a política de gastos públicos. Os neoliberais afirmavam que o Brasil apresentava inflação unicamente por ter um Estado “gastador”, com isso um processo de reforma da estrutura fiscal do Estado que culminou na promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal. A essência desta perspectiva é na verdade o objetivo maior de implementar no Brasil a política de Estado mínimo, não para ampliar a concorrência, mas para entregar a estrutura estatal construída no desenvolvimentismo nas mãos do capital internacional.

No que se refere à indústria, o modelo até então adotado de substituições de importações foi interrompido, com a liberalização econômica completa, sem medidas protecionistas à indústria brasileira, vários setores passaram a ter grandes dificuldades para competir com os produtos importados. Quanto às reformas institucionais, foram lançados os programas de privatização e desregulamentação do mercado interno, defendido como caminho para o progresso do ajuste fiscal e patrimonial.

Essa nova forma de conduzir o desenvolvimento do país, iniciado com Collor e continuado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), representa para Lyra (1996) um modelo de indústria que difere significativamente dos que o antecederam, pois, os presidentes focaram em ajuste fiscal, controle de dívida e inflação e não no desenvolvimento de setores que dinamizavam a economia do país e geravam emprego:

O novo modelo de política industrial contrapõe-se em vários aspectos ao modelo anterior, em que predominaram a forte proteção perante as importações; a orientação da produção fundamentalmente para o mercado interno; a concessão de potentes incentivos fiscais e financeiros aos investimentos; a ampla atuação regulatória e empresarial do Estado; a pouca atenção às condições de competição no mercado interno; e o controle de preços [...] Sua temática central consiste na reestruturação e expansão competitivas do sistema industrial brasileiro. Essa proposta mantém os princípios básicos da política industrial iniciada em 1990, complementando-a em suas lacunas e alterando-lhe as ênfases em função das mudanças no ambiente externo e no interno. Essa política estará dirigida para a expansão e o aumento da eficiência e competitividade do parque industrial brasileiro, mediante a utilização da intervenção governamental de forma suplementar ao mecanismo do mercado [...] (LYRA, 1996, p. 7).

Esses governos de matrizes neoclássicas incorporaram as mudanças macroeconômicas que, aliadas a outras mudanças consideradas “poupadoras”, assumem a plataforma neoliberal instituindo a liberalização econômica e promovem ampla desestatização de indústrias e instituições importantes e estratégicas para o país. Têm foco na produtividade e qualidade, aliam-se ao modelo de produção toyotista, com restrição dos direitos trabalhistas, cooptação da classe trabalhadora, ampla relação com capital estrangeiro, apoio às exportações, contas públicas direcionadas em favor da dívida e incentivos fiscais aos investimentos externos; tudo para favorecer a atração dos investimentos estrangeiros. O resultado disso foi um completo entreguismo do Brasil. Vale destacar, que a reforma administrativa apresentou a materialização dos princípios neoliberais mais nocivos aos trabalhadores: o congelamento de salários e prefixação de seus valores, a alteração no regime cambial (adesão de câmbio flutuante) que deu

completa liberdade ao mercado na definição dos valores associados à liberalização das ações externas⁷⁹.

Tal coordenação de política industrial e a liberdade do mercado na forma de auferir lucros no Brasil exacerbou a especialização produtiva e impediu a transição para um novo padrão produtivo:

[...] o retorno da integração da economia brasileira aos fluxos de capitais internacionais, nos anos 1990, mostrou a debilidade da estratégia de mudança industrial ancorada na atração do novo capital produtivo disponível na economia mundial. Os fluxos de capital estrangeiro ao Brasil foram predominantemente financeiros, e os produtivos acabaram por aprofundar a especialização produtiva nacional na direção de setores intensivos em recursos naturais, commodities industriais e tecnologias do paradigma já superado pelos países centrais e periféricos dinâmicos. Na ausência da figura do Estado como agente coordenador e indutor do processo de mudança estrutural via políticas industriais, a estratégia de um segundo catching-up nacional foi bastante limitada. (ADREND, 2015, p. 51).

Para Adrend (2015), a substancial transformação tecnológica advinda da Terceira Revolução Industrial mostrou-se como um desafio à dinâmica econômica dos países em desenvolvimento. Se o Brasil vinha de uma política reativamente estruturada desde Vargas, o hiato após 1980 acarretou em maiores problemas de desenvolvimento industrial, já que, os países periféricos não acompanharam a modernização tecnológica e frente à divisão internacional do trabalho tenderam a se especializar em produtos menos competitivos comercialmente, perpetuando a dependência/subalternidade econômica e tecnológica.

De forma geral, no que se refere a postos de trabalho formais, o impacto desse processo foi extremamente negativo, por exemplo, na “[...] década de 1990, houve retração de 16% do emprego manufatureiro – equivalente à diminuição de 1,5 milhão de postos de trabalho –, segundo as Contas Nacionais.” (MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019, p. 26).

A proposta de revitalização econômica veio com a adoção do Plano Real, que tinha a função primordial de controlar a inflação em 1993 segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2011), o plano propunha amplo ajuste fiscal, indexação da economia e reforma monetária com o objetivo imediato de conter a taxa de inflação. Em algum grau, estimulou a atividade econômica na medida em que instigou a demanda por agregados industriais nos setores de bens de consumo duráveis e bens de capital. Todavia, essa proposta de estabilização

⁷⁹A consequência imediata foi “[...] uma grande desestruturação do sistema produtivo com corte nas encomendas, semiparalisa na produção, demissões, férias coletivas, redução nas jornadas de trabalho, redução de salários, deflação, atraso nos pagamentos de dívidas, expansão no volume e no prazo dos créditos comerciais, desenvolvimento de meios de pagamentos alternativos [...] provocando uma retração do PIB da ordem de 8% no segundo trimestre de 1990.”(GREMAUND; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2010, p. 440).

foi positiva apenas para alguns setores econômicos⁸⁰, os bens industriais caíram de valor, mas os de serviços não. Importa sinalizar que a despeito da condição do Brasil no período, a agenda governamental estava comprometida com a estabilização econômica, um exemplo disto foram as diferenciações da variação de taxa de Índice de Preços do Consumidor (IPC) entre o índice de preço de atacado (IPA), no qual, o primeiro teve crescimento extremamente elevado em pouco tempo enquanto o segundo não. O Plano Real também foi incapaz de diminuir os efeitos das crises externas o que impactou diretamente na empregabilidade dos brasileiros, em 1988 a taxa de desemprego era de 8%, enquanto o PIB era de apenas 0,2%.

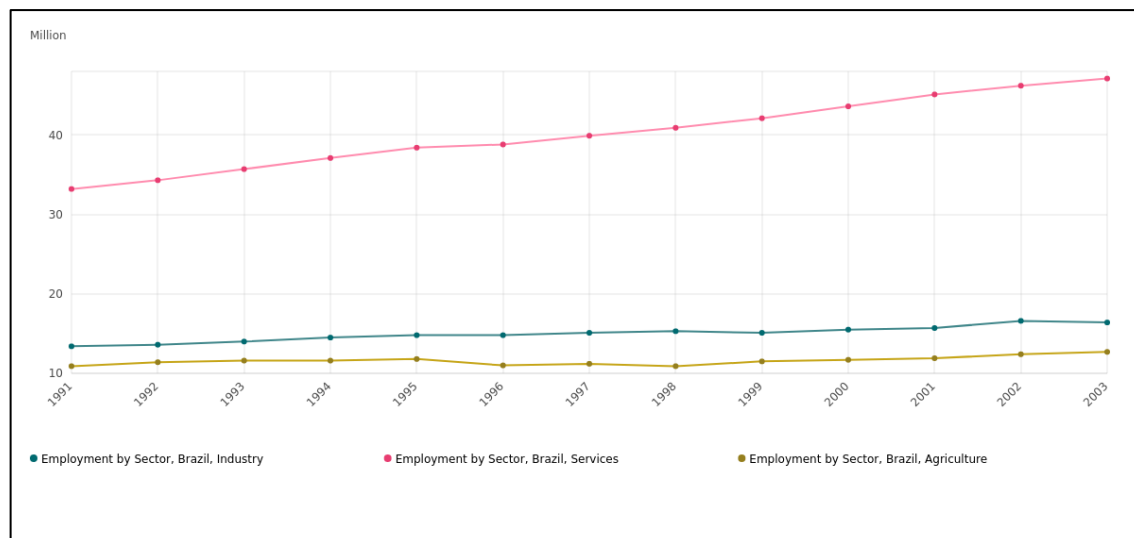
No segundo mandato do presidente FHC, o setor industrial se destacou com relativo crescimento de 5,4%, devido às ações “para fora”, tal crescimento esteve amplamente ligado aos benefícios e concessões despendidos ao capital externo sem exigências de qualquer contrapartida (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

Dados da OIT (2020) apontam que no período de 1991 a 2003 (período de governos declaradamente neoclássicos) existiam 56,7 milhões de empregos no Brasil, o que equivale a 58% da população ativa ocupada⁸¹, ao longo da década esse valor teve incipiente aumento de 0,6%, o que equivalia a 76,2 milhões de empregados, (percentual ínfimo diante do aumento demográfico e da população economicamente ativa). No mesmo período, o número de desempregados salta de 3,9 milhões (6,4% de trabalhadores) para 8,5 milhões (10% de trabalhadores).

Um resumo demonstrativo do período neoliberal quanto à distribuição de empregos por setor pode ser observado a partir do Gráfico 6.

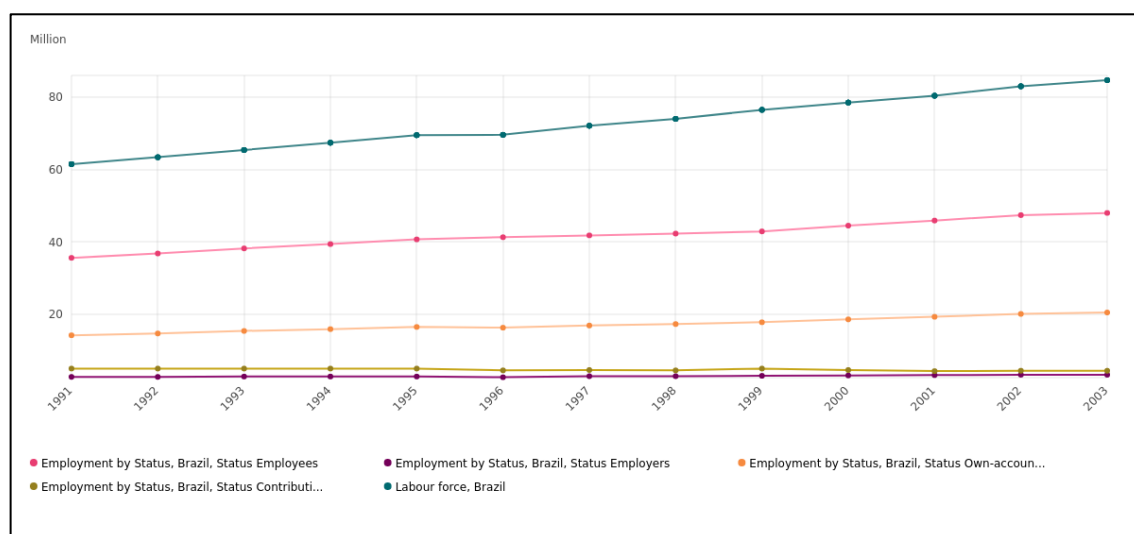
⁸⁰ “Essa estratégia de estabilização é bastante eficiente para os chamados *bens tradeables*, ou seja, aqueles que são transacionados no mercado internacional (exportáveis e importáveis), principalmente os produtos industriais. Todavia, no caso dos chamados *bens non-tradeables*, esta é totalmente ineficaz. O principal exemplo deste segmento é o setor de serviços: aluguel, mensalidades escolares, alimentação fora de casa, médicos etc.- ‘mercadorias’ que não se pode importar. Assim, esses preços tendem a continuar subindo, pois o crescimento econômico associado à estabilização tende a pressionar os salários reais, e como estes setores não sofrem a concorrência internacional, podem repassar o aumento de custos para preços, enquanto a demanda se encontra aquecida.” (GREMAUND; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2010, p. 455, grifos dos autores).

⁸¹ Vale ressaltar que os valores apresentados pela OIT, consideram o crescimento demográfico do Brasil, o que implica num “natural” crescimento de valores absolutos da população.

Gráfico 6 – Emprego por setor no Brasil

Fonte: Organização Mundial do Trabalho (2020).

Quanto aos empregos por setor, observa-se que a agricultura empregou 10,9 milhões (equivalente a 19%) de brasileiros no início do período e apresentou pequeno aumento em 2003 (12,7 milhões); na indústria trabalhavam 13,3 milhões (23%), número que se elevou para 14,4 milhões (27% das ocupações em 2003); no setor de serviços estava alocada a maior parte dos trabalhadores, correspondente a uma parcela de 33,2 milhões (58%), percentual que se elevou em 2003 para 62% das ocupações, que representa 47,1 milhões de trabalhadores.

Gráfico 7 – Situação de empregabilidade no Brasil

Fonte: Organização Mundial do Trabalho (2020).

O Gráfico 7 demonstra a situação de empregabilidade, no qual a força de trabalho (linha azul), ou seja, de pessoas em idade e condição ativa de trabalho era de 61,5 milhões e em 2003 chegou a 84,7 milhões. Além disso, demonstra a taxa de empregadores⁸² no Brasil (linha roxa) de 5% (2,7 milhões para 3,3 milhões) que representa 4% de empregadores, ou seja, sem grandes alterações. A taxa de trabalhadores empregados formalmente (linha rosa) era de 35,6 milhões e foi para 48 milhões (passando de 62% para 63%). Há ainda a demonstração de trabalhadores alocados em atividades familiares ou autônomos, ou sem empregos formais; estes com menor possibilidade de direitos trabalhistas, segurança no trabalho, benefícios previdenciários etc. Quanto ao primeiro grupo, a linha marrom demonstra um decréscimo na década, no qual 5 milhões (9% da população) de famílias tinham atividades próprias, número que diminuiu para 4,4 milhões (6%); os autônomos somaram 14,2 milhões de trabalhadores (25% da população), número que aumentou ao longo dos anos para 20,5 milhões. Esse panorama demonstra como foi a transição para os anos 2000 com aumento de informalidade, diminuição dos postos na indústria e crescente diminuição de direitos para trabalhadores.

Quando Luís Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da república em 2003 o cenário econômico e social era nebuloso, a economia estava pouco aquecida e o desemprego e inflação ainda eram altos, a indústria brasileira era pouco dinâmica e seria necessário estabelecer as prioridades da agenda estatal para recuperação do país. O presidente sustentou o compromisso de manutenção⁸³ da estabilidade econômica baseada no tripé macroeconômico, o que demonstrou continuidade com a plataforma neoliberal adotada nos governos anteriores. A diferença adotada é que neste contexto temporal, não só o Brasil como a América Latina adere ao modelo neodesenvolvimentista⁸⁴, que para Gonçalves (2012) nasce a partir de uma cópia infiel do nacional desenvolvimentismo.

⁸² Em termos absolutos houve um aumento numérico de empregadores no Brasil na década em questão, todavia, em termos relativos houve uma queda de 1% de empregadores no país, o que indica maior concentração de capital.

⁸³ Antes mesmo de assumir o governo havia um espectro de incerteza quando às preposições político-econômicas do partido, tendo em vista a matriz de esquerda do PT, que teoricamente era oposta ao governo anterior. Todavia, desde a campanha eleitoral, Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ao mercado e aos brasileiros uma proposta de equilíbrio entre capital e trabalho. Na “Carta ao Povo Brasileiro” ele descreve o compromisso de “[...] respeitar o acordo com FMI e sua renovação, a preservação da diretoria do Banco Central, alterando-se somente o seu presidente passando de Hermínio Braga para Henrique Meirelles, um nome fortemente ligado ao sistema financeiro, à escolha de uma equipe econômica fortemente comprometida com a defesa da estabilidade e do ajuste fiscal.” (GREMAUND; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2010, p. 492).

⁸⁴ Este modelo tem como finalidade: “[...] escapar dos aspectos considerados negativos do nacional-desenvolvimentismo e do neoliberalismo, bem como, aproveitando-se do maior planejamento estatal de um e da estabilidade macroeconômica e financeira de outro; é dessa forma que o “novo-desenvolvimentismo” busca lidar com os desafios estratégicos da contemporaneidade (CARNEIRO *et al.*, 2012) e “reativar” a rota do desenvolvimento, entendido como “[...] um conjunto de valores, ideias, leis e políticas orientadas para o desenvolvimento econômico que leva à criação de oportunidades para que empresários dispostos a assumir os riscos possam investir e inovar.” (PEREIRA, 2010 apud TRASPDINI; MANDERINO, 2013, p. 20).

Neste “novo” plano o debate econômico brasileiro esteve polarizado entre versões atualizadas do desenvolvimentismo e da política neoliberal. A propositura neodesenvolvimentista visa revisão da denominação clássica de desenvolvimentismo, não aderindo à política protecionista⁸⁵ (que protege a indústria nacional taxando as importações ou controlando o câmbio) e rompe com esse paradigma anterior propondo a manutenção do câmbio flutuante. Esta nova forma de regulação estabelece contato com o neoliberalismo, sobretudo na adesão da política cambial (minimização do acesso do Estado à entrada de IEDs), além de alinhar-se às diretrizes macroeconômicas internacionais, aprofundando as relações de subserviência.

Segundo alguns autores (GREMAUND; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2010) um ponto de contato com o nacional desenvolvimentismo foi a tentativa de execução de uma política industrial. Essas ações se destacaram tendo em vista a lacuna de estratégias organizadas “para dentro” desde 1980.

A primeira política industrial organizada visou fortalecer o setor industrial interno para competição internacional. A diretriz era executar uma política que não fosse voltada para o setor em si, mas transversal ao desenvolvimento econômico⁸⁶ e modernização nacional, a proposta era adotar medidas que atuassem no aumento da produtividade, na geração de inovações tecnológicas e que, conseqüentemente ampliariam as exportações de bens e serviços com maior valor agregado, porquanto, historicamente, o Brasil tem balança comercial desfavorável em setores de maior peso no comércio exterior (BOCCHI; BORGES, 2018).

Como forma de tentar aumentar a competitividade do setor industrial, o Governo Federal começou a montar, em 2003, as bases da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada em 2004. A PITCE focava em quatro eixos: (i) inovação e desenvolvimento tecnológico; (ii) inserção externa; (iii) modernização industrial e ambiente institucional e (iv) aumento da capacidade produtiva. As metas para o eixo inovação e desenvolvimento tecnológico objetivavam desenvolver a capacidade produtiva das empresas com o propósito de melhor inseri-las no mercado

⁸⁵ A revisão da política protecionista não se refere a um “completo abandono” ao setor industrial. Enquanto política pública o governo atou desde incentivos fiscais, como por exemplo, o financiamento para bens de capital para pequenas empresas e redução de IPI para máquinas e equipamentos e a criação de instituições como a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, com fim último de execução da política industrial (BOCCHI; BORGES, 2018).

⁸⁶ O objetivo era “[...] aumentar a eficiência econômica, o desenvolvimento e difusão de tecnologias com maior potencial de indução do nível de atividade e de competição no comércio internacional. Ela tinha como foco o aumento da eficiência da estrutura produtiva, aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras e expansão das exportações, atuando em três eixos: 1. **Linhas de ação horizontais**: inovação e desenvolvimento tecnológico, inserção externa/exportações, modernização industrial, ambiente institucional; 2. **Setores estratégicos**: software, semicondutores, bens de capital, fármacos e medicamentos; e 3. **Atividades portadoras de futuro**: biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis.” (ABRAHÃO; VIEIRA, 2014, p. 6, grifos dos autores).

mundial. Além disso, visava-se dar diretrizes às parcerias públicas e privadas. (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 12).

A ideia era fomentar a produção de setores estratégicos e alinhar-se à demanda do comércio exterior se adequando ao mercado importador. Assim, era necessário modernizar o maquinário para aumentar a produção, financiar novos equipamentos e desenvolver especialmente os setores de peso para a indústria como os semicondutores, os softwares, os bens de capital e os fármacos. A vantagem deste programa foi inserir a questão de desenvolvimento industrial na agenda de políticas públicas que, aliadas às demais políticas sociais, propiciou a expansão do setor e demonstrou ser um caminho alternativo de desenvolvimento socioeconômico. Apesar de ter apresentado alguns problemas, gerou um aumento na oferta de empregos formais (CORONEL; CAMPOS; AZEVEDO, 2014).

A modernização conservadora ditou os limites para a execução da política, a permanência no antigo paradigma tecnológico foi/é para a industrialização a continuidade da dependência dos países em um nível mais profundo e divide o mundo numa “hierarquia capitalista”. “[...] A nova divisão internacional do trabalho não separa mais os países em industrializados e produtores de produtos primários, mas entre países produtores e não produtores de tecnologia e inovação.” (BOCCHE; BORGES, 2018, p. 3). Assim, a PITCE não alcançou muitos dos objetivos propostos.

[...] no que tange à inovação tecnológica, não apresentou incentivos ao desenvolvimento de tecnologias novas e adaptadas às necessidades das grandes indústrias brasileiras; no setor de modernização industrial, não estavam claras as diretrizes e os objetivos desta modernização, além de não avançar na lei das patentes. [...] A PITCE não alcançou boa parte de seus objetivos devido, também, à falta de articulação e coordenação, proposição de ações mais horizontais que setoriais; pouca ênfase nos instrumentos fiscais e, principalmente, em face da conjuntura econômica desfavorável ao lançamento de uma política industrial [...] os principais problemas da PITCE estavam relacionados à ausência de atuação sistêmica no conjunto das instituições; à complexidade da estrutura orgânica das instituições; e à necessidade de adequar a capacitação de técnicos das instituições da área aos novos requisitos da política industrial e tecnológica. (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 113).

Apesar das ações estratégicas do PITCE, houve reduzido impacto no sentido de uma transformação estrutural, a indústria teve seu ápice unicamente em 2004, chegando a 6,18 % a.a. e até o fim do governo não ultrapassou esta marca. O destaque econômico esteve voltado às atuações com comércio exterior devido (principalmente) à tradição em commodities do Brasil. No que se refere aos setores com alto valor agregado, permaneceu incipiente a participação brasileira no comércio externo (ADREND, 2015).

Fato é que o superávit comercial brasileiro esteve sempre vinculado e dependente dos preços das commodities exportadas (geralmente minerais e soja), a agropecuária ou a indústria de transformação que demandam baixa tecnologia. Quando se trata propriamente de atividades da indústria de transformação com alta e alta-média tecnologia, o déficit é progressivo e as estratégias propostas ao longo do governo foram incapazes de alterar essa realidade, no governo Lula essa estrutura permaneceu intacta (BOCCHI; BORGES, 2018).

O segundo plano foi a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançado em meio à crise financeira de 2008, que proporcionou um dinamismo interno no consumo, mas não obteve níveis altos de exportação graças à retração do mercado mundial.

As estratégias da PDP estavam articuladas em pelo menos quatro frentes: “[...] a) de desoneração e isenção tributária; b) de crédito e financiamento; c) regulatórias; e d) diversas [...] ou por serem meras intenções ou diretrizes, ou ainda, por se tratar de constituição de grupos de trabalho e elaboração de relatórios.” (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 114).

A PDP tinha pretenciosos objetivos, todavia, o Brasil não estava pronto para arcar com todas as despesas de um plano como esses, já que, segundo Coronel, Azevedo e Campos (2014), o custo da política, entre reduções e isenções fiscais, investimentos, crédito e subsídios, era de, aproximadamente, R\$ 484 bilhões de reais. Entre as metas ambiciosas, o presidente assumiu os objetivos de:

[...] 1. Ampliar o investimento fixo para evitar a formação de gargalos: elevar a participação do investimento fixo no PIB para 21% em 2010, o que considerava um crescimento médio anual de 11,3% da Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF para o período 2008-2010; 2. Elevar o esforço de inovação, sobretudo no setor industrial: estimular a inovação e o aumento o percentual do dispêndio privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para 0,65% em relação ao PIB em 2010; 3. Ampliar a participação das exportações brasileiras: aumentar a participação do País nas exportações mundiais para 1,25%; 4. Dinamizar as MPEs (Micro e Pequenas Empresas): aumentar em 10%, o número de MPEs exportadoras [...]. (ABRHAO; VIEIRA, 2014, p. 6).

De forma geral, a dinamização da indústria teve maior aquecimento nos bens de consumo não duráveis. A proposta do governo era de incentivo ao consumo a partir da concessão de crédito popular, aderindo a políticas sociais, tanto no quesito de políticas compensatórias, como no contexto de alavancagem da economia por meio da formação de uma classe consumidora de trabalhadores com relativa valorização do salário. A ideia era a conciliação de justiça social com as leis de mercado, isto representou para classe trabalhadora a imagem da “[...] utopia da justiça social convertida em mero acesso ao consumo e ao crédito, ao passo que para as classes dominantes a ordem capitalista, incluindo todo o seu aparato

ideológico e coercitivo, permanece praticamente inalterada em sua essência.” (MOTA, 2015, p. 4).

Quando Dilma Rousseff assumiu o governo prosseguiu com a plataforma de compromisso com o tripé macroeconômico associada às medidas macroprudenciais. Paralelo a isso, tentou dar continuidade aos projetos de política industrial, desenvolvimento social, e consumo “[...] buscando fortalecer o lado social do governo, ao mesmo tempo em que implementa uma política monetária contracionista e concentradora de renda.” (BOCCHI; BORGES, 2018, p. 13).

Lançou o Plano Brasil Maior (PBM) que não foi completamente executado, mas representou a tentativa mais próxima de política pública nacional voltada para investimento na modernização, a partir de inovação tecnológica e fomento a ciência. Abrahão e Vieira (2014) ressaltam que o problema da indústria brasileira, a despeito do parque industrial sólido que tem (em comparação aos países em processo de industrialização), tem lugar na baixa economia do conhecimento, ou seja, em relação ao ínfimo volume de atividades produtivas com base nos setores de microeletrônica, software e semicondutores, farmacológicos. O incremento desta economia seria a alternativa mais eficaz para estimular cadeias produtivas de alto valor agregado e alavancar as cadeias já existentes na defesa da indústria nacional e do mercado interno.

Em linhas gerais, as estratégias do plano “[...] instituem desonerações tributárias associadas a contrapartidas de investimento, agregação de valor, geração de emprego e inovação de forma a contribuir para o desenvolvimento da indústria e de diversas cadeias produtivas.” (ABRHÃO; VIEIRA, 2014, p.11).

[...] o plano tem um foco no estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo. A Abimaq (2011) destaca a importância do esforço do governo com estes três planos, no sentido de resgatar o conceito de política industrial e avançar em sua implementação. Destaca com os seguintes propósitos: (i) Redução dos custos dos fatores de produção (capital e trabalho); (ii) Estímulo ao investimento e ao desenvolvimento tecnológico; (iii) defesa do mercado interno e apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas; e (iv) promoção das exportações e defesa comercial. (ABRHÃO; VIEIRA, 2014, p. 7).

O programa tinha a finalidade de atuar de forma integrada e assim alavancar uma efetiva política industrial e estimular um novo centro dinâmico para economia nacional. A queda no preço dos commodities, o crescimento comercial e produtivo dos tigres asiáticos e as instabilidades políticas internas do governo Dilma impediram a completa execução do projeto,

apesar de ter apresentado saldos positivos, como por exemplo o avanço no financiamento à ciência e tecnologia em diversos setores⁸⁷ e à geração de empregos.

Dados da OIT (2020) mostram que em 2010 havia 19,8 milhões de trabalhadores na indústria e em 2014 esse número subiu para 21,4 milhões de empregos formais. Todavia, de 2015 para 2016 as diversas instabilidades econômicas e políticas fizeram o desemprego saltar de 6,7 milhões para 11,9 milhões⁸⁸. O mito do “Estado social” havia chegado ao fim, o estímulo ao consumo foi comprometido e um processo de retração econômico interno e externo tornou difíceis as práticas de políticas sociais que foram a marca dos anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

É possível afirmar que períodos de aumento do desemprego e queda no consumo se tratam de um momento comum ao desenvolvimento econômico dos países no capitalismo, como se viu, eles ficam mais evidentes durante as crises.

Todas as ações subsequentes relativas a um “Estado social” baseavam-se numa exploração arbitrária dessa tendência, na falsa crença em uma redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho. Na verdade, é claro que a queda da taxa média de lucros, resultante de qualquer redistribuição num modo de produção capitalista, arriscaria não apenas a reprodução ampliada, mas também a reprodução simples: detonaria uma greve de investidores, a fuga do capital e o desemprego em massa. As ilusões quanto as possibilidades de “socialização através da redistribuição” não passam, tipicamente, de estágios preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro. Esse programa incluirá habitualmente restrições periódicas ao consumo da classe operária, a fim de aumentar a taxa de lucros e “estimular investimentos”. (MANDEL, 1985, p. 339).

A grande diferença da sociedade brasileira é que, se em alguns países houve a ampliação orgânica de legislação social como conquista da luta de classe cada vez mais acirrada (em face da concessão do capital que tem interesse na reprodução capitalista também via consumo e reconstituição da força de trabalho), no Brasil, isso tal processo ocorreu de forma arbitrária e distorcida dos países que adotaram o Estado de bem estar Social.

A dinâmica estrutural imposta pela lei do valor na sociedade capitalista foi agravada por variados fatores conjunturais que influenciaram a grande recessão econômica no governo de

⁸⁷Foram criados alguns planos com objetivo tanto de financiar equipamentos de bens de capital, quanto pesquisas de suporte em setores estratégicos para o país. Como por exemplo, o Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI) e o Plano Inova Empresa “[...] destinados a empresas brasileiras de todos os portes que tenham projetos inovadores em setores prioritários como Saúde, Aeroespacial, Energia, Petróleo e Gás, Tecnologia Assistiva e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).” (ABRAHÃO; VIEIRA, 2014, p. 14).

⁸⁸ “A partir de 2015 o país mergulha em um período de profunda recessão, com uma queda acumulada do PIB de 7,5% no biênio 2015/16. Com isso, a taxa de desemprego medida pela PNAD dobrou no período. No primeiro trimestre de 2017 a taxa de desemprego nacional atingiu 13,7%, enquanto que na Grande São Paulo alcançou 17,9% em fevereiro de 2017.” (BOCCHI; BORGES, 2018, p. 16).

Dilma. Alguns elementos conjunturais podem ser exemplificados: a queda da taxa de lucros; disparidades comerciais entre Estado e mercado pondo em xeque o ciclo de parcerias público/privada no setor de construção civil (cresceu em ganhos reais durante todos os governos petistas); a retração econômica com baixa dinâmica de exportação devido à baixa nos commodities; a retração do crédito à burguesia proveniente do estrangulamento fiscal do Estado mobilizou boa parte do empresariado, sobretudo o paulista (com destaque para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe – FECOMERCIO) contra o governo; o alto grau de inadimplência nos financiamentos e no microcrédito provocou reação do setor financeiro (principalmente os bancos de varejo); os ganhos comerciais sustentados pelo incentivo ao consumo despencaram com a inflação; o desemprego e o baixo consumo popular diminuíram a arrecadação; o governo não conseguiu manter o compromisso no tripé macroeconômico, eixo central da política estabelecida no neoliberalismo e a inflação voltou a crescer descontroladamente; o governo passou a gastar acima da receita e o real voltou a ter grandes oscilações, com isso o centro da economia política neoliberal entra em risco e o governo não consegue sustentar o apoio das elites. Todos esses fatores unidos às fissuras democráticas e instabilidades da política interna brasileira resultaram no golpe antidemocrático de 2016, capitaneado pelo mercado e apoiado por uma massa de trabalhadora que se viu tolhida de direitos após um longo período de aparente estabilidade.

As ações quanto à indústria ficaram paralisadas, a sinalização formal de maior peso foi lançada pela CNI (2018) que estabeleceu metas para crescente produtividade e diretrizes poupadoras em capital variável. Pode-se afirmar que ao assumir a presidência, Michel Temer estabeleceu a retomada do programa econômico neoliberal⁸⁹, dissolveu o fomento industrial enquanto política pública e ampliou a liberalização econômica do país.

A discussão arrolada até aqui visou contribuir para a compreensão da industrialização brasileira no contexto do desenvolvimento desigual e combinado. Com o rompimento da estratégia de substituição de importações e liberalização econômica neoliberal em 1980, os setores de destaque da indústria brasileira vêm perdendo participação no PIB e dando lugar ao

⁸⁹A posse de Michel Temer como presidente da república sob uma medida antidemocrática desnuda a condição precária da jovem democracia brasileira conjugada ao domínio burguês que amplificou os problemas já existentes no contexto brasileiro. Há uma nova fase do pacto burguês ainda mais cruel encabeçada por Temer na materialização sérias medidas apresentadas na “Ponte para o Futuro”, ou como a Reforma Trabalhista aprovada pelo Projeto de Lei n.º 6.787/2016, que prevê mudanças extremamente maléficas na regulação do trabalho e subtrai direitos segundo uma lógica neoliberal de mercado; o Projeto de Emenda Constitucional n.º 241/16 que congela gastos públicos por vinte anos com único intuito de “equilibrar” o orçamento governamental; a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 287 e que muda completamente os critérios de acesso aos benefícios previdenciários (aprovada em 2020).

setor de serviços, assim “[...] a desindustrialização brasileira pode ser caracterizada como precoce, dado seu nível de renda per capita no início do processo e atual, vis-à-vis demais economias desenvolvidas e em desenvolvimento.” (ADREND, 2015, p. 38). A lei do movimento capitalista impõe consequências estruturais à indústria e economia brasileira. Mesmo diante do viés protecionista estabelecido na gênese de sua formação, as contrapartidas de seus beneficiários que extraíram riquezas do país desnudam a condição permanente de subserviência.

Não obstante o quadro generalizado do capitalismo, dos ciclos e tentativas de recuperação, o panorama atual do Brasil evidencia um desmonte completo de setores estratégicos nacionais, no qual, a despeito da aparência de progresso se vê o aumento de postos de trabalho à custa da retirada de importantes direitos sociais, em desacordo com o trabalho decente⁹⁰.

Tensões políticas e particularidades históricas do Brasil têm impacto direto tanto em investimentos (setoriais e regionais), quanto na aprovação de orçamentos para projetos econômicos internos. O avanço de acumulação capitalista em detrimento do empobrecimento de uma região também pode ser observado na particularidade dos países, as regiões consideradas periféricas tendem a sofrer todo impacto da lei de valor capitalista somada às problemáticas regionais. Um exemplo clássico disto é a formação regional e econômica do Brasil, na qual, historicamente a região Nordeste (NE) serviu como meio de acumulação de riqueza para outras regiões. Na contemporaneidade do Brasil esta realidade é notória a partir da reorganização espacial industrial que vem sendo “interiorizada” a fim de gerar maior lucratividade. É o que será visto no próximo item.

3.1 TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA: progresso econômico ou aprofundamento das desigualdades sociais?

Até aqui foram apresentados ciclos do processo de industrialização brasileiro, suas fases de destaque bem como a queda na participação do PIB desde 1980, devido à alteração na

⁹⁰ A ideia de trabalho decente parte do conceito desenvolvido em 1999 pela OIT, em que esboça o que compõe e o que deve ser abolido das relações de trabalho, o órgão “[...] formalizou o conceito de Trabalho Decente como uma síntese da sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas. O Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT (o respeito aos direitos no trabalho, a promoção do emprego, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social), e condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.” (OIT, 2012, p. 11).

política industrial de substituição de importações, em que o mercado interno ficou vulnerável à liberalização econômica e desvalorização cambial. Agora serão apresentadas as principais estratégias que a indústria brasileira seguiu na tentativa de recuperação das taxas de lucro e como elas estão profundamente ligadas à manutenção da hierarquia de uma região sobre outra, isto é, como a condição de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo penetra e atinge de forma mais aguda o Nordeste do Brasil.

Não obstante as particularidades das diversas cadeias produtivas industriais que se formaram ao longo da constituição econômica brasileira (sobretudo quanto aos fluxos de lucro), no panorama geral observa-se que algumas das estratégias para a recuperação da taxa de lucros foram/são comuns a muitos setores. Destaca-se aqui o descolamento espacial da indústria, extremamente utilizado pelo capitalismo brasileiro a partir de 1990 quando, no processo de reestruturação produtiva, teve destaque a realocação espacial/ territorial da indústria e a busca por capital variável rentável. O que será discutido a partir de agora compõe os elementos de compreensão das estratégias de reestruturação produtiva brasileira, fruto das mudanças no capitalismo contemporâneo; e que tem lugar fundamental nos processos de exploração de uma região sobre outra, sendo as particularidades da formação econômica do Nordeste (regional) em relação ao Brasil (escala nacional) essenciais à essa compreensão (FURTADO, 2005).

Desde 1990, o padrão produtivo e espacial alterou os espaços de indústria até então concentrados na região centro-Sul do Brasil, esta realidade (entre outros fatores) construiu um cenário doméstico de desigualdades entre regiões, constituindo-se em um grande aliado na concentração de superlucros. Afirma-se que a desigualdade (macro)regional é um fator ineliminável para o processo de acumulação capitalista e protagonista de toda formação econômica, social, cultural e histórica do Brasil, que materializa as sequelas do desenvolvimento desigual e combinado em escala regional. Diante disto, nesta seção será apresentado um panorama histórico deste processo, bem como dados que comprovam a disparidade entre crescimento econômico e desenvolvimento social.

Para compreender como se deu tal processo no Brasil é importante pensar na lei geral de acumulação capitalista que (sem perder de vista o plano histórico) imputa seu poder sobre a realidade interna do país. Aqui se adota a preposição usada por Pereira (2002) de que essa lógica de dominação das regiões centrais do Brasil segue o movimento da mundialização do capital, da constante busca por acumulação, completamente desregulamentado (onde a mobilidade do capital é quase irrestrita).

Do ponto de vista teórico, a questão do subdesenvolvimento representa a lei geral de acumulação em escala regional, isto é, representa a materialidade do crescimento de uma

região em detrimento de outra. É a dialética capitalista que pode ser visualizada. O subdesenvolvimento representa a condição estrutural do capitalismo, é a lógica que é capaz de cindir dois “mundos econômicos” presentes no mesmo território. A lei universal capitalista de desigualdade é o lugar onde as nações se ligam na desigualdade e contradição.

Furtado (2005), ao escrever “Formação Econômica do Brasil”, lançou as bases para o entendimento sobre a questão regional, dando destaque ao Nordeste. Compreendia que tratar dos fundamentos do “atraso do Nordeste” era um elemento fundamental, pois, não se refere apenas a uma questão de solucionar disparidades regionais, mas de revitalizar a unidade nacional econômica e politicamente. O ponto de partida, para o autor, é radiografar (no contexto de desenvolvimento desigual e combinado) as especificidades históricas nordestinas e combater as visões padronizadoras, etapistas da região em relação ao resto do país.

Observando o movimento macroeconômico capitalista, Furtado (2005) afirma que a transferência de capital de uma região para outra (que ocorre em escala global) é também verificável internamente, com o que concorda Pereira (2002, p. 930): “[...] a transferência de capital entre países desigualmente desenvolvidos pode ser projetada para regiões de um mesmo país, mas com distintos graus de desenvolvimento.”. Para este autor, isso acontece em nível mais agudo nas regiões do Brasil devido à condição de semiperiferia capitalista, que por si só já representa fortes desequilíbrios, e estes são aprofundados internamente entre suas regiões. Em suma: o Brasil é um país que sofre todos os determinantes de desigualdade e transferência de capital para os países centrais e o Nordeste assimila todo esse processo aliado à transferência de suas riquezas para o centro-Sul do Brasil.

A dependência acontece justamente pelas disparidades regionais, isto é, o não desenvolvimento da indústria doméstica torna os estados dependentes do mercado externo. Ou seja, a complexidade de dependência do comércio internacional desde a formação econômica do Brasil, torna o mercado interno frágil e demonstra a debilidade de manutenção das disparidades regionais. (PEREIRA, 2002, p. 930).

Para demonstrar essa dialética Pereira (2002), baseando-se em Salama (1999), “simplifica” essa dimensão num modelo teórico explicativo que, a partir da observação macroeconômica, possibilita a demonstração do subdesenvolvimento do Nordeste enquanto região periférica agravada pela condição de periferia capitalista brasileira. Na qual o país central A (por exemplo EUA) recebe capital do país em desenvolvimento B (por exemplo Coreia do Sul) e este retira capital do país periférico C (por exemplo Tailândia). Esse modelo afirma que a transferência “[...] de capital entre Estados-nações pode ser projetada para explicar os deslocamentos da produção dentro de sistemas econômicos nacionais

heterogêneos – como o Brasil –, onde a dualidade entre as suas regiões é uma característica marcante.” (PEREIRA, 2002, p. 931). A consequência imediata que esta dinâmica causa no país é a sobreposição econômica de uma região sobre outra com profunda desigualdade social e regional.

A questão, tanto da distribuição espacial quanto do desenvolvimento do território, está intimamente ligada às ações estatais, não se tratando de algo “natural”, próprio da região. Se no começo da industrialização brasileira o Estado e os empresários estavam empenhados em promover um aglomerado industrial a partir de áreas estratégicas (território, demografia, infraestrutura etc.), esse espaço também fomentou problemas sociais e exclusão de outras regiões. Assim, a questão da “industrialização concentrada” é uma característica acentuada da formação industrial brasileira e (mesmo diante de ações do Estado) é marca do atual cenário industrial nordestino (FILHO; SILVA; QUEIROZ, 2015).

Durante décadas, a dinâmica industrial brasileira conduziu o processo de aglomeração nas regiões de maior potencial, elencado pela infraestrutura e pela constituição de um espaço dinamizado pelas ações de acumulação de capital. Com isso, fizeram-se necessárias ações do Estado com o fito de promover a industrialização das regiões menos desenvolvidas. (FILHO; SILVA; QUEIROZ, 2015, p. 11).

Do ponto de vista histórico é importante compreender as particularidades da região quanto a sua economia, relações políticas, culturais, diversidade natural/ecologia e consequências sociais. Estes aspectos fornecem subsídios para observar o panorama de desigualdades que se perpetuam até hoje. Assim, colocam-se em destaque os elementos expostos por Furtado (2005) acerca desses fenômenos históricos responsáveis por solidificar as bases desiguais do Nordeste em relação ao centro-Sul do Brasil.

Os aspectos de sobreposição de uma região a outra ultrapassam os limites econômicos, todavia, neles encontra-se boa parte das explicações para a discussão em questão. Furtado (2005) por exemplo, ao explicitar e elevar o debate na questão regional em relação à nacional, evidencia sua preocupação de unidade política e afirma que ela perpassa pela equalização econômica e social das regiões. Está aí um ponto elencado sobre a formação econômica do Nordeste, baseada numa economia completamente dependente e incapaz de transitar para formas mais modernas, com destaque a transição malograda para a industrialização.

É implorante pensar nela, pois ao longo da formação do capitalismo mundial a industrialização tornou-se sinônimo de acumulação de riqueza, sobretudo pelo volume de mais valia e modernização que possibilita. Na história do Brasil essa dimensão foi um dos pontos fundamentais para a sobreposição do centro-Sul em relação ao Nordeste, já que, nas

palavras de Furtado (2005), o que aconteceu nesta em relação àquela foi uma involução econômica, pois o Nordeste foi incapaz de transitar para um modelo dinâmico com centralidade industrial. As principais atividades econômicas estavam voltadas para a agricultura (principalmente monocultura de açúcar), pecuária e produção de bens de subsistência (voltada basicamente para consumo da população nordestina).

Durante os primeiros séculos do Brasil a atividade econômica esteve concentrada no NE e permaneceu direcionada majoritariamente à exportação do açúcar, esse fato tornou a região extremamente especializada na agricultura e dependente das oscilações do mercado externo. A produção acontecia principalmente ao longo do litoral nordestino e por conseguinte tratava-se da área de maior ocupação demográfica da região, as atividades eram executadas basicamente por mão de obra escrava. Essa economia “[...] resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa.” (FURTADO, 2005, p. 61).

A realocação geográfica e alteração do centro dinâmico foi decomposta ao longo dos anos devido às instabilidades econômicas que levavam a população a migrar sobretudo para o semiárido do Nordeste. Em razão da dependência do comércio exterior se moldou um cenário de profundas instabilidades que, por vezes, eram sanadas com atividades econômicas secundárias como pecuária e produção de bens de consumo, geralmente para a população nordestina, assim, o avanço dessas duas atividades econômicas estavam diretamente vinculados às crises do açúcar e não tinham crescimento espontâneo, o que lançou o alicerce para a profunda desigualdade de renda entre trabalhadores nordestinos (sertanejos) e a classe trabalhadora que viria a se formar nas décadas seguintes (operários).

Tudo indica que no longo período que se estende do último quartel do século xviii ao começo do século xix a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofiamiento, no sentido de que a renda real per capita de sua população declinou secularmente. É interessante observar, entretanto, que esse atrofiamiento constituiu o processo mesmo de formação do que no século xix viria a ser o sistema econômico do Nordeste brasileiro, cujas características persistem até hoje. A estagnação da produção açucareira não criou a necessidade – como ocorreria nas Antilhas – de emigração do excedente da população livre formado pelo crescimento vegetativo desta. Não havendo ocupação adequada na região açucareira para todo o incremento de sua população livre, parte dela era atraída pela fronteira móvel do interior criatório. Dessa forma, quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira, maior seria a tendência imigratória para o interior. (FURTADO, 2005, p. 71).

O cenário de recessão tornou eminente a problemática de adesão de mão de obra devido às crises de exportação do setor açucareiro; as pessoas que migravam estavam mais

sujeitas às intempéries⁹¹, em face disto, nascia um problema social, já que, a população se concentrava no semiárido e aumentava a miséria. Sem uma atividade econômica central desenvolviam atividades pouco dinâmicas.

A economia de exportação litorânea estimulou o surgimento da produção de gêneros em regiões marginais que forneciam subsídios para esta, que tinha importância principal. De modo que, em épocas de declínio ou crises no setor exportador, as economias secundárias evoluíam se transformando em economias de subsistência. A população que sobrevivia deste tipo de economia continuava crescendo de forma persistente, mesmo com a diminuição ou estacionamento da produtividade. Assim, vemos que a expansão territorial da economia do Nordeste, de forma predominantemente, se baseou no declínio e na desagregação da economia açucareira. (HORTENCIO; MILANI, 2018, p. 72).

A questão da produção de alimentos é uma problemática fundamental nos tempos de secas, pois “Essa atividade era a primeira a ser atingida nos momentos de seca. E era a atividade principal para a grande massa de produtores, do mesmo modo que a pecuária constituía o eixo de atuação dos grandes fazendeiros.” (ARAÚJO; SANTOS, 2009, p. 192). Nos momentos mais agudos da seca o pauperismo se expandia e a fome se propagava.

Araújo e Santos (2009) à luz de Furtado afirmam que o atraso do Nordeste pode ser compreendido a partir de análise da perpetuação de algumas práticas econômicas e políticas:

[...] i) a persistência da monocultura, com o legado do “mundo do açúcar”, que resistiu aos tempos e com isto, segundo o autor, “o pequeno mundo patriarcal criado em torno dos engenhos pôde chegar até nossos dias”; ii) o atraso técnico, manifesto no extremo rudimentarismo dos métodos de trabalho da colônia, e que ajudou, em adição à monocultura, a fazer avançar a economia de subsistência no campo; iii) a agricultura de subsistência, expandida de forma desarticulada e aprofundando a condição de pobreza no campo; e iv) a estrutura do patriarcalismo, como matriz da sociedade nacional, transbordando no futuro para o desenvolvimento da vida urbana brasileira.” (ARAÚJO; SANTOS, 2009, p. 179, grifos das autoras).

Além disso, o imobilismo nas técnicas produtivas⁹² tornava a modernização mais tardia, segundo Hortencio e Milani (2018) as atividades de pecuária e produção eram

⁹¹ A questão das secas foi/é um “[...] problema comum e persistente da região, que é o fenômeno das secas, que assola o interior semiárido do Nordeste, chamado de sertão – contração de sertão. Essa extensa zona que estende por quase um milhão 4de Km² atingindo os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Piauí, Sergipe e Alagoas. Essas áreas sofrem com os colapsos periódicos de precipitações pluviométricas. A região de secas se caracteriza pela queda acentuada e irregular de suas precipitações, a estação seca pode durar de sete a oito meses. O clima seco forma uma vegetação típica do sertão nordestino, que é a caatinga, totalmente adaptada à região a caatinga se defende das secas usando de forma parcimoniosa suas reservas de água, no inverno os gravetos secos se transformam em pastagens verdes. [...] o fenômeno das secas se agrava pela inadaptação da estrutura econômica predominante da região com as condições naturais preexistentes, que resulta na grande quantidade de pessoas flageladas pela seca.” (HORTENCIO; MALANICI, 2018, p. 74-75).

⁹² “A população camponesa que sobrevivia da economia pecuária, não dispunha de margem para acumular, devido à baixa produtividade do setor. Marcada pelo imobilismo, reproduzia o passado de forma mecânica. A

realizadas de forma arcaica, remetendo às estratégias utilizadas desde o começo do século, o que atrasou o avanço das forças produtivas e impediu o grau necessário à “acumulação” para a produção das famílias.

Como já exposto, é necessário certo nível de acumulação para investir em modernização que obviamente não foi feita pelos trabalhadores e tão pouco pelos latifundiários. Em suma, a involução econômica que Furtado (2005) apresentou se tratou de um longo processo em que as atividades de baixo valor agregado eram predominantes:

A expansão da economia nordestina durante esse longo período consistiu, em última instância, num processo de involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia. Na verdade, a expansão refletia apenas o crescimento do setor de subsistência, no qual se ia acumulando uma fração crescente da população. Dessa forma, de sistema econômico de alta produtividade em meados do século xvii, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir. A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, acarretando um retrocesso mesmo nas técnicas artesanais de produção. A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência – elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores – estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos. (FURTADO, 2005, p. 71-72).

Aliado a essas problemáticas o aspecto político/coronelista do Nordeste foi sempre um borrão histórico desde o início da formação populacional do semiárido. Os grandes fazendeiros e latifundiários eram também os que alcançavam representatividade política, de modo que Furtado (2005) afirma que o poder político e o poder econômico se confundiam. Buscavam sempre ocupar os espaços públicos a fim de conquistar vantagens econômicas, essa relação consolidou um despotismo estrutural e formou oligarquias muito sólidas e poderosas na região; a “[...] corrupção na política nordestina só agravava a decadência da região, expulsando direta ou indiretamente as pessoas mais capazes e empreendedoras.” (HORTENCIO; MILANI, 2018, p. 76). Esses homens conseguiam espaços privilegiados vinculando-se diretamente ao governo numa troca vantajosa⁹³.

produtividade pecuarista de subsistência tinha a família como unidade de produção, não viabilizando a extração de um excedente significativo, só o necessário para reproduzir-se. Desta forma, o resultado era o imobilismo nas técnicas produtivas.” (HORTENCIO; MILANI, 2018, p. 76).

⁹³ “A arrecadação dos impostos, a polícia e a justiça eram manipuladas direta ou indiretamente pelos senhores terras em nome do governo estadual. Os mandantes locais intermediavam a ação do governo federal em períodos de seca, se beneficiando dos recursos públicos para construir barreiras, estradas e outras benfeitorias em suas terras.” (HORTENCIO; MILANE, 2018, p. 76).

Segundo Hortencio e Milani (2018), toda a população que migrava (devido à crise açucareira) para o semiárido organizava-se em uma espécie de vilas aos redores das fazendas e dependiam completamente das atividades ofertadas pelos latifundiários. Geralmente estavam voltadas para a pecuária, o pequeno excedente ia diretamente para produção de subsistência das famílias. Um ponto importante que aprofunda a relação de dependência entre a população e os latifundiários era a necessidade dos açudes⁹⁴ construídos dentro das fazendas, que minimizava o efeito das secas. Assim, as políticas públicas que o governo (leia-se grandes fazendeiros) executava na região baseavam-se:

[...] na ideia de superação das condições climáticas adversas e inóspitas, por meio de políticas assistencialistas ou de grandes obras de irrigação e açudagem, sem, no entanto, fazer uma crítica às condições de produção econômica vigentes na região. Entretanto, tais obras e ações são planejadas e executadas sem considerar a integridade do meio ambiente e os interesses sociais da população sertaneja, concorrendo, muitas vezes, para perpetuação dos problemas de ordem ecológica, social e econômica da região. Estava relacionado não diretamente ao peso de sua produção de setor primário, mas à carência de infraestrutura e tecnologia que permitisse um desenvolvimento para o aumento da produtividade, o qual deveria prontamente reverter seu lucro, reinvestindo-o em novas estruturas. (LOPES; SOUZA, 2019, p. 712).

A questão econômica e ambiental sem intervenção política/democrática moldou uma cultura de sertanejos⁹⁵ subservientes, despolitizados e vulneráveis às ações dos donos de terra, foi o que Furtado (2005) afirmou ser uma cultura de rígida hierarquia social, materializada pela concentração de poder econômico e simbólico⁹⁶. A seca e as intempéries do Nordeste se tratavam mais de uma questão econômica-política do que físico-climática.

⁹⁴A dependência também acontecia na medida em que esses fazendeiros eram também políticos e auferiam recurso para a construção de açudes e construíam com *dinheiro público* em seus terrenos *privados*. “Contudo, é forçoso lembrar que os açudes e os poços construídos como investimento público eram utilizados nos períodos de seca principalmente para sustentar os rebanhos das grandes e médias propriedades, fortalecendo os grandes produtores. Esta situação leva, portanto, ao retorno do assistencialismo imediatista e descontínuo, pois a população mais pobre, o pequeno produtor, não acessava de modo satisfatório os benefícios que as obras de açudagem irrigação proporcionavam.” (LOPES; SOUZA, 2019, p. 714).

⁹⁵Sobre a ideia do “sertanejo” existe um conceito acerca da formação dessa população nordestina dos primeiros séculos que caracterizaram um povo historicamente menos abastado não só economicamente, mas de direitos: “[...] no que tange à privação e ausência da fala (palavra), que evidencia a impossibilidade da comunicação, da narrativa, da humanização e desvela os caminhos do labirinto da exclusão. Pensando em Otávio paz, que afirmava, a propósito dos labirintos, não existem portas, e sim espelhos, pode-se entender que a crise da seca não é a falta de chuva, mas o próprio homem despossuído de fala, o homem sem perspectiva de humanidade, que não participa ativamente das práticas e das políticas públicas para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida de sua comunidade [trata-se da] também reconhecer que a perpetuação da crise hídrica no nordeste é, antes, fruto de uma situação estrutural que mantém os meios de produção balizados pelo monopólio do exercício do poder político pelas oligarquias sertanejas, de políticas patrimonialistas, clientelistas e antidemocráticas.” (LOPES; SOUZA, 2019, p. 720).

⁹⁶“Com base neste tipo de entendimento da dinâmica socioeconômica nordestina é que Furtado inverte, nos anos 1950, a tese – tão cara às oligarquias sertanejas – de que a seca era o problema central do Nordeste, quando passa a dizer que a seca é consequência (e não causa) da questão sertaneja. A causa era a estrutura social e econômica

Por se sentirem vulneráveis, as pessoas tendiam à passividade e à submissão aos mais fortes. “A rígida hierarquia social e o monopólio da informação, em mãos de poucos, explicavam a arrogância e o autoritarismo da classe dirigente”. Assim, conclui Furtado: “o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçam para produzir o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste”. (FURTADO, 1989 apud ARAÚJO; SANTOS, p. 191).

Em suma, a complexa estrutura social e econômica formada no passado nordestino explica a atual condição da região. A exploração colonial, a durabilidade da mão de obra escrava (mesmo após a libertação)⁹⁷, as atividades pouco dinâmicas ligadas à exportação, o imobilismo produtivo, a formação de oligarquias que controlavam econômica e simbolicamente a população desenharam uma dinâmica de alta concentração de renda; de um vagaroso desenvolvimento de forças produtivas; e um mercado interno tardio, o resultado foi o conhecido atraso com amplo destaque à estratificação social (FURTADO, 2005). A alta concentração de terras e riqueza não (re)investida, a contratação de mão de obra quase escrava impedia o avanço do mercado interno, além de dificultar que a economia exportadora transformasse em industrial.

A questão industrial se tornou um ponto de estrangulamento para o desenvolvimento, pois sua impossibilidade provocou inexoráveis diferenças e grande dependência ao centro-Sul do Brasil (HORTENCIO; MILANI, 2018).

Com isso, vemos que a partir do momento que a industrialização tomara força nos centros mais dinâmicos da economia nacional, as desigualdades também se acentuaram dentro do território brasileiro. Furtado mostra que não podem coexistir dentro de um mesmo território nacional uma economia regional de base industrial e um conjunto de economias primárias, pois o centro industrial irá sempre submeter às economias mais arcaicas a condição de dependência e subordinação. (HORTENCIO; MILANE, 2018, p. 72).

Essa relação desigual iniciada desde o século XVI arrastou-se até o século XX. Araújo e Santos (2009) afirmam que até mesmo no ponto mais promissor da economia nacional, notoriamente em JK, os aspectos positivos do Plano de Metas estavam diretamente vinculados

que ali se reproduzia há séculos. E, portanto, era isso que urgia ser transformado.” (ARAÚJO; SANTOS, 2009, p. 188).

⁹⁷ “No Nordeste, o escravo liberado transformou-se em ‘morador’ do latifúndio canavieiro e só muito mais tarde se proletarizou, transformado em bóia-fria, e a grande maioria em empregado temporário (oferecendo sua força de trabalho nos picos de demanda por mão de obra do complexo açucareiro). Esta é uma das bases históricas da ‘questão regional’ brasileira, explicando, sobretudo, o distanciamento entre o Nordeste e o Sudeste do país, quando essa região comanda a construção do país urbano-industrial em que se transformará o Brasil no século XX.” (ARAÚJO; SANTOS, 2009, p. 189).

ao desempenho do centro-Sul⁹⁸ do Brasil, no qual o Nordeste sempre transferia⁹⁹ capital para a outra região, esta relação, Furtado (2005) chamou de:

[...] “comércio triangular”, uma vez que, superavitário no comércio exterior, o Nordeste era “obrigado” a comprar bens industriais no Centro-Sul pelos instrumentos de defesa da indústria nacional. E o fazia a preços muitas vezes mais caros. Enquanto isso, ao mesmo tempo em que servia de mercado para a indústria da região mais rica e dinâmica, o Nordeste vendia bens primários [...] O governo investia em criar condições competitivas, financiava e protegia o mercado dos segmentos industriais modernos em implantação ou crescimento no Centro-Sul, mas não fazia o mesmo no Nordeste. Nessa região, no grande espaço semiárido, prevalecia a velha política hidráulica comandada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), apropriado que fora pela oligarquia local, e que favorecia a pecuária sem atingir a massa de produtores de algodão e a policultura alimentar, mais uma vez expostos às consequências drásticas de uma grande seca. (ARAÚJO; SANTOS, 2009, p. 194).

Assim, o crescimento industrial, econômico e social do centro-Sul foi o caminho trilhado pelo Brasil desde Getúlio Vargas, no qual, além da diversificação de cadeias industriais integrou suas atividades econômicas também para o comércio internacional, ou seja, ampliaram o mercado interno e integraram-se ao movimento internacional. Enquanto o NE permanecia com as mesmas práticas econômicas e dependência do Sul e do capital externo, impossibilitado a geração de poupança para reinvestir na modernização do setor industrial (FURTADO, 2005; ARAÚJO; SANTOS, 2009).

3.1.1 Mudança estrutural ou paliativos necessários?

Furtado (2005), ao estudar a condição de subserviência que compõe a história do Nordeste, demonstrou sua preocupação com a questão regional e sobretudo como ela atingia a integração econômica nacional. A partir de seus estudos, sugeriu que o desenvolvimento social só aconteceria com uma democracia sólida e genuinamente representativa – seria

⁹⁸“É no século XIX que Furtado localiza a ‘consolidação da integridade territorial e a afirmação da independência política’ do Brasil, mas tais movimentos se dão em meio à hegemonia do ciclo do café, na segunda metade daquele século, entendido pelo autor de FEB como uma fase de transição econômica que organizou na ex-colônia o que chamou de “sistema econômico autônomo capaz de gerar seu próprio crescimento”. “[...], se no Nordeste se estruturaram as raízes do processo de ocupação territorial do país, foi no Sudeste atual que se construíram as bases do crescimento voltado para o mercado interno, dinâmica que vai organizar o país, independente e livre do escravismo, que emerge no início do século XX.” (PEREIRA, 2009, p. 49).

⁹⁹“Essa configuração de uma economia que não logra ampliar significativamente o mercado interno é corroborada, ainda até as primeiras décadas do século XX, por um núcleo industrial (Sudeste) que se desenvolve sem caráter nacional. No caso do Nordeste, podem ser mencionadas – em paralelo às usinas que surgem como unidades industriais importantes – fábricas têxteis e de alimentos, que, não obstante induzirem certo grau de crescimento, não constituíam suficiente contraponto à hegemonia das exportações de produtos primários e muito menos contribuíam significativamente para ampliar o mercado interno regional.” (ARAÚJO; SANTOS, 2009, p. 148).

necessário acabar com as oligarquias locais e desestratificar a sociedade; seria necessário fomentar o crescimento econômico – a partir de uma política de ação nacional – esta deveria ser feita com foco na industrialização. As ideias de Furtado tomaram maior fôlego no governo de JK, o autor já havia participado da comissão de construção da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)¹⁰⁰, o que influenciou diretamente nas propostas de ação no Brasil.

Para o fomento econômico, Furtado (2005) sugeriu que a solução consistia em um desenvolvimento genuinamente integrado das economias¹⁰¹ nacionais, pois a cisão entre a economia nordestina e sulista era perceptível e desleal; em razão da diversidade do parque industrial e especialmente pelos mercados a que se direcionavam. Como o Nordeste e o Sul tinham essas diferenciações e o primeiro estava integrado com a economia internacional “[...] a interdependência entre as distintas regiões do país tende a desaparecer, enfraquecendo os laços de solidariedade entre elas.” (PEREIRA, 2002, p. 930).

Baseando-se em Furtado, Araújo e Santos (2009, p. 931) alegam que a solução viria da combinação entre a:

[...] concentração de recursos em regiões com maiores potencialidades, visando estruturar um núcleo que servisse de base ao desenvolvimento das outras regiões; e, de outro, implementação de uma política nacional de colonização objetivando combinar melhor os fatores de mão de obra e recursos naturais; se nas áreas mais pobres concentra-se uma grande massa de pessoas, a produtividade média de toda a economia tende a cair [...] a questão regional, em particular a questão nordestina, deve ser submetida a uma perspectiva nacional – “as políticas regionais pressupõem uma compreensão dos objetivos nacionais do desenvolvimento”.

¹⁰⁰ A CEPAL foi um órgão criado com fim de estudar e desenvolver estratégias para recuperação da América Latina “[...] a partir de 1948, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), entidade subsidiada pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas com a finalidade de incentivar a cooperação entre seus membros. Embora tivesse sido importante sua preocupação com o processo de integração regional, parte importante do papel desempenhado pela comissão econômica surge com a criação do principal modelo teórico para esclarecer o atraso das economias latinas, denominado Teoria do Subdesenvolvimento. conclamava os países latino-americanos a se engajarem na industrialização [...]. Nesses termos, a CEPAL via na industrialização o único meio que dispunham os países da América Latina para aproveitar as vantagens do progresso técnico e de pensar estratégias visando à industrialização que permitisse o desenvolvimento dessas regiões.” (LOPES; SOUZA, 2019, p. 710).

¹⁰¹ “[...] é interessante porque, embora não compreenda a relação dialética entre nordeste e sudeste – o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo – o autor não aponta o “setor atrasado” da economia brasileira – o NE, no caso – como “obstáculo ao desenvolvimento do país”; pelo contrário, deixa claro que o centro-sul pode se desenvolver “sozinho”. Parece que é de novo a questão nacional que está presente. Para Furtado, o desenvolvimento do centro-sul, na qualidade de uma região, não tem sentido se a nação, como um todo, não estiver acompanhando tal ritmo. O desenvolvimento integrado das regiões era, para o autor, condição para a existência e continuidade da nação.” (PEREIRA, 2002, p. 52).

Assim, algumas instituições, ações e projetos foram desenvolvidos¹⁰² com o fim de transformar o cenário de dependência do NE, a partir de programas nacionais e regionais seria possível promover tal integração e acabar com as disparidades. Segundo vários autores (FURTADO, 2005; SOUZA; LOPES, 2019; ARAÚJO; SANTOS, 2009; FILHO; SILVA; QUEIROZ, 2015; CASSIA, 2015; SZANBOK, 2019) podem se destacar:

1. Em 1945 foi criado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)¹⁰³; tinha o objetivo de fortalecer o NE combatendo especialmente problemas oriundos das secas;
2. O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)¹⁰⁴ criado em 1956 tinha o objetivo de avaliar as disparidades crescentes entre Sul e NE no período do surto de industrialização de base e tentar minimizar essas diferenças;
3. Outro órgão de peso criado foi a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)¹⁰⁵ designada em 1958 para o desenvolvimento regional, mas foi vinculada à ação nacional (presidência da república, o que implicava em amplo recurso e articulação direta com políticos do Nordeste. No âmbito¹⁰⁶ da SUDENE diversos projetos e programas foram/vêm sendo desenvolvidos; como o PRDNE (2019) – Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste¹⁰⁷;

¹⁰² Essas instituições, projetos, ações, leis, fundos tinham diversas frentes que iam desde o combate às refrações das secas a propostas de intervenção econômica via industrialização, turismo etc. O desafio era fazer com que essas interferissem nas problemáticas estruturais e não se resumissem a medidas paliativas e esporádicas.

¹⁰³ Esse órgão foi originalmente criado no início do século XX e foi se alterando até chegar ao formado de 1945, junto a ele foi criada “[...] a caixa especial de obras de irrigação de terras cultiváveis no Nordeste do Brasil a Comissão do Desenvolvimento do Vale do São Francisco substituído [...] promoveu o fortalecimento da estrutura produtiva e social, baseada tanto no latifúndio quanto no minifúndio, que reproduziu as economias algodoeira e pecuária, propiciando as condições favoráveis à captura do Estado pelo poder oligárquico vigente.” (CASSIA, 2015, p. 18).

¹⁰⁴ As ações do GTDN basicamente vieram da criação do documento: “Uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste”, “O referido programa regional deveria contemplar estratégias de deslocamento do excedente de população, colonização, organização da produção, transportes, garantia de preços e de mercados.” (ARAÚJO; SANTOS, 2009, p. 181).

¹⁰⁵ A ideia da SUDENE é que o órgão tenha amplo controle sobre as atividades para equidade regional, pense e execute a promoção do desenvolvimento industrial e tecnológico, bem como organize a forma de uso dos incentivos fiscais (LOPES; SOUZA, 2019).

¹⁰⁶ Dentro da SUDENE podem ser exemplificados na década de 1970 “o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Distribuição de Terra (PROTERRA), o POLONORDESTE e o Projeto Sertanejo 1970 – Ainda associada à política de industrialização podem ser destacadas as seguintes políticas: o Programa de redistribuição de Terras no Nordeste (PROTERRA) e o POLONORDESTE. O POLONORDESTE tinha por objetivo maior promover o desenvolvimento e a modernização das áreas prioritárias, transformando progressivamente a agropecuária tradicional do Nordeste em economia moderna, voltada totalmente para o mercado Projeto Sertanejo, criado em 1976, que tinham como objetivos centrais aumentar a resistência dos estabelecimentos agrícolas contra os efeitos das secas e incentivar a produção agrícola e a bovinização.” (SZANBOK, 2019, p. 159).

¹⁰⁷ “O PRDNE, dentre inúmeras iniciativas, metas e diretrizes se funda em seis eixos estratégicos, a saber: (i) inovação, (ii) desenvolvimento de capacidades humanas; (iii) dinamização e diversificação produtiva; (iv) desenvolvimento social; (v) conservação ambiental e segurança hídrica e (vi) desenvolvimento institucional.” (SZANBOK, 2019, p. 160).

4. O Banco do Nordeste do Brasil, criado em 1952 para o desenvolvimento sustentável e apoio aos agricultores e empresários da região; as formas de financiamento e facilidades de crédito tinham articulação com a proposta desenvolvimentista;
5. O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), criado em 1952 para financiar projetos de desenvolvimento em todas as áreas econômicas, responsável por aprovar fundos “especiais”;
6. Com a aprovação da Constituição Federal de 1988¹⁰⁸, foi criado um Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)¹⁰⁹ e outros fundos especiais foram aprovados,¹¹⁰ que seguem a ideia de pacto federativo para o desenvolvimento regional;
7. Em 1990, “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”¹¹¹ a política tinha caráter nacional, mas como propunha atuação direta de estados e municípios, fomentou a dinâmica regional;
8. Em 2007, no governo Lula, foi lançado o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC-1); e em 2011, o PAC-2, que tinham o objetivo (também) de integrar o NE ao desenvolvimento do país.

Vale destacar, que além dessas instituições/medidas, ao longo dos anos foram criadas ações de política nacional que tentaram promover impacto sobre as diferenças entre regiões, mas sempre foram comprometidas por algum fator, é o caso dos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) (1974-1979), que foram fundamentais para a implementação da indústria de bens intermediários no Nordeste, mas não se perpetuou enquanto ação nacional, especialmente por causa das tensões políticas da ditadura militar (TROVÃO; ARAÚJO; MONTENEGRO, 2019).

Grande parte da literatura afirma que essas medidas tinham como ponto de contato a ideia de “integração produtiva” e “coesão territorial” devendo atuar em quatro frentes seguindo:

¹⁰⁸ “Nos termos do Artigo 3º, incisos II e III, da Constituição Federal, a garantia do desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais e regionais se constituem em objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. O Artigo 170, inciso VII, do texto constitucional, por sua vez, igualmente inclui a redução das desigualdades regionais e sociais no rol dos princípios gerais da atividade econômica.” (SZAJNBOK, 2019, p. 151).

¹⁰⁹ “Desde a sua criação, em 1989, até o ano 2018, o FNE financiou aproximadamente R\$ 268,0 bilhões. Esse valor é composto por 1,8% do imposto sobre produtos industrializados e mesmo percentual do imposto sobre a renda, acrescido do reembolso das operações financeiras realizadas com recursos do Fundo.” (GONÇALVES; ESTEVES, 2019, p. 2).

¹¹⁰ A execução dos projetos obtém recurso da União e de Fundos Constitucionais de Financiamento das regiões Norte – FNO, Nordeste – FNE e do Centro-Oeste – FCO; III – Fundos de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, bem como outros fundos de desenvolvimento regional que venham a ser criados; fontes nacionais e/ ou internacionais (SZAJNBOK, 2019).

¹¹¹ “[...] privilegiaram um ordenamento territorial a partir de eixos nacionais de integração e de desenvolvimento, divididos em quatro grandes setores: Desenvolvimento Social (Programa Brasil Mais Justo); Infraestrutura Econômica (Brasil Mais Forte); Informação e Conhecimento (Brasil Mais Competitivo); e Meio Ambiente (Brasil Preservado).” (CASSIA, 2015, p. 18). As ações foram lançadas em pleno vapor de adesão da plataforma neoliberal e tiveram problemas de execução.

Integração territorial (No sentido físico), integração econômica (como complementaridade produtiva entre as sub regiões), integração social (que considere a distribuição de renda, a geração de emprego e a incorporação social), integração política (no sentido da recosturar do pacto federativo). (FURTADO, 2007 apud LOPES; SOUZA, 2019, p. 709).

As tentativas que tiveram maior peso foram interrompidas completa ou parcialmente a partir de 1980. E os planos não foram suficientes para reduzir as desigualdades regionais, intensificadas com a ausência de políticas do Estado e o surgimento da ideologia neoliberal que se instaurou no país (TROVÃO; ARAÚJO; MONTENEGRO, 2019).

3.1.2 Pós 1990: “Revolução” econômica x Permanência da estratificação social

Após a implementação das instituições e ações nacionais acima referidas houve algum impacto na dinâmica econômica do Nordeste. Apesar do cenário de involução descrito por Furtado (2005) ter se alterado, até que ponto esse crescimento vem descaracterizando a estratificação social do Nordeste? Que tipo de economia essas ações moldaram? A quem serve essa produção nordestina? Para onde vão as divisas e afluxos de lucro? A questão que se coloca no presente momento é acerca da necessidade de diferenciação (não apenas epistemológica) do que vem a ser crescimento econômico x desenvolvimento. Que tipo de crescimento o Nordeste vivenciou? Concorda-se com Hortencio e Malani (2018, p. 78) que “O verdadeiro desenvolvimento é um processo de ativação e canalização das forças sociais, fundamentadas no avanço da iniciativa e da inventividade processo social e cultural, subsidiado pela força econômica.”. O desenvolvimento só acontece genuinamente na medida em que:

[...] na sociedade manifesta-se uma energia capaz de canalizar de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas [...] Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e aspirações de grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los (FURTADO, 1983 apud HORTENCIO; MILANI, 2018, p. 80).

Frente a tal dimensão é necessário questionar até que ponto essas medidas foram benéficas ao NE. É importante refletir que o que aconteceu desde então corresponde a um crescimento despido de transformações estruturais, trata-se de um processo que prevê novas formas de acumular a partir das formas antigas de exploração, característica fundamental da modernização conservadora (MATOSSO, 1996):

Modernização conservadora, que prevê viabilizar novas formas de acumulação de capital, mantendo antigas estruturas socioeconômicas e políticas, e modernizando a grande propriedade agrícola; utilização de instrumentos de intervenção programada, tais como crédito, assistência técnica e infraestrutura, ampliando a atuação do Estado; aproveitamento das ações do Estado pelos Grandes proprietários rurais em seu próprio proveito. Essas características corroboram, em última instância, para a manutenção do atraso socioeconômico da região. (LOPES; SOUZA, 2019, p. 716).

O ponto mais marcante da história econômica moderna da região vem desenhando-se desde 1990, tendo como protagonista a reestruturação produtiva que provocou a reestruturação espacial da indústria brasileira, e está claro que tal movimento vem acontecendo devido a todo passado histórico subserviente que favoreceu a realocação espacial de parte do parque industrial para o NE.

Vale destacar que a migração industrial tem lugar tanto no movimento internacional quando há retração do mercado por inserção da China, quanto pela desvalorização cambial que tornou mais dificultosa as exportações brasileiras e deixou o mercado interno sob ataque do mercado mundial. Desencadeados a partir de [19]90 iriam impactar não apenas na forma de produzir, mas, principalmente, na dinâmica de inserção internacional dos mais variados produtos de origem nacional. (ROSA, 2015, p. 45).

Como se viu a subserviência e dependência do NE foram a marca de sua formação; na entrada dos anos 1990, com a alteração na política industrial de substituição de importações, os vínculos de dependência entre as regiões aprofundaram a problemática da dinâmica econômica – a demanda por produtos mais heterogêneos e modernos crescia e tais produtos poderiam entrar livremente no Brasil enquanto as exportações tornavam-se cada vez mais especializadas e descoladas da demanda doméstica.

A complexa dinâmica capitalista (conforme apresentado no capítulo I) levou as indústrias a buscarem *locus* de mão de obra mais abundante e barata, a estratégia *low road* (tipicamente dessa fase) demonstrou a emergência de reconstruir canais de lucro.

A queda abrupta de lucros e o descontrole inflacionário do Brasil influenciaram o empresariado industrial a adotar como carro chefe a *low road* que impactou principalmente o NE. Vale ressaltar que esse movimentou teve amplitude na região devido à possibilidade de industrialização difusa¹¹² (PEREIRA, 2002).

¹¹²“O processo de Industrialização difusa caracteriza-se pela concentração de grandes empresas, em setores determinados, em certas regiões. A descentralização industrial, a flexibilização produtiva e a informalização das relações de trabalho estão entre as principais características do novo modelo de industrialização, idealizado por muitos como sucessor do fordismo. A ideia de dispersão ou difusão resulta do próprio processo de desenvolvimento industrial, o qual se caracteriza por uma disseminação das atividades industriais em espaços também ocupados por outras atividades econômicas. Alguns autores preferem realçar a articulação da produção industrial com o modo de vida local, moldando-o à sua imagem e semelhança, estabelecendo relações de trabalho

Esse tipo de industrialização foi característico do movimento neoliberal¹¹³ e apresenta características do processo de modernização conservadora:

[...] aumentou o mercado informal e elevou o nível de terceirização devido a privatização e impediu o avanço industrial enquanto uma política nacional as empresas reagiram a esse quadro intensificando a especialização e a racionalização da capacidade produtiva, reduzindo empregos. O baixo nível de investimentos levou a um processo de “especialização regressiva” da estrutura produtiva industrial, que provocou uma Redução da participação da indústria no PIB, uma diminuição do adensamento das cadeias produtivas (VTI/VBP) e a especialização em atividades intensivas em recursos naturais (terra, energia e água) de baixo valor agregado. Ainda assim, o Nordeste cresceu acima da média nacional, em decorrência, entre outras coisas, do fato de o movimento de integração econômica ter articulado as diversas dinâmicas regionais, o que levou à ampliação da heterogeneidade das estruturas produtivas da região. (TROVÃO; ARAÚJO; MONTENEGRO, 2019, p. 138).

A industrialização no NE vem apresentando avanços, o que resulta na ampliação do Valor Adicionado Bruto (VAB)¹¹⁴ do rendimento econômico da região. Leão (2019) afirma que entre 2003 e 2016 houve maior crescimento nos setores de serviços (tendo participação de 74,3% no VAB, em milhões isso representou um valor de R\$792.251,00) e indústria, com uma participação de 19,5% (em milhões o equivalente a R\$ 154.503) durante esse período. Já Barroso (2019, p. 3) aponta que, de maneira geral, a atividade industrial nordestina (entre 2002 e 2018) superou os percentuais do Brasil, “A Região acumulou, no período, um crescimento de 13,7%, a uma taxa de 0,8% a.a. (ao ano), enquanto o país cresceu 11,0%, a uma taxa anual de 0,7%.”

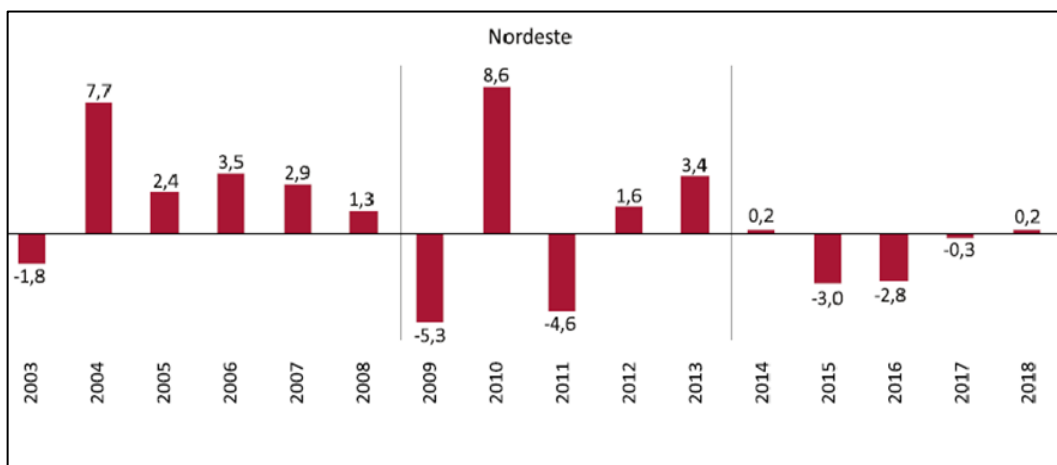
O Gráfico 8 demonstra, a partir de dados do Bando do Nordeste (BNB) e Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), a movimentação industrial do NE, em tempo, o Brasil apresentou entre 2003 e 2008 um crescimento de 19% (que representou 3,9 % a.a) enquanto o NE teve 25,4% de crescimento no mesmo período; entre 2009 e 2013 o Brasil teve um crescimento médio de 2,5 (cerca de 0,5 % a.a.) e o NE 3,1 %; entre 2015 e 2018 o país teve importante queda, de -13,7%; já o NE teve queda de -5,6% (BARRSOSO, 2019).

e de produção peculiares que desfiguram as relações de produção anteriormente existentes, configurando, então, os chamados sistemas produtivos locais.” (PEREIRA, 2002, p. 935).

¹¹³“A redução da capacidade de investimento e o aumento do endividamento do Estado, somados às privatizações e à abertura comercial, impactaram negativamente o Nordeste. Ressalta-se, por exemplo, o caso da privatização do Sistema Siderbrás que, ao acabar com o preço único, diminuiu a capacidade competitiva das empresas nordestinas do setor metal mecânico, ao ter que incorrer em altos custos de transportes por adquirirem seus insumos no Sudeste, e o caso dos setores tradicionais da região, como o têxtil, que depois de ter sofrido com a crise do algodão agora seria exposto a uma pesada concorrência internacional num contexto de câmbio valorizado.” (TROVÃO; ARAÚJO; MONTENEGRO; 2019, p. 139).

¹¹⁴“[...] o Valor Adicionado Bruto (VAB) representa a contribuição que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final da produção de um determinado território – distrito, município, estado, região ou país – em um dado período de tempo. O VAB é obtido do Valor Bruto da Produção (VBP) descontando-se o valor dos insumos utilizados no processo produtivo.” (LEÃO, 2019, p. 1).

Gráfico 8 – Evolução da taxa de crescimento anual da produção industrial (%) – Nordeste (2003 a 2018)



Fonte: Barroso (2019).

Como observado, é possível considerar o nível de industrialização pela sua participação no PIB, além disto, ele representa maior valor agregado quando se trata da indústria de transformação; a pesquisa de Barroso (2019) revelou que o setor de transformação no NE, entre 2002 e 2018, teve rendimento líquido de R\$ 292,3 bilhões, o que representa 91,8% de operações industriais da região, enquanto a indústria extrativista cresceu abaixo da média nacional, 8,2%. Em comparação ao resultado nacional, a indústria de transformação nordestina cresceu em 17,6 % (paralelo a 7,5%). Mais recentemente 2019, esse cenário alterou-se e o NE teve uma queda na participação industrial em relação ao Brasil. Apresentou déficit em 2019, desta vez com queda maior (-3,1%), ante -1,1%, no Brasil (ALMEIDA, 2019b).

Outro dado importante demonstra o aumento de polos industriais na região, Barroso (2019) indica que em 2007 existiam 18.624 polos industriais (em relação ao Brasil representava uma taxa de concentração de 10,8%) e teve um crescimento de 29,9% em uma década. Portanto, em 2017, o NE abrigava 12,8 % (24.187) das unidades produtivas brasileiras. Em termos de ocupação, esse crescimento contribuiu para o avanço de postos de trabalho, em 2007 existia um percentual de 12,7% (886.074,00) ocupados e esse número se elevou para 13,0% (937.151,00) crescimento de 5,8 (equivalente a 51 mil empregos). Especificamente no ano de 2019, no acumulado geral (todos os meses do ano), o NE teve um crescimento médio em emprego de 1,54%¹¹⁵ (ALMEIDA, 2019b).

¹¹⁵“Quanto ao mercado de trabalho, o Nordeste registrou o terceiro maior crescimento do nível de emprego dentre as Regiões do País, em 2019, considerando a geração de 58.717 postos de trabalho [...] Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, o Nordeste registrou o terceiro maior quantitativo de

Um elemento interessante a ser ressaltado é que houve um crescimento também na produtividade (entre 2002 e 2018) a despeito da queda de postos de trabalho, a pesquisa indicou que o NE produziu 75,4% de toda capacidade nacional e até 2017 esse valor saltou para 76,3%. Paralelo a esse avanço houve redução do número médio de trabalhadores, ou seja, menos trabalhadores vêm produzindo mais. O que chama atenção é que mesmo diante disto o salário do nordestino continua inferior à média brasileira (3,2 salários-mínimos) enquanto a região tem a média de 2,2 salários-mínimos (LEÃO, 2019; ALMEIDA, 2019b).

A movimentação financeira no NE, segundo pesquisas (MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019), tem sido outro exemplo de dinamismo na região, os estudos apontam que recursos do BNB, FNE e BNDES têm apresentado resultados positivos nos últimos seis anos, contribuindo inclusive para o crescimento do PIB nordestino:

[...] em função do saldo de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, observa-se que a Região Nordeste registrou perdas em 6 dos 12 anos do período em análise [já] Entre 2007 e 2018, estima-se que o Nordeste foi superavitário em termos de intermediação financeira no montante superior a R\$ 79,2 bilhões (valores correntes), em razão da relação depósito/operação de crédito ter sido regularmente maior que a unidade na Região, resultando na transferência de recursos para outras áreas do País, ou alternativamente, direcionados para o mercado financeiro. Na média dos últimos doze anos, as perdas de recursos financeiros corresponderam a 0,24% do PIB do Nordeste. Contudo, nos últimos seis anos, a Região Nordeste conseguiu reverter a situação “deficitária” da dinâmica da intermediação financeira, em razão do saldo das operações de crédito superar o saldo dos depósitos bancários, que por sua vez redundou em ingressos líquidos estimados em R\$ 195,3 bilhões, entre 2013 e 2018, apresentando uma variação de ganhos em relação ao PIB Regional entre 1,24% e 11,75%. (ALMEIDA, 2019a, p. 4).

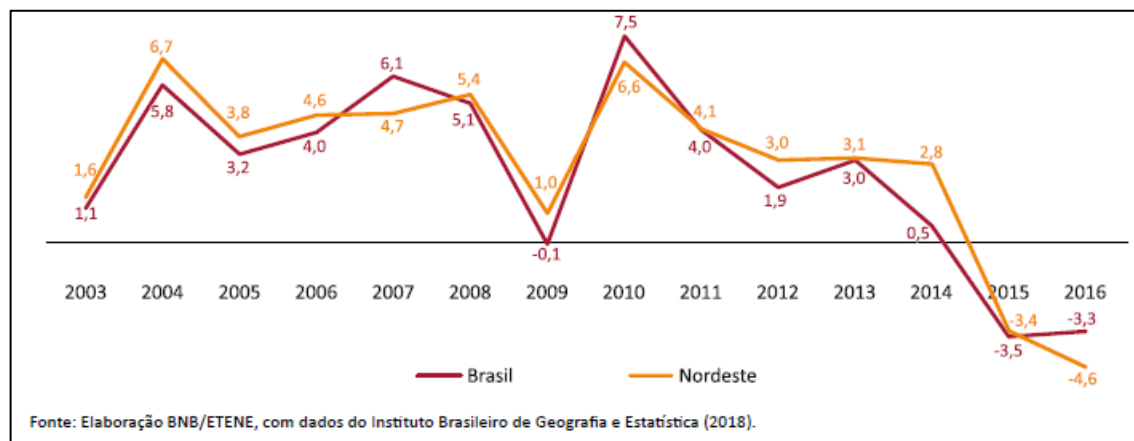
Segundo Leão (2019), o Nordeste detinha o terceiro maior PIB, R\$898,08 bilhões em 2016, o que corresponde a 14,33% da somatória nacional (economia brasileira tinha PIB R\$ 6,26 trilhões no mesmo ano).

As políticas públicas durante os governos petistas contribuíram para esse avanço, entre 2002 e 2016 o NE teve crescimento na representatividade do PIB nacional (14,33% em 2016 ante 13,76% em 2002) e o PIB per capita no mesmo período teve crescimento de 25,7%; mas conforme mostra o Gráfico 9, essa conjuntura vem se modificando e decrescendo desde 2015, quando passa a ocupar a quarta posição de crescimento do PIB no Brasil (dado referente a 2019). Como demonstra o Gráfico 9, de 2003 a 2016 o NE apresentou crescimento similar à

empregos dentre as Regiões do País, com a geração de 76.561 postos de trabalho no acumulado de 2019. Neste mesmo período, as nove Unidades Federativas do Nordeste registraram saldo positivo na movimentação dos trabalhadores com carteira assinada.” (ETENE, 2019, n.p.).

média do país, superando em 2004 com crescimento de 6,7 % em relação a 5,8%, e caindo consideravelmente em 2016 abaixo da média nacional (-4,6% e Brasil -3,3 %) (LEÃO, 2019).

Gráfico 9 – Brasil e Nordeste: Evolução da taxa de crescimento do PIB – 2002 a 2016 (%)



Fonte: Leão (2019).

Para Filho, Silva e Queiroz (2015), isso se deu a partir da junção de políticas setoriais, mais políticas de geração de emprego com aumento real de salário mínimo conjugadas a políticas de equidade social, como as políticas de transferência de renda e seguridade social: Previdência rural, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família, a atuação financeira das políticas de crédito e/ou de financiamento do BNB e BNDES, projetos e investimentos em indústria e infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e programas de segurança protetora¹¹⁶.

Pode-se refletir acerca do alcance/efetividade desses benefícios para sanar a problemática, na medida em que as políticas do pós 1980 perderam o caráter integrativo e tornaram-se apenas disputas fiscais entre os estados: disputa das políticas implícitas x políticas explícitas. Se até então a tentativa era unificar a agenda nacional, com a reestruturação produtiva e regulação neoliberal (pós 1990 e seguindo-se aos anos 2000). A política implícita ganha destaque na disputa entre políticas regionais explícitas de crescimento endógeno¹¹⁷ (TROVÃO; ARAÚJO; MONTENEGRO, 2019).

¹¹⁶ “Outras políticas públicas, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), assim como o habitacional – Minha Casa Minha Vida, por terem foco na população com menor faixa de renda, registram maior impacto na Região nordestina. Até mesmo a política de valorização do salário mínimo que gerou aumentos reais deste até 2016, produziu resultados diferenciados em regiões como o Nordeste [...] estes programas, considerados nacionais, têm apresentado impacto regional e são responsáveis por mais de 24% da redução das desigualdades regionais de renda.” (MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019, p. 6).

¹¹⁷ “Esse tipo de desenvolvimento endógeno funda-se nas políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas que consolidam um desenvolvimento originalmente local, e propiciam condições socioeconômicas para gerar e atrair novas atividades produtivas, dando relevância e considerando a sociedade civil regional, assim como

No âmbito das políticas nacionais (implícitas) que impactaram o Nordeste, Guimarães Neto (2010) aponta para a importância de políticas setoriais e, em especial, sociais, que beneficiaram regiões economicamente mais atrasadas. A política de valorização real do salário mínimo é um bom exemplo desse tipo de política, assim como as políticas de transferência de renda, como as da Previdência rural, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família. O autor destaca, ainda, o papel relevante para a dinâmica econômica dos grandes projetos de investimentos favorecidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das políticas de crédito e/ou de financiamento de longo prazo alavancadas pelo BNDES. Os esforços em rearticular a agenda nacional de políticas de cunho regional foram pelo crescimento da importância relativa de políticas obscurecidas setoriais no espaço regional. Para a autora, na disputa entre políticas regionais explícitas (PNDR) e políticas regionais implícitas (PAC, BNDES, Programa MCMV e guerra fiscal entre Estados e Municípios), “a dinâmica econômico-espacial desse período pode ser melhor associada a aspectos que não configuram uma estratégia de integração, mas que se beneficiam da herança da integração “do passado” para se espalhar pelo território, ocasionando importantes impactos intrarregionais”. (TROVÃO; ARAÚJO, MONTENEGRO, 2019, p.140-141).

Concorda-se com Moreira, Castro e Oliveira (2019, p. 8) que a maioria das políticas de desenvolvimento regional têm/tiveram caráter irregular, descontínuo e centradas em investimento no capital fixo (quase sempre privado), “[...] apenas compensaram, parcialmente, os efeitos de políticas macroeconômicas nacionais que se espalhavam de forma não uniforme por todo o território nacional.”.

A literatura vem demonstrando que as novas ações tomadas têm resultado numa fragmentação econômica, esta característica permanece como elemento fundamental na realidade nordestina, no qual autores chamam de “ilhas de prosperidades”, de “Nordestes” presentes no NE (TROVÃO; ARAÚJO; MONTENEGRO, 2019) os “vários nordestes” podem ser relacionados com a fragmentação:

Além disso, mudanças acentuadas nas políticas de Estado, sobretudo a partir da entronização da ideologia neoliberal que se expandiu pelo mundo, modificaram as ações sistemáticas da política industrial brasileira. A industrialização por incentivos fiscais que se instaurou no País permitiu ainda mais a concentração de unidades produtivas em regiões dinâmicas e elencou uma série de ações voltadas para a concessão de incentivos fiscais, que comprometiam as receitas estaduais e reduziam a sua capacidade de investimento [...] Além disso, tais políticas pautam-se nos pressupostos de geração de emprego, sendo beneficiadas as unidades produtivas trabalho/intensivas. (FILHO; SILVA; QUEIROZ, 2015, p. 11).

A desconcentração¹¹⁸ produtiva do centro-Sul para o NE tende a contemplar regiões mais metropolitanas promovendo desigualdade entre estados da mesma região, o que demonstra

seus processos de organização social e relações cívicas, viabilizando um crescimento equilibrado e sustentado a longo prazo.” (LOPES; SOUZA, 2019, p. 719).

¹¹⁸ “No período 2002 a 2016, a desagregação por setor econômico do VAB também revela concentração das atividades econômicas no Nordeste brasileiro. Nesse intervalo, o setor de Serviços foi a atividade com maior peso.

que não se trata de política de estado realizada em prol do desenvolvimento social, mas sim, de um serviço ao capital.

Essa lógica (*a priori*) que direcionou a reorganização industrial também aconteceu numa espécie de aglomeração no NE, destacando-se Ceará, Pernambuco e Bahia que vêm liderando a “corrida industrial” nessa nova reorganização espacial. A grande problemática da incorporação de unidades fabris nas cidades metropolitanas se apresenta em duas frentes: 1) os tipos de incentivos fiscais ofertados pelos estados (não se tratou exatamente de uma política de estado, mas de concessões ao capital privado, geralmente isenções fiscais e de espaços para implantar as unidades) sem maiores contrapartidas¹¹⁹; 2) a permissividade/passividade quanto às diversas formas de exploração do trabalho.

Ressalta-se ainda que essa dinâmica vem apresentando uma tendência *low road* dentro dos próprios estados, o que acarreta numa amplificação e dependência¹²⁰ das microrregiões ao capital privado (FILHO; SILVA; QUEIROZ, 2015).

Isto demonstra que a característica orgânica para a formação do parque industrial nordestino vem do seu potencial de conceder vantagens ao capital, “O êxito Nordeste – além, naturalmente, do que se supõe ser o principal, que é a mão-de-obra mais barata – é a agressiva política (guerra fiscal) dos governos estaduais nordestinos, para atraírem as empresas

Embora a participação desse segmento tenha oscilado ao longo da série estudada, sua representatividade tem se mantido em um patamar superior a 70% do VAB regional, tendo alcançado 74,3% em 2016. A indústria e a agropecuária se posicionaram no segundo e terceiro postos, em termos de participação no VAB regional, no decorrer de 2002 a 2016. Contudo, o somatório do valor agregado desses dois setores, isto é, agropecuária e indústria, se manteve inferior a 30% do VAB regional, em todo o período analisado.” (LEÃO, 2019, p. 10).

¹¹⁹ Essa ampliação da guerra fiscal se dá no sentido de que os estados promovem a desgastada política regional e as ações, sejam quais forem, dos municípios na guerra fiscal se aprofundam (TROVÃO; ARAUJO; MONTENEGRO, 2019).

¹²⁰ Filho, Silva e Queiroz (2015), constataram em sua pesquisa sobre as políticas de expansão da indústria no NE que “Os principais resultados evidenciaram a forte concentração industrial em vários segmentos nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. Os setores intensivos em tecnologia concentram-se sobre maneira na Bahia e em Pernambuco. Além disso, destacam-se as atividades de extração mineral no Rio grande do Norte e na Bahia, com elevada intensidade. No que se refere às indústrias intensivas em trabalho, o Ceará e a Paraíba mostraram-se grandes ocupadores de mão de obra no setor de calçados. Além disso, ao longo dos anos, a Bahia ganhou participação no segmento, resultado, principalmente, de sua política de interiorização industrial pautada na geração de empregos em larga escala. No setor têxtil, o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba lograram QL considerável em todos os anos, sendo pertinente destacar a perda de participação de Pernambuco [...] No que se refere às indústrias intensivas em trabalho, o Ceará e a Paraíba mostraram-se grandes ocupadores de mão de obra no setor de calçados. Além disso, ao longo dos anos, a Bahia ganhou participação no segmento, resultado, principal mente, de sua política de interiorização industrial pautada na geração de empregos em larga escala. No setor têxtil, o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba lograram QL considerável em todos os anos, sendo pertinente destacar a perda de participação de Pernambuco nos anos observados [...]. No tocante ao Coeficiente de Reestruturação, os principais resultados evidenciam que não houve mudanças substanciais em nenhum dos estados da Região. Assim é que o aumento no número de postos formais de trabalho não foi acompanhado de modificações estruturais na estrutura produtiva. Ademais, a atividade industrial permanece concentrada na Bahia, Pernambuco e Ceará, nos setores da indústria de transformação. os principais resultados evidenciam que não houve mudanças substanciais em nenhum dos estados da Região.” (FILHO; SILVA; QUEIROZ, 2015, p. 22-23).

interessadas.” (ROSA, 2015, p. 937). Ou seja, tem acontecido um movimento de crescimento econômico, mas não houve desenvolvimento satisfatório.

A curva de “todo esse crescimento” ocorre justamente na análise de indicadores sociais em relação ao Brasil; no qual o Nordeste ainda desponta atrás do centro-Sul. Desde o início dos governos PT há uma retomada de ações voltadas ao nivelamento regional, mas tais ações não se perpetuaram em razão das instabilidades políticas e problemas econômicos. Apesar disto houve alguma melhora em níveis absolutos, mas em termos relativos a diferença em relação ao Sul ainda é grande.

Aqui adota-se a perspectiva que o desenvolvimento e crescimento econômico não são sinônimos, obviamente que o primeiro tem lugar no segundo, mas isto não significa que a medida em que ocorre o avanço econômico acontecerá o desenvolvimento social e regional. É importante pensar que o desenvolvimento não acontece de forma arbitrária, antes demanda uma ação organizada de políticas públicas e sociais promovidas pelo Estado a fim de minimizar os efeitos certos da lógica capitalista que sempre leva ao subdesenvolvimento de regiões, o desenvolvimento significa a promoção de um Estado de bem estar social (LOPES; SOUZA, 2019).

Seja qual for a perspectiva epistemológica do “desenvolvimento”, importa afirmar que a desigualdade é fruto permanente do sistema capitalista. Conforme as pesquisas apresentadas por Trovão, Araújo e Montenegro (2019), Leão (2019), Barroso (2019), Gonçalves e Esteves (2019), e Lopes e Souza (2019), a partir dos anos 2000 aconteceram melhorias em termos de difusão industrial no NE e políticas de equidade social, de modo que é inegável que houve avanço. Todavia, a leitura crítica de realidade demonstra que não necessariamente se tratam de melhorias (em termos relativos), mas de mudanças necessárias para perpetuação/manutenção da força de trabalho na medida em que se agrega valor histórico à mão de obra. Isto significa que o caminho histórico capitalista indica algumas “melhorias” para os trabalhadores apenas como condição necessária à própria dinâmica do sistema, mas a permanência da contradição estrutural é revelada na continuidade de outros indicadores¹²¹ incompatíveis com o desenvolvimento.

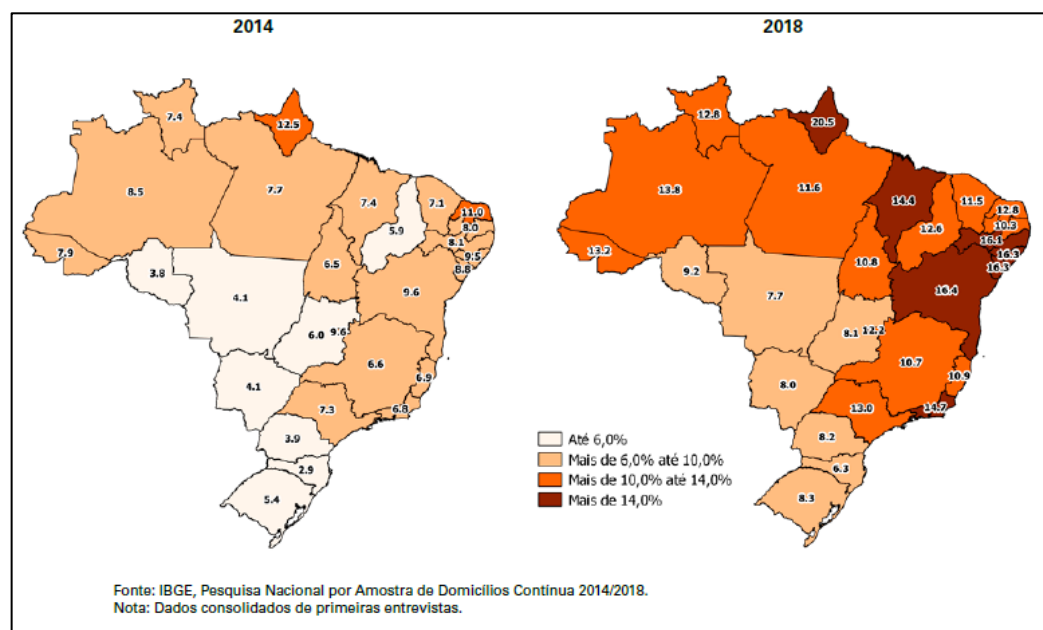
¹²¹ “[...] o Nordeste continuou socialmente diferenciado, ao manter elevados índices de desigualdade e de pobreza. Araújo e Lima (2010) calcularam que, entre 2001 e 2008, a taxa de informalidade¹⁴ no Nordeste passou de 72,3% para 66,1%, enquanto no Sudeste, caiu de 43,3% para 37,1%. Quanto ao rendimento médio mensal do trabalho, entre 2004 e 2008, a preços de setembro de 2008, passou de R\$ 439 para R\$ 568, no Nordeste, e de R\$ 975 para R\$ 1.123, no Sudeste. Falvo (2013) observa que, apesar dos programas sociais e dos incentivos governamentais, a pobreza continuou marcando a paisagem Nordestina.” (OLIVEIRA, 2016, p. 60).

Pode-se exemplificar essa realidade observando a incompatibilidade do crescimento econômico do NE com os indicadores sociais. A pesquisa de Moreira, Castro e Oliveira (2019) demonstra os dados da renda do trabalho por domicílio per capita revelando o aumento do índice Gini de 0,6014 (2015) para 0,6257 (2019), os autores ainda mostram que o maior percentual de pessoas paupérrimas, ou seja, em situação de extrema pobreza, concentra-se no NE (cerca de 10, 8%), em tempo a média nacional é de (3,6%), deixando a região no topo do ranking da desigualdade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) no esboço da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua destaca que 47% dos brasileiros abaixo da linha da pobreza¹²² em 2018 estavam na região Nordeste, assim a pobreza na região em diversos “indicadores de pobreza” está acima da média nacional.

Somado a isso, o número de desempregados no NE teve maior volume em relação à média nacional nos últimos anos, dados do IBGE (2019) revelaram que entre 2017 a 2019 o Nordeste passou de 8,4% para 14,5% de desocupados, já Moreira, Castro e Oliveira (2019) afirmam que no primeiro trimestre de 2019 o Nordeste teve taxa de desocupação de 15,3%, quando o Brasil apresentou 12,7%. Os autores apontam ainda que “[...] o [Índice de Desenvolvimento Humano –] IDH do Nordeste (0,710 em 2017), mesmo classificado como alto, ainda permanece abaixo da média Nacional (0,759 em 2017).” (MOREIRA, CASTRO, OLIVEIRA, 2019, p. 4). A taxa de desocupação pode ser observada no cartograma apresentado na Figura 1.

¹²² Pessoas que vivem com cerca de R\$ 145,00 reais mensais.

Figura 1 – Cartograma referente Taxa de desocupação por Unidades da Federação entre 2014 e 2018



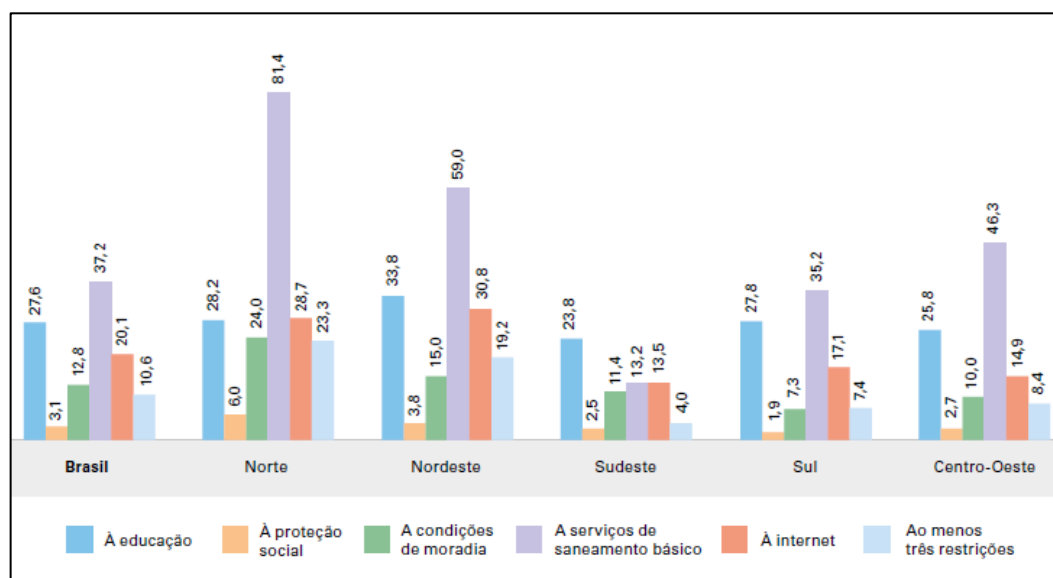
Fonte: IBGE (2019).

É possível perceber que houve maior proporção de desocupados em relação ao Nordeste. O IBGE (2019) aponta que em 2018 havia 56,3% de trabalhadores informais na Região Nordeste. Além disso, as diferenças aparecem quanto ao rendimento per capita, no qual os estados com os menores rendimentos pertencem ao Nordeste.

Indicadores de nível de saneamento básico,¹²³ restrição à educação, serviços proteção social, acesso à internet e condições de moradia, são elementos importantes que comprovam a realidade nordestina. O IBGE (2019) demonstrou que 19,2% da população do Nordeste possuía ao menos três das cinco restrições consideradas (Gráfico 10). Estes dados são imprescindíveis para demonstrar a qualidade de vida e bem estar dos nordestinos.

¹²³ Sendo este, elemento fundamental (sobretudo quando há aumento populacional) o NE ainda é a segunda região menos coberta por saneamento básico. O IBGE (2019) demonstrou que existiam em 2018 6,2 % da população nordestina sem banheiro em seus domicílios. “[...] Além da questão econômica, a infraestrutura possui também importância social e produz impactos na saúde pública. Esse é o caso do saneamento, que se destaca pela essencialidade atribuída aos serviços necessários para a garantia de salubridade ambiental e dignidade humana. Tais serviços trazem benefícios significativos para a população em diversos campos, como saúde, preservação ambiental e desenvolvimento de atividades econômicas, como o turismo, por exemplo [...]. As regiões que apresentam menores índices são Norte e Nordeste, com atendimento total de rede de água de 55,4% e 73,6% e atendimento total de esgotos de 10,5% e 26,8%, respectivamente. Os índices de tratamento de esgotos gerados também são insatisfatórios, com apenas 36,2% de atendimento na região Nordeste. O país necessita de vultosos investimentos para alcançar a universalização do saneamento. Vislumbra-se a ampliação da participação privada no setor, hoje de apenas 6%.” (VIANA; BEZERRA; TOME, 2019, p. 2).

Gráfico 10 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões.



Fonte: IBGE (2019)

Como é possível visualizar no Gráfico 10, o NE é a segunda região com menor indicador de saneamento básico, 59% da população apresenta ausência total ou parcial de alguns dos serviços de saneamento básico; também ocupa a segunda posição no que se refere a condições/inadequações¹²⁴ de moradia, os indicadores apontam a reunião de maiores deficiências nas casas nordestinas, em que 3,8% não têm moradias adequadas; a restrição quanto a internet tem maior percentual no NE, 30% da população não dispõe; quanto à educação, o IBGE demonstrou que o NE é a região campeã de restrições, 33,8% da população apresentam algum tipo de carência na formação (básica, média ou superior). Desta forma, o NE também está com maior demanda de serviços de proteção social, esses números apontam para uma elevada vulnerabilidade social dos nordestinos.

Diante de tais indicadores fica claro o descompasso entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Analisando-se as condições gerais, alguns avanços aconteceram não só no NE, mas também no Brasil (por exemplo o aumento do IDH), todavia, o crescimento do primeiro foi proporcionalmente inferior ao segundo, o que indica a permanência do distanciamento da região em relação às outras do Brasil.

¹²⁴ Os critérios utilizados pelo IBGE e PNAD consideram os seguintes critérios quanto a inadequação: “[...] a ausência, no domicílio, de banheiro de uso exclusivo dos moradores – ou seja, um cômodo com instalações sanitárias e para banho [...] segunda inadequação consiste na utilização de materiais não-duráveis nas paredes externas do domicílio [...]. A terceira inadequação domiciliar é o adensamento domiciliar excessivo, definido como uma situação em que o domicílio tem mais de três moradores para cada cômodo utilizado como dormitório [...]. A última inadequação examinada é o ônus excessivo com aluguel, situação em que o valor do aluguel iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar.” (IBGE, 2019, p. 63).

4 CAPÍTULO 3 – ESTRATÉGIAS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SETOR CALÇADISTA NORDESTINO

4.1 DISPOSIÇÕES METODOLÓGICAS PRELIMINARES

Conforme apresentado na introdução deste estudo, a análise sobre as estratégias de acumulação capitalista nas indústrias calçadistas do Nordeste brasileiro foi realizada a partir do método de análise “estado da arte”. Tal metodologia mostrou-se bastante adequada, pois possibilitou reunir diversas áreas do conhecimento viabilizando a síntese de conteúdo entre elas, bem como suas divergências, na medida em que diferentes espaços e fenômenos foram observados a partir do mesmo objeto. Glosar tais estudos permitiu tecer novas reflexões acerca do tema, bem como apreender a unidade contraditória entre eles.

O mapeamento, seleção e análise das dissertações aconteceram em conformidade com os objetivos e pergunta norteadora levantada no trabalho. Buscaram-se nestas pesquisas os principais mecanismos capitalistas contidos na reestruturação produtiva da indústria calçadista nordestina. Ao longo da construção e observação do presente estudo, verificou-se que os mecanismos mais recorrentes se tratam de: inovação tecnológica/organizacional; reestruturação espacial e controle sobre o trabalho.

Para fins didáticos, os resultados da pesquisa foram divididos em dois agrupamentos, o primeiro destacou os mecanismos capitalistas materializados na inovação tecnológica e organizacional como estratégia competitiva, enquanto o segundo abordou o processo de reestruturação espacial, bem como as estratégias de ofensiva ao trabalho. Ressalta-se que todos estes mecanismos são organicamente ligados.

A partir da metodologia de Alden e Doren (2010), o nível de leitura analítica possibilitou a triagem de 63 trabalhos, nove deles correspondiam aos objetivos da pesquisa, os demais foram excluídos de acordo com critérios/etapas metodológicas anteriormente traçadas. As nove dissertações foram integralmente lidas, fichadas, analisadas quanto classificação/conceito do tipo geral e subtipo da pesquisa, natureza teórica, instrumentos utilizados, área do conhecimento, questões centrais, conceitos/categorias teóricas principais, objetivo, fontes bibliográficas mais referidas, particularidades, similaridades, o que possibilitou uma compreensão profunda dos trabalhos.

Para destacar as dissertações analisadas, o nome de seus respectivos autores será disposto em *itálico* e a primeira menção do trabalho virá acompanhada de uma nota de rodapé com as principais informações acerca da pesquisa.

Sobre as dificuldades enfrentadas, podem-se destacar falhas no sistema operacional do banco de dados da BTB, que não filtrava de forma adequada os trabalhos, permitindo que pesquisas completamente dissociadas das palavras-chave aparecessem dentro do grupo de análise. Outra dificuldade em razão de problemas na plataforma refere-se à triagem defeituosa¹²⁵ de acordo com datas e áreas do conhecimento que permitiam a passagem de dissertações não solicitadas. Tal problemática impactou significativamente no tempo de coleta e seleção dos trabalhos.

O leitor poderá visualizar inicialmente apontamentos necessários à compreensão geral do setor calçadista brasileiro, especificamente seu processo de nascimento ao longo da história e características principais, como forma de contextualização do objeto em análise. Em seguida, são apresentados os resultados centrais identificados na leitura das dissertações (mediados por informações atualizadas encontradas ao longo do estudo). Com isso, a seção ora apresentada tem o intuito de expor a dinâmica do setor calçadista ao longo da última década, todavia, é importante ressaltar que os elementos aqui apresentados não contemplam a plenitude das pesquisas analisadas, dada a extensão de temáticas, fenômenos e sobretudo particularidades abordadas.

4.2 BREVE HISTÓRICO DO SETOR CALÇADISTA

A fabricação de calçados é uma atividade extremamente antiga e demandada desde cedo pela humanidade. Na gênese do exercício, sua produção era completamente artesanal e destinada ao consumo das famílias dos artesãos. A formalização como atividade industrial/fábrica só ocorreu com a Primeira Revolução Industrial, destacando-se o pioneirismo europeu e norte-americano.

No Brasil, o setor calçadista surge em pequenas unidades produtivas/manufaturas no século XIX, caracterizando um dos segmentos mais antigos da indústria de transformação. A predominância era de técnicas majoritariamente artesanais (mesmo com a introdução de alguma tecnologia, por exemplo, da máquina de costura em 1870), o trabalho manual era o centro da dinâmica produtiva dos calçados. A atividade no país seguiu o padrão europeu graças influência dos imigrantes italianos e alemães que trouxeram a tradição do manuseio artesanal e

¹²⁵A inadequação e falhas na triagem foram encontradas ao longo de toda a busca das dissertações. As várias tentativas para coleta dos trabalhos foram problemáticas, tendo em vista que a plataforma, mesmo diante da seleção de filtros específicos (Grande Área do Conhecimento, Área do conhecimento, ano, palavra-chave etc.) permitia que trabalhos vinculados à saúde, por exemplo, surgisse como resposta da busca, exigindo busca manual e maior tempo (diante do alto volume de trabalhos) para filtrar apenas o necessário ao objeto de pesquisa.

influenciaram diretamente o estilo, a forma de produção e a expansão da profissão, antes desse período os calçados eram produzidos por escravos no Brasil (ANDRADE, 2015).

Quase todas as atividades eram bastante artesanais no Brasil (o país não havia passado pela Primeira Revolução Industrial) e os calçados tinham lugar de subproduto da atividade prioritária, em tempo, confecção de arreios e celas, feitos em oficinas (organização e mão de obra familiar, sem tecnologia, geralmente em domicílio, relação de processo de trabalho simples já descrita no capítulo I) ou em curtumes. Essas primeiras iniciativas tiveram destaque na região do Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul e em Franca no estado de São Paulo. A produção ganhou destaque nessas regiões, pois foi onde se instalou a maior parte dos imigrantes e ao longo do século foi gradativamente se transformando em núcleo comercial coureiro-calçadista, a partir do século XIX e no início do século XX, abastecendo não só as famílias, mas o mercado interno da região (SCHEER, 2014).

As atividades eram desempenhadas por mestres, ao longo dos anos com o aumento da demanda, eles começaram a ampliar suas unidades produtivas domésticas contratando outros sapateiros e desenvolviam atividades de “cooperação”. Os mestres ensinavam os aprendizes e detinham seus próprios meios de produção, dentro de pequenas oficinas sem tecnologia. A transição lenta e gradual desse modelo tem destaque quando os mestres iniciam a separação de funções que facilitavam e acresciam o rendimento do trabalho, outra mudança foi a introdução de alguma tecnologia com máquinas rudimentares que exigiam muita força física; alterou-se também o tempo de execução produtiva se formando as manufaturas, que estabelece um trabalho hierarquizado (LOAYZA, 2011). Essa transformação tem maior relevo quando a primeira máquina a vapor foi utilizada no Vale do Rio dos Sinos em 1987 (SCHEER, 2014).

Todavia, é importante dizer que não houve uma transição imediata e sim processual, os investimentos aconteceriam na medida em que o capitalismo brasileiro se desenvolvia e gradativamente os artesãos domésticos foram incorporados as manufaturas e outros se uniram para montar fábricas/fabriquetas menores ou unidades produtivas maiores que as manufaturas; a tardia adesão ao maquinário era causada pelo custo de capital para importa-las dos países europeus. Além disso, a expansão do setor estava vinculada à existência de mão de obra mais qualificada (imigrantes), matéria prima abundante, tecnologia e sobretudo mercado interno consumidor, que foi consolidado quando se estabeleceu o capitalismo industrial no Brasil (aumento da urbanização). Só em 1918, foi possível considerar o surgimento de uma fábrica, não mais caracterizada como manufatura, tanto pelo volume de trabalhadores presentes, como pela inserção algumas máquinas modernas (a vapor) e de um burguês (não mais o mestre) tutelando os operários. Vale ressaltar que tanto a primeira fábrica como as demais que surgiram

foram resultado de algumas políticas econômicas que buscavam favorecer o abastecimento para o resto do país, sobretudo buscando substituir importações dos produtos europeus (LOAYZA, 2011).

É possível afirmar que a partir de 1920 já se formavam grupos diferenciados de trabalhadores, entre aqueles que mantinham práticas artesanais em pequenas oficinas (artesãos, sapateiros chefiados pelos mestres trabalhando manualmente) e o início de fábricas com máquinas rudimentares a vapor, na relação operários¹²⁶ e burgueses da indústria de calçados.

A industrialização em SP foi mais rápida que no RS, todavia, a tradição do segundo orientou maior nível de exportação para o Brasil, inclusive, para São Paulo. A formalização das fábricas, entretanto, viria apenas com a Revolução Industrial, sobretudo pela política Varguista de diversificação da agricultura e alteração do centro dinâmico industrial. Elas impulsionaram os múltiplos segmentos industriais e tiveram como protagonista o setor calçadista, que estimulava o mercado consumidor e capitalizava o dinheiro da agricultura para a indústria (ver capítulo II).

No pós Segunda Guerra e graças às políticas desenvolvimentistas de Vargas e de substituição de importações, houve uma integração maior entre as economias e estados brasileiros, aumentando a concorrência entre os principais produtores. A característica para impulsionar o setor foi direcionar a produção para ramos específicos (por exemplo, SP produzia calçados masculinos e RS modelos femininos); investimento na qualidade dos produtos e a adesão/união de fábrica/fábrica fábrica/manufatura¹²⁷ (ANDRADE, 2015). O porte dessas

¹²⁶ Sobre isso vale ressaltar que mesmo diante da incipiente formação enquanto indústria, a influência dos imigrantes direcionou logo os operários em organizações sindicais, que eram fortalecidas e fragmentas ao longo dos “ciclos democráticos” do Brasil. “Em 1911 foi fundada a Sociedade Mútua União de Oficiais Sapateiros, que em 1912 tornou-se o Sindicato dos Sapateiros e que no ano seguinte aparentou ter orientação anarquista, mesmo ano em que o sindicato participou da organização da Federação Operária Pelotense. O sindicato fechou em 1915, mas foi reorganizado ainda naquele ano. Durante a greve de 1917 há notícias sobre uma nova fundação do sindicato, o que ocorreu novamente em 1919, evidenciando assim sua instabilidade. Em 1920 constava a presença do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado na fundação da Federação Geral dos Trabalhadores de Pelotas, e o direcionamento político desse sindicato era o comunismo, que demonstrava ser organizado e com pautas bem aceitas pela base, mas que foi desmobilizado na repressão pós-1930.” (ANDRADE, 2015, p. 41).

¹²⁷ A proliferação de fábricas foi uma marca do século XX, todavia, ainda existiam diversas manufaturas espalhadas no Sul e Sudeste, a diversidade entre os polos do Rio Grande do Sul e São Paulo eram notórias e até 1940 Loayza (2011) considera que existiam muito mais manufaturas que fábricas. “No ano de 1940, o estado sulino contava com 219 fábricas, sendo a média de trabalhadores por unidade de 19; a principal cidade produtora de calçados, Novo Hamburgo, abrigava 41 destas, sendo que apenas uma possuía mais que 500 funcionários e outras três empregavam entre 100 e 130 pessoas. São Paulo, por sua vez, computava 1.125 estabelecimentos, com a média de 17,3 funcionários. Já em 1960, o Rio Grande do Sul tinha 570 estabelecimentos, enquanto São Paulo abarcava 1.326, mas as fábricas gaúchas 15.168 empregavam a média de 23 funcionários, e as paulistas apenas a diferença entre a média de funcionários pode ser interpretada de duas maneiras: ou as unidades paulistanas eram menores, apesar de mais numéricas, ou empregavam maquinário e gerência de pessoal que proporcionou o emprego de menor número de funcionários. Ao lembrar que a região centro-sul foi mais beneficiada pelas políticas econômicas desde 1930 se comparado com o Rio Grande do Sul, a segunda hipótese ganha força. Nota-se em ambos os estados a dispersão das unidades fabris.” (LOAYZA, 2011, p. 50).

fábricas se alterou nos anos seguintes, na medida em que o capitalismo brasileiro ficou mais maduro e a industrialização como um todo cresceu no país.

A partir de 1960 há uma transformação importante na dinâmica calçadista mundial, iniciou-se um processo de (re)espacialização das indústrias que migraram suas unidades para países de mão de obra mais abundante e barata. No Brasil, as fábricas se interiorizaram e houve significativa concentração produtiva¹²⁸ para os interiores dos estados, movidos, especialmente pela crise mundial e políticas econômicas da ditadura militar (LOAYZA, 2011).

A profunda retração no capitalismo imputou novas estratégias na busca por lucros, teve protagonismo a descentralização produtiva e exteriorização comercial. Em alguma medida, o setor obteve bom desempenho ao longo das décadas nas transações do mercado externo e interno, sobretudo pela tendência de especialização de produtos manufaturados, que possibilitou o atendimento ao capital externo¹²⁹. A partir da nova dinâmica do capitalismo internacional, foi possível verificar o início da segmentação das atividades das fábricas de calçados. Rosa (2015) afirma que houve uma divisão intraregional/intra-setorial entre os polos produtivos:

Em síntese, a divisão intra-setorial, composta por firmas direcionadas ao mercado internacional, e outras direcionadas ao mercado nacional, ambos os mercados com características bastante peculiares de atuação, tanto produtiva quanto comercial, acabou por cindir a estrutura de produção nacional em dois grupos produtivos. Enquanto o primeiro grupo focou no desenvolvimento de capacidades produtivas voltadas à produção em escala, caracterizada por grandes volumes e pouca variação de modelos, o segundo grupo intensificou suas potencialidades voltadas à produção em escopo, ocupando-se de uma produção mais enxuta em termos de volume, mas muito mais diversificada e elástica em termos de produtos. (ROSA, 2015, p. 64).

Rosa (2015) afirma que por meio das divisões setoriais, essas regiões se especializaram em demandas para o capital externo sob encomendas prefixadas (ou seja, sem produto ocioso

¹²⁸“Para a indústria do calçado, isso resultou a partir de 1969 em um grande aumento do volume de produção e uma redução do número de empresas, num processo de concentração empresarial”. Sobre essa concentração, Schneider explica que “isso quer dizer que ao invés das empresas do setor continuarem crescendo em número, elas passam a ampliar o parque produtivo, seu nível tecnológico e a concentração de capital” instaurando a industrialização, “processo que pode ser denominado de passagem de um estágio fabril simplificado para a constituição industrial propriamente dita [...] Alguns números ilustram essas mudanças: no ano de 1970 todo o estado comportava 756 fábricas de calçados; em 1971 no Vale dos Sinos havia 455, número que passa a cair; no ano seguinte eram 407; 356 em 1973; e apenas 340 em 1974.” (LOAYZA, 2011, p. 180).

¹²⁹ “Nesses termos, o primeiro grupo, formado pelas firmas mais capacitadas e sediadas nas regiões produtoras do Vale dos Sinos (RS) e Franca (SP), especializou-se na produção de calçados voltados, primordialmente, ao mercado internacional. Nesse tipo de especialização, as estruturas de produção foram expandidas para atender à grande demanda exportadora, típica expansão estrutural visando adequação da produção aos moldes fordistas. No entanto, por outro lado, essa especialização em grandes volumes impactou diretamente nos processos produtivos, já que fez diminuir as linhas produtivas das firmas, motivação que partia da engessada diversificação de produtos, tanto em cores quanto em modelos, endereçados à exportação.” (ROSA, 2015, p. 62).

o que representa lucro total, tendo em vista que os pedidos e as vendas ficaram a cargo dos compradores, contudo, a problemática dessa divisão ocorre por sua vulnerabilidade ao capital externo). Em contrapartida, fábricas menores se especializaram em demanda interna com menor fluxo de capital. Fabricavam “independente” dos pedidos, gerando estoque e sem certeza de compradores, basicamente se especializaram no atendimento à demanda interna.

Nesse segmento, as vendas eram realizadas após a produção, oferecendo grandes riscos aos produtores, que trabalhavam com níveis elevados de estoques, tanto de matéria-prima quanto de produtos, o que impossibilitava garantias de retornos satisfatórios às firmas, bem como inviabilizavam as inversões de capital visando maiores escalas de produção. Por outro lado, ao manter-se apoiada na dinâmica incerta do mercado nacional, essas firmas tornaram-se muito mais capacitadas a rápidas mudanças da demanda, inclusive desenvolvendo departamentos voltados à criação e comercialização; vale ressaltar, departamentos atrofiados ou mesmo inexistentes nas firmas exportadoras, já que, naquele segmento, tanto o desenvolvimento dos modelos como a responsabilidade pela venda final dos calçados ficavam a cargo dos contratantes sediados no exterior. (ROSA, 2015, p. 63).

Nas décadas de 1960 e 1970, houve uma dinâmica considerável no mercado interno e em reflexo do setor mundial calçadista, o setor no Brasil vivenciou o início de transições e demandas produtivas que não existiam como: prazos, mecanização, serviços de importação e exportação, reorganização da gestão de recursos, subcontratação de alguns serviços (geralmente em ateliês domésticos), tudo isso ainda muito vinculado ao paradigma fordista, que em tempo, já vinha se esfacelando nos países de capitalismo primário.

O processo de globalização, industrialização e urbanização foi responsável por consolidar o setor calçadista enquanto cadeia produtiva de peso, especialmente a partir de 1970, em que os produtores viram o aumento sistemático da demanda interna e do mercado internacional exportando uma boa parte dos produtos fabricados (SCHNEIDER, 2004). Diante desta demanda e como efeito dela, paulatinamente a indústria calçadista brasileira (desde o início dos anos de 1980) foi alterando processos produtivos, mas Navarro (2004) afirma que foi só na década seguinte que transformou¹³⁰ intensamente os processos de trabalho. A finalidade

¹³⁰ Pereira Júnior (2015, p. 405) ao tratar da temática aponta que as ações que serão reproduzidas pelas indústrias nacionais tem lugar na adesão de estratégias das multinacionais “[...] o papel decisivo de empresas globais (como Nike, Adidas e Reebok) na produção industrial impõe aos produtores uma combinação de fatores que faz emergir, mesmo numa atividade tradicional da indústria, toda uma operação de cobranças e de metas de produtividade que mais lembram a atual lógica competitiva do mercado financeiro. Trata-se de uma estratégia de acumulação industrial nutrida pela absorção de valores competitivos, que se materializam por meio de uma ampla relação de alianças econômicas em rede, que mesclam estratégias políticas, administrativas, gerenciais e produtivas com uma super exploração da mão de obra, no intuito de atingir performances de alta lucratividade em linhas de produção industrial. O flagrante dessas formas de acumulação por superexploração do trabalho no contexto das diferenciações espaciais fica explícito na ação de empresas subvencionadas pelos governos dos estados nordestinos e, geralmente, instaladas na região a partir do investimento decapitais gaúchos e paulistas. Muitas delas trabalham

dessa mudança foi principalmente atender um volume alto de produtos ao mesmo tempo em que racionalizava custos, desta forma o setor reestruturou a produção e alterou a dinâmica espacial. As empresas calçadistas a fim de alinhar-se a competitividade internacional desenvolveram diversas estratégias: como a organização produtiva (absorção de novas formas flexíveis de mecanização e controle) das formas de comercialização do produto final.

A metamorfose completa, portanto, aconteceu em 1990 diante do agressivo movimento de liberalização comercial que acabou com alguns instrumentos creditícios e tarifários sobre os produtos importados, somado a medidas de redução da redundância tarifária, alteração nas regras de taxaço sobre importações mais a sobrevalorização cambial devido à inserção do Plano Real que afetou significativamente as empresas de maior tradição exportadora¹³¹, tornando a balança comercial calçadista deficitária. O marco da queda do setor pode ser considerado quando os tigres asiáticos, principalmente a China¹³², se lançaram na produção e exportação de calçados, tornando a rentabilidade das indústrias brasileiras pouco atraente. A China se tornou o grande espaço da economia calçadista por sua política predatória e baixos custos de produção (especialmente porque sempre ignorou encargos sociais e direitos trabalhistas) (MENDES JÚNIOR; XIMENES, 2018).

A reestruturação produtiva ocorreu articulando uma relativa inovação tecnológica com novas formas de organização e gestão do trabalho (NAVARRO, 2004). A organização, por exemplo, permite que empresas sedes controlem o fluxo de unidades fabris ou mesmo concentrem capital da mais valia absoluta, as máquinas mais tecnológicas permitem maior produtividade e poupam mão de obra, essa formatação comporta sobremaneira o “[...] controle flexível do processo global de produção industrial e aproveitando as diferentes funções exercidas pelos territórios face à difusão da inovação tecnológica e aos novos fluxos engendrados pelos sistemas de comunicação e transporte.” (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 4803).

para outras empresas nacionais de grande porte, mas existem também aquelas que são subcontratadas de grandes marcas internacionais, como a Nike, e aglutinam milhares de trabalhador e sem falsas cooperativas.”

¹³¹ “A abertura de mercado e a valorização do real entre 1994 e 1998 ocasionaram a transferência do padrão de concorrência do mercado internacional para o mercado interno, o qual passou a receber produtos provenientes do sudeste asiático. Assim, foram observadas alterações na estrutura produtiva de calçados e artigos de couro, com especial pressão à produção de bens de qualidade inferior, que, por sua vez, competiam diretamente com os baixos preços dos produtos importados.” (FRANCISCHINI; AZEVEDO, 2003, p. 253).

¹³² Basicamente a China conseguiu desenvolver rapidamente uma série de estratégias para auferir superlucros e comercializar em escala mundial. “A estratégia da China atraiu entrada de capital estrangeiro para setores de bens de consumo, tornando a indústria de calçados imbatível. A isso, somam-se uma eficiente infraestrutura de comercialização, flexibilidade em estilos, prazos de entrega reduzidos, baixo custo com benefícios sociais e com aluguel, transporte, tributos e matérias-primas, grande escala e tecnologia desenvolvida. Outra característica da produção chinesa é a subcontratação, através da qual os produtores locais estão subordinados à comercialização e distribuição de grandes compradores internacionais.” (SOUZA; PAULA; FUCK, 2012, p. 96-97).

Sobre o peso da internacionalização econômica é importante frisar que segundo Francischini e Azevedo (2003) na década em questão as empresas calçadistas foram afetadas de formas diferentes, tendo refrações de acordo com a área de atuação. Os autores exemplificam o setor coureiro-calçadista, que no Brasil, apresentava desvantagem em relação à qualidade dos calçados chineses de baixo custo (geralmente sintéticos) e desvantagem em relação à produção de calçados com alto valor agregado (mercado italiano que também tem protagonismo no desenvolvimento de designer e moda¹³³). Desta forma, a especialidade chinesa em calçados de baixo custo e de baixa qualidade diminuiu a movimentação econômica dos calçados brasileiros (majoritariamente o Brasil exportava sapatos de couro feminino para os EUA que passaram a importar da China, além disso, os sapatos injetados de tênis masculinos¹³⁴ que demandam tecnologia, foram mais desenvolvidos pelo país). O Brasil que também produz sapatos de baixo custo passou a ser o concorrente direto dos chineses, porém, o primeiro não tinha o volume produtivo nem a tecnologia do segundo, somado a isso, os problemas com valorização cambial dificultaram a expansão no setor.

O setor calçadista brasileiro fica atrás do resto dos principais produtores mundiais pela tardia incorporação das transformações tecnológicas e informacionais, reestruturações imprescindíveis para alcance internacional. A incorporação dessas mudanças representa a possibilidade do

[...] domínio da desregulamentação, da flexibilização, da informatização nos negócios, da produção industrial microeletrônica, entre outras, o que representa, em última instância, uma revalorização dos preceitos responsáveis pela produção e pela circulação do valor no capitalismo contemporâneo. (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 150).

Segundo Pereira Júnior (2015), o Brasil entrou em descompasso com a reestruturação internacional já que demorou a incorporar as estratégias gerenciais de controle do trabalho e também no que se refere à obsolescência das máquinas. Para romper a distância entre esses países, o Brasil vem adotando medidas cada vez mais agressivas de competitividade, com refrações especialmente no mundo do trabalho. Paulatinamente as empresas ajustaram-se às

¹³³ “[...] a nova tendência mundial foi a produção em pequenos lotes, considerando as novas exigências de moda e estilo, que enfocavam a importância do design. Esse cenário exigiu das empresas a capacidade de organizar a produção de forma mais flexível, por meio de respostas rápidas diante de mudanças nos padrões de demanda [...] notável elevação do conteúdo tecnológico de produtos e a sofisticação, principalmente, no design dos produtos de vestuário e dos calçados.” (FRANCISCHINI; AZEVEDO, 2003, p. 256).

¹³⁴ “De forma geral, a produção de calçados de couro guarda ainda, em todas suas etapas, muito do trabalho artesanal, da habilidade, do conhecimento e da destreza manual do trabalhador. As novas estratégias de planejamento da produção adotadas pelas empresas do setor resultaram em alterações das formas de divisão e organização do trabalho.” (NAVARRO, 2004, p. 4).

particularidades da demanda e competitividade¹³⁵, voltando-se também para realização do consumo interno. Todavia, é importante ressaltar que as estratégias de internacionalização, reestruturação, reorganização das fábricas e indústrias não aconteceram ao mesmo tempo nem de igual maneira, as estratégias de peso e mais significativas aconteceram com as grandes indústrias do setor, enquanto pequenas fábricas continuaram com pouca modernização tecnológica e organizacional (mais tarde foram incorporadas a empresas maiores). O caminho trilhado foi a reestruturação produtiva e espacial:

Produtiva, no sentido de incorporar conquistas gerenciais e tecnológicas, principalmente na absorção de novas formas flexíveis de mecanização e controle efetivo sobre a produção e o trabalho. Territorial, graças às possibilidades de fragmentar a produção no espaço geográfico, introduzindo planos de engenharia não mais comprometidos pela variável distância, aproveitando vantagens regionais e locais anteriormente desconhecidas e eliminando problemas com a pressão sindical ou com a ociosidade de estoques, máquinas e componentes. (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 174).

Pode-se afirmar que ao longo de 20 anos (entre 1990 e 2011) o ciclo de reestruturação produtiva e espacial foi completado¹³⁶. Isso não significa que as mudanças tecnológicas e formas flexíveis de produção não vêm acontecendo, pois elas são condição ineliminável da indústria.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR

A indústria calçadista caracteriza-se por ser bastante heterogênea, seja no porte dos polos e unidades produtivas (com grandes, médias e pequenas empresas alocadas em metrópoles ou pequenos centros urbanos), seja pela diversificação de adesão tecnológica, seja pela combinação do tipo de trabalho demandado (especializado e/ou polivalente) (NAVARRO,

¹³⁵ “No entanto, em busca de maior competitividade internacional, tem ocorrido a transferência da produção para outros países, a exemplo da Vulcabrás, que instalou parte de suas operações na Índia, para produzir cabedais a serem utilizados na montagem de calçados no Brasil (Alvarenga, 2011). Já as empresas de médio porte estão predominantemente voltadas para o mercado interno, produzindo em sua maioria sapatos de couro natural, para as quais a maior dificuldade está na disponibilidade da matéria prima e na concorrência de produtos sintéticos. Como estratégia, essas empresas se concentram em produtos de maior qualidade e preço, produzidos de maneira artesanal, com maior valor agregado, em vista da baixa escala de produção e maior habilidade do trabalhador. Por sua vez, as estratégias das micro e pequenas empresas são definidas pela redução de custos, deixando fatores como qualidade, durabilidade e design em segundo plano.” (SOUZA; PAULA; FUCK, 2012, p. 96).

¹³⁶ Apesar da separação por tópicos das estratégias que serão expostas, é importante pensá-las de forma completamente integrada, pois trata-se de um conjunto de ações que unidas alteraram toda a dinâmica produtiva da cadeia calçadista. Para fins deste capítulo, a divisão foi feita unicamente com direcionamento didático a fim de tornar mais clara a compreensão desta dinâmica tão complexa e multifatorial.

2004). O setor calçadista se organiza também em cadeias produtivas¹³⁷ e estas formam grandes complexos industriais¹³⁸. A indústria de calçados compõe a cadeia couro/calçados e está articulada a outras cadeias produtivas que unem o processo de pesquisa e tecnologia no setor até a fabricação de calçados de diversos materiais formando o Complexo Coureiro Calçadista (ZINGANO; OLIVEIRA, 2014).

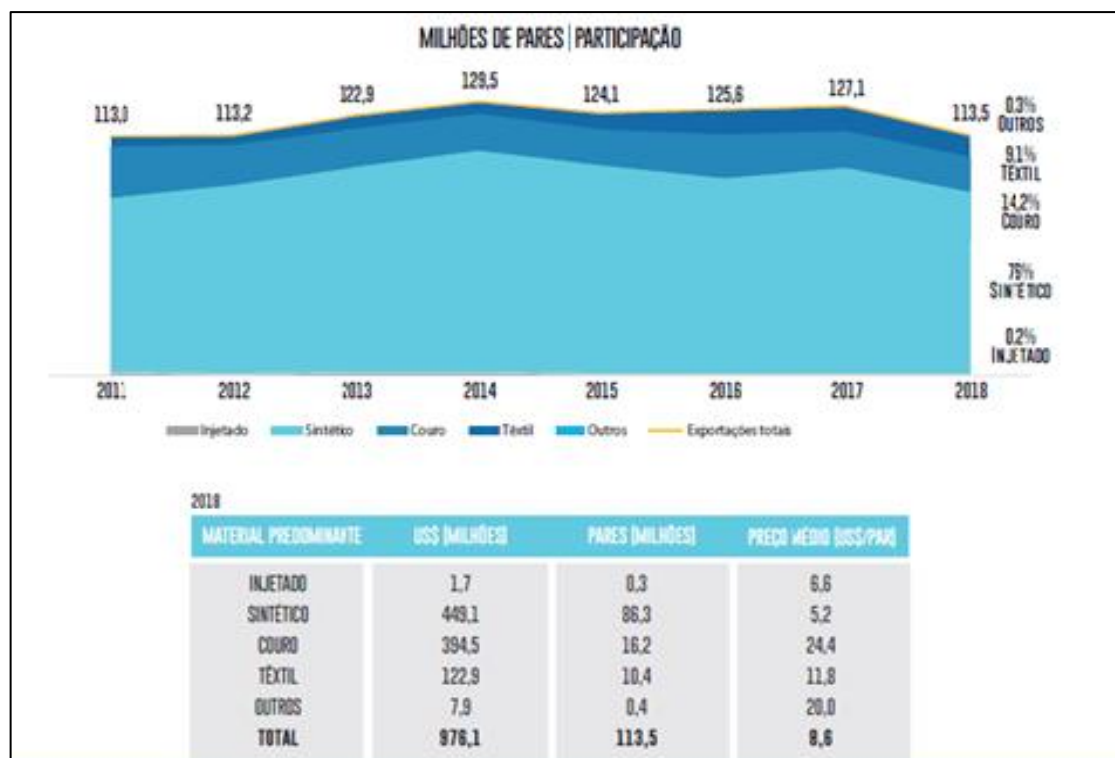
Em 2019 foram contabilizadas mais de 6 mil empresas distribuídas principalmente no Nordeste, Sul e Sudeste, tendo destaque no que se refere as unidades federativas, a produção nos estados do Rio Grande do Sul, Ceará, São Paulo, Paraíba, Bahia (ABICALÇADOS, 2019). Segundo o Relatório Setorial da Indústria de Calçados no Brasil (2019), a dinâmica produtiva de calçados vem crescendo desde 2016, em 2018, foram produzidos 22,3 bilhões de pares e tem indicativo de crescimento de cerca de 3,3% para 2019/2020.

Basicamente a produção desses calçados é feita à base de couro, material sintético, têxtil e injetável (a predominância atualmente é a utilização do plástico/borracha, utilizado em cerca de 49,0% dos calçados em 2019).

Conforme o Gráfico 11, a participação na produção dos sintéticos permanece desde 2011 como principal, uma diferença discrepante dos demais. Em 2018 os calçados sintéticos representaram 76% da produção, a ABICALÇADOS (2018) afirma que essa diferença acontece não só pela demanda, mas em razão da diferença de preço entre sintéticos e calçados de couro. Esses calçados podem ser identificados em variados gêneros: femininos, masculinos, infantil, unissex, ortopédicos, segurança. Em 2018 o consumo de calçados chegou a 857,1 milhões de pares (RELATÓRIO SETORIAL DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS, 2019).

¹³⁷ O conceito de cadeia produtiva representa: “[...] uma visão sistêmica do processo produtivo. Ela pode ser entendida como uma rede de inter-relações entre os participantes de um sistema industrial. As cadeias produtivas surgem de uma crescente divisão do trabalho e maior interdependência entre os agentes econômicos [...]. Em uma definição sucinta e abrangente, pode-se dizer que uma cadeia produtiva é o conjunto de etapas consecutivas de transformação e transferência dos insumos até a constituição do produto final e sua colocação no mercado. Da mesma maneira, Une e Prochnik (1999) afirmam que cadeia produtiva é uma sequência de etapas sucessivas pela qual passam e vão sendo transformados os diversos materiais [...] No que se refere à delimitação das cadeias produtivas, dependendo dos produtos considerados, pode-se ter a cadeia dos calçados de couro, ou simplesmente a cadeia de calçados. Enquanto a primeira compreende somente os calçados de couro, a segunda abrange todos os tipos de calçados, independentemente dos materiais utilizados.” (ZINGANO; OLIVEIRA, 2014, p. 280-281).

¹³⁸ Os complexos industriais estão ligados a ideia de união territorial de diversos segmentos, sem necessariamente serem concorrentes “[...] os complexos industriais são originados de redes de cadeias produtivas que se entrelaçam, se concentrando em conjuntos, ou blocos, de modo que o valor médio das transações entre os setores que constituem tal bloco seja maior do que o valor médio das transações destes setores com setores de outros blocos. Complexos industriais são, portanto, uma ampliação do conceito de cadeias produtivas, compreendendo um conjunto de atividades fortemente interdependentes, que além da indústria-chave, seu montante e jusante, incluem cadeias e atividades auxiliares.” (ZINGANO; OLIVEIRA, 2014, p. 282).

Gráfico 11 – Produção por tipo de matéria prima

Fonte: ABICALÇADOS (2018).

Os passos de confecção de calçados mostram a ampla fragmentação que ao longo dos anos o setor vem aumentando. Essa fragmentação divide o processo produtivo entre trabalhadores nas seguintes etapas: modelagem, corte, costura, montagem e acabamento. A característica tradicional de demanda artesanal tem sido vinculada sobretudo à confecção de calçados de couro, enquanto a mecanização está mais presente na produção de calçados sintéticos, assim, apesar da inserção de tecnologia, o setor está historicamente ligado ao recrutamento de mão de obra artesanal.

Diversas etapas de variados produtos permanecem demandando alto volume de mão de obra, isto leva à busca constante de locais com mão de obra barata, sendo assim, a característica de demanda artesanal leva ao caráter nômade dessa indústria (daí sua constante migração). “Um dos aspectos estruturais mais relevantes dessa indústria é sua concentração espacial em polos regionais, na forma de distritos ou clusters, pois a proximidade física contribui para a eficiência geral do setor.” (SOUZA; PAULA; FUCK, 2012, p. 95). Outra característica que marca essa cadeia industrial refere-se à alta volatilidade produtiva e diversificada, já que, se trata de um produto alinhado à demanda da moda (bastante cíclica).

A indústria calçadista estrutura-se em circuitos produtivos e organizacionais (especializando funções de grande variedade de fornecedores e produtores), conjugando

inovação (gerencial e maquinário) (PEREIRA JÚNIOR, 2015). Essa demanda garante um número de 944 milhões de pares (em média) por ano, gerando divisas de mais de R\$ 21 bilhões de reais para o Brasil (ABICALÇADOS, 2019).

Trata-se de um dos setores da indústria de transformação mais importantes para o Brasil, as exportações correspondem a 4% do PIB, em 2019 o setor exportou 115 milhões de pares (direcionados a 160 países) o que gerou R\$ 942 milhões de reais. Sua capacidade de geração de emprego é elevada, o setor é a quinta indústria que mais gera empregos no Brasil, com mais 270 mil empregos diretos (ABICALÇADOS, 2019). Quanto à produção e exportação de pares, o preço médio de movimentação (dólares), o país está abaixo da média mundial¹³⁹, isso quer dizer que custos altos de produção e preço inferior na venda (o Brasil ocupa a décima nona posição no ranking de volume de dólares).

Se nos primórdios do setor o tempo de serviço e volume de produção eram pouco determinantes, atualmente o setor necessita de constantes estratégias de barateamento de custo, desenvolvimento e adesão de tecnologia, para desenvolvimento de qualidade. A possibilidade de diversificação do setor é ascendente já que é amplamente ligada a estilo, moda, tempo, região etc., portanto sua produção está alinhada a várias finalidades, tais fins determinam o que as pequenas e médias e grandes empresas executarão. Há uma segmentação de serviços de comercialização e distribuição, e para que haja competição internacional os produtos devem ter boa qualidade e preço.

Para tanto a organização da cadeia calçadista é integrada no sentido de que os circuitos produtivos unem grande variedade de fornecedores e produtores, os quais frequentemente intensificam as inovações gerenciais e de equipamentos – tudo isso sem alterar a tradição do setor em articular linhas de produção verticalizadas e contratar grande número de funcionários para o trabalho na fábrica. (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 94).

Isso implica que a cadeia calçadista deve estar integrada a grandes projetos de nível internacional e ao mesmo tempo desempenhar relação com startups para unificar toda a economia do setor e possibilitar controle sobre o processo produtivo e organizacional.

¹³⁹ “[...] o país ocupa o 54º lugar no ranking dos importadores de calçados em número de pares e a 42ª colocação entre os importadores de calçados em valor, com variação de 4,2% e -1,2%, respectivamente, no ano de 2017, indicando redução no preço médio dos calçados importados pelo País.” (RELATÓRIO SETORIAL DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS, 2019, p. 14).

4.4 RESULTADOS DA PESQUISA: inovação tecnológica e organizacional como estratégia competitiva

A renovação das formas de produção, engenharia e tecnologia são/foram pontos fundamentais na alteração da dinâmica operacional/produtiva industrial, têm sido constantes as transformações efetuadas desde a crise capitalista e não foi diferente no setor calçadista. O que se visualiza é que o setor experimentou seu auge na década de 1980 e após 1990 enfrentou ciclos de crise, um dos argumentos para tal problemática pode ser identificado pela pouca adesão em inovação tecnológica e o grande impacto da indústria em relação à baixa de valor agregado de calçados para o comércio. Seria necessário que as empresas calçadistas tivessem se adequado mais cedo à demanda do mercado mundial (INFORMARTIVO DA ABICALÇADOS – ABINFORMA, 2020).

A partir de um estudo de caso, Francischini e Azevedo (2003, p. 257) verificaram que as principais estratégias adotadas por grandes empresas do ramo para atingir tal objetivo esteve vinculada à alteração tecnológica/produtiva e giram em torno de “[...] atividades de P&D como o projeto do produto, de processos e fabricação, e de gestão da produção [...] atividades a serem desenvolvidas para ampliar a capacidade tecnológica e implementar mudanças técnicas”¹⁴⁰, já Navarro (2004) afirma que houve a adesão de tecnologias do tipo CAD/CAM¹⁴¹, que paulatinamente incrementam valor ao produto paralelo ao baixo custo (em comparação ao couro). Além disso, as formas de controle/gestão organizacional e sobre o trabalho vêm se modernizando.

As maiores empresas nacionais foram pioneiras nas alterações de reengenharia tecnológica, segundo pesquisas de Navarro (2004); para Francischini e Azevedo (2003), Pereira Júnior (2015), Sampaio (2018), elas adotaram medidas similares, como: informatização das atividades, investimentos constante em maquinário (quase que anualmente) importando máquinas e equipamentos, investimentos em atividades de P&D, investimentos em atividades voltadas para design, investimento em laboratórios de pesquisa para desenvolvimento de

¹⁴⁰A chamada tecnologia P&D representa a abreviação para “pesquisa e desenvolvimento” essa nova forma de produzir tornou-se um grande diferencial para o processo produtivo de calçados, baseia-se na ideia de constante inovação a partir da pesquisa, para desenvolvimento de métodos de produção mais modernos e de qualidade.

¹⁴¹ “As maiores inovações citadas, portanto, foram introduzidas exatamente nas etapas que envolvem uma maior qualificação do trabalho e da produção, geralmente associadas à concepção industrial e do produto. Nessas etapas, a implantação e o aprimoramento do sistema CAD/CAM [...] CAD (*computer aided design* – design auxiliado por computador) consiste num projeto que, realizado por meio de um computador, pode ser acoplado às máquinas da atividade manufatureira de uma fábrica, definindo o design, cortando e colando peças a partir de ordens programadas. O CAM (*computer aided manufacturing* – manufatura auxiliada por computador) é a fabricação do próprio produto com auxílio do computador. Programam-se as instruções e controlam-se os cortes e as especificações do produto com base em um projeto predeterminado.” (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 178).

materiais (como resinas de PU e PVC – polipropileno), organização produtiva em células, produção de calçados especializada no mercado interno, produção em pequenos lotes (mesmo com a permanência das esteiras que caracterizam grandes produções).

De forma geral, os resultados da análise das dissertações demonstraram que a estratégia desenvolvida, seja de natureza tecnológica ou organizacional, tinha o objetivo de projetar a competitividade das indústrias. Os dados encontrados nas dissertações demonstraram o panorama de grandes e pequenas indústrias como tem se ampliado o conceito de estratégias e as formas como cada empresa projeta e aplica as suas.

A pesquisa de Melo (2009)¹⁴² apresenta como a ideia de estratégia¹⁴³ se modificou ao longo dos anos e paulatinamente ampliou seu alcance. Tornou-se um meio de “[...] criar ambiente favorável à produção de uma vantagem competitiva, por meio da coordenação de metas, políticas e planos funcionais da empresa, como um todo.” (MELO, 2009, p. 20). A alteração no objetivo das estratégias produtivas e empresariais, representa a mudança histórica nas relações de competição capitalista. A autora sinaliza que desde a década de 1950 “as estratégias” vêm se transformando e chegam ao formato de “competição agressiva” na década de 1990 e permanece a diretriz de gestão competitiva voltada para o mercado internacional. Desta forma, o ponto de partida de qualquer ação do setor calçadista deve vir do “planejamento estratégico”, apresentado a partir de cinco abordagens:

[...] plano, pretexto, padrão, posição e perspectiva. Como plano, configura-se como método com intenções conscientes de ação para distintas situações, ou seja, é um conjunto de diretrizes preparadas previamente para orientar as empresas a enfrentarem determinadas situações. Como pretexto, é empregada como uma série de ameaças ou manobras para obter vantagens, visando enganar os concorrentes. Como padrão, corresponde ao próprio padrão de comportamento da organização. Como posição, verifica a situação da organização no mercado e no ambiente em que esta está inserida e onde interage, ajudando a visualizar o ambiente competitivo. Como perspectiva, representa a visão de mundo que a organização possui ou procura ter e o conceito ou a intenção que tenta passar para as pessoas e sociedade. (MELO, 2009, p. 23).

¹⁴² A dissertação de Melo (2009) se trata de um estudo qualitativo de natureza exploratória. A autora estudou especificamente as estratégias de organização e gestão de exportações adotadas pela indústria calçadista Grendene S/A, bem como o controle da empresa sobre sua Rede de Valor. O estudo de caso em tela, foca majoritariamente nas estratégias operacionais e organizacionais e identifica que só por meio da reestruturação territorial e organizacional esta empresa caminhou para internacionalização. O trabalho recebeu o título: “ANÁLISE DA REDE DE VALOR VOLTADA PARA OS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS: ESTUDO DE CASO DA EMPRESA LÍDER DO SETOR DE CALÇADOS DO CEARÁ” e foi desenvolvido na área da Administração.

¹⁴³ “Em linha similar de pensamento, Ansoff e McDonnell (1993) visualizam a estratégia como o conjunto de regras de tomada de decisão para orientação do comportamento de uma organização. Mencionam quatro tipos de regras: (1) objetivos e metas da empresa; (2) regras para o desenvolvimento da relação da empresa com o ambiente externo; (3) regras para a definição das relações e dos processos internos da organização; (4) regras que conduzem as atividades no seu dia-a-dia, mediante as denominadas políticas operacionais. É a essência também da percepção de Cavalcanti (2003), para quem a estratégia caracteriza-se pela composição de planos e objetivos traçados com a finalidade predeterminada de a organização atingir os resultados convencionados, comunicados e formalizados.” (MELO, 2009, p. 22).

Melo (2009), ao observar os mecanismos de ação da Grandene S/A, identifica algumas das estratégias presentes na teoria da administração (perspectiva clássica, sistêmica, evolucionária e processual). Mesmo havendo predominância de uma abordagem sobre outra, a autora identifica que o objetivo de todas é a maximização de lucros.

A pesquisa de Chagas (2011)¹⁴⁴ apresenta a ideia de estratégia como oriunda das estratégias traçadas por generais e ou líderes de combate e adaptada para as relações capitalistas (durante o século XIX na Segunda Revolução Industrial e ampliação da industrialização e início do capitalismo imperialista). O autor destaca que na “guerra” capitalista a principal estratégia deve ser o “planejamento orçamentário”, já que, o orçamento está ligado ao planejamento controle e execução de metas traçadas pelas indústrias a fim de prever e controlar custos e lucro.

O autor revela como existe uma profunda alteração na dinâmica dos processos orçamentários ao longo dos anos. Se em 1920 o orçamento empresarial era mais ortodoxo e extremamente alinhado a um padrão produtivo rígido, a partir de 1970 a projeção de recursos e custos produtivos tornou-se mais variante e flexível ao nível de atividades empresariais do tipo *beyound budgeting* que significa projeção de recursos das indústrias passíveis de constantes mudanças pelos gestores e sobretudo alinhadas às oscilações do mercado, assim, o termo é empregado para definir uma estratégia de gestão orçamentária baseado na flexibilidade e descentralização. Segundo Chagas (2011, p. 43-44):

[...] significa o modo de repensar como os administradores gerenciam as organizações em um mundo pós-industrial, no qual os modelos de gestão inovadores representam a única vantagem competitiva sustentável. As organizações que utilizam o método *beyound budgeting* não utilizam de um orçamento para atingir metas determinadas na fase de planejamento, mas exige da empresa adequação ao mercado interno e externo, havendo assim, uma coordenação dinâmica das atividades, mudanças de estratégias ou não e maior envolvimento dentre os colaboradores.

Outra estratégia que está diretamente ligada ao controle organizacional e orçamentário, segundo Chagas (2011), trata-se das definições de orçamento via: *top-down* (de cima para baixo, ou seja, estabelecido só pela cúpula administrativa mais alta) ou *bottom up* (que

¹⁴⁴ A pesquisa de Chagas (2011) se tratou de um estudo empírico com 40 pequenas fábricas calçadistas, do circuito de produção formal em Campina Grande. O autor analisou o planejamento, gestão e aplicação de estratégias orçamentárias que as empresas utilizavam para maximizar os lucros. A pesquisa tem natureza descritiva e o autor identificou que diferentemente das grandes indústrias de Campina Grande, as fabriquetas mapeadas têm pouco planejamento estratégico orçamentário. O trabalho foi intitulado “ORÇAMENTO EMPRESARIAL COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO A GESTÃO: UM ESTUDO EMPÍRICO NAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS EM CAMPINA GRANDE” e foi desenvolvido na área das Ciências Contábeis.

estabelece a participação com colaboradores e pequenos gestores). A base estratégica, conforme o autor, é estabelecida a partir da definição de planejamento:

[...] o planejamento pode ser classificado em três níveis: (1) estratégico, que se refere ao planejamento de longo prazo de responsabilidade dos níveis mais altos da administração; (2) tático, que tem finalidade de otimizar parte do que foi planejado estrategicamente; e (3) operacional, geralmente de curto e médio prazo, que visa maximizar os recursos da empresa aplicados em operações de determinado período. (CHAGAS, 2011, p. 26).

A pesquisa de Chagas (2011) revelou que essa estratégia contábil tem foco de prever a volatilidade do mercado. Ele verificou que as fábricas estudadas planejam, observam a expectativa de custos a partir de medidas mais defensivas e projetam (poucas) suas ações para no máximo um ano, a maioria delas tem um planejamento trimestral ou mensal.

Esse dado demonstra a rapidez que se movimenta o capital e a ineficiência de estratégias de longo prazo, as quais são incompatíveis com a dinâmica capitalista e a incerteza do mercado.

Pari passu ao complexo planejamento que as grandes indústrias calçadistas têm em relação a suas finanças, a pesquisa revelou que as micro e pequenas fábricas têm pouca organização/ estratégia contábil.

Alencar (2014)¹⁴⁵ afirma que a reestruturação produtiva foi a estratégia propulsora das demais reestruturações no setor calçadista, para tanto, tem como base a afirmativa de David Harvey de que esta reestruturação do capital promove a mudança dos “limites” do paradigma tempo e espaço, sendo assim a principal estratégia para recuperação de lucros e aconteceu por meio do avanço técnico-científico-informacional. Para testificar sua afirmação ele analisa a estratégia e o potencial de inovação tecnológico das indústrias Dakota. O autor verificou que a incorporação de tecnologias de ponta foi determinante para as formas de controle organizacional e de trabalho, alcançando superlucros e vantagens competitivas ao longo dos anos e, sobretudo, após seu deslocamento para Russas, no Ceará.

De semelhante modo, a pesquisa de Becker (2012)¹⁴⁶ demonstrou que o desempenho das indústrias está intimamente ligado a fatores empresariais, sistêmicos e estruturais e seu

¹⁴⁵ Esta pesquisa está voltada a análise da estratégia de reestruturação territorial e tomou como objeto de estudo a alteração da planta industrial da Dakota para o NE, em Russas no Ceará. Alencar (2014) buscou analisar o impacto desse mecanismo competitivo na cidade que promoveu mudanças na região em termos de urbanização e industrialização. Alencar (2014) realizou um estudo de caso empírico de tais transformações entre a 1990 e 2014 e conclui que reside nesta estratégia (deslocamento espacial) o principal canal de lucro da Dakota. O título do trabalho é “A INDÚSTRIA E O URBANO: O PAPEL DA DAKOTA NORDESTE S/A EM RUSSAS NO CEARÁ” e foi desenvolvido na área da Geografia.

¹⁴⁶ Becker (2012) realizou um estudo exploratório a partir de uma pesquisa bibliográfica e de campo. Entrevistou os principais empresários e membros representantes do setor calçadista brasileiro para identificar as estratégias de reestruturação produtivas e empresariais promovidas nos últimos anos pelo setor calçadista. A autora concluiu que

estudo revelou que as unidades que promoveram a reestruturação produtiva a partir da inovação tecnológica são sempre as mais competitivas.

De acordo com a pesquisa, o salto tecnológico pelo qual as maiores empresas do país atravessaram só pode acontecer na medida em que os investimentos em pesquisas, em qualificação do conhecimento e inovação aconteceram; a autora ainda ressalta que mesmo as maiores indústrias brasileiras, começaram há pouco tempo a desenvolver sua tecnologia. Esse processo tem resultado na automação dos serviços e no nascimento de setores produtivos/organizacionais que não existiam, como é o caso das grandes corporações calçadistas que iniciaram ações voltadas à inteligência de mercado e desenvolvimento de materiais alternativos.

Sobre isso Becker (2012) chama a atenção que desde 1990, com a primeira grande reestruturação, a inovação se deu mais concentrada em partes da produção, havendo permanência da fabricação manual. O setor da produção que mais incorporou mudanças em sua base tecnológica foi o setor de modelagem, que se tornou uma exigência crescente (por sua variedade estética), passou a ter um papel estratégico na produção.

A essência das etapas de fabricação do calçado pouco foi alterada – modelagem, corte, costura, montagem e acabamento ainda são as principais subdivisões do processo fabril. As duas primeiras fases foram as que receberam maior grau de automação, mas a montagem e o acabamento ainda são majoritariamente manuais. Todavia, as principais inovações que diferenciam um calçado do outro não estão na utilização do maquinário, mas sim na criação do processo de design. Os setores envolvidos na produção de design praticamente não existiam antes do processo de reestruturação das empresas brasileiras produtoras de calçados. Salienta-se que esta etapa é a primeira e mais importante de todo processo de fabricação. É ela que determina o valor que será agregado ao produto, pois envolve todo o projeto de criação do calçado, desde o modelo até a discriminação de matéria-prima e dos componentes que serão usados. (BECKER, 2012, p. 154).

Nas indústrias brasileiras o alcance e adesão de tecnologia vêm sendo realizado a partir da tentativa de reestruturação mais moderna possível, apesar disso, quando comparada a outros grandes produtores, verifica-se uma disparidade em termos de modernização. Em razão disto, a ABICALÇADOS (2019) sinaliza que o princípio modernizante deve ser cada vez mais incrementado, desta forma, as diretrizes a fim de desenvolver produtos e serviços mais tecnológicos e lucrativos devem acontecer em três frentes/horizontes, destacando-se a inovação

todas as mudanças estratégicas para melhorar o desempenho das indústrias de calçados que aconteceram e foram influenciadas por fatores empresariais, sistêmicos e estruturais. Seu trabalho foi intitulado: O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO E AS MUDANÇAS DE POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DAS EMPRESAS DA INDÚSTRIA CALÇADISTA BRASILEIRA- NO PERÍODO DE 1991 A 2011” e foi desenvolvido na área de Economia.

como caminho primário para o desenvolvimento dos demais horizontes, seja em curto, médio ou longo prazos:

[...] horizonte 1 representa os produtos e serviços dentro do Core Business atual. Aqui o foco é em aumentar a eficiência. O horizonte 2 inclui oportunidades emergentes e que possivelmente só gerarão lucro no médio prazo. Já no horizonte 3 estão os long shots, projetos de alto risco e com retorno mais demorado. (ABINFORMA, 2020, p. 14).

É importante ressaltar que esse conceito de inovação, inteligência de mercado etc., apesar de ser propagado desde a década de 1990, teve maior fôlego em consequência da crise capitalista enfrentada em 2008, crise que obrigou o mundo capitalista a repensar suas formas de produção (mão de obra, matéria prima, serviços, cadeia de valor etc.). Um exemplo da nova roupagem assumida pelo setor calçadista é a nascente temática de sustentabilidade, que se tornou sinônimo de avanço comercial, emergindo o debate sobre Economia Circular e formas de produção sustentáveis/poupadoras a partir de energias renováveis, ecologia industrial, química verde (ABICALÇADOS, 2019).

Em tempo de sua pesquisa, Becker (2012) verificou que as empresas já estavam planejando o incremento desse tipo de Economia e algumas sinalizavam a utilização de materiais naturais do Brasil (pedras, madeira, sementes etc.) como forma de explorar o conceito de belezas naturais e culturais do país. Atualmente, é possível verificar que tal estratégia tem sido carro chefe das maiores indústrias brasileiras, principalmente em relação às peças que são direcionadas ao exterior.

É importante compreender que isso foi fruto e resposta à crise na busca por recuperação de lucros, não se caracterizando como um movimento espontâneo ou ético do mundo capitalista. Muito pelo contrário, observa-se na análise das falas dos diretores e empresários¹⁴⁷ que compõem o setor, como a transformação das práticas produtivas acontece, em vista de reduzir custos, paralelo ao aumento da competitividade, que tende a cativar clientes utilizando a “imagem” de empresa cidadã.

Tal realidade materializa a crítica feita por Marx (2010), na qual afirmou que não existe ética no capitalismo, sua essência é tão somente o lucro, para tanto, apropria-se de qualquer nicho social. Neste modo de produção tudo que compõe a sociedade e o ambiente é passível de mercadorização.

¹⁴⁷“Repensar o reuso de resíduos tem propiciado a criação de inúmeros negócios inovadores de alta competitividade no mercado. Assim, a adoção de práticas sustentáveis deixa de ser uma opção e passa a ser essencial para as empresas terem redução de custos, ganhos econômicos e tornarem-se competitivas no mercado e até criarem novos negócios.” (ABINFORMA, 2020, p. 19).

Um ponto bastante ascendente desde 1990, que vem paulatinamente se ampliando na agenda dessas empresas, é a ideia de responsabilidade social, ambiental, avanço do terceiro setor graças a ideia de “empresa cidadã”¹⁴⁸. O objetivo desses procedimentos é de vincular a imagem da empresa a fatores positivos, utilizando isto como instrumento de marketing. Um exemplo emblemático deste fenômeno capitalista é que a ABICALÇADOS tem incentivado as maiores indústrias brasileiras a aderirem à “certificação Origem Sustentável”, que tem a finalidade de detalhar (para o consumidor e investidores) a origem da produção de calçados, discriminando a utilização de material sustentável (nas dimensões ambiental, econômica, social e cultural). Essa estratégia tem como diretriz fundamental a ideia de promover a Economia Circular, e para tanto, exige que as indústrias tenham quase um controle total do produto, desde os fornecedores da cadeia de suprimentos às formas de comercialização do produto (ABINFORMA, 2020).

O reuso de resíduos (antes completamente descartados) tem propiciado a criação de inúmeros negócios inovadores de alta competitividade no mercado. Assim, a adoção de práticas “sustentáveis” deixa de ser uma opção e passa a ser essencial para as empresas terem redução de custos, ganhos econômicos e tornarem-se altamente lucrativas no mercado, sobretudo pela imagem de conscientização que promovem junto aos clientes (ABINFORMA, 2020).

A sustentabilidade é um caminho sem volta. Uma pesquisa do Instituto Akatu aponta que, de 2012 a 2018, o número de pessoas que comprou produtos feitos com materiais reciclados aumentou de 29% para 48% no Brasil, sendo que todos esses consumidores costumam buscar informações mais detalhadas sobre as marcas que consomem. Diante dessa realidade, a cadeia coureiro-calçadista vem adotando modelo de produção e até produtos cada vez mais sustentava. (ABINFORMA, 2020, p. 6).

Essas empresas perceberam a importância do novo nicho mercadológico propagado pela ideia de sustentabilidade e compreenderam isso como canal de aumento de vendas e domínio de mercado¹⁴⁹, necessariamente reestruturando as formas de produção dos calçados e gestão de venda dos produtos.

¹⁴⁸ “Além de envolver seu público interno, a empresa incentiva o engajamento de seus fornecedores, tendo lançado recentemente o Código de Conduta Socioambiental para esse público. O grupo tem como meta, até 2021, ter todos os fornecedores certificados pelos programas Origem Sustentável (cadeia de calçados e componentes) e CSCB (couros). Recentemente, a empresa lançou um tênis totalmente sustentável, desenvolvido com fio de poliamida biodegradável, em substituição à fibra sintética. Enquanto a fibra sintética leva décadas para se decompor, o fio de poliamida degradável se decompõe em três anos no aterro sanitário.” (ABINFORMA, 2020, p. 6).

¹⁴⁹ Muitas das argumentações e estratégias mais recentes podem ser encontradas no informativo da associação brasileira das indústrias de calçados lançado mensalmente pela ABICALÇADOS. Na edição de fevereiro de 2020 Ilse Maria Biason Guimarães (Superintendente Assistencial) admite a ideia de empresa sustentável como caminho para permanência no mercado: “[...] em resposta a uma demanda crescente do consumidor, principalmente da geração Z – pessoas nascidas em meados de 1990 até início de 2010. Esse público está mais informado e mais preocupado com a sustentabilidade [...] O fato é que o mercado está mudando, a forma de consumo não será mais

O controle total da cadeia de suprimentos deve ter como objetivo primário poupar custos e maximizar lucros. Desta forma, além das estratégias citadas acima, tem sido cada vez mais crescente o repasse de etapas produtivas das grandes indústrias para pequenos fabricantes, ou mesmo, a manutenção de fabriquetas para abastecer de itens críticos à produção de calçados, sem que a empresa sede seja onerada por isso, a terceirização e subcontratação de serviços têm protagonizado as relações de produção calçadistas.

Há, entretanto uma dimensão que cresce exponencialmente na “guerra” de capitais, a incorporação de uma indústria por outra, que tipifica o que Marx (2010) sinalizou sobre a disposição histórica de acumulação capitalista. Um exemplo bem específico desse fenômeno pode ser demonstrado no trabalho de Reis (2015)¹⁵⁰, ao apresentar estratégia realizada pela Vulcabrás, quando incorporou ao seu capital uma das suas maiores concorrentes, a Azaleia, desnudando a condição de tendência aos monopólios¹⁵¹ a partir da concentração e acumulação de capitais. Juntas formam atualmente o grupo Vulcabrás/Azaleia, responsável por um dos maiores volumes de exportação no país.

Em consequência da turbulência financeira dentro da indústria de calçados, em julho de 2007, a Azaleia foi adquirida por uma de suas principais concorrentes: a Vulcabrás. A Vulcabrás adquiriu 99,74% das ações ordinárias da Azaleia e 26,11% das preferenciais, pagando aproximadamente R\$ 343 milhões pela aquisição. Assim, a Vulcabrás passou a deter 51,28% do capital total da Azaleia. Depois da união das duas empresas, a direção havia dado ênfase à tecnologia de produto (incremento de tecnologias de ponta) e desenvolvimento de novos calçados. (REIS, 2015, p. 55).

Além da reestruturação promovida pela Vulcabrás incorporando a Azaleia, a pesquisa ainda revelou que muitas fábricas distribuídas no NE foram desativadas. Vale destacar que três delas (nos municípios de Lagarto, Ribeirópolis, Carira) presentes no estado de Sergipe encerraram suas atividades e unificaram a produção em Frei Paulo – SE (que em meados de 2019, também foi desativada). Tal medida representa um amplo processo de reestruturação que

a mesma [...]” (ABINFORMA, 2020, p. 6). Como exemplo desse novo mercado no Brasil, exemplifica “[...] *cases* de sucesso a parceria com a marca francesa Veja, que deu origem à Vert, que produz calçados com látex da Amazônia e criou o primeiro tênis de corrida sustentável; e o da Osklen, que trabalha com couro de pirarucu e possui trabalho importante junto a comunidades ribeirinhas para capacitação e geração de renda.” (ABINFORMA, 2020, p. 7).

¹⁵⁰A pesquisa de Reis (2015) trata-se de um estudo de caso da Vulcabrás/Azaleia para compreender a mobilidade de capital da indústria para Sergipe. O autor concluiu que esta empresa adotou estratégias de reestruturação territorial de suas unidades e de controle das relações de trabalho para alcançar grande volume de lucros. Recebeu o título “NA ROTA DOS CALÇADOS: A VULCABRÁS AZALEIA EM SERGIPE. UM ESTUDO DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO” e foi desenvolvido na área da Sociologia.

¹⁵¹“Em consequência da turbulência financeira dentro da indústria de calçados, em julho de 2007, a Azaleia foi adquirida por uma de suas principais concorrentes: a Vulcabrás. A Vulcabrás adquiriu 99,74% das ações ordinárias da Azaleia e 26,11% das preferenciais, pagando aproximadamente R\$ 343 milhões pela aquisição. Assim, a Vulcabrás passou a deter 51,28% do capital total da Azaleia.” (SPÍNOLA, 2008 apud REIS, 2015, p. 56).

impactou no enxugamento de mão de obra e infraestrutura. A pesquisa de Reis (2015) sinalizou que a diretoria do grupo afirmou que todas essas medidas foram fundamentais para a permanência da competitividade internacional da empresa.

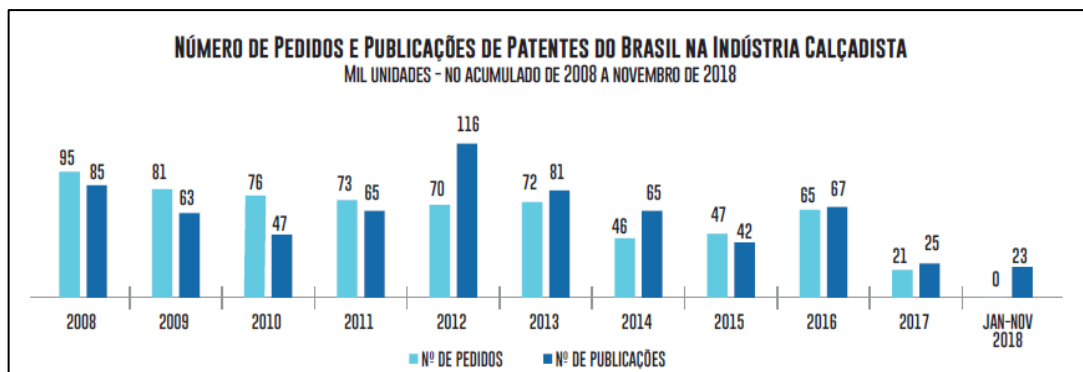
Outra estratégia de inovação refere-se ao depósito ou solicitação de patentes, este pode ser um indicativo do crescimento dinâmico das indústrias calçadistas, bem como de seu avanço tecnológico¹⁵². Segundo o Relatório Setorial da Indústria de calçados (2019), apesar de o Brasil ser atuante na solicitação de patentes, essa dimensão está mais voltada para o mercado interno, tendo alguma amplitude no mercado internacional. Entre os depositantes de patentes mundiais, o Brasil está na 14ª posição, porém em 2019/2020 nenhuma patente brasileira foi depositada. A solicitação de uma patente pode estar vinculada à exclusividade de produção quanto à utilização individual do grupo patenteador às características dos calçados, peças cordões para calçados, máquinas e equipamentos para fabricação, entre outras.

[...] entre 2008 e 2017, destaca-se o incremento da relação de patentes internacionais – registradas em pelo menos dois países simultaneamente - solicitadas por empresas brasileiras, que passou de 3,2%, em 2008, para 14,3%, em 2017, mostrando um crescimento da preocupação de proteger e inserir a inovação no mercado externo. Para a média mundial, a relação foi inversa, passando de 13,1%, em 2018, para 4,4%, em 2017. (RELATÓRIO SETORIAL DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS, 2019, p. 47).

O Relatório Setorial da Indústria de Calçados (2019) indica que o Brasil é o único país na América Latina que tem destaque no segmento e ao todo já depositou 3.662 patentes no intervalo de 30 anos, das quais 2.392 foram de empresas brasileiras (70%) e 83 patentes internacionais (3,4%).

O Gráfico 12 compara 10 anos de número de pedidos e concessão de patentes que somados chegaram à marca de 1.000. É interessante notar que após 2012 os depósitos de patentes foram gradativamente diminuídos até chegar em 2019 sem que nenhuma empresa tenha solicitado ou depositado patentes:

¹⁵²“Desde 1982, o Brasil depositou 2.406 patentes na indústria calçadista, incorporadas nas classificações listadas acima. Nos últimos cinco anos, o país registrou 251 pedidos de patentes, assumindo a 9ª posição no ranking de patenteamento mundial do segmento calçadista, desconsiderando a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO). Do total de patentes registradas pelo Brasil, 97% consideram apenas um único país, predominantemente o próprio Brasil. Isso nos dá indícios de que a preocupação com a proteção é localizada.” (RELATÓRIO SETORIAL DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS, 2019, p. 47).

Gráfico 12 – Número de pedidos e publicações de patentes do Brasil na indústria calçadista

Fonte: Relatório Setorial da Indústria de Calçados (2019).

O protagonismo no depósito de patentes é fundamental para o alcance do mercado externo e fidelização do mercado interno. De modo que, visualiza-se uma constante em torno da proteção ao mercado interno, sobretudo porque a alta guerra entre os capitalistas tem apresentado práticas de pirataria e o dumping (PEREIRA JÚNIOR 2015; MENDES JÚNIOR; XIMENES, 2018). Tal problemática vem ascendendo (sobretudo) desde os anos 2000 em escala mundial, em território nacional destacam-se fabriquetas clandestinas no NE que têm ampliado as questões da pirataria.

Os trabalhos de Becker (2012), Alencar (2014), Almeida (2011)¹⁵³ e Melo (2009) revelaram que a pirataria é uma das questões mais problemáticas enfrentadas pela indústria brasileira de calçados, esta vem combatendo tais práticas a partir de investimentos em qualidade e diferenciação de produtos de maneira que seja possível minimizar os prejuízos recorrentes dessas atividades clandestinas. A pesquisa de Melo (2009) aborda que grandes indústrias, como a Grendene/S.A., são as mais atingidas e combatem essas práticas em nível nacional e internacional (pleiteando junto ao Estado medidas fiscais e fiscalizadoras mais incisivas para impedir a entrada de produtos que não cumprem as leis orçamentárias).

Há muitos produtos substitutos aos produtos Grendene disponíveis no mercado, principalmente artigos pirateados, advindos não só dos Tigres Asiáticos e da China, mas também de Crato, Ceará. A Grendene S/A identifica como substitutos de sandálias manufaturadas por um processo de imitação ou reprodução das sandálias Grendene, as quais ameaçam, diretamente, o mercado interno, à medida que os consumidores passam a verificar a relação preço x desempenho do substituto,

¹⁵³ Almeida (2011) realizou um estudo de caso com 51 fábricas calçadistas informais (que empregam de 1 a 18 sapateiros) em bairros periféricos de Campina Grande. A pesquisa apresenta o nascimento e as estratégias de sobrevivência dessas pequenas fábricas frente ao processo de mudança de paradigma internacional produtivo do setor. A autora identificou que os sapateiros responsáveis pelas fabriquetas permanecem em Campina Grande (mesmo sem inovação tecnologia ou de gestão organizacional) graças aos pedidos demandados pelas grandes empresas que terceirizam seus serviços, a prática de exploração do trabalho e abastecimento a baixo custo de feiras locais. O título do trabalho é “RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO CONTEXTO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS INFORMAIS DE CAMPINA GRANDE” e foi desenvolvido na área de Geografia.

reduzindo, assim, os seus lucros. São, sobretudo, compradores do mercado interno, pelo fato de pertencerem às diferentes classes sociais, e, como natural, as de menor poder aquisitivo são as que mais buscam diminuir gastos, procurando, então, consumir artigos mais baratos. (MELO, 2009, p. 95).

Para algumas empresas o design e gerenciamento de marcas vêm sendo foco de ações no Brasil, já que, até os anos 2000 o país não tinha protagonismo e as diferenciações nestas etapas tornaram-se determinantes (inclusive contra a pirataria).

Reis (2015) em sua pesquisa exemplificou como a estratégia de criação da marca Olympikus pela Azaleia impulsionou a indústria ao protagonismo nacional. O desenvolvimento de tecnologia para produtos de alta performance (demandado por produtos esportivos como é o caso da marca em questão) e altos investimentos em campanhas de marketing têm projetado e alavancado a empresa em território nacional e em alguns mercados internacionais.

Azaleia teve que realizar diversos investimentos em tecnologia, gestão e marketing. A empresa, durante os quatro primeiros anos da década de 1990, teve que desenvolver a musculatura de sua estrutura industrial para superar a defasagem tecnológica e localizar novas fontes de suprimento (PINTO, CASTRO, 2008). A indústria de calçados da Azaleia teve também que se adequar aos novos processos de produção. Dentro do mundo movido pela mercadoria, ou as grandes indústrias se enquadram dentro dos novos parâmetros de acumulação de capital ou então estão fadadas a falirem (CHESNAIS, 1996). Assim, várias técnicas de produção japonesa foram incorporadas à empresa, além do uso abusivo da publicidade que passou a ser a grande portadora dos anúncios de calçados. Nesse período a produção e comercialização do tênis Olympikus deu um salto quantitativo, por conta do marketing que a Azaleia utilizou com o patrocínio da seleção brasileira de vôlei que havia acabado de se tornar campeã olímpica [...] a Azaleia passou a ganhar visibilidade em todo país e também fora do território nacional. (REIS, 2015, p. 52).

O pioneirismo desse grupo tem resultado no crescimento do maior centro tecnológico do Brasil (em Parobé, Rio Grande do Sul), específico para a criação de calçados a serem patenteados desenvolvendo inclusive engenharia de processos e produção (REIS, 2015).

Já Almeida (2011) ao pesquisar os processos de inovação produtivos das fábricas calçadistas em Campina Grande-PB, verificou que apesar de inserir em alguma medida tecnologia, esta se expressa num hibridismo do padrão produtivo fordista e organização toyotista:

As indústrias calçadistas formais de Campina Grande possuem seu processo produtivo calcado em parte no modelo fordista e também seguindo a contemporaneidade da estrutura produtiva moderna do modelo flexível [...] capaz de perpetrar grande quantidade de produtos padronizado, porém sem flexibilidade para rápidas alterações [...] (ALMEIDA, 2011, p. 45).

De forma semelhante, Alencar (2014, p.80), ao estudar as estratégias produtivas empregadas no Ceará, revelou como se processa de forma engessada a dinâmica de fabricação das unidades da Dakota em Russas-CE. Segundo ele, existe “[...] uma rígida disciplina, determinada pelo tempo da esteira, que exige do trabalhador grande atenção, eficiência e rapidez para que dê conta do ritmo do processo de trabalho, respeitando a divisão da fábrica em setores.” Pari passu a essa moldura produtiva, a fragmentação tipicamente toyotista é eminente, de tal forma, que a organização e fabricação de cada um dos calçados se assemelham a um conjunto de fábricas independentes (dentro de um mesmo espaço), cada uma delas obedece uma lógica hierárquica segundo o tipo de sapato produzido servindo à linha de montagem maior:

[...] “fábricas” nada mais são do que partes fragmentadas de uma linha de montagem maior. Ao invés de uma, se utilizam dez esteiras e cada seção dispõe de todas as condições necessárias para a elaboração do produto final. Esse procedimento facilita que supervisores, contra-mestres e auxiliares de fiscalização imponham mais efetivamente o compromisso da produtividade desejada, sem falar que, do ponto de vista do controle geral da produção, as metas e o trabalho ganham em flexibilidade, combinando elementos do kanban e do fordismo clássico. (PEREIRA JÚNIOR, 2011 apud ALENCAR, 2014, p. 78).

Para Almeida (2011), a indústria que não privilegia estratégias de incremento tecnológico compensa a ausência desse mecanismo inovando em estratégias de gestão, que promovem produtividade e agregação de valor em produtos que têm fabricação manual.

Apesar da indústria calçadista não apresentar intenso desenvolvimento de novas tecnologias, nas últimas décadas, destaca-se a microeletrônica incorporada sob forma de máquinas e sistemas computadorizados [...] Outrossim na indústria calçadista, a substituição de couro por outros insumos (policloreto de vinila e o poliuretano) vem produzindo mudanças no processo produtivo o que exige novos tipos de conhecimento para incorporação de modernos equipamentos e sistemas de produção, como injeção de plástico para solados, novas práticas de design do produto. (ALMEIDA, 2011, p. 49-50).

Desta forma, os autores Reis (2015), Melo (2009), Becker (2011), Alencar (2014) e Almeida (2011) concordam que uma empresa se torna competitiva na medida em que avança em tecnologia.

A competitividade se expressa pela competência da empresa em produzir bens com maior eficiência do que os concorrentes em termos de qualidade, produtividade, preço e tecnologia. Tais características são alcançadas por meio de diferentes tipos de conhecimento, proveniente de várias fontes, como as descobertas da ciência e da tecnologia, criação de patentes, edição de livros, com diferentes métodos, tais como a pesquisa, o desenvolvimento e a especialização. (MELO, 2009, p. 13).

Para além disso, compreender a cadeia de valor como um todo é determinante para o processo de controle, gestão (clientes, fornecedores, concorrentes) e alcance de lucros. As maiores empresas do Brasil têm demonstrado controle e conhecimento sobre os concorrentes e atestado o equilíbrio entre eles. Somado a isso, estabelecem grandes estratégias visando aumentar a capacidade de lucros e diminuição de custos¹⁵⁴.

O Relatório Setorial da Indústria de Calçados demonstrou que um dado importante na análise do avanço do setor em termos de tecnologia e produtividade (elemento não abordado diretamente nos trabalhos) é o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), pois demonstra a habilidade média produtiva das máquinas e equipamentos presentes nas indústrias. Em 2019 a média geral chegou a 76,0 %, isso indica uma retração NUCI das indústrias brasileiras, já que a média histórica é de no mínimo 85%.

Se o intuito de modernizar processos de trabalho e produtos vem da busca pelo aumento no índice de competitividade¹⁵⁵, é importante notar que o desempenho do Brasil vem apresentando queda no comércio; neste sentido, de “[...] 11º lugar em 2013 e 2014, caiu para o 13º lugar em 2015 e 2016, e recuperou uma colocação no último ano observado, assumindo a 12ª posição.” (RELATÓRIO SETORIAL INDÚSTRIA DE CALÇADOS, 2019, p. 39).

Um dos fatores que tem contribuído para a queda do NUCI pode se referir à permanência de algumas práticas produtivas mais mecanizadas ou mesmo artesanais. Na contramão do processo que vem tomando a indústria calçadista mundial, *pari passu* à modernização de

¹⁵⁴ “É essencial proceder à análise das cinco forças competitivas, que influenciam a concorrência e a rentabilidade da indústria mencionadas anteriormente: a força dos concorrentes atuais e entrantes, a ameaça de substituição do produto, a força dos compradores, a força dos fornecedores e a rivalidade entre os concorrentes atuais. Em resumo, para que possa formular e implementar suas estratégias adequadamente, uma empresa deve colher e analisar informações sobre uma diversidade de variáveis, mercados, clientes, tecnologia, finanças mundiais, economia mundial em fase de transição. A estratégia eficaz também racionaliza a intenção e missão estratégica da empresa, bem como o que será feito para alcançá-la. Uma estratégia formulada com eficácia ordena, integra e alocar recursos, capacidades e competências da empresa para que se possa enfrentar com êxito o seu ambiente externo.” (MELO, 2009, p. 44-45).

¹⁵⁵ Esse índice representa o ranking de países mais competitivos de um dado setor e avalia o desempenho competitivo de cada um. “A mensuração aplicada varia de 0 a 100 [...] O resultado considera a análise de 188 países. Os subíndices para avaliação são [...]. Tamanho de Mercado: representa as exportações mundiais de calçados do país em valor (US\$). Saldo Comercial: representa o saldo comercial de calçados do país, ou seja, a diferença entre o total das exportações e importações de calçados em valor (US\$). Dinamismo: representa a média entre os indicadores da taxa de crescimento das exportações de calçados e a variação das exportações de calçados do país (US\$). Desconcentração de Mercado: composto pela concentração das exportações de calçados do país nos três principais destinos, sobre o total exportado por ele. Market-Share e Especialização (IVCR): representa a média entre o número índice da participação dos calçados na pauta exportadora do país (*market-share*) e o IVCR, que é a relação entre a participação do setor nas exportações do país frente à mundial. Preço Médio: representa a média entre os indicadores de preço médio (US\$/Kg) das exportações de calçados do país e sua taxa de crescimento. Quantidade de Mercados: representa o número de mercados para os quais o país exportou.” (RELATÓRIO SETORIAL DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS, 2019, p. 39, grifos do autor).

algumas etapas produtivas, a pesquisa de Melo (2009) revelou que a Grendene, mesmo sendo uma das maiores do ramo, permanece com alguns processos produtivos não automatizados:

[...] O que é paradoxal é que, não obstante o avanço tecnológico, a Grendene S/A adota para a manufatura dos seus produtos os equipamentos CAD, empregando, na etapa de corte, facas e balancins, o que corresponde a um processo nitidamente tradicional, visto que os processos modernos utilizam corte a ou jato d'água. (MELO, 2009, p. 99).

Apesar disto, métodos pouco tecnológicos não são predominantes nas grandes indústrias. A pesquisa de Almeida (2011) apresentou que as práticas de produção de calçados tradicionais/artesanais são comuns em pequenas fábricas e sobretudo em fábricas informais. Ao estudar diversas fabriquetas, verificou a semelhança entre as manufaturas típicas do passado da atividade, organizadas como circuito inferior da economia¹⁵⁶, em Campina Grande, na Paraíba. A pesquisa demonstra o nascimento e continuidade de algumas fabriquetas na cidade e como tornaram-se informais graças à chegada das grandes indústrias.

A mundialização do capital tornou estes artesãos/sapateiros independentes em reféns do processo de mudança de paradigma produtivo internacional, tornando estes trabalhadores parte da estratégia de terceirização e barateamento de produção/ serviços para as grandes indústrias. A estratégia poupadora desse arranjo consiste basicamente na produção via “Fabricão”¹⁵⁷, que reúne massivo número de operários/sapateiros e solicitação de trabalhos em “gangorras”¹⁵⁸. Essa relação se baseia numa demanda de pedidos flexíveis e oscilatórios, de forma que estes trabalhadores ora atendem grande volume produtivo, ora não recebem pedido algum.

Essas pequenas indústrias enfrentam dificuldades quanto à inovação de equipamentos, geralmente se valem do uso de maquinário usado e ultrapassadas o que interfere diretamente no volume da produção, na demanda/tempo/esforço de mão de obra e somado a isso, não contam com mão de obra qualificada para conserto e manutenção de equipamentos e máquinas, o que, por vezes emperra a produção. A autora relata que as diferenças de produção de parte dos calçados variam de 30 segundos (com auxílio de tecnologia de ponta) e o mesmo processo

¹⁵⁶ A autora trata “circuito inferior da economia” para sinalizar a diferença de posicionamento espacial entre as indústrias formais e informais de Campina Grande. Almeida (2011, p.54) sinaliza que as fábricas informais estão em lugares marginais da cidade e afirma que é o “[...] lugar em que o processo produtivo encontra-se à margem da sociedade, onde ocorrem relações de trabalho clandestinas, as quais permitem o exercício de tarefas daqueles que estão inseridos na economia informal.”

¹⁵⁷ Galpão que reúne diversos trabalhadores informais em bairros periféricos de Campina Grande, para Almeida (2011) o “Fabricão” representa a essência de toda informalidade, tanto em termos de relações de trabalho quanto a infraestrutura do local.

¹⁵⁸ Trata-se de uma nomenclatura informal dada aos tipos de trabalho realizados em Campina Grande, oriundo de pequenas oficinas chamadas de “gangorra” em razão das oscilações de pedidos e faturamentos com os sapatos, muito altos ou muito baixos (ALMEIDA, 2011).

sem essa tecnologia chega a 40 minutos, em contrapartida o custo com o sapateiro do “Fabricação” é (muito) inferior ao das indústrias formais. O agravante desse contexto é a baixa condição de infraestrutura que afeta diretamente não só a produtividade como o trabalhador:

[...] nas indústrias informais analisadas constituem, um processo de trabalho intensivo em mão de obra, que conserva elevado conteúdo manual no processo produtivo e muitos sapateiros aprendem as funções nas próprias fábricas [...] os materiais de segurança utilizados pelos funcionários da indústria são mínimos ou inexistentes [...] onde o trabalhador estará totalmente à margem da lei e de seus direitos [...] as micro e pequenas fábricas localizam-se em pequenos espaços, seja na casa dos donos, seja em galpões ou casas alugadas [...] a maioria das fábricas em estudo apresenta estrutura física e maquinaria obsoleta. (ALMEIDA, 2011, p. 63-64).

Ao demonstrar os dois circuitos da economia urbana (formado pela indústria formal e pelas fábricas informais) de Campina Grande, Almeida (2011) sinaliza que a estratégia de sobreposição de uma empresa maior sobre outras menores é crescente na região, o que tem sido determinante para o barateamento da produção das grandes indústrias nacionais¹⁵⁹. Essas economias periféricas têm papel determinante no fornecimento de insumos para as grandes empresas, estas com produção e infraestrutura dinâmica e potencial de internacionalização serão responsáveis pela projeção dos calçados nacionais no exterior, auferindo lucros com baixo custo por arranjos de fábricas locais precarizados.

As mudanças na forma de comercializar calçados estão alinhadas a dinâmica do capital externo, assim, o volume de importações e exportações é um termômetro importante para avaliação do desempenho do setor e está estritamente sob a tutela das grandes indústrias.

Como já apresentado, a crise mais recente, em 2008, transformou significativamente a produção e gestão comercial do setor calçadista no Brasil e reduziu¹⁶⁰ consideravelmente as exportações que eram massivamente feitas para os EUA. A dinâmica macroeconômica tem interferido diretamente nos processos microeconômicos como esses circuitos informais em Campina Grande.

Em suma, se em 1990 o panorama era de (majoritariamente) competir, atualmente o setor brasileiro tem o pilar de estratégico representar e defender o setor da liberalização econômica, desenvolvendo avanços tecnológicos e organizacionais e a promoção da imagem

¹⁵⁹ A produção do “Fabricação” fornece parte dos insumos a grandes indústrias e abastece feiras e comércios locais.

¹⁶⁰ Esta redução foi causada pela forte crise econômica mundial, ocorrida em 2008, afetando a demanda dos principais países consumidores dos calçados brasileiros, como Estados Unidos e União Europeia, entre outros. Além deste, outro fator que pode ter colaborado para essa diminuição é a concorrência cada vez mais intensa dos países asiáticos, que, com o desenvolvimento de novos produtos e materiais, combinado aos baixos custos de mão de obra, tem cada vez mais o domínio mundial desses mercados. (ZINGANO; OLIVEIRA, 2014, p. 299).

dos calçados brasileiros para o capital externo (ABICALÇADOS, 2019). Para Melo (2009) isso significa que:

Num ambiente de concorrência global, as empresas, cada vez mais, encontram no mercado um maior número de concorrentes. Então, para obter vantagens frente a essa concorrência, é preciso aumentar a produtividade, ser eficiente, dinâmico, original, acrescentar o cliente no processo de desenvolvimento do produto, e diferenciar-se, apresentando novos produtos ou agentes complementadores à cadeia produtiva. Essas características são possíveis de alcançar com um planejamento estratégico. Na verdade, cada vez mais, no âmbito do processo de internacionalização, se exige conscientização das empresas a respeito das relações e inter-relações entre os agentes da cadeia, sendo imprescindível visualizar a cadeia produtiva sob múltiplas perspectivas, observando as suas ações e as de todos os demais participantes. Sob esta ótica, o binômio cooperação x competição torna-se relevante, isto é, as empresas continuam disputando o mesmo mercado, mas passam a cooperar em iniciativas que permitem ganhos mútuos, como consórcios de exportação, feiras, consórcios de importação e compartilhamento de fretes de despesas. (MELO, 2009, p. 14).

Já Becker (2012) afirma que a competitividade deve estar amplamente associada a cinco fatores: conhecimento inter-regional, regime tecnológico, coevolução dos sistemas nacionais e setoriais e coevolução do sistema regional, em que pese a permanente metamorfose das estratégias do setor. De forma geral, a pesquisa dessa autora sinalizou que as indústrias têm em comum o objetivo de atingir competitividade, mas que, não há necessariamente um padrão de adoção de estratégias, cada uma adequa-se ao objetivo fim da empresa.

Sendo essa a característica comum entre as indústrias, a fim de alcançar competitividade internacional, a ABICALÇADOS e seus associados têm desenvolvido projetos que ampliam o potencial tecnológico das empresas brasileiras, um exemplo disso é o *Future Footwear*¹⁶¹ que pretende lançar novos produtos no mercado, desenvolver novos processos de produção e novos modelos de negócios com fim de difundir a produção brasileira a um novo patamar internacional; outro é o SOLA¹⁶² que espera automatizar e agilizar investimentos pela visualização completa da cadeia de suprimentos do setor e reduzir tempo de procedimentos produtivos e de serviços (embarque de mercadoria, estoque, descarregamento etc.), além da

¹⁶¹ Segundo o Relatório anual de atividades (2019, p. 15) esse projeto é resultado da união das maiores entidades da cadeia de couro e calçados brasileira e trata-se de “[...] é um programa que tem o objetivo de revolucionar a forma de produção da atividade, colocando o Brasil como uma referência internacional do setor. O programa atua em três pilares essenciais, que visam a criação de novos produtos, altamente tecnológicos e conectados com as necessidades do mercado; novos processos de produção, com a maior inserção da robótica no chão de fábrica; e novos modelos de negócios, cada vez mais ligados com as tecnologias da informação.”

¹⁶² Já esse projeto se trata de “[...] um conjunto de elementos que trabalham de forma interdependente com um propósito comum. Assim, o programa difunde regras de negócio com padronização para automatizar os processos e viabilizar a integração da cadeia produtiva: suprimentos, indústria de bens de consumo e varejo. Os processos automatizados geram registro das informações com exatidão e em tempo real (entrada e saída de mercadorias na expedição, estoque, embarque e realizar inventário), o que permite que os gestores monitorem os negócios e tenham autonomia e poder na tomada de decisões de maneira rápida, pois se eliminam contagens manuais que podem incorrer em inconsistências, desvios e perdas.” (RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES, 2019, p. 15).

busca ampla pela atualização tecnológica da Indústria 4.0 no setor calçadista (ABICALÇADOS, 2019).

Para além disso, a ABICALÇADOS tem direcionado constantemente a alteração organizacional de suas associadas. É importante pensa-la de forma objetiva, realizada através de mecanismos explícitos que organizam estratégias fundamentais à demanda internacional, o que representa uma “[...] mudança na maneira pela qual a organização desenha e administra seus processos e, o que é mais importante, uma forma diferente de organizar seus métodos de produção de bens e serviços” (FRANCISCHIN; AZEVEDO, 2003, p. 259), ou seja, a alteração não está ligada apenas à gestão de pessoas, mas também às formas de regulação do produto (comercialização, circulação, marketing etc.) tudo feito de forma cada vez mais especializada e fragmentada; além dos desenhos organizacionais pensados para o controle de pessoas. Essas duas frentes de gestão (de pessoas e serviços) têm lugar fundamental nas estratégias toyotistas.

O toyotismo na cadeia calçadista tem destaque como aparato de controle flexível, mas se une a formas de produção e ritmos de trabalho tipicamente fordistas (é o caso da permanência de esteiras nas fábricas e indústrias de calçados) aliado ao controle de um trabalhador sobre outro. Pereira Júnior (2015) exemplifica a complexa relação de ruptura e continuidade nos processos de trabalho do setor a partir do exemplo das grandes indústrias do Sudeste:

Ao falarmos de inovações tecnológicas que movimentam sistemas organizacionais menos verticalizados, não estamos afirmando que os maiores investimentos da indústria calçadista de São Paulo tenham efetivado uma especialização produtiva baseada plenamente na flexibilização de modelos toyotistas; nem defendendo a tese de que a produção calçadista se aproximou de estratégias de cooperação produtiva e territorial ao estilo da Terceira Itália. Pelo contrário: os esquemas implantados por essas grandes e médias empresas nos “novos territórios da produção de calçados” não dispensou a produção em massa realizada em grandes galpões diretamente inter-relacionados, mesmo que em determinadas ocasiões, círculos de controle de qualidade nas etapas de costura dos calçados fossem utilizados. O sistema de produção das fábricas instaladas nesses estados continua sendo marcado pela concentração de trabalhadores em linhas de produção organizadas de maneira verticalizada, no estilo dos sistemas organizacionais de característica taylorista/fordista, com a necessidade de trabalho intensivo no processo de produção. (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 173).

A questão organizacional implica num controle quase total do processo, isso indica que as indústrias têm se especializado cada vez mais em controlar cada etapa de seus produtos dentro e fora da fábrica. A globalização e o avanço da telecomunicação fizeram os mercados se integrarem cada vez mais e tornaram possível a venda/compra por mecanismos cada vez mais modernos, a ideia é que as indústrias estejam integradas com a inteligência de mercado.

A pesquisa de Alencar (2014) demonstra bem esse processo ao analisar o sistema produtivo e organizacional da Dakota em Russas:

[...] ao desenvolver o processo produtivo de calçados em russas, a Dakota demonstrava seu caráter moderno na fabricação de mercadorias, envolvendo inúmeras outras empresas com objetivos específicos para cada etapa da produção, atuando segundo um modelo de forte hierarquização e controle de todo o processo produtivo. No caso de Russas, podemos identificar a presença da Wilaplast e Dalukri como bons exemplos de fábricas fornecedoras e subsidiárias a produção de calçados que seguiram o movimento feito pela Dakota. Elas já eram responsáveis por parte do processo produtivo de calçados das unidades da Dakota no Rio Grande do Sul no início da década de 1990 e com a mudança da grande unidade produtiva, acompanharam o deslocamento da empresa contratante [...]. A mercadoria produzida por essas empresas, com exceção dos saltos e cepas, também é fabricada no interior da Dakota Russas. No entanto, a empresa foi diminuindo gradativamente a fabricação desses produtos em seus galpões, descentralizando a produção para as empresas subcontratadas, priorizando cada calçado vez mais a montagem do calçado [...] desse modo, temos uma parcela do processo produtivo comandado pela Dakota que envolve fábricas localizadas em bairros da cidade e faz movimentar um circuito de trocas de componentes, matérias-primas e mercadorias. Dakota Russas, Wilaplast, Fênix palmilhas e com-pé trocam palmilhas, solados, fivelas etc., numa dinâmica de produção industrial que impõe um ritmo para o movimento do espaço urbano. cidade e indústria compõem um par articulado para a eficácia do processo produtivo industrial. (ALENCAR, 2014, p. 61).

A alta fragmentação do processo produtivo é uma marca da reestruturação produtiva, tal setorização implica, segundo a pesquisa, numa movimentação de outra série de serviços da cadeia calçadista. A pesquisa revelou que pari passu ao controle da cadeia produtiva diretamente ligada aos calçados, existe o controle de serviços que não compõem diretamente o processo produtivo no interior da fábrica, são em alguma medida, controlados pela gestão da indústria como transporte, refeição, empresas de fornecimento de fardamento, limpeza etc. Isso se revela na fala do diretor entrevistado por Alencar (2014).

Ao ser questionado se há uma preferência por empresas menores, o diretor de projetos da Dakota nos informou que essa é uma política gerencial da empresa, visto que assim eles detêm o controle do ritmo e do preço do serviço ofertados por outras companhias. Elas são subcontratadas, mas acabam operando como se fossem uma empresa subsidiária. Por conta do alto volume dos pedidos, elas se tornam reféns dos contratos estabelecidos pela Dakota. O mesmo diretor afirma que assim eles não perdem o controle do processo produtivo, além de poder estabelecer o quanto será pago por cada serviço. Desta forma, a unidade da Dakota em Russas arregimenta e cria um mercado de serviços prestados por empresas diversas, atrelando-as a uma lógica de produção industrial totalmente centralizada, sem margem para qualquer concorrência entre elas. (ALENCAR, 2014, p. 65).

Ademais, a pesquisa verificou a manutenção de atividades de gestão localizadas apenas no Sul do Brasil e no Ceará, concentram atividade propriamente ligada à fabricação e montagem de calçados.

[...] produzir têm como ponto de partida a matriz administrativa do Rio Grande do Sul. No caso da Dakota, apesar da atual concentração das atividades produtivas no estado do Ceará, as ordens de como, quando e quanto produzir têm como ponto de partida a matriz administrativa do Rio Grande do Sul. Assim, é no Sul do país que tem início o processo produtivo da empresa. É ainda nesta região que encontramos os centros de pesquisas, de moda e tecnologia (ALMEIDA, 2009), reafirmando a hierarquia da divisão do trabalho da Dakota. Ao Ceará [...] se destina a fabricação do calçado segundo as normas advindas da matriz, “respeitando as normas especificadas no pedido, tudo conectado em rede, graças aos atuais sistemas de informação que garantem a fluidez da produção no território.” (ALMEIDA, 2009 apud ALENCAR, 2014, p. 66).

Outra estratégia de controle de produto e gestão de inteligência de mercado refere-se à propagação da “imagem” do produto, com altos investimentos em marketing. A pesquisa de Becker (2012) revelou que o marketing e a interligação com cadeias econômicas responsáveis pela imagem de marcas das empresas iniciam partir da década de 2000. O estabelecimento da ponte entre setor de calçados e economias afins é tão grande que para lançar produtos, as empresas realizam estudo de mercado nacional estabelecendo interação com setores têxtil, de joias, e até cosmético, tudo isso para estar alinhada à moda e coleção de acordo com a estação, de forma que os consumidores criem uma identificação geral com os “lançamentos de temporada”.

A imagem da marca quando vendida para o exterior lança o calçado brasileiro, explorando paleta de cores diversificadas e vibrantes (se tornou a marca do país). Simultaneamente a essa característica dos calçados brasileiros, a autora sinaliza que as grandes indústrias têm tentado alinhar-se à demanda de países que não têm moda e funcionalidade compatíveis com os produtos brasileiros (por exemplo países frios e com estações variadas). A ideia é desenvolver design e qualidade que se adequem a uma demanda universal, assim, a principal estratégia que a autora observou foi que, após a consolidação da marca no cenário nacional, as empresas tendem a disputar internacionalmente. Becker (2012) destaca, ao analisar tais estratégias, que as empresas têm investido na diferenciação de produto e consolidação de marca:

[...] mais de 90% das empresas pesquisadas desenvolveram um novo tipo de produto ou melhorias nos já existentes e privilegiam para isso, estratégias inovadoras, e mais 80% desenvolveram um novo projeto cujo principal setor beneficiado foi o responsável pela P&D. Outrossim, os maiores investimentos realizados por essa indústria encontram-se nas áreas relacionadas a pesquisa de tendência de mercado, de P7D interna e de aquisição de máquinas e equipamentos. Em relação ao setor de design, a maioria das empresas pesquisadas consideram que ele é consistente. (BECKER, 2012, p. 154).

Além disso, Becker (2012) sinalizou que a forma como estes produtos passaram a ser comercializados vem paulatinamente se transformando:

[...] os especialistas na área consideram que houve intensa transformação. Boa parte dos calçados exportados já são desenvolvidos nas indústrias nacionais. Dessa forma o modelo de negócio existente nas décadas de 70, 80 e início dos anos 90, cujo design dos produtos eram determinados pelos grandes compradores internacionais praticamente não é mais utilizado. Além disso, algumas grandes empresas conseguiram se consolidar no mercado internacional, inclusive com instalação de lojas da própria marca [...]. No entanto, segundo a Assintecal, não são todas as empresas que conseguem ou devem investir em lojas próprias ou na consolidação internacional da marca do seu calçado, pois não há mercado suficiente para que todas se tornem independentes. (BECKER, 2012, p. 120).

Já Melo (2009) afirma que a estratégia mais eficiente adotada pelas grandes indústrias é o desenvolvimento de portfólios¹⁶³ e são as empresas que se utilizam deste mecanismo que alcançam espaço no exterior.

Em meados de 1990 e anos 2000 um dos maiores veículos de exibição de marca ou da empresa era a TV aberta, sobretudo em parceria com artistas. Por exemplo, a estratégia relatada por Melo (2009, p. 92) usada pela Grendene S/A que realizou “[...] parcerias com estrelas nacionais e internacionais, como Falcão, Romário, Gustavo Kuerten, as modelos Cláudia Schiffer, Gisele Bündchen, Adriane Galisteu, dentre outras, implementando uma estratégia denotadamente agressiva.” Ou mesmo a Vulcabras/Azaleia, que vem paulatinamente investindo no marketing de seus produtos esportivos e femininos:

[...] em 2002 fechou contrato com o tenista [Gustavo Kuerten (o Guga)] Aproveitando então o aumento de pessoas que começaram a praticar tênis no Brasil, a empresa colocou a marca Olympikus de tênis para ser uma das mais vendidas no mundo [...] cuja marca significou a estreia da empresa no licenciamento com celebridades. A escolhida para a parceria foi a atriz Grazielli Massafera. O resultado obtido foi além do esperado, vendendo 80 mil unidades da sandália. (REIS, 2015, p. 54-55).

Atualmente a propagação da imagem e portfólio de produtos é realizada a partir das mídias sociais, este instrumento representa um canal de disseminação comercial do produto e tem impacto significativo nas vendas no século XXI. O marketing tornou-se um elemento fundamental nas alterações promovidas para vendas entre varejo e atacado. Se nos anos 2000

¹⁶³“O início da década de 70 caracteriza-se pelo surgimento de técnicas denominadas de negócios ou de produtos. Este consiste no reconhecimento de um conjunto de atributos, tais como participação de mercado, taxa de crescimento, lucratividade e volume de vendas, elementos associados a produtos e mercados, chamados por Oliveira (2001) de entidades. Para esse autor, a partir desse banco de dados, é possível aplicar alguma técnica de otimização de sofisticação variada, visando obter o ideal, concebido como o portfólio subconjunto de entidades capaz de maximizar ou atender a um ou mais objetivos fixados pelos administradores da empresa.” (MELO, 2009, p. 34).

as propagandas exibidas em canais de TV aberta, com contratação de artista, eram o principal mecanismo de venda, com a entrada das redes sociais a divulgação passa a ser mais interativa com os possíveis clientes e investidores.

Plataformas como Instagram, Facebook, Snapchat, propagandas no Youtube, são imprescindíveis às empresas que querem a dianteira nas vendas e consolidação da imagem de uma empresa, marca ou produto. As/os *digitais influencers*, blogueiras¹⁶⁴ têm sido também alvo de promoção de marcas, já que, têm alcance de milhões de pessoas e baixo custo (se comparado com o valor de propagandas em TV aberta e contratação de artistas).

Outro mecanismo de divulgação (mais de venda em atacado) pode ser visualizado na promoção de feiras para comercialização de toda cadeia produtiva, incluindo maquinário. A ABICALÇADOS anualmente promove essas feiras que buscam ampliar a visibilidade dos produtos e alcançar novos investidores¹⁶⁵ e avanço de projetos de internacionalização da indústria, como o *Brazilian Footwear*. Segundo o Relatório de Atividades da Indústria Calçadista (2019, p. 51), a feira promovida pela ABICALÇADOS em 2019 gerou mais de “[...] US\$ 153 milhões em negócios para 70 empresas em 2019. Entre participações em feiras e missões comerciais, os calçadistas brasileiros contabilizaram vendas na ordem de US\$ 42 milhões in loco, com a expectativa de alcançar outros US\$ 111 milhões nos meses seguintes.”.

Estratégias como inovação tecnológica e organizacional são extremamente importantes para o desempenho do setor calçadista, mas não se resumem a estas. Sobretudo a partir de 1990, estratégias institucionais vinculadas a ações governamentais têm sido uma prática decisiva para as ações das empresas, a concessão de benefícios para indústrias promovidas pelos estados de NE representa um dos pilares impulsionadores da economia calçadista e do seu deslocamento para a região. A busca por parcerias público/ privado é decisiva para a redução de custos e aumento de lucros. Essas parcerias implicam na objetivação de diminuição dos impostos, alterações tarifárias para produtos importados, a exoneração de encargos trabalhistas, desburocratização de processos etc. É sobre estas estratégias que o próximo item se dedicará.

¹⁶⁴ Em 2019 a ABICALÇADOS junto aos parceiros lançou o *Digital Influencer Project* – DIP, que basicamente consistiu na contratação de influenciadoras digitais norte-americanas com fim de promover as marcas brasileiras para os Estados Unidos, mercado-alvo do projeto.

¹⁶⁵ No ano de 2019 a maior feira do setor aconteceu em Gramado/RS e teve (entre outros) como foco ampliar a movimentação comercial para Peru e Colômbia “[...] os projetos de promoção comercial e de imagem promovidos pelo Brazilian Footwear, programa de apoio às exportações de calçados mantido pela Abicalçados em conjunto com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), devem gerar US\$ 920 mil e ganhos de imagem no mercado peruano” (ABICALÇADOS, 2019, p. 53).

4.4.1 Estratégia competitiva: Reestruturação Espacial

A reestruturação espacial ou territorial é uma característica marcante da indústria calçadista, que tem caráter extremamente nômade (NAVARRO, 2004). A ideia é a fragmentação geográfica e produtiva a fim de racionalizar custos e aumentar lucros, isso feito basicamente pelo tripé: território barato, controle do trabalho, reengenharia da produção (FRANCISCHINI; AZEVEDO, 2003; PEREIRA, 2002; NAVARRO, 2004; PEREIRA JÚNIOR, 2015). No transcorrer do desenvolvimento da cadeia industrial calçadista houve um movimento migratório em três blocos, sendo dois em escala mundial e o terceiro vinculado ao cenário nacional. A primeira migração aconteceu (durante os anos 1970) dos países centrais (alguns da Europa e EUA) em direção à Ásia (Leste principalmente: Taiwan, Coréia do Sul, Hong Kong e Cingapura); a segunda migração ocorreu em 1980, sobretudo em virtude da valorização de mão de obra da indústria nestes países, levando o setor a migrar suas unidades para China, Filipinas, Indonésia e Tailândia (FRANCISCHINI; AZEVEDO, 2003; PEREIRA, 2002).

Como foi visto, a realocação industrial foi um movimento comum nas indústrias mundiais. O setor calçadista seguiu tal padrão e desestruturou o volume de atividades dos polos¹⁶⁶ tradicionais para outros territórios, a essência dessa alteração refere-se, principalmente à necessidade de muita mão de obra em algumas atividades artesanais sem que haja grandes “perdas” de capital. Somado a isso, na medida em que algumas regiões oferecem mão de obra barata e o município/estado oferecem incentivos sem solicitar grandes contrapartidas, torna-se uma tática poderosa para solucionar a equação do: muito lucro x pouco custo, daí o terceiro grande movimento migratório agora em escala regional, no contexto nacional, com a vinda de unidades calçadistas para o Nordeste.

Portanto, a década de 1990 tem como marca central para as indústrias de calçados a mobilidade de seus capitais, promovendo a aceleração e crescimento da economia nordestina, e todos os ônus que ela acarreta. O Nordeste passa a ocupar espaços de destaque no cenário brasileiro ao exportar produtos e contribuir para o desenvolvimento da economia nacional. (CASTRO; MOREIRA, 2009 apud REIS, 2015, p. 69).

¹⁶⁶ “Entende-se por polo calçadista as regiões onde há grande concentração de empresas produtoras, em locais próximos. Estados como Bahia e Pernambuco possuem produção significativa de calçados, no entanto, há uma dispersão geográfica elevada dessa produção. Por isso, não são identificados polos, mas sim, a produção do estado como um todo. Para a seleção dos polos, que são objeto de interesse, foram considerados três critérios: (1) a contribuição da região à produção nacional; (2) a contribuição da produção do estado para a produção da região; e (3) a dispersão da produção no interior do estado.” (RELATÓRIO SETORIAL DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS, 2019, p. 19).

O uso estratégico de regiões específicas do Brasil para a indústria de calçados se deu a partir da complexidade organizacional do setor, que permitiu a hierarquização de processos a partir da fragmentação produtiva. De acordo com Zingano e Oliveira (2014, p. 283-284), uma região é escolhida de acordo com as vantagens competitivas e benefícios oferecidos na proporção de sua microrregião e macrorregião:

A macrolocalização da indústria define a região mais ampla na qual será estabelecida a planta industrial, levando em conta razões de ordem econômica e aspectos técnicos. Analisam-se e confrontam-se a redução do investimento inicial para a instalação da unidade e a eficiência operacional ao longo de sua vida útil. De acordo com Kon (1994), os principais fatores analisados são: custos e eficiência dos transportes; áreas de mercado; disponibilidade e custos de mão de obra; custo da terra; disponibilidade de energia; suprimento de matérias primas; disponibilidade de água; eliminação de resíduos; dispositivos fiscais e financeiros; economias de aglomeração; além de outros elementos intangíveis. A microlocalização da indústria se refere à escolha do terreno dentro da região já analisada na macrolocalização. Nesta fase predominam os aspectos técnicos relacionados às condições do terreno, como: características do relevo; qualidade do solo; vias de acesso e de comunicação; serviços públicos; capacidade de infraestrutura; situação legal da propriedade; outros dispositivos legais e existência de instalações.

Tal realidade desnuda a intrínseca relação entre o Estado e o capital privado, que foi também outro ponto recorrente na temática dos trabalhos, mais especificamente, o debate do lugar do Estado na articulação das medidas e reformas necessárias à entrada da indústria em determinados estados e municípios. Se para lucrar as empresas estiveram dispostas a reorganizar e modernizar suas atividades, a guerra fiscal promovida entre estados e municípios se tornou uma marca de convergência com as empresas que deslocaram suas atividades.

Nas últimas três décadas o protagonismo da produção do setor de calçados tem sido apresentado pela Paraíba, Ceará e Bahia, tanto em número de fábricas, quanto no porte das indústrias, esses estados têm sido os principais alvos da realocação espacial.

Destaca-se que três estados foram os principais receptores da indústria calçadista. O Ceará, em meados da década de 1990, despontou com a instalação da Grandene – empresa fundada em 1971 na cidade Farroupilha/RS, hoje, sua maior matriz está localizada em Sobral/ CE. A Bahia passa a ganhar notoriedade na produção de calçados com a transferência, em 1998, da estrutura produtiva da Vulcabras/Azaleia para esse estado – originário de São Paulo [...] A Paraíba, por sua vez, recebeu unidade de produção da Alpargata, na Cidade de João Pessoa e Campina Grande, porém ainda permanece em São Paulo. (BECKER, 2012, p. 105).

Segundo Alencar (2014), nenhum outro estado nordestino adotou medidas tão agressivas de cunho fiscal, administrativo e financeiro para trazer as indústrias para região, sob

o argumento de viabilizar desenvolvimento, como o Ceará. As estratégias de atração de investimentos e incentivo à industrialização foram eficazes no sentido “[...] de facilitar a penetração dos mecanismos de produção/reprodução capitalista no espaço do Ceará, em 1989, permitindo ao estado conceder incentivos para a implantação, modernização ou ampliação de empresas no Ceará.” (ALENCAR, 2014, p. 43).

Já a pesquisa de Souza (2011)¹⁶⁷ sinaliza que o estado da Bahia foi responsável por possibilitar altos níveis de acumulação industrial, graças a sua arquitetura na construção e divulgação da ideologia do capital, destituindo economias familiares locais e incentivando a massa de trabalhadores rurais a irem para as indústrias calçadistas. A autora aponta que o estado foi amplamente flexível com as solicitações da indústria, garantindo as bases para a territorialização e monopolização do capital no espaço baiano (mais especificamente no interior do estado). A pesquisa revelou que devido a tal flexibilidade, a Bahia no ano de 2000 contava com 11 grandes indústrias de calçados oriundas do Sul/Sudeste brasileiro, dentre elas, a Azaleia foi a empresa que mais reuniu incentivos na reestruturação espacial, em tempo, auferiu R\$ 17.411.000 em ofertas de infraestrutura, R\$10.000.000 do fundo de Desenvolvimento Socioeconômico, além de amplo crédito advindo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Souza (2011) apresenta como o Estado atua/atuou como o grande associado do capital na construção e planejamento do espaço a partir de intervenções políticas, elaborando o cenário perfeito de produção e reprodução do capital; conforme a autora, ele age “[...] enquanto instrumento representante da classe dominante, sendo responsável por criar alternativas para que o capital domine tanto o espaço, consequentemente os diferentes territórios [...] sua formação é uma exigência absoluta para assegurar a produtividade do sistema.” (SOUZA, 2011, p. 34). Para a pesquisadora, o estado da Bahia basicamente cumpriu a função ideológica da burguesia ao controlar massivamente a força de trabalho e mapear as melhores áreas de acumulação na periferia capitalista, sendo responsável principalmente por garantir que não houvesse empecilhos à produção e acumulação de riqueza, integrando/garantindo, sob o discurso de progresso, a unidade da produção, circulação e consumo capitalista (SOUZA, 2011).

¹⁶⁷De forma geral, a pesquisa de Souza (2011) apresentou as estratégias que diversas empresas calçadistas desenvolveram sobre os trabalhadores (relações de trabalho) ao transferirem suas atividades para a Bahia, bem como o poder simbólico que a indústria trouxe ao espaço agrário do estado. Tratou-se de um estudo empírico qualitativo, intitulado “DO CHÃO DA TERRA AO CHÃO DA FÁBRICA: AS FORMAS CONTRADITÓRIAS DA APROPRIAÇÃO DO CAPITAL NO ESPAÇO AGRÁRIO” e foi desenvolvida na área da Geografia.

De forma semelhante, Alencar (2014) afirma que o Ceará “inaugurou” no NE a política do “tapete vermelho”, trata-se do termo utilizado para caracterizar as ações do estado em relação às indústrias, haja vista que ofertou “[...] abatimentos fiscais, força de trabalho barata e forte repressão às organizações trabalhistas, somados à construção de infraestruturas (água, energia, comunicação e acesso rodoviário) no ‘portão da fábrica’, sem ônus aos industriais.” (ALENCAR, 2014, p. 45).

O “tapete vermelho” levou tantas unidades fabris para o Ceará, que tornou o estado, em apenas 14 anos, o líder em volume de exportação, sua produção ultrapassou os demais estados brasileiros, mesmo sem uma tradição industrial consolidada (ABICALÇADOS, 2020). Esta política foi adotada por diversos municípios no Ceará.

Ao migrarem para o interior do Nordeste, grandes indústrias calçadistas se valeram dos estímulos (desigualdades sociais, desigualdades regionais, mão de obra abundante, barata, desqualificada, polivalente etc.) que tipificam a periferia capitalista, assim, os municípios que disponibilizaram maior volume de “armas” atrativas ao capital venceram (temporariamente) a guerra fiscal.

[...] vale destacar os incentivos mais expressivos [...] que estimularam as empresas a utilizarem estratégias territoriais de reestruturação capitalista, quais sejam: a) Aqueles associados aos incentivos fiscais, menores impostos, crédito e infraestrutura (terreno, energia, transporte e apoio logístico); b) Aqueles ligados aos menores salários e mão-de-obra não sindicalizada; c) Aqueles voltados para melhorar a rentabilidade da empresa; d) Aqueles que melhoram as condições de competitividade com os concorrentes asiáticos. (PEREIRA JÚNIOR apud ALENCAR, 2014, p. 46).

Ao tratar da economia calçadista no Ceará, Melo (2009) destoa dos motivos apresentados por Alencar (2014), apesar de admitir os benefícios do “tapete vermelho”, afirma que o principal motivo da mudança territorial da Grendene se deu em razão da boa localização do estado para o escoamento de mercadoria e sinaliza que devido a isso ele se tornou o maior exportador do Brasil. Ainda assim, as informações presentes na dissertação de Melo (2009) demonstram o papel central do governo no processo de internacionalização da Grendene¹⁶⁸:

¹⁶⁸ Melo (2009, p. 109) afirma que “O Governo, inicialmente identificado pela pesquisadora como agente complementador na Rede de Valor da Grendene, é mais do que isso [...] assume a função de um outro ator, na condição de variável significativa para o alcance da inserção da Grendene S/A no mercado internacional, bem como para lhe assegurar continuidade na competitividade presente no mercado interno. Nesse sentido, engana-se, provavelmente, a empresa ao atribuir grau de importância médio ao Governo, pois, sem dúvida, este contribui, de forma significativa e direta, ao lhe oferecer incentivos fiscais, como a redução dos valores cobrados de ICMS e Imposto de Renda (IR), além de financiamentos e programas de qualificação para a instalação da Grendene no Ceará. E mais, segundo informações do representante da Grendene S/A, desde 1985, ano de instalação até hoje, o Governo tem sido muito atuante e participativo nos projetos de treinamento de pessoal e na infra-estrutura, cumprindo, com rigor, o previsto no projeto de instalação e ampliação do parque industrial do Estado. Acrescido a tudo isso, indiretamente, por força desse projeto, o Governo Estadual não só incentivou a empresa citada, mas

Dentre as vantagens oferecidas pelo Ceará, as quais refletem no setor calçadista, podem ser assim sintetizadas: (a) localização estratégica próxima aos mercados consumidores dos EUA e da Europa, o que reduz os custos financeiros; (b) mão-de-obra abundante e barata, 40% inferior aos salários pagos nas regiões brasileiras Sul e Sudeste; (c) custos de frete e escoamento razoáveis, oscilando entre 1,4% a 5,65% e 0,1% a 4,0%, respectivamente, em se tratando para os EUA e Europa; (d) política de benefícios e incentivos fiscais, incluindo a redução das alíquotas do IPI (Imposto sobre produtos industrializados) e do ICMS (Impostos sobre circulação de mercadorias), além de linhas de crédito; (e) boa infra-estrutura de transportes aéreos, rodoviário e marítimo, bem como de telecomunicações, saneamento, energia, abastecimento de água, infra-estrutura hoteleira e educacional trabalho. (MELO, 2009, p. 73).

O novo panorama desenhado no território nacional com destaque para o NE desnuda a condição de “periferia dentro da periferia capitalista” bem como a permanência estrutural do desenvolvimento desigual e combinado. Estado e capital estão historicamente vinculados ao mapeamento de lugares suscetíveis à extração de riqueza e acumulação (SOUZA, 2011; REIS, 2015; ALENCAR, 2014).

Na Bahia o “Programa de Ação Governamental para a Bahia” foi desenvolvido com objetivo de atração industrial, quando parques industriais se deslocaram para o estado, um novo momento foi iniciado e a partir da década de 1990, houve movimento de interiorização da indústria. O governo/empresas promoveram, a partir do Programa de Promoção do Desenvolvimento na Bahia (PROBAHIA), a migração de unidades fabris da capital para pequenos povoados do estado (SOUZA, 2011).

Segundo Souza (2011) a consequência imediata dessa ação foi a diminuição da tradição da monocultura do cacau (transição de sujeitos que se ocupavam da agricultura para atividades operárias nas fábricas) e a diversificação industrial por meio da interiorização das indústrias.

Um ponto de contato entre o fenômeno observado por Souza (2011) e Lisboa (2018)¹⁶⁹ na Bahia, Alencar (2014) no Ceará e Reis (2015) em Sergipe é a realocação interestadual, como uma estratégia de auferir lucro sobre o trabalho e tencionar os governos municipais a

também a outras que integram a sua cadeia produtiva de calçados, tais como Rigesa e Embacel fornecedoras diretas da Grendene S/A, o que permite à empresa em pauta reduzir mais ainda os custos de produção. Em suma, o Governo figura como elemento decisivo para o desenvolvimento da estrutura industrial da Grendene S/A, possibilitando a sua melhoria em termos de competitividade no mercado interno e internacional.”.

¹⁶⁹ A autora desenvolveu um estudo documental a partir da análise de processos judiciais impetrados por sapateiros das indústrias calçadistas da Bahia, contra os empregadores no período de 1990 a 2014. Lisboa (2018) verificou que os processos estavam majoritariamente vinculados negação de direitos trabalhistas, sobretudo a negligência dos contratantes em face de acidentes de trabalho dos contratados. A pesquisa ainda revelou o papel central dos sindicatos no apoio a esses processos, bem como a resistência as estratégias capitalistas mais nocivas ao trabalho, foi intitulado: “TRABALHADORES E SINDICALISMO NO PÓLO CALÇADISTA DA BAHIA (1990-2014)” e desenvolvido na área de História.

oferecer/manter maior volume de benefícios. As dissertações dos autores citados demonstram que a guerra fiscal é vencida temporariamente pelos municípios.

Tal fenômeno revela que a essência da característica nômade do setor representa muito mais que a fuga do capital, apresenta o descompromisso com desenvolvimento regional (tão marcante no discurso dos estados e empresas) e a passividade dos governos frente a tal condição. Esta marca tem ficado cada vez mais evidente na região Nordeste, a ambivalência de um estado ativo para o capital e pacífico no enfrentamento à quebra de contratos ou rompimento de acordos com municípios.

Lisboa (2018), Reis (2015), Alencar (2014), Almeida (2011) e Souza (2011) apresentaram como o Estado é extremamente funcional aos interesses do capital privado e conivente com empresas. “Os fatores territoriais são sem dúvidas a representação mais atrativa para a mobilidade de capital, tornando-se papel preponderante. Se a lucratividade não mais for atingida, o capital fica livre de qualquer comprometimento com o local onde se encontrava instalado.” (REIS, 2015, p. 86).

Alencar (2014) demonstrou esse processo analisando a Dakota, a indústria migrou em um curto espaço de tempo para o Ceará e depois dentro do próprio estado diversas vezes (inicialmente em Maranguape e posteriormente em Iguatu, Russas e Quixadá).

Reis (2015), de semelhante modo, analisou esse processo de “fuga do capital” amplamente promovido em Sergipe pela Vulcabrás/Azaleia, que em pouco mais de 10 anos alterou/fragmentou sua produção em quatro municípios do estado (Lagarto, Itaporanga Ribeirópolis e Frei Paulo).

Igualmente, Souza (2011) aponta a transição da indústria na Bahia para Itabuna, Ilhéus, Itapetinga e Jequié; a pesquisa da autora revelou que para tanto, os municípios concederam benefícios ilimitados às empresas calçadistas. Sobre o mesmo estado, Lisboa (2018) cita o caso da Vulcabrás/Azaleia:

[...] Azaleia no final de 2012 finalizou a produção nas fábricas localizadas nos municípios de Itaiti, Itaiá, Macarani, Iguai, Ibicuí, Caatiba, Itambé, Itororó, Firmino Alves, Itarantim, Maiquinique e Potiraguá, permanecendo apenas a matriz localizada em Itapetinga. Parte dessa produção foi transferida para a Índia, que oferece grande contingente de mão-de-obra barata, escassez de leis ambientais e precariedade dos movimentos sindicais. A calçados Via Uno também fechou algumas fábricas na Bahia em 2012 nas cidades de Conceição do Coité, Serrinha e Valente. (LISBOA, 2018, p. 25).

Lisboa (2018), ao estudar a migração territorial da Azaleia, Dakota e Grendene para a Bahia, foi incisiva ao afirmar que a principal guerra fiscal acontece entre os municípios e não

entre os estados, a prova disto é o volume de instalações que o estado tem espalhado pelos municípios:

Sobre o processo de instalação de indústrias calçadistas na Bahia, segundo dados do DEPEC-Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, em 2017, 38 municípios baianos possuíam indústrias de calçados fixadas em suas extensões, totalizando 66 fábricas (23 de componentes), empregando uma média de 26 mil trabalhadores. (LISBOA, 2018, p. 22).

A migração e/ou setorização da produção no território de uma microrregião está intimamente ligada à fragmentação do processo produtivo, que especializa significativamente a produção e permite maior alavancagem dos lucros e ruptura da classe trabalhadora fabril (ALENCAR, 2014; REIS, 2015).

A organização nesse novo momento, apesar de redistribuir e especializar atividades, mantém a concentração de capital em suas empresas sede. O que moveu a indústria de calçados para o NE foi a tentativa de racionalizar custos tanto quanto possível, resultando numa acumulação industrial¹⁷⁰ (PEREIRA JÚNIOR, 2015). Em suma:

As instalações de fábricas de calçados fora do eixo sul/sudeste é a expressão do movimento sistemático do sistema metabólico do capital, atendendo a todas as necessidades impostas por ele. Uma produção sem necessariamente depender de um proletariado qualificado, envolvendo um complexo de relações sociais que pode implicar cada vez mais a concorrência entre aqueles que necessitam da venda da sua força de trabalho [...] Dessa forma, para atraí-las, o Governo se comprometeu com a disponibilização de áreas necessárias aos empreendimentos: construção e concessão dos empreendimentos em regime de comodato pelo período de 10 a 15 anos, renováveis por mais 10; fornecimento de energia elétrica, água e serviço telefônico, além da implantação de cursos de capacitação e treinamento da mão de obra contratada (REIS, 2015, p. 66).

Uma característica da indústria calçadista é que (no contexto de concentração/desconcentração produtiva) existe uma segmentação por microrregiões, isso significa que existem disparidades produtivas por unidades da federação. O exemplo marcante é o caso do Ceará, que se tornou um complexo industrial da cadeia de calçados. Melo, em 2009, Alencar, em 2014 e Becker, em 2012, demonstraram peso da produção cearense no Brasil; atualmente, segundo a ABICALÇADOS (2019) o estado chegou a produzir em 2018 27,4 % de pares da soma total do Brasil e a Paraíba 15,8%, permanecendo o destaque do Nordeste no setor de calçados.

¹⁷⁰ “Seja como for, apesar do crescimento, a posição de Ceará e Paraíba ainda é inferior à do Rio Grande do Sul e de São Paulo no que tange ao retorno financeiro com as exportações. Isso deixa nítido que as empresas cearenses e paraibanas produzem calçados mais baratos, o que deixa o Rio Grande do Sul e São Paulo concentrando uma produção de maior valor agregado.” (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 165).

Nesse sentido, ao detalhar a concentração da produção dos estados em termos de polos produtivos, constata-se que, no estado do Ceará, os quatro principais polos detiveram 83,6% da produção estadual, em 2018. Dentre esses polos, Sobral foi responsável por mais de 60% da produção (156,5 milhões de pares). Além disso, esse polo também é o maior produtor nacional de pares de calçados. O segundo maior produtor do Brasil é o polo de Campina Grande, situado na Paraíba, com produção estimada em 144,4 milhões de pares. (RELATÓRIO SETORIAL DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS, 2019, p. 19).

Segundo o Relatório Setorial da Indústria de Calçados (2019), um indicativo dos benefícios da segmentação industrial é a possibilidade de produzir o maior volume produtivo de calçados (em pares) sem necessariamente esse volume significar maior volume de lucro na unidade produtora. Por exemplo, em 2019 a produção do NE chegou a 54,1% da produção nacional e o mesmo não aconteceu em termos de valor agregado (exportou em 2018 US\$ 248,8), já os polos da região Sul produziram menor volume em pares, mas o valor das exportações (2018) chegou a US\$ 428,2, mantendo os maiores valores agregados na região.

Quando se discute reestruturação espacial, territorial, é importante perceber que necessariamente também ocorre em consonância à dinâmica organizacional, em que a disposição espacial indica e separação de atividades produtivas e de gestão (PEREIRA, 2002; FRANCISCHINI; AZEVEDO, 2003; ROSA, 2015).

[...] empresas que têm estabelecido unidades fabris no Nordeste transferiram para essa região apenas parte do processo produtivo, mantendo nas regiões tradicionais a produção de linhas de produtos mais sofisticados [...] o gerenciamento da atividade produtiva, a concepção e as atividades de design dos calçados e de desenvolvimento de produtos permanece em seus centros tradicionais. (FRANCISCHINI; AZEVEDO, 2003, p. 260).

Assim, o formato produtivo e espacial, segundo Pereira Júnior (2015), dividiu a concepção, organização, distribuição e também fabricação de insumos e componentes especializados concentrado em áreas mais centrais e tradicionais da produção calçadista enquanto “[...] a execução e montagem desqualificadas puderam ser realocadas para regiões periféricas.” (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 170).

Essa realocação parece óbvia, tendo em vista que, o Nordeste foi extremamente atrativo (principalmente no tocante ao custo social do trabalho), pois: 1) a região é muito vantajosa pelo valor da média de força de trabalho (conf. Capítulo II), pela possibilidade de imposição da ideologia toyotista de forma mais profunda, o que afeta diretamente as formas de organização sindical, que inclusive são tardias na região; 2) mostra-se vantajoso em relação a outras regiões, pelas medidas institucionais e administrativas promovidas pelo Estado, que

oferta benefícios (quase) ilimitados. Sampaio (2018) caracteriza este processo como sendo uma disjunção funcional de atividades¹⁷¹. Para Pereira Júnior (2015), a postura migratória para o NE fortalece a hipótese de que os custos de mão de obra¹⁷² são determinantes para o alcance de competitividade do setor, já que, a demanda por força de trabalho ainda é volumosa.

É possível inferir que o projeto de atração de investimentos engendrado pelos estados nordestinos provocou a simetria entre os interesses das empresas e as intenções de patrocinar uma industrialização conduzida pela chegada de investimentos externos. Além dos benefícios fiscais, a indústria calçadista encontrou uma abundante mão de obra a baixíssimo custo, sem falar da possibilidade de atender os mercados norte-americanos e europeus utilizando os territórios dos estados como “plataforma de exportação”. Nesse ambiente favorável, rapidamente, muitas empresas abriram novas plantas ou simplesmente transferiram suas fábricas para os estados em destaque, aumentando a produção de calçados endereçada ao mercado. (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 166).

Becker (2012) concorda com Reis (2015) e Alencar (2014) sobre a volatilidade da concentração do capital em algumas regiões. Afirma que a alteração territorial é uma constante na indústria calçadista, e testifica isso a partir de sua pesquisa, em que as empresas analisadas não montaram uma estrutura fixa de produção (sempre instaladas em galpões) nos municípios em que se instalaram. Constatou ao longo do estudo a característica comum entre diferentes indústrias: seus gestores/especialistas afirmaram que todas as movimentações das unidades produtivas têm caráter provisório na região NE:

Sobre o deslocamento de algumas empresas para os Estados do Nordeste os especialistas destacam que o processo foi importante para assegurar a sobrevivência de algumas empresas do setor, devido ao preço e a abundância da mão de obra e também de incentivos concedidos pelo governo estadual. Todavia, deve ser considerada uma estratégia provisória, uma vez que não é suficiente para garantir a competitividade, principalmente a longo prazo. Outrossim segundo representantes da FIERGS e da Assistencial, essa realocação é intrínseca a indústria calçadista [...] as empresas se deslocam de acordo com suas necessidades [...]. (BECKER, 2012, p. 119)

¹⁷¹ “[...] instalação de unidades produtivas filiais na região é um recurso normalmente utilizado por grandes empresas que dispõem de capacidade de integração dos processos de produção, comercialização e escoamento, além do maior poder de barganha junto às instituições locais e articulação para atrair fornecedores de matéria-prima e componentes (ABDI, 2008). A baixa tradição sindical nas localidades nordestinas também exerceu impulso no processo de reespacialização da produção calçadista, a menor pressão de organizações sindicais possibilita às empresas o achatamento dos salários e práticas distintas de precarização do trabalho, como a intensificação das jornadas e terceirização de partes da produção para bancas e ateliês sem vínculo formal de emprego.” (ANDRADE, 2015, p. 60).

¹⁷² “O fato de continuar recrutando grandes quantidades de trabalhadores não implica o sucateamento tecnológico de um dos gêneros mais importantes da indústria tradicional. Muito pelo contrário: a atividade calçadista é uma das que mais investe em modernização de máquinas, técnicas, insumos e equipamentos, apresentando uma renovação do seu capital fixo na mesma dimensão que as demais indústrias. O que ocorre é que suas demandas específicas de produção exigem uma participação intensa do trabalho manual, independentemente do porte da fábrica e da quantidade de produtos que ela esteja interessada em produzir. Esse fator sempre foi determinante para que o segmento ficasse mais vulnerável às instabilidades da competitividade interempresarial.” (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 170).

O objetivo primordial dos maiores grupos produtores ao migrarem para o NE é (após a baixa nos custos oriundos do deslocamento) investir massivamente na exportação ou na internacionalização de seus produtos para, na sequência, transferir os polos produtivos nacionais para outros países (com infraestrutura e mão de obra ainda mais barata); não por acaso, as indústrias pioneiras na migração foram também as primeiras a se internacionalizar, a exemplo da Dakota, Vulcabrás/Azaleia, Grendene (REIS, 2015; ALENCAR, 2014; ALMEIDA, 2011; MELO, 2009).

Ainda assim, para a Becker (2012), a internacionalização depende do objetivo estratégico da empresa, se ela não pretende se lançar no mercado externo pode ser mais vantajoso migrar apenas no território nacional. Reis (2015) aponta essa estratégia como um caminho que a Vulcabrás/Azaleia vem adotando.

Com a expansão de mais instalações de fábricas no Nordeste, no ano de 2001 a empresa abriu a possibilidade de instalar fábricas também no exterior (COSTA, 2002). A mobilidade de capital não é movida única e exclusivamente pela busca de força de trabalho mais precarizada, mas também por questões relacionadas ao consumo que cada região demonstra nas suas particularidades (ARRIGHI, 2008). Assim, a direção da Azaleia começou a considerar a abertura de sua primeira fábrica no exterior com a intenção não só de consolidar a marca no mercado externo, através das exportações, mas também em busca de mercados de hábitos consumidores semelhantes ao do Brasil e dos Estados Unidos, onde já existe grande tradição nas compras de calçados brasileiros. O primeiro país pensado para instalar as fábricas tinha sido o México, que se assemelha em muito nos gostos de bens de consumo aos Estados Unidos. (REIS, 2015, p. 52).

Já Melo (2009), Becker (2012) e Reis (2015) testemunharam em suas pesquisas a progressiva tendência do capital calçadista de migrar para outros países, o que vem desencadeando

[...] um processo de internacionalização. Este pode ser visto como ação crescente e contínua, com vistas a permitir que as empresas atuem e desenvolvam atividades em outros países, e não somente nos de suas origens. Isso se inicia com as transações de exportação, evoluindo para a construção de unidades fabris no exterior até a aquisição de empresas de outras nações. (MELO, 2009, p. 12).

Tal fenômeno é condição permanente da tendência de acumulação do capital e aprofundamento das desigualdades econômicas por região, que interfere nas relações locais transformando seus padrões segundo o capitalismo mundial, sem qualquer mediação ou planejamento para chegada/saída de capital na região.

Um exemplo dessa disparidade foi apresentado por Almeida (2011) que, ao estudar as fábricas informais de Campina Grande na Paraíba, verificou que a chegada de grandes conglomerados industriais levou pequenos sapateiros (artesanais) à informalidade ou mesmo a interromper suas atividades, tradicionais na região. Verificou, ainda, como a própria distribuição espacial das grandes fábricas mais centralizadas, conduziu fabriquetas clandestinas, informais ou não, para a periferia da cidade (ao longo de 17 bairros).

Estados com ampla política de atração industrial como o Ceará promoveram “economias de aglomeração”, isto é, a indústria calçadista influenciou o nascimento de outros ramos comerciais sem, todavia, promover uma organização urbana ou social (ALENCAR, 2014). “Com isso, a disparidade da dinâmica industrial é constatada na própria Região Nordeste e nos próprios estados dessa Região.” (FILHO, SILVA, QUEIROZ, 2015, p. 12).

Esses fenômenos tipificam o reflexo imediato do movimento econômico atual, a concentração de capital materializada na concentração industrial se tornou a marca da cadeia calçadista brasileira, no qual, o cenário de riqueza obscurece a pobreza e exploração intrínsecas à sociedade capitalista.

4.4.2 Estratégia competitiva: ofensiva sobre o trabalho, a continuidade de uma característica histórica

Neste tópico será apresentada a estratégia mais ofensiva do capital para a sua acumulação, trata-se das investidas sobre o trabalho/trabalhador, tais mecanismos são/ foram importantes aliados para o conjunto de transformações que aconteceram no interior da indústria calçadista. Essas estratégias estão organicamente ligadas à exploração objetiva e subjetiva e representam o processo mais profundo de alienação e reificação do trabalho (MARX, 2010). A metamorfose que o trabalho vem sofrendo implica numa nova roupagem ao processo de organização produtiva, a modernização de relações e práticas de trabalho degradante sustentadas em uma ideologia arraigada no conservadorismo e meritocracia neoliberal. A união de práticas de trabalho do século passado junto a uma série de transformações ideológicas (promovidas pelo toyotismo) culminam na receita perfeita ao máximo de lucro.

O complexo calçadista tem grande potencial de absorção de mão de obra, seja ela especializada ou não, o mercado de trabalho do setor oscila de acordo com a economia mundial e crises do capital, mas de maneira geral, a ampla absorção de força de trabalho é constante. Alguns dados acerca do trabalho no NE e Brasil demonstram a variação na contratação de mão de obra, com a permanência do volume importante no número de empregos:

A análise do emprego por Unidades da Federação indica que os únicos estados a registrarem variação positiva na geração de novos postos de trabalho, dentre os principais estados do ramo calçadista em 2018, foram Ceará e Paraíba, com crescimento de 6,1% e 3,6%, respectivamente. Em nível nacional, as estimativas de variação na quantidade de postos de trabalho na indústria calçadista, para 2019, oscilam entre -1,8% (pessimista) e 0,9% (otimista), o que representa um intervalo de confiança para o estoque de emprego no setor entre 266, 2 mil (pessimista) e 273,5 mil trabalhadores (otimista). (RELATÓRIO SETORIAL DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS, 2019, p. 34).

Em concordância com a pesquisa de Souza (2011), é possível verificar que a mobilidade do capital é a mobilidade do trabalho, desta forma, é notório que ao transitar por diversos territórios passíveis de acumulação, o capital move (ou não) uma massa de trabalhadores e necessariamente todo volume de empregos.

A competitividade cada vez mais aguda vem demonstrando o potencial do capitalismo de destruir, por meio dessas estratégias, postos de trabalhos formais em fábricas e indústrias ampliando o exército industrial de reserva. Paralelo a tal realidade, a intensificação da exploração daqueles que se mantiveram no mercado vem sendo realizada por meio de formas de trabalho cada vez mais precarizadas (via terceirização, maior carga horária de trabalho quase sempre vinculada à redução ou aniquilação de direitos sociais e trabalhistas, trabalho em domicílio, em células, além das constantes ofensivas jurídicas contra o trabalhador).

Há uma clara intensificação das formas de controle do trabalho, materializado no exponencial lucro, do qual, sua margem basilar advém dos processos de extração de mais valia absoluta e relativa. As consequências no processo de trabalho demonstram a lógica de ampliação do controle, unindo a lógica de produtividade ampliada, tipicamente taylorista/fordista¹⁷³ com os processos de controle e qualidade organizacionais do toyotismo. Tal domínio implica numa “organização e autoridade” do capital, que excede o chão de fábrica e transforma a relação de igualdade entre trabalhadores em formas de embate de uns contra os outros, a ascensão da ideologia empresarial e diluição da ideologia de classe (ALVES, 2015). A ideia é destituir tanto quanto possível as formas organizacionais tipicamente fabris (mesmo

¹⁷³ “A consolidação das metamorfoses no mundo do trabalho, especificamente no ramo de calçados no Nordeste brasileiro, dá-se com a intensificação de fábricas marcadas pela linha de produção, correlacionados com a demanda, ou seja, a mistura entre dois processos de produção, Fordismo e Toyotismo, somados também a uma acumulação flexível que se verificava por meio de uma radical reconstituição de configurações espaciais [...]. Nos anos 2000, todo esse processo se intensifica e a mescla entre os fordismo e toyotismo ganha cada vez mais força. Os espaços fabris das indústrias de calçados se desenvolvem a cada dia numa íntima relação de fortalecimento dos aspectos tecnológicos e de enfraquecimento da força política dos seus trabalhadores e representantes legais (sindicatos).” (REIS, 2015, p. 70-71).

na permanência do chão de fábrica) pela segregação operária, além da transformação do trabalhador especializado pelo polivalente ou multifuncional (ANTUNES, 2015).

Tais fenômenos foram observados como estratégias eficazes das indústrias sobre os operários nas pesquisas analisadas, Reis (2015) sinalizou tal ofensiva sobre os trabalhadores da Vulcabrás/Azaleia em Sergipe. Para o autor, o agente primário do deslocamento das indústrias para o NE aconteceu justamente em razão da potencialidade que o povo nordestino tem de ser cooptada a ideologia do capital, seja pela demanda imediata de emprego, seja pela baixa tradição política-sindical fruto da sua formação social e histórica.

O desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste ocorreu tardiamente em relação a regiões como o Sul e o Sudeste do Brasil. No entanto, tratando-se em termos quantitativos, na década de 2000, segundo dados do DIEESE, o Nordeste país representava 21% do proletariado fabril. O perfil dos “novos” contingentes proletários formados na região é sem dúvida um fato de extrema importância para a mobilidade das indústrias para o Nordeste. No que tange às indústrias de calçados, esse “novo” proletariado, na sua grande maioria, não possui instrução escolar, mesmo os que possuem certa escolaridade aceitam as condições de trabalho apresentadas, pois a quase inexistência de trabalho formal anterior torna o emprego fabril atrativo para esses contingentes. (REIS, 2015, p. 74).

Segundo o mesmo parâmetro, Souza (2011) afirma que na Bahia a adesão à “lógica do capital” foi potencializada, já que os trabalhadores se submetiam a serviços de semiescravidão (no trabalho rural). Neste sentido, destaca que a mobilidade da indústria no estado representou também a mobilidade das pessoas para cidades ou municípios circunvizinhos. A expressão imediata deste cenário, afirma Souza (2011), foi a proletarianização do homem do campo, forçado a migrar e se submeter mais do que quaisquer outros, a novas formas de trabalho escravos ou de semi-escravidão¹⁷⁴, agora nas fábricas:

Compreendendo, portanto, que a mobilidade do trabalho é um processo em que os homens se tornam disponíveis para os capitalistas fornecendo sua força de trabalho, e que esse movimento se materializa a partir da necessidade que o sistema capitalista tem no processo de acumulação, percebe-se como as relações de trabalho definidas no território terão como característica principal o trabalhador móvel, o trabalhador desprovido de qualquer direito, que ora vende sua força de trabalho no campo, ora na cidade, onde os resultados da produção se tornam cada vez mais apropriados desigualmente, refletido na própria miséria do trabalhador. (SOUZA, 2011, p. 139-140).

Assim, demonstrou que a liberdade do trabalhador assalariado é uma liberdade falaciosa, já que, tal liberdade é condicionada à mobilidade do capital e “seguir” o movimento

¹⁷⁴ O termo “semi-escravidão” como referência ao trabalho dos baianos foi empregado por Souza (2011), sendo assim, trata-se de uma reflexão/conclusão tecida no âmbito de sua pesquisa.

das indústrias torna-se razão da existência desses trabalhadores. Souza (2011) afirma que a liberdade do trabalhador é seu cativeiro à indústria.

As empresas têm preferência por trabalhadores da “zona rural”. Isso acontece pela “facilidade” que dão aos gerentes sobre o controle do trabalho, uma vez que, segundo Souza (2011), Alencar (2014) e Reis (2015), não existem “vícios” quanto ao método organizativo (típico de trabalhadores que já tiveram experiência em fábricas) tornando fácil a adaptação aos ritmos e controles na fábrica.

No tocante à adesão de estratégias capitalistas sobre o trabalho, Alencar (2014) também destaca a absorção da ideologia empresarial pelos trabalhadores do Ceará. Ressalta que esta ideologia tende a ser mais fluida quanto mais periférica for a região, daí o NE ser tão atrativo na composição do panorama global (com refrações mais nocivas) na divisão internacional do trabalho, colhendo o ônus que a rápida/desorganizada industrialização traz. Aliado a isso, o projeto de industrialização que ocorreu na região demonstrou a permanência da lógica de desenvolvimento desigual e combinado. O binômio do tapete vermelho: subvenções do estado e mão de obra barata e altamente controlável foi/é o protagonista do setor calçadista nordestino que reorganizou o espaço industrial.

O Estado é o maior articulador na mediação capital x trabalho, o ponto de partida dessas possibilidades, Reis (2015), Alencar (2014), Lisboa (2018), Chagas (2011), Almeida (2011), Melo (2009), que estudaram diferentes estados nordestinos revelaram esse ponto de contato.

Reis (2015) afirmou que em Sergipe, o estado executou medidas que beneficiaram a Vulcabras/Azaleia, ofertou vínculos legais de controle dos trabalhadores, sob o discurso de “capacitação”, materializada nas “cooperativas”¹⁷⁵.

Se a relação entre Capital e Estado quase sempre foi marcada por uma relação amistosa, com raríssimas exceções (MÉSZÁROS, 2002), o caso relacionado às federações do Nordeste brasileiro, frente à atração das indústrias calçadistas para a sua região, pode ser caracterizada como ações que garantem uma relação amistosa com as indústrias e a acumulação capitalista stricto sensu. O Estado ajuda não apenas na redução de possíveis conflitos, como contribui também para elevar ainda mais o lucro do capital, abrindo suas portas de forma exacerbada, participando da qualificação do trabalho vivo e contribuindo para a aceleração do trabalho morto. O Estado é, portanto, agente primordial no desenvolvimento das forças produtivas e aproveitou-se dos sujeitos envolvidos—trabalhadores sem muita qualificação e sem sistemas organizativos preparados para confrontar com o grande capital e o Estado. Esses trabalhadores eram contratados como entes associados às cooperativas que, na verdade, eram unidades produtivas. As cooperativas funcionavam como prestadoras

¹⁷⁵ Reis (2015, p. 77), ao abordar a temática sobre Estado, indústria e trabalho, sinaliza que: “[...] não só os incentivos fiscais foram as suas armas, como também usaram a ‘criação’ de falsas cooperativas que contribuíam com as indústrias que se instalassem na região (GARCIA, 2010). Essas cooperativas auxiliavam a subcontratação do trabalho: os Estados treinavam com recursos próprios os funcionários dessas cooperativas, pagavam até mesmo os primeiros meses de salário dos trabalhadores e doavam máquinas em regime de comodato às indústrias [...]”.

de serviço, mais precisamente, participavam da cadeia produtiva enquanto intermediárias para a contratação da força de trabalho. (REIS, 2015, p. 77-78).

É interessante apontar que o controle sobre o trabalho não necessariamente é coercitivo, as cooperativas são bons exemplos/estratégia de conciliação sem qualquer enfrentamento direto, já que, sua estrutura promove disciplina e produtividade. Atributo convergente é apresentado nas pesquisas de Souza (2011), Alencar (2014) e Reis (2015).

Os autores revelaram que essas cooperativas geralmente recebem maquinário usado das grandes fábricas, enquanto treinamento e matéria prima têm que ser despendido por aquelas. Para os sapateiros treineiros há um pagamento mínimo independente do volume da produção (que pertence à indústria), para “organizar” tal estrutura, as fábricas contavam com o estado.

O governo do Estado se comprometia com a criação de instalações físicas que atendiam aos interesses da indústria, e ao mesmo tempo capacitava os operários por meio de cooperativas criadas para dar suporte técnico à Vulcabrás Azaleia. O caráter dessas cooperativas fugia dos parâmetros em que o controle era exercido pelos trabalhadores para serem amplamente gerenciados pelos órgãos executivos, que estabeleciam o que e como seriam as bases para a “qualificação” da força de trabalho, e também a forma de prestar os serviços. (REIS, 2015 p. 84).

Quando tal relação vantajosa à indústria é de alguma forma abalada, o capital elabora novas estratégias para manter seu lucro (terceirizações, precarização do trabalho, mudança territorial), independente das refrações que elas gerem.

Um bom exemplo de tal fenômeno foi apresentado por Reis (2015), quando demonstrou que a realocação produtiva da Vulcabrás/Azaleia de Aracaju para o interior de Sergipe ocorreu em função da fuga do sindicalismo (já atuante na indústria têxtil), que começou a fiscalizar inclusive as cooperativas calçadistas “contratadas” pela indústria.

Pari passu ao controle sobre o trabalhador, o Estado serve às indústrias na flexibilização de direitos trabalhistas, sob o argumento de que, devido às constantes instabilidades econômicas, a pressão política e jurídica e a existência de um exército industrial de reserva crescente, é necessário o “sacrifício” de alguns desses direitos.

Em 2018, a indústria calçadista registrou o fechamento de 5,5 mil postos de trabalho, isto, após a eliminação de 8,4 mil postos de trabalhos em 2017. Tal dinâmica gera preocupações quanto à fragilidade do mercado de trabalho brasileiro, ainda mais no contexto de frágil recuperação da economia. Assim, o setor calçadista totalizou 271,1 mil empregos formais, em 2018, e, conforme último da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 6,6 mil empresas fabricantes de calçados no Brasil, em 2017. Dados de concentração de empresas e do emprego no setor calçadista sinalizam, quanto à faixa de emprego, que a maior parte das empresas (51,0%) têm até quatro empregados. Enquanto isso, em termos de emprego, 32,1% dos postos de trabalho é encontrado em

empresas com mais de mil funcionários. (RELATÓRIO SETORIAL DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS, 2019, p. 33).

Essa passagem serve de demonstração para a alegação de que, diante do crescente corte de recursos humanos, é necessário implantar o máximo de medidas possíveis (contra o trabalhador), “pelo bem do próprio trabalhador”. Essas estratégias estão sempre vinculadas a um contexto macroeconômico e nacional, ou seja, alinhadas à competitividade internacional e para esse alcance utilizam o Estado como executor de suas demandas, o Estado como braço forte e atuante para alcance de lucros capitalistas (MARX, 2010).

Alencar (2014), ao tratar desta relação nas indústrias de calçados no Ceará, afirma que na estrutura capitalista, os ciclos históricos do capital expressos em regulamentos, legislação e contratos de trabalho tipificam a disciplina essencial do lucro e da lógica de acumulação do capital. Essa disciplina sobre o trabalho é a estratégia máxima de “[...] gerir de maneira integral suas atividades, subordinando a força de trabalho a determinados mecanismos de controle e estabelecendo o poder empresarial nos espaços de trabalho.” (ALENCAR, 2014, p. 45).

É emblemático que cada vez mais as entidades calçadistas, como a ABICALÇADOS, vêm refinando e fortalecendo sua ofensiva sobre o trabalhador. Por meio do seu setor jurídico tem representado as maiores empresas que compõem o setor calçadista no Brasil e emitiu no Relatório Anual de Atividades as “conquistas” sobre os direitos dos trabalhadores, por meio de leis e acordos com o Estado nacional. Nos destaques jurídicos que o setor comemora em novembro de 2019:

Foi publicada no Diário Oficial da União do dia 12 de novembro de 2019, a Medida Provisória nº 905, que instituiu o “Programa Verde e Amarelo”, que altera vários dispositivos na legislação trabalhista. Dentre todos os pontos previstos no texto está o fim da multa de 10% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), paga pelo empregador em demissões sem justa causa. (RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES, 2019, p. 31).

Essa “conquista” jurídica compreende a destituição de direitos historicamente conquistados e demonstra o retrocesso na legislação trabalhista. Tais medidas, associadas à reforma trabalhista, previdenciária e tributária, apontam para a desproteção social que progressivamente vem sendo ampliada. A Lei n.º 13.932 materializou a “revelia” das demissões sem justa causa, a descontinuidade de direitos, sem perdas significativas para as grandes corporações. Um exemplo drástico do movimento ofensivo contra os operários pode ser

visualizado na fala¹⁷⁶ dos diretores da ABICALÇADOS, que demonstra o claro incômodo quanto ao nível salarial do trabalhador e as despesas sociais que corresponde às formas do trabalho decente.

Neste contexto, a criação da entidade “ABICALÇADOS NO LEGISLATIVO”¹⁷⁷ também demonstra a preocupação crescente em utilizar a lei e o Estado em favor do lucro das empresas. A frente jurídica tem o apoio de uma comissão da “Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor Coureiro-Calçadista”, a ideia dessa frente é pleitear os interesses econômicos da indústria calçadista brasileira (Abicalçados (calçados), Assintecal (componentes), ACI NH/CB/EV (industrial), Abrameq (máquinas) e CICB (couros) (MÜHL, 2020).

Há um nítido descompasso entre as demandas empresariais (que alegam liberalização econômica total) e suas demandas reais, que vêm buscando protecionismo do Estado e concessões tarifárias e trabalhistas sem nenhuma contrapartida.

Becker (2012), ao analisar a faixa salarial dos operários da indústria, afirma que os custos com mão de obra, ao passo que são muito baixos para manter profissionais qualificados¹⁷⁸, são muito altos em comparação aos custos de operários asiáticos. A autora afirma que os gestores de indústrias alegam que o Estado pouco contribui para melhorar a

¹⁷⁶A ABICALÇADOS por meio de seus diretores executivos tem demonstrado seu afincado interesse em reformas como a Trabalhista, Previdenciária, Tributária e acordos comerciais. O antigo presidente Heitor Klein (RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES, 2019, p. 5, grifos nossos), no relatório de atividades do setor afirmou que é necessário avançar na pauta dos custos trabalhista: “Hoje, sofremos com uma carga tributária que está entre as mais elevadas do mundo, além de *problemas como custos trabalhistas, burocracias*, logística cara e ineficiente, entre tantos outros”. A pauta permanece e o atual presidente executivo Haroldo Ferreira afirmou que 2019 “Foi um ano de avanços na esfera econômica, com destaque para a Reforma da Previdência, que busca corrigir uma distorção histórica e tornar o Brasil um país economicamente sustentável, atraindo investimentos, tanto domésticos quanto internacionais [...]”. Para 2020, esperamos pelo avanço da Reforma Tributária, de forma a tornar o sistema tributário brasileiro menos anacrônico.” (RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES, 2019, p. 7). Em outra ocasião o presidente retoma a assertiva de corte de custos, demonstrando seu interesse (a partir da comparação com países como China e Índia) na redução de encargos trabalhistas, afirmando que mesmo diante da produtividade que o Brasil tem, perde competitividade no mercado interno e externo por causa desses custos “[...] o custo de produção no Brasil é um dos mais elevados do mundo, cerca de US\$ 4/hora, o dobro da China e o quádruplo da Índia, o que prejudica a competitividade do Brasil. Ele também manifestou preocupação com a redução da TEC.” (ABINFORMA, 2020, p. 10).

¹⁷⁷ Em fevereiro de 2020 foi publicado o pleito do setor para o desenvolvimento de suas ações, segundo Suély Mühl, Coordenadora Jurídica da ABICALÇADOS, a agenda legislativa, está claramente empenhada na aprovação de medidas que impactam diretamente seus custos tanto no que se refere às transações comerciais, quanto os custos sociais da produção: O setor jurídico ainda salientou que junto ao “Senado Federal aprovou a criação de uma segunda Proposta de Emenda à Constituição envolvendo a Reforma da Previdência – PEC Paralela 133/2019 –, que prevê, dentre outros pontos, a instituição de uma cobrança gradual de contribuições previdenciárias sobre as receitas de exportações (oneração das exportações), com impacto direto no setor industrial calçadista optante pela desoneração da folha de pagamentos.” Além disto, a entidade busca a manutenção de exportações e folha de pagamentos desoneradas e “[...] com a aprovação da PEC 6/2019, e findo o prazo de utilização do benefício, não há mais a possibilidade de adoção de base de cálculo diferenciada para a contribuição social sobre a folha de pagamentos.” (MÜHL, 2020, p. 9).

¹⁷⁸A mão de obra qualificada apresentada pela autora refere-se aos profissionais de criação e gestão (*designer*, administradores, economistas etc.) que geralmente migram para outros setores, em razão do pagamento ser inferior aos demais ramos de P&G.

competitividade, afirmam que seria necessário maior suporte em defesa do setor. Sinalizam isso sob alegação de que o governo não tem contribuído na diminuição da carga tributária e fiscalização de produtos importados, o que torna a concorrência internacional mais forte e desleal no Brasil.

O desenvolvimento das estratégias implementadas pelas empresas é fortemente influenciado pelos elementos macroeconômicos, legais-regulatórios, político-institucionais, entre outros, ou seja, se o ambiente econômico não for propício, a eficiência empresarial não será plena. A explanação dos especialistas entrevistados converge com a pesquisa de campo, ou seja, o principal cunho sistêmico que a indústria calçadista brasileira enfrenta é o Custo do Brasil, principalmente, no que diz respeito a questão tributária e as condições de infraestrutura. (BECKER, 2012, p. 146).

Diferentemente dos demais trabalhos, Becker (2012), ao apresentar a perspectiva dos empresários entrevistados, sinaliza que estes entendem o Estado como pouco parceiro do capital privado.

O panorama geral das indústrias representa a consolidação mais ferrenha do capitalismo global. As demandas do capital aos Estados nacionais materializam a expressão mais aguda da lógica neoliberal *pari passu* à diluição do trabalho decente ou de vínculos formais. Quando há manutenção de postos de trabalho nas fábricas, são impostos mecanismos de superexploração do trabalho, “[...] tais como banco de horas (jornada de trabalho variável em favor da empresa), polivalência de serviços e uso de métodos de racionalização produtiva, que esgotam o trabalhador em suas atividades diárias.” (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 67).

Ao tratar desta realidade, *Souza (2011)* apresentou que a precarização do trabalho, mesmo nos postos de trabalho formais, tipifica condição ontológica de precarização do trabalho no capitalismo, para a autora as estratégias que identificou em seu estudo permitiram

[...] compreender e desmistificar a unidade contraditória da libertação e escravização do trabalho como condição imanente e tendência constante do capital para aumentar a força de trabalho e baratear o próprio trabalhador, não importando a utilização de formas cada vez mais desumanas para intensificação do lucro. Na civilização a barbárie permanece como condição garantidora da ideologia do progresso e da modernização. (SOUZA, 2011, p. 34).

A pesquisa revelou que para alcançar seus interesses, o capital ataca de todas as formas e se vale de relações que aparentemente poderiam retardar seus lucros, quando na verdade tornam-se extremamente funcionais a seu objetivo (a mão de obra desqualificada). Por exemplo, o caso da tradicional da monocultura cacaueteira na Bahia, que ocupava grande massa de

agricultores, foi paulatinamente perdendo hegemonia para a indústria de calçados na região¹⁷⁹, transformando sujeitos de baixa educação formal e sindical em operários pacíficos e subservientes. Souza (2011) afirmou que parte significativa dos trabalhadores da Azaleia na Bahia era composta por agricultores analfabetos.

O capital busca tornar o trabalhador um “tipo ideal” de instrumento de lucro, Alencar (2014), ao apresentar a fala de um dos gestores da Dakota no Ceará, verificou tal busca.

A absorção da força de trabalho é um dos aspectos fundamentais relativos ao processo de desenvolvimento econômico em países capitalistas. Ela condiciona, em grande parte, tanto as formas de distribuição dos rendimentos e concentração de renda, como as condições de vida da maior parte da população. [...] Assim, percebe-se uma produção de pessoas adequada a uma produção capitalista do espaço [...]. Isso se evidencia na fala do presidente do CDL de Russas, “o cara já sai da Dakota com a mente de funcionário de uma empresa grande, na questão de horário, na questão de cumprimento de normas. Como eles trabalham em escala, cada funcionário tem a sua função. Se um deixar de fazer, os outros também ficam prejudicados, então, por conta disso, eles criam uma mentalidade que o funcionário da Dakota tem que ter responsabilidade.” (ALENCAR, 2014, p.74).

Para moldar o trabalhador conforme o ideal capitalista, é necessário romper com o principal empecilho à acumulação, a luta/organização de classe. No tocante às estratégias de segregação operária, é possível verificar que, desde a fragmentação ideológica, materializada nas novas formas de controle subjetivo (pela divisão via terceirização¹⁸⁰ e subcontratação, separando os trabalhadores do chão de fábrica), até as novas roupagens de trabalho escravo (clandestinidade de manufaturas, ateliês etc.); o objetivo destes ataques é despolitizar e segregar a classe (NAVARRO, 2004).

A terceirização, um dos pilares da reestruturação produtiva no setor calçadista, é também vantajosa pois, além de repassar os custos de produção (espaço físico, água, luz, manutenção de maquinários), permite o corte de pessoal, o que faz com que as empresas concentrem em seu interior as atividades menos intensivas em trabalho vivo,

¹⁷⁹ “A produção de monoculturas apresenta-se características de exploração do trabalho que se configura na pessoa do boia fria, sempre a procura de emprego, de forma temporária ou não. A condição de migrante torna-se a garantia de sua existência. A pesquisa apresentada mostra que a mão de obra torna-se supérflua em meio a diminuição da produção de cacau, evidenciando a mobilidade dos trabalhadores da zona rural, sobretudo jovens, para indústria de calçados que se instala no interior da Bahia a partir de 1998.” (SOUZA, 2011, p. 143).

¹⁸⁰ “Entre as etapas que mais são terceirizadas, podemos destacar o pesponto (tipo de costura realizada em calçados de couro) e o corte, as que mais possuem mão de obra empregada e, portanto, mais onerosas à produção. Assim, anteriormente, seguindo preceitos tayloristas/fordistas, a maior parte da produção que tendia a se agregar dentro da grande planta industrial passa a ser direcionada às bancas de pesponto, para manter a produtividade, diminuindo custos e aumentando a lucratividade [...] As entrevistas são reveladoras e mostram que no início da terceirização, as principais etapas subcontratadas eram a de corte e de pesponto, utilizadas apenas para serviços que as empresas não conseguiam dar conta dentro da grande planta industrial fordista, a fábrica integrada. Atualmente, entretanto, todas as etapas produtivas podem ser terceirizadas, chegando ao ponto de empresas tradicionais, como Samello e Sândalo, não realizarem nenhuma produção, apenas comercializarem suas marcas, subcontratando todo o serviço, sem estoque manter qualquer.” (SAMPAIO, 2018, p. 7-8).

renovando inclusive seu aparato tecnológico, o que irá resultar em ganhos de produtividade, e que repassassem para terceiros as atividades mais intensivas em trabalho vivo, muitas vezes junto com o maquinário antigo, entregue como forma de pagamento a trabalhadores demitidos, ou através de sua venda. (NAVARRO, 2004, p. 4).

Além disso, a autora afirmou que diante da pressão dos sindicatos algumas fábricas promovem a “quarteirização”, ou seja, mantém os vínculos formais nos muros fábricas, mas fazem os seus funcionários trabalharem em casa, demandando certo volume de meta de calçados, esse processo acaba envolvendo os demais integrantes da família, daí a “quarteirização” dos serviços.

Fenômeno semelhante foi relatado na pesquisa de Lisboa (2018), que ao entrevistar sapateiros percebeu uma série de abusos no interior das fábricas presentes na Bahia. Para os trabalhadores que estão nas fábricas, foi possível notar ofensivas que atingem desde seus contratos e direitos de trabalho à saúde física e mental.

Segundo eles, na busca incessante por cumprimento de metas, a empresa exigia serviços subumanos, superiores às suas forças e capacidades, em um tratamento rigoroso, excessivo, sem qualquer critério nas cobranças por resultados. Acrescentaram que a Dilly aplicava advertências e suspensões de até quatro dias de trabalho, que titulava como desídia, outras vezes as convertendo em faltas injustificadas, seguidas de ameaças, demissões por justa causa e/ou coações psicológicas, visando o pedido voluntário da dispensa [...] afirmaram ainda que o tempo de produção era cronometrado para cada trabalhador, mecanismo que resultava num estresse físico e psicológico excessivo, que era agravado ainda pelas constantes ameaças por parte do supervisor, que a todo tempo afirmava que aqueles que não atingissem a meta poderiam ser dispensados, advertidos ou suspensos [...] Por conseguinte, pleitearam rescisão indireta do contrato de trabalho, com devolução de todos os valores referentes a descontos indevidos de suspensões e faltas, pagamento de adicional de insalubridade, horas extras, aviso prévio e demais verbas rescisórias, além de indenização por dano moral. (LISBOA, 2018, p. 48).

Para além disso, Lisboa (2018) afirmou que na região ocorreram várias denúncias judiciais referentes à exploração e descumprimento das leis trabalhistas pelo Grupo Dass, somados a diversos relatos de assédio moral.

[...] as fábricas do Grupo Dass, Dilly e Clássicos do Nordeste em Vitória da Conquista foram as que os trabalhadores mais sofreram com as cobranças para alcance de metas. Os operários entrevistados foram unânimes em responder que as exigências das lideranças eram maiores na produção dos calçados da Nike, por possuir uma diversidade de detalhes. Os modelos da Puma viriam em segundo lugar. Por serem marcas famosas no mercado, a qualidade desses calçados deveria ser total, conjugada a um acelerado ritmo da produção. Os ex-trabalhadores desse grupo calçadista também se queixaram do tratamento que recebiam dos chefes na cobrança pela produção, sendo ofendidos por palavras de baixo calão. (LISBOA, 2018, p. 100).

A negação de direitos teve destaque entre as pesquisas, essa ofensiva do capital é tão intensa sobre o trabalho, que se tornou uma das estratégias mais recorrentes de obtenção de lucro. Lisboa (2018), ao analisar processos judiciais impetrados por trabalhadores baianos contra as indústrias, verificou que algumas mulheres iniciaram ações devido à violação dos benefícios sociais provenientes da licença maternidade ou mesmo por violação da segurança do trabalho, obrigadas a exercerem suas funções em condições insalubres.

A rotatividade de mão de obra também foi sinalizada como uma estratégia que previne tanto a organização dos trabalhadores, quanto benefícios de estabilidade. A prática de burlar a estabilidade temporária e economizar com encargos trabalhistas ficou nítido na pesquisa de Lisboa, que revelou demissões “por justa causa”¹⁸¹ sem motivações ou infrações por parte do trabalhador. O estudo de Lisboa (2018) mostrou que não era esporádica a estratégia de promover rodízio e/ou demissões de funcionários com estabilidade ou perto de consegui-la, utilizando-se de brechas na lei para retirar a obrigatoriedade de direitos de alguns grupos (grávidas, operários que sofreram acidentes de trabalho, sindicalistas, operários com muitos anos na empresa etc.).

Na manutenção dos operários juntos numa fábrica, é possível notar o controle subjetivo sobre eles, desde a fragmentação do pensamento de classe ao estranhamento com seus órgãos de representação. Lisboa (2018) afirma que esse estranhamento entre trabalhador e sindicato agravou a instabilidade da luta por direitos e fortaleceu as práticas de exploração sobre eles, contudo, tal estranhamento pode ser identificado como consequência das refrações sociais capitalistas.

[...] os sindicatos calçadistas baianos viveram desde sua fundação com a sombra do desemprego, visto que as indústrias de calçados que se instalaram nesse território foram, ao longo de sua atuação, migrando para outras regiões, ou declarando falência. Assunto que descrevi no primeiro capítulo. Vale destacar ainda que em muitos municípios baianos, as unidades calçadistas são a única e/ou maior unidade fabril em atividade. Trabalhadores, Estado e sindicatos vivem com constantes ameaças de deslocamento ou falência dessas fábricas. Nesse caso, o dilema do desemprego é assustador. O elevado rodízio da mão de obra também pode dificultar o trabalho de orientação sindical [...] há um processo alienante pelo qual passa um trabalhador ao ser contratado pelas empresas, ao considerar a situação de pessoa desempregada, o retrato da importância da fábrica em plano mundial e ainda a dificuldade de obtenção do trabalho, apesar de ser uma tarefa que qualquer um pode executar. O processo da admissão é um ensaio de recrutamento ideológico em que o iniciado aprende a ter orgulho em fazer parte da empresa. Nessa perspectiva, tudo isso desmoraliza o trabalho sindical nas empresas. (LISBOA, 2018, p. 99).

¹⁸¹“A acusação de ‘falta grave’, que resulta na demissão sumária ou na abertura de uma queixa trabalhista, certas vezes consistia em estratégia de um empregador desejoso de se livrar de empregados malquerentes, notadamente aqueles na iminência de alcançar a estabilidade, ou os estáveis que contrariavam normas disciplinares e a autoridade patronal, ou ainda aqueles que perdiam a confiança neles pessoalmente depositada pelo empregador”. (NEGRO; SOUZA, 2013 apud LISBOA, 2018, p. 47).

Reis (2015) encontrou a mesma realidade na Vulcabrás/Azaleia em Sergipe, por um lado havia pouca identificação entre operários e sindicato, por outro, parece nebulosa a imagem das funções da entidade para os sapateiros. Ao questionar o sindicato sobre a relação com os operários, obteve a seguinte resposta:

Encontramos os trabalhadores da Azaleia em um estado de coisas que para agente do sindicato foi um tremendo desafio. Primeiro, eles (em sua grande maioria) tinham medo da gente, quando começamos a nos aproximar diziam que iríamos acabar prejudicando a vida deles. Segundo os gestores da indústria nos monitoravam por meio dos próprios operários, muitos deles agiam em favor deles. Aí você imagine como era a situação. Porém, aos poucos conseguimos capitular muitos operários para filiar-se ao nosso sindicato. Era um tremendo alvoroço, eles (os operários) passaram a nos procurar para tudo: desde problemas relacionados ao chão da fábrica, até mesmo para nos contar o que nós poderíamos fazer em relação às pensões para os filhos. Aos poucos nos consolidamos no meio fabril da cidade. (informação verbal). (REIS, 2015, p. 89).

De forma similar Souza (2011) observou em sua pesquisa que a classe trabalhadora não apenas é fragmentada e fiscalizadora entre os seus pares, como também é culpabilizadora. Entre os operários foi notado que problemas oriundos do próprio sistema capitalista ou falhas da empresa são diretamente atribuídos aos colegas de trabalho. O trecho em questão retrata o olhar de um sapateiro em relação aos acidentes de trabalho com os colegas.

[...] muitas vezes é por culpa do operador mesmo entendeu? Que fica distraído não presta atenção no eu tá fazendo, aí não leva a sério, brinca mais do que trabalha. Eu acho que é por causa disso [...] é mais falta de atenção, porque as pessoas não querem fazer as coisas certas entendeu, porque se fizesse as coisa corretamente como pessoas seria de fato, eu acho que o nível de acidente seria baixíssimo. (SOUZA, 2011 p.219).

A autora, entretanto, testificou que os acidentes aconteciam em decorrência do rápido e insuficiente treinamento para operar máquinas e manusear produtos químicos, gerando severas queimaduras e amputações. O acúmulo de casos gerou a condenação da Azaleia por parte do Tribunal Superior do Trabalho.

A estratégia de ruptura ideológica de classe se mostrou eficaz nas indústrias calçadistas estudadas pela autora, que observou que poucos são sindicalizados.

As formas organizativas de trabalhadores da indústria calçadista a partir da realidade estudada revela que apenas uma pequena parcela de trabalhadores é sindicalizada, contabilizado 26% dos entrevistados [...] Quando foi perguntada a importância da participação no sindicato, a manifestação dos trabalhadores revelaram que é importante porque resolve direitos trabalhistas [...] porém não havendo uma postura de consciência de classe combativa (ampliando o processo de alienação e submissão do trabalho ao capital). A relação entre sindicato e trabalhadores se resume apenas ao

processo de sindicalização e não organização voltada para combater a precarização e degradação dos trabalhadores [...] (SOUZA, 2011, p. 224).

Consoante a Souza (2011), Alencar (2014) encontrou a mesma realidade de fragmentação de classe em Russas/CE entre os operários da Dakota, sobretudo pela categorização que os trabalhadores dão uns aos outros. Alencar (2014) mostrou, por exemplo, que os operários diretamente vinculados às produções nas esteiras se intitulam “peões” e acreditam ser a parte mais vulnerável da fábrica. O autor ainda demonstrou que a simbologia de segregação de classe é tão marcante e eficaz que a simples divisão de cargos (por exemplo) entre: gerente, contramestre, auxiliares, peão, agencia uma forte hierarquia no interior da fábrica, apesar de serem eles componentes da mesma classe, a simples utilização de fardamentos demarca no imaginário dos trabalhadores em “castas”.

A divisão do trabalho é expressa nas fardas dos trabalhadores, chamadas entre eles de bata. Cada função no processo produtivo tem uma tonalidade diferente de bata. A cor da bata reflete também a diferença no valor do salário que cada um recebe em troca do uso da sua força de trabalho. Com exceção do “peão”, todos os outros cargos da fábrica apresentam função de fiscalização da produção dentro da fábrica. (ALENCAR, 2014, p. 78).

A pesquisa foi reveladora, pois demonstrou que a diferença salarial entre esses trabalhadores é diminuta, por exemplo, do auxiliar para um peão, a diferença é de R\$ 10,00 no salário somado a horas de trabalho e ainda assim, o “peão” considera os demais cargos vantajosos e apresentam desejo de alcançá-lo, o que para tanto exige mais “dedicação” e “disciplina”. Isso demonstra que a estratégia de captação do subjetivo dos trabalhadores é eficaz e funcional ao sistema.

A disciplina e a passividade nos procedimentos de trabalho executado pelos operários são fundamentais à indústria, pois essas características permitem domínio simbólico e produtividade absoluta. Alencar (2014) observou que a crescente disciplinarização dos trabalhadores está vinculada a conquistas objetivas no trabalho (cargos, bonificações¹⁸² etc.) ou

¹⁸²A pesquisa de Lisboa (2018, p. 27) apresentou que a Ramarim na Bahia utilizava veículos de comunicação local para difundir a ideia de uma empresa benevolente, maquiando o fundamento de algumas concessões e benefícios aos sapateiros: “É possível perceber, mediante análise da matéria, como obrigações previstas em lei são mostradas como pura generosidade patronal, a exemplo do ‘valor simbólico’ pago por uma alimentação boa e saudável, preparada numa cozinha de ‘primeiro mundo’. A questão da alimentação vem sendo negociada por ajuste individual com o empregador ou por meio de normas coletivas (convenções e acordos coletivos e sentenças normativas). Em complemento a alguns direitos dos trabalhadores estabelecidos pela CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], os acordos individuais ou coletivos garantem ao empregado o fornecimento de alimentação ‘in natura’, ou mediante vales (também chamados de tíquetes refeição ou alimentação), conforme estabelece a Norma Regulamentadora (NR-24)”.

mesmo ao prazer simbólico (premiações, títulos etc.) propiciado pela “boa moral” do trabalho tipicamente propagado pela ideologia toyotista¹⁸³.

Tais procedimentos, mesmo representando precariedades da especialização flexível no controle do trabalho, é uma manifestação do controle rígido da produção, materializada pelo fordismo. É o modelo da estrutura de poder que evolui, segundo Gaudemar (1991), em sistemas disciplinares amplamente hierarquizados, que se caracterizam por determinados ciclos, entre eles, a) o ciclo panóptico³⁹; b) o ciclo de disciplinarização extensiva; c) o ciclo de disciplina maquinica e d) o ciclo de disciplina contratual. A cada um desses ciclos corresponderá uma figura exemplar: a fábrica-fortaleza (experimentos benthamianos de disciplinamento do trabalho); a fábrica-cidade (paternalismo patronal além da fábrica); a fábrica-máquina (taylorismo-fordismo) e a fábrica-democrática, em que se destacam o merchandising, o contratualismo e a delegação da disciplina aos sindicatos. (ALENCAR, 2014, p. 80-81).

Já Souza (2011) verificou o “paternalismo patronal”, a “democracia da fábrica”, ao questionar trabalhadores na Bahia sobre disciplina e produtividade, a autora verificou como a dinâmica toyotista cria entre os operários um clima de competitividade e ritmo no trabalho:

[...] quando a gente tem assim, produtividade boa, a gente ganha sapato, ganha essas coisas entendeu? [...] Se tirar produção todo dia. Toda semana tem sorteio de prêmio. Todo final do ano, eles fazem assim proposta para os operadores, aquelas pessoas que não tiver falta durante esses seis meses, concorre. Esse final de ano vai concorrer casa, por exemplo, você vai escolher um cômodo da sua casa que você queria mudar entendeu, para ganhar tudo novo, sofá, cama, qualquer lugar que você escolher vai ganhar tudo novo. Eles pegam as coisas velha da sua casa e bota tudo nova, pra aqueles que não tem falta, não tem nada. Fora isso ainda vai ter sorteio de geladeira, fogão, micro-ondas e outras coisas lá...tênis essas coisas entendeu. Ai, isso aí também pra proporcionar o operador a ter mais vontade de trabalhar entendeu, porque aqui geralmente o pessoal falta muito, todo dia é muito índice de atestado dentro da fábrica, aí já faz isso para ajudar. (SOUZA, 2011, p. 215-216).

Se no interior da fábrica a exploração do trabalho tem tomado molduras cada vez mais sofisticadas, fora dela a precarização do trabalho é certamente mais ampla. Isso se manifesta, por exemplo, na terceirização de alguns produtos dos calçados a ateliês, bancas, ou trabalhos domésticos¹⁸⁴ solicitados de forma volátil. Ao analisar essa dinâmica Navarro (2004) afirma

¹⁸³ “Isso significa o controle ‘moral’ que exige a colaboração e ritmo do trabalho em grupo aliadas ao ritmo da esteira. Nessa linha de raciocínio, o estudo da disciplina e da forma de controle da força de trabalho permite evidenciar as complexas relações sociais que constituem e conformam o processo de trabalho como um momento de valorização do capital [...]. A disciplina compreende uma estratégia reguladora de sua configuração e operatividade, múltiplas estratégias e complexa adaptação destinada a obter a adequação produtiva do comportamento do trabalhador (SANTOS, 2010). Isto se evidencia ao constataremos que, na fábrica, os trabalhadores operam no ritmo da esteira e, para que ela não pare de funcionar e favoreça uma acumulação ‘ótima’, a coerção moral se torna uma prática recorrente na fábrica.” (ALENCAR, 2014, p. 83).

¹⁸⁴ “O trabalho a domicílio é uma outra modalidade de trabalho que torna as relações mais precárias e a saúde dos trabalhadores e seus familiares mais vulnerável. Nas visitas realizadas a residências de trabalhadores onde é realizado o trabalho para as fábricas de calçados pode-se observar como se dá a invasão do espaço doméstico pelo trabalho assalariado. Máquinas e equipamentos, muitas vezes improvisados para o desenvolvimento das

que seu principal atributo é o caráter incerto dos trabalhos solicitados em grande escala a sapateiros. Estes são desprotegidos e vulneráveis a oscilações de pedidos (chegam a trabalhar 10 horas por dia sem folga por toda semana e quase sempre sem carteira assinada e sem garantias de direitos), podendo mês ter grande volume de trabalho, mês trabalho nenhum. Tal realidade foi expressa no território de Campina Grande/PA por Almeida (2011) e por Alencar (2014) em Russas/CE.

Já Lisboa (2018) revelou que a terceirização dos serviços (e trabalhadores) é marcante na Bahia no interior das fábricas. As fábricas que têm maior volume de metas estão concentradas nos municípios mais interioranos¹⁸⁵, justamente para reunir todas as características de operários funcionais aos objetivos da empresa. É importante visualizar que apesar das pesquisas não encontrarem ou sinalizarem formas de trabalho escravo diretamente no interior da indústria, práticas de profunda exploração foram encontradas, bem como, estratégias para burlar a legislação social na contratação de serviços que têm natureza híbrida, formalmente legais, mas que ferem profundamente o trabalho decente.

Alencar (2014), ao verificar tal realidade no Cerará, identificou todo esse processo de terceirização e subcontratação legal, obscurecendo a essência do trabalho precarizado. O pesquisador demonstrou a marca do capitalismo de produzir formas modernas de exploração do trabalho. Um exemplo emblemático, particular da região de Russas/CE, foi a emergência das “enfiadeiras¹⁸⁶”. São mulheres “donas de casa” inseridas em uma espécie de cooperativa, que trabalham em suas próprias residências e basicamente produzem peças “em seu horário

atividades, ocupam o espaço do lar e, além de subtrair do trabalhador e de sua família a privacidade, colocam em risco a saúde dos que ali vivem e trabalham: o cheiro da cola, o pó do couro, o ruído das máquinas que permanecem em funcionamento até mesmo em período noturno e em finais de semana são indicadores suficientes para se afirmar que o aumento da informalização do trabalho neste setor, além de precarizar as relações de trabalho agrava também as condições de trabalho, saúde e qualidade de vida dos trabalhadores e de seus familiares (não nos esquecendo de lembrar que as famílias são compostas também por idosos, pessoas doentes, neonatos e crianças de idades variadas).” (NAVARRO, 2004, p. 7).

¹⁸⁵ “Nas cidades baianas as fábricas do Grupo Dass produzem, via terceirização, componentes e materiais esportivos para marcas multinacionais como Nike, Kappa, Umbro, Adidas, TryOn, Fila e Converse (All Star). Em 2017 possuía 14 fábricas, sendo 12 no Brasil. Na Bahia, as unidades estão instaladas em Vitória da Conquista (2003), Santo Estevão (2001) e no município de Itaberaba (1998). No exterior existe uma unidade fabril na Argentina e outra no Paraguai. Este grupo emprega mais de 6.000 trabalhadores na Bahia.” (LISBOA, 2018, p. 25).

¹⁸⁶ São mulheres artesãs que assumiram a função do enfiado, “[...] subcontratadas para serviços auxiliares em peças de calçados. Elas recebem por peça e o volume de trabalho que realizam é aquele solicitado pela fábrica, que também estipula a remuneração pelo trabalho executado. Também são responsáveis pelo acabamento dos calçados, pela confecção de acessórios e de detalhes que permitem as variações de modelos, entre outras funções. Desse modo, o planejamento e a execução da produção, antes restritos ao espaço fabril, assumiram novas dimensões [...] A imagem das enfiadeiras na paisagem se tornou comum na cidade de Russas. São várias mulheres, na sala ou na calçada de suas casas, ornamentando os calçados da Dakota, de sandálias a botas de couro. Entre um ou outro afazer doméstico, elas realizam o enfiado. Estão espalhadas por todos os bairros da cidade, atribuindo novos elementos à paisagem urbana.” (ALENCAR, 2014, p. 83-84).

livre”, geralmente são responsáveis por executarem a parte mais demorada e trabalhosa de calçados, tendo em vista que, se fossem realizados no interior da fábrica demandaria mais tempo dos operários. A substituição do trabalho operário fabril pelo trabalho domiciliar tornou-se parte ineliminável do acabamento das peças (muito demorado e detalhado), antes tal acabamento era feito no ambiente da fábrica e foi repassado para essas mulheres (moradoras da cidade, geralmente da periferia). Tornou-se uma estratégia extremamente lucrativa para a Dakota, já que essas mulheres

[...] recebem por peças e volume, quanto mais produz mais ganha calçado às costureiras domiciliares, ao tratar do repasse da produção do calçado às costureiras domiciliares, informa que essa é a forma de trabalho mais precária encontrada entre os vários tipos de terceirização do setor. Também é a que possui menor rendimento, além de não ter nenhum direito trabalhista e representar um valor simbólico de ser um trabalho complementar à renda da família. (ALENCAR, 2014, p. 83).

O tempo de serviço (em média duas horas por par) em relação ao retorno financeiro¹⁸⁷ destas mulheres (em média 500 enfiadeiras) e suas famílias revela a essência do trabalho explorado na sociedade capitalista.

Ademais, o fato das enfiadeiras estarem situadas na categoria de trabalho familiar esconde e camufla uma situação de exploração, de baixos salários e de extração de um trabalho presente na cidade. A fábrica, como síntese de um novo contexto espacial, amplia o tamanho da unidade produtiva, adentrando no bairro, na casa e na esfera familiar das trabalhadoras. (ALENCAR, 2014, p. 87).

A partir destas relações encontradas em Russas/CE, em que trabalho e domicílio se confundem, verifica-se o que outrora Marx (2010) apontou sobre a captação de todas as dimensões pessoais do operário. O desdobramento dessa relação implica na apropriação de mais valia relativa sem mesmo levar o trabalhador à fábrica, esses sujeitos estão integralmente a serviço do lucro do capital.

Alencar (2014), ao analisar esse fenômeno, afirma que o preço da força de trabalho dos sapateiros não se vincula apenas aqueles que estão na formalidade, antes, se relaciona ao barateamento de todos que estão em disponibilidade, o “[...] trabalhador vende, além da força de trabalho, sua submissão ao capital. O capitalista compra a subordinação do trabalhador a

¹⁸⁷ Segundo Alencar (2014, p. 86) a contratação das enfiadeiras fica a cargo de um casal de gaúchos, funcionários da fábrica e estabelecem um sistema de pirâmides: “Esse casal, ao receber a encomenda da Dakota, a delega para um grupo de cinco a seis pessoas que ficam responsáveis em distribuir para as enfiadeiras a produção e receber das mesmas os calçados já adornados, efetuando o pagamento pelo que foi produzido. O faturamento desse grupo de cinco pessoas gira em torno de 20% do arrecadado com a produção final de suas respectivas enfiadeiras. O valor é pago por par decorado, que varia de R\$ 0,09 a R\$ 1,80, [...]. Quanto mais fizerem, maior o rendimento, que gira em torno de R\$ 800,00 por mês [...]”.

determinadas normas de comportamento e, conseqüentemente, ao poder empresarial.” (ALENCAR, 2014, p. 44).

Já Reis (2015), ao estudar as relações de trabalho em Sergipe, verificou como a indústria conseguiu “modernizar” sua forma de exploração, semelhante ao que Navarro (2004) afirmou ser a “quarteirização” do trabalho:

A unidade de Itaporanga era muito boa para os patrões, lá eles tinham um prato cheio. Por que os trabalhadores não trabalhavam apenas na fábrica, muitos deles trabalhavam também em casa fazendo atividades artesanais que depois a Azaleia adquiriria e industrializava. Quando não eram os próprios trabalhadores da fábrica que faziam isso, eram as mulheres desses trabalhadores as responsáveis pelos artefatos. Antes mesmo da fábrica se instalar, algumas moradoras da cidade já faziam essas atividades, quando a fábrica chegou, elas passaram a cooperar com a fábrica. Isso possibilitou a Azaleia a criar produtos em duas áreas, dentro e fora da fábrica (informação verbal). (REIS, 2015, p. 85).

A contratação de ateliês¹⁸⁸ domésticos credenciados ou clandestinos tem a função de reduzir custos de parte da produção sobretudo com corte de recursos humanos no interior da fábrica (atividades intensivas em mão de obra). “As empresas, ao transferir para fora de seus muros o trabalho, transferem também, de forma eficiente, os problemas, se desresponsabilizando de todo e qualquer direito social.” (NAVARRO, 2004, p. 6). As consequências imediatas desse tipo de trabalho são: as condições de trabalho insalubres, os ateliês pouco ou nunca recebem técnicos de segurança do trabalho, existência de uma nítida confusão entre o que é pessoal e o que é trabalho, já que os “as dimensões de ambientes” se confundem quando as atividades se instalam nas casas.

A subcontratação, terceirização/quarteirização legal ou ilegal foi verificada em quase todo Brasil (RS, SP, BA, SE, PA, SE, CE), mas tem sido mais crescente no NE, a precarização no setor sempre esteve presente e tornou-se ainda mais complexa para os trabalhadores nordestinos após a reestruturação produtiva¹⁸⁹ (NAVARRO, 2004; ANDRADE, 2015; LISBOA, 2018; ALENCAR, 2014; REIS, 2015; ALMEIDA, 2011).

¹⁸⁸ “As bancas e os ateliês são muito heterogêneos no que se refere ao tamanho, número de empregados e na forma de relação de trabalho estabelecidas com seus funcionários; coexistem unidades que empregam centenas de trabalhadores sob relações formais de trabalho com unidades menores, que funcionam em fundos de quintais, que empregam trabalhadores sem contrato formal de trabalho, registrado em carteira e, onde as condições de trabalho são extremamente precárias, insalubres e inseguras, com jornadas de trabalho superiores a dez horas diárias, sem folgas semanais.” (NAVARRO, 2004, p. 7).

¹⁸⁹ “[...] podemos afirmar que o processo de reestruturação produtiva no setor calçadista tem se pautado muito mais pela adoção de mudanças organizacionais que resultaram em diminuição de postos de trabalho e na transferência de trabalho para ser realizado fora dos limites físicos da fábrica, ou seja, pela crescente exploração do trabalho informal, precarizado, subcontratado que passa a ser referido pelo neologismo ‘terceirização’.” (NAVARRO, 2004, p. 6).

A exemplo disso, pode-se observar a pesquisa de Almeida (2011), que revelou a tradição da informalidade no território de Campina Grande, onde, após a ampliação de grandes indústrias do ramo, houve também o avanço da informalidade de fábricas pequenas.

Atualmente, Campina Grande é formado por um número grande de micro indústrias calçadistas informais ou usualmente chamadas de fábricas de fundo de quintal, em que se assenta uma estrutura produtiva industrial, concomitantemente com um domicílio residencial. A constituição deste tipo de atividade procede do fato desta indústria ser pequena e sem condições de pagamento das obrigações aos governos federal, estadual e municipal. As obrigações com o próprio funcionário também não são pagas, pois geralmente o seu salário fica aquém do estabelecido por lei, visto que este pagamento é feito pela sua produtividade que se constitui muito pequena em virtude da baixa tecnologia das fábricas. (ALMEIDA, 2011, p. 62-63).

De forma geral Almeida (2011) caracteriza a produção calçadista de Campina Grande como quase artesanal, no qual, os sapateiros são mal remunerados e desprotegidos de leis trabalhistas (com salário abaixo do mínimo, desregulamentado, volátil, ou seja, de acordo com a produção), completamente distantes de qualquer organização sindical, disperso de localidades e modelos tradicionais de produção.

Uma particularidade interessante dessas fabriquetas é a reincidência de trabalho em torno do núcleo familiar¹⁹⁰ Almeida (2011) verificou que o dono da fábrica é também funcionário (e mestre, já que ensina as etapas de produção e produz junto aos demais sapateiros), de forma que a relação patrão/operário destoa da configuração clássica presente na estrutura capitalista. Além disso, a autora revelou que a fábrica é mantida por seu dono, que concilia às vendas de calçados com outra fonte de renda, dada a margem baixa de lucro.

Tanto nos trabalhos informais quanto nas indústrias formais é possível observar a consequência das estratégias capitalistas com refrações importantes sobre a saúde dos trabalhadores. A prova empírica de que o capital paulatinamente toma para si todas as dimensões do trabalhador, pode ser observada na pesquisa de Almeida (2011), Reis (2015) e Lisboa (2018), que apresentaram dados importantes neste aspecto.

[...] cerca de 200 ou 300 pessoas dos 4000 funcionários que existem na empresa, estão afastados por DORT93. Conta de lesões como LER essa doença pode ter sido ocasionada não só pelas repetições das atividades, mas também, como num dos relatos dos sindicalistas entrevistados, por haver ocasiões em que os trabalhadores passam cinco horas sem fazer necessidades fisiológicas e sem beber água, e por serem submetidos a temperaturas absurdas do maquinário. (REIS, 2015, p. 101).

¹⁹⁰ É importante ressaltar que Almeida (2011) ao referenciar algumas dessas fabriquetas como de “produção familiar”, não exclui a existência de outros sapateiros não pertencentes ao núcleo. A característica fundamental apontada pela autora é o número baixo de trabalhadores (desprotegidos), pertencentes ou não ao mesmo grupo familiar. Com isso, as fabriquetas não podem ser analisadas como fábricas capitalistas tradicionais, mas estão inseridas na sociabilidade capitalista, ocupando lugar de subalternidade na produção.

A pesquisa de Souza (2011) também apontou as problemáticas de saúde (acidentes de trabalho) dos trabalhadores, como mutilações, corte de membros inferiores, perfuração das mãos, queimaduras, evidenciando a negligência da empresa tanto no treinamento dos operários quanto no suporte aos acidentados. Somada a esta realidade, a pesquisadora identificou que existiram controvérsias e insegurança nas respostas dos operários para denunciar esses acontecimentos sob pena de perder emprego.

Lisboa (2018) examinou que as problemáticas referentes à saúde dos trabalhadores eram tão recorrentes, que o sindicato apelou a prefeituras municipais e outros órgãos trabalhistas, exigindo adequação à lei das empresas. Tal ação seria tão onerosa que uma das fábricas¹⁹¹ retirou sua produção do município e migrou¹⁹² para outros com menos organização sindical. Para além disso, identificou a prática recorrente de demissões de operários que adquiriam doenças na atividade laborativa:

A compreensão de como empregadores demitiram funcionários portadores de Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho-DORT. Em vista disso, empregados acusaram patrões por não garantir condições necessárias à execução de seu trabalho. Foi possível entender ainda que muitos empregadores se recusaram a emitir o CATS (Emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho) para o trabalhador adoentado em função da atividade laborativa. Nesse caso, era entregue pela empresa apenas um atestado de afastamento do trabalho, que leva o empregado a fazer gozo de auxílio doença, e não de auxílio doença acidentário. (LISBOA, 2018, p. 51).

Problemas na saúde mental dos trabalhadores também foram identificados, tendo em vista a dificuldade de permanência de vínculos familiares¹⁹³, já que, o baixo salário permitia (apenas) a reprodução material dos operários; Souza (2011) demonstrou isto em sua pesquisa ao sinalizar que os trabalhadores voltavam para cidades de origem a cada três ou quatro meses, paralelo a jornadas de trabalho que chegavam a 14 horas (contabilizando hora extra) e o “serão” aos sábados e domingos. Caracterizam-se por se tornarem operários sufocados pelo cotidiano irrefletido, no qual, o capital permite apenas a reprodução fisiológica enquanto as dimensões políticas, espirituais são aniquiladas.

¹⁹¹ Já a empresa afirmou as demissões por justa em razão de: faltas e indisciplinas, abandono de serviço, entrega de atestado falso, flagrante de roubo, agressão física (LISBOA, 2018).

¹⁹² “[...] Alguns exemplos dessas migrações podem ser considerados. A Parabela Calçados entre 2004 e 2005 encerrou todas as unidades produtoras nas cidades de Itaberaba, Rui Barbosa e Jacobina. Os motivos apresentados pela empresa foram a não aceitação do movimento sindical e as exigências feitas pelo governo em relação a fatores relacionados à saúde do trabalhador.” (LISBOA, 2018, p. 25).

¹⁹³ Muitos dos trabalhadores baianos das indústrias de calçados eram migrantes de outras regiões ou cidades (SOUZA, 2011).

Em Sergipe, Reis (2015, p. 96) detectou fenômeno semelhante, afirma que os trabalhadores que “[...] adoecem precocemente, trabalham uma quantidade absurda de horas extras e sofrem assédio moral. Ainda há muitos funcionários com distúrbios psicológicos devido às condições as quais são submetidos (informação verbal)”.

Acerca da informalidade, Almeida (2011) registrou problemáticas ainda mais graves, revelou que as condições de trabalho são deletérias e os acidentes constantes. As horas de trabalho são altíssimas, já que, esses sapateiros “optam” por não parar em feriados ou finais de semana, em razão de receberem por produtividade. Almeida (2011) apresentou o percentual de trabalhadores que excediam a carga horária de trabalho em Campina Grande:

Com relação às horas de trabalho esses indivíduos inseridos no setor calçadista informal [...] trabalham de 8 a 9 horas por dia, um total de 63% dos proprietários, o equivalente a 73% dos funcionários. Entretanto, há uma parcela considerável desses indivíduos, que trabalha 10 horas ou mais ao dia, um total de 29% para os proprietários e, e 18% para funcionários. É importante salientar que há donos de fábricas que chegam a trabalhar 17h, e quanto a funcionários o máximo encontrado foi 13h [...] (ALEMEIDA, 2011, p. 89).

É importante desacatar que o universo de análise da autora mostrou-se bastante híbrido (quanto a estrutura, número de trabalhadores e destino da produção). Em sua narrativa demonstrou muitas particularidades na estrutura produtiva das “fábricas”. Tais particularidades (que a autora não explora) demonstra que esse circuito de produção calçadista, não pode ser analisado (por completo) na moldura *stricto sensu* da fábrica capitalista. É possível compará-las no quesito da precarização do trabalho, enquanto refração da exploração capitalista¹⁹⁴, e portanto, inerente a esta sociabilidade. Mas que a estrutura clássica apresentada por Marx (2010) não se encontra nestas manufaturas; a própria estrutura física revela a dissonância.

São fábricas de fundo de quintal (alugadas ou nas próprias casas dos donos) têm como atributos fundamentais o pequeno número de trabalhadores, os espaços pequenos e isentos de segurança (pessoal ou estrutural), inexistência de formalidades legais com o governo ou leis trabalhistas (salário fixo ou misto). Esses sapateiros geralmente não têm curso profissionalizante e exercem a função de sapateiros a partir de experiências passadas em

¹⁹⁴A autora não apresentou detalhes sobre as formas de absorção de mais valia relativa, tão pouco a forma de “organização” ou relação dos trabalhadores com os patrões. De modo que qualquer inferência se torna perigosa, no sentido de plagiar a pesquisa original. O que se pode concluir com os elementos oferecidos, é que, no contexto de produção informal, há uma submissão destas pequenas fábricas em relação às grandes indústrias da região, não sendo possível uma análise das mesmas categorias em ambos os casos. O ponto de contato estabelecido, é a precarização do trabalho, esta como condição de acumulação do capital, que no caso das fábricas informais (em que os donos “deveriam” assumir o papel de capitalistas) são subservientes a acumulação da grande indústria e sofrem todas as refrações da precarização como qualquer um de seus funcionários.

fábricas formais. A pesquisa registrou um pequeno número de fabriquetas em que não há mais que um trabalhador, sendo o próprio dono quem executa todas as etapas do processo produtivo, semelhante aos primórdios da profissão nas manufaturas.

O crescimento dessas fábricas se deu principalmente nos anos 2000 e geralmente sua produção é direcionada ao mercado local¹⁹⁵, bem como são contratadas para prestarem serviços a grandes indústrias. Enfrentam diversos problemas que vão desde as irregularidades legais ao baixo capital para investimento em maquinário, deixando-as sempre à margem da economia industrial paraibana.

A síntese que pode ser apresentada é que tanto as indústrias formais quanto as informais não têm respeitado as formas de trabalho decente e dentro das estratégias de competitividade, os gastos referentes ao trabalhador são sempre o principal veículo de lucro e principal reflexo do embate capital x trabalho. Os déficits de trabalho decente¹⁹⁶, quais sejam: Salário/rendimento adequado e trabalho produtivo, jornada de trabalho decente, conciliação entre trabalho e vida pessoal e familiar (ou seja, equilíbrio entre trabalho e demais dimensões objetivas do trabalhador), Estabilidade e Segurança no Trabalho, Igualdade de Oportunidades e de Tratamento no Emprego, Ambiente de Trabalho Seguro, Seguridade Social Diálogo Social e Representação de Trabalhadores e Empregadores, têm sido cada vez mais evidentes (OIT, 2020). Apesar da legislação trabalhista, que condena muitas práticas de trabalho presentes no setor calçadista, o que se percebe é que as brechas institucionais que vêm sendo abertas com a ideologia neoliberal e as formas de produção flexível reatualizam formas de trabalho análogo ao escravo no contexto da cadeia produtiva (ALENCAR, 2014; SOUZA 2011; REIS, 2015).

Por fim, é importante compreender que os autores analisados demonstraram o grande poder simbólico que as indústrias têm sobre o imaginário dos trabalhadores nordestinos, principalmente aqueles que residiam em zona rural. As pesquisas de Lisboa (2018), Alencar (2014), Reis (2015) e Souza (2011) expressaram que os trabalhadores viam nas indústrias a possibilidade de mobilidade social, de forma mais acentuada no caso de jovens, o que implicava numa contradição, já que, partes destes jovens ao iniciarem o trabalho nas indústrias abandonavam a educação formal.

Souza (2011) demonstrou a ambivalência de tal processo, se de fato a “cidade” poderia ofertar novas oportunidades, nela também esses operários passavam por novas formas de exploração. Reis (2015, p. 95) também salientou que a ideia de ascensão social era nutrida por

¹⁹⁵ Em razão do baixo custo de venda para comércios locais, Almeida (2011) afirmou que essas fabriquetas se submetem a aceitar encomendas das grandes indústrias locais para garantir escoamento da produção.

parte dos jovens sapateiros sergipanos, influenciados “[...] pelo discurso enraizado de que a ocupação do espaço pelo Capital é também a oportunidade para o crescimento socioeconômico [...] Eles se tornam presa fácil para que a mobilidade possa ser praticada sem uma defesa prévia e programática de sua classe.”.

Apesar das particularidades das regiões, foi possível observar um panorama geral do que as indústrias de calçados provocaram no NE do Brasil.

[...] criação e introjeção transformação do imaginário do homem para o trabalho industrial e não agrário. Além disto, ressalta-se que as modificações [...] não se expressam somente em seu arranjo espacial e econômico, mas também na sociabilidade, introduzindo uma nova visão de mundo bem alinhado com a produção de homens para a produção industrial, a produção de homens no sentido da normatização das relações sociais necessárias para a manutenção da atividade industrial. Isso se torna evidente quando observamos as novas relações de trabalho derivadas da atividade industrial calçadista que se ampliou tanto na zona urbana como na zona rural de Russas e de municípios vizinhos, influenciando não somente o aspecto da produção de calçado, mas, sobretudo, a maneira de viver e de se pensar o mundo [...] Em suma, o dito discurso modernizador, que fundamentou o projeto de modernização do estado via industrialização, materializou-se nessa cidade nos contornos de uma urbanização demográfica (SANTOS, 2010) propulsora de uma proletarianização da cidade e da força de trabalho empregado no processo produtivo. (ALENCAR, 2014, p. 207-208).

Nos municípios onde essas indústrias chegaram, existiu a presença marcante de um hibridismo entre rural e urbano, nesse momento que os trabalhadores também experimentam a transição abrupta dos seus espaços e as formas de penetração do capitalismo em suas relações sociais. Alencar (2014) apontou como isso se manifestou em Russas na transformação frenética que a indústria causou inserindo esses operários no movimento¹⁹⁷ constante de circulação e consumo de mercadorias, abertura desorganizada de pequenos comércios, endividamento progressivo, expansão do consumo com cartão de crédito etc. *Pari passu* a esse aparente progresso repleto de benefícios, a indústria trouxe consigo a violação de diversos direitos, a exemplo da negação de moradia digna (esses trabalhadores se amontoam em casas ruins e periféricas), expansão de alugueis clandestinos, urbanização sem ampliação de serviços

¹⁹⁷ Alencar (2014, p.117) apresentou como esses trabalhadores impactaram todo rendimento da cidade por meio do avanço no consumo quantitativo e qualitativo a partir da expansão de supermercados, lojas, transportes, empregos formais, operações bancárias, mercado imobiliário. “Para Russas, no entanto, somado a essas transformações, está a força da indústria de calçados alavancando a economia urbana e conduzindo o município e a cidade a um ritmo mais acelerado de obtenção de renda e consumo, que está mudando o quadro socioespacial e urbano anteriormente vigentes [...] observa-se também a modernização das formas de comercialização mediante a inserção do cartão de crédito na vida cotidiana dos funcionários dessa empresa, permitindo a esses funcionários a aquisição de mercadorias e serviços através das compras parceladas a crédito, culminando na presença do capital financeiro na economia urbana de Russas.”.

públicos (saneamento, educação, saúde, transporte). A (des)organização da cidade denuncia a permanência da condição do trabalhador em meio ao progresso da indústria.

Como resultado observa-se o aparecimento de inúmeros vazios urbanos abrindo frente à problemas relacionados a especulação influenciado por uma falta de um planejamento urbano eficiente [...] a cidade [...] vem crescendo acompanhando a tendência de crescimento das cidades brasileiras, espraiando sua territorialidade sem planejamento, seu tecido urbano ora acompanhando o rio ora a rodovia, gerando muitas discontinuidades. (ALENCAR, 2014, p. 206).

Alencar (2014), Souza (2011), Reis (2015) e Lisboa (2018) demonstram isso afirmando que os trabalhadores se alocam na extremidade da cidade, o que vem ocorrendo de forma rápida e intensa, com a expansão majoritariamente horizontal, viabilizada através da criação de novos loteamentos distantes da área central.

É importante ressaltar que, apesar das práticas adotadas para obtenção de lucro no setor calçadista serem fruto de uma demanda internacional, resultado da mundialização do capital e, portanto, seguem a lógica geral da lei do valor, as particularidades de cada região carecem de análise minuciosa, pois a realidade regional é um componente importante da compreensão da totalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arrolar os elementos históricos e teóricos até aqui possibilitou a compreensão dialética daquilo que movimenta o capitalismo e altera as dimensões que o constituem. A crise estrutural do capital é o seu lugar de reconfiguração histórica, como exemplo mais recente a reestruturação produtiva. As diversas abordagens sobre “as crises” podem expressar de maneira imediata uma nova estrutura essencial deste fenômeno, a forma como elas se mostram no capitalismo contemporâneo bem como os tratos “pós-modernos” da temática imputam a falsa ideia de novas crises num novo capitalismo. O surgimento constante de estratégias econômicas, novas teorias propagadas por universidades e veículos de comunicação como alternativas eficazes “de que é possível” barrar as crises no capitalismo demonstram a funcionalidade política e ideológica para a manutenção daquilo que é material. Contudo, essas ideias são anuladas na medida em que se compreende que o capitalismo estruturalmente continua o mesmo, não obstante suas particularidades históricas. Defende-se que atualmente as crises na sociabilidade capitalista apresentam metamorfoses de acordo com os condicionantes políticos, manifestações sociais e conjunturais, mas que, de forma alguma representam a alteração essencial do que são. Pois elas são apenas uma das faces inelimináveis das contradições imutáveis do capitalismo.

É factual que, sendo a crise inerente ao sistema, (e no contexto de mundo globalizado ela aparece em todas as nações) tem particularidades mais perversas nas nações “dominadas”. A complexidade das refrações de crises cumulativas elevou-se a um grau tão profundo que se visualiza sua ação nos países cênicos, demonstrando que as respostas dadas anteriormente (keynesianismo, neoliberalismo etc.) foram e são ineficazes para a alteração das frequentes longas ondas de estagnação. A crise estrutural aprofunda e é estourada por tantas outras crises, os pequenos “sucessos” em sua superação são ineficazes a longo prazo, o que expressa a servidão global a este sistema (ANTUNES, 2015).

Está claro que a expressão mais aguda do atual estágio do capital é a crise em decorrência da financeirização econômica e a instabilidade causada por ela. A despeito desse cenário, a classe burguesa não regride nas ações incessantes por superlucros, o resultado é a soma de problemáticas estruturais, como agravamento da questão social. A tônica é a privatização de lucros e a socialização de riscos havendo um caos sem limites, que vai desde a deterioração da vida social e subjetividade dos trabalhadores à destruição continuada dos recursos naturais, resultando naquilo que Harvey (2002) chamou da compressão do espaço-tempo.

A crise (dentro da crise) mais recente, do sistema imobiliário norte-americano demonstrou que “Tudo que parecia sólido se liquefaz, encontrando-se o capitalismo em forte processo de liquefação.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 11). O capitalismo, na sua sede de valorizar capital tem poderes quase irrestritos, é expansionista, incontrolável e altamente destrutivo.

Defende-se que mesmo diante das refrações perversas da crise, ela também representa o renascimento de estratégias cada vez mais complexas no interior do sistema, e não são/serão elas as responsáveis pela transição para uma nova forma social, mas sim, a intervenção política e social do conjunto de trabalhadores. Destarte, a movimentação social em favor de uma nova forma/ordem de produção e regulação, depende da atuação dos sujeitos sociais (MARX, 2010). A capacidade do conjunto de trabalhadores mobilizarem a estrutura econômica, torna para o capitalismo, a missão de destruir a formação política progressista destes, fundamental para o fortalecimento/perpetuação do sistema.

Diante do exposto, é possível verificar na realidade dinâmica da divisão internacional do trabalho, na materialização das contratendências aplicadas pelo capital, na regressão dos direitos sociais e na maximização da lei contraditória fundamental do capital, como a essência de ampliar lucros tem elevado as desumanidades capitalistas. Em concordância com Mandel (1985) e Chesnais (1996), verifica-se que os impactos desse avanço têm refrações mais complexas nos países de Terceiro Mundo, que historicamente vêm transferindo seu poder político e econômico às grandes nações. Tal esboço oferece a demonstração clara que no contexto de desordem e desequilíbrio do capitalismo, a condição de “igualdade” entre as nações acontece historicamente/unicamente no momento em que até mesmo os países cêntricos experimentam o impacto das crises. Ainda assim, é importante compreender que os desdobramentos desse cenário se refletem de forma diferenciada de acordo com o contexto sociopolítico de cada país, ou região, pois apresentam suas singularidades, estas puderam ser observadas tanto no estudo acerca da industrialização do Brasil, como na análise de suas disparidades regionais por meio da apreciação das pesquisas. De sorte que, as repercussões do processo de internacionalização e globalização da economia, o desemprego estrutural e as transformações técnico-científicas da produção de bens e serviços, ao tempo que produziram avanços que atendem às novas exigências do capitalismo mundial, têm produzido e agravado os problemas sociais e econômicos, em especial, dos países periféricos e mais ainda em regiões periféricas como o NE brasileiro, e isto se evidencia na crescente disparidade social e regional revelada pelo aumento da miserabilidade e dos baixos níveis de vida da população (ANTUNES, 2015).

Reitera-se neste momento que os elementos até aqui apresentados não são capazes de trazer a plenitude dos fenômenos esboçados nas nove dissertações apresentadas, antes, caracterizam o esforço de síntese daqueles que são mais relevantes à atual condição da cadeia calçadista no Nordeste. Em referência a tal síntese, pode-se esboçar dados similares entre os trabalhos e também, particularidades.

De forma geral, os resultados da análise das dissertações demonstraram que as estratégias desenvolvidas sejam de natureza tecnológica ou organizacional, tinham objetivo de projetar a competitividade das indústrias. Foi possível verificar que os pesquisadores identificaram avanços na inovação de acordo com a amplitude e porte da empresa, verificou-se que aquelas com maior poder de internacionalização de suas atividades eram também as que aderiam a inovações tecnológicas mais cedo, tanto no que se refere a equipamentos e maquinário de ponta, quanto ao estabelecimento de relação com grandes fornecedores desses instrumentos. Os dados apresentados nas pesquisas demonstraram sob o panorama de grandes e pequenas indústrias como tem se ampliado e refinado o conceito de estratégias e as formas como cada empresa a comanda, as indústrias têm em comum o objetivo de atingir competitividade, mas que, não há necessariamente um padrão de adoção de estratégias única, cada uma se adéqua ao objetivo fim da empresa. Conquanto algumas empresas tenham se beneficiado da internacionalização do capital em 1980, a reestruturação em 1990 fez muitas delas adotarem o caminho de volta, ou seja, buscar novamente espaço no mercado interno, pelo risco que as exportações vêm apresentando. Sendo assim, foi possível observar que ao longo de cinco décadas (1980-2020) a compreensão de mercado e estratégia de paradigma competitivo do setor mudou significativamente, é possível concluir que as estratégias mudaram para o alcance do mesmo fim, a permanência do lucro.

É bem verdade que as inovações tecnológicas foram outro consenso entre os trabalhos, mas foi possível observar que cada autor (apesar de admitir a totalidade da reestruturação produtiva) encontra um fator como de maior eficácia para o superlucro das indústrias. Por exemplo, para Lisboa (2018) e Reis (2015), o centro do lucro é o potencial de exploração da mão de obra nordestina; Souza (2011), Alencar (2014) e Almeida (2011) concordam que o sucesso das grandes empresas está ligado à migração para o Nordeste, devido às concessões fiscais do Estado; para Becker (2012) e Chagas (2011) tudo depende do avanço tecnológico e estrutura organizacional da empresa.

Os trabalhos de forma geral narram os aspectos de transformação no coletivo de trabalhadores que se formou no Nordeste brasileiro, observando isto é possível analisar que necessariamente, este alcance massivo de mão de obra barata só poderia acontecer na região

devido a todo o contexto desigual e precário inerente a sua história. Assim, um dos pontos de contato marcantes entre os trabalhos é o consenso de que a reestruturação produtiva, e mais especificamente a vinda para o Nordeste, tornou o setor mais duradouro no Brasil, sendo assim, a mudança territorial representa um importante mecanismo de acumulação do capital. Não obstante exista um panorama geral que une esses trabalhadores no “chão histórico e estrutural” da exploração capitalista, as particularidades são eminentes, como por exemplo, a formação do operariado baiano narrado por Souza (2011), ou mesmo as formas de resistência sindical no estado, apresentados por Lisboa (2018). As próprias relações de trabalho extremamente complexas, no qual foi possível observar que travestido de trabalho domiciliar, há uma clara exploração da mão de obra feminina no Ceará, de forma tão naturalizada que já recebem *status* de profissões formais (com teor cultural); o trabalho das enfiadeiras, apresentadas por Alencar (2014) desnuda a “formalização da precarização”. O (re)nascimento de profissões como os donos de oficinas informais descritos por Almeida (2011) em Campina Grande, que embora detenham os próprios instrumentos de trabalho, estão longe de desempenharem função *stricto sensu* de capitalista em suas fabriquetas, antes, são completamente reféns da mundialização do capital e de suas refrações na divisão internacional do trabalho. Ao relatar que, além dessas manufaturas existe o “Fabricão” no território de Campina Grande, a autora demonstrou o hibridismo, muito particular da região, que divide espaço e é subserviente ao circuito das indústrias formais.

O esboço das relações de produção fordistas/toyotista foi descrito por Alencar (2014), Souza (2011), Reis (2015), Becker (2012) e Lisboa (2018), no qual o primeiro narrou uma fragmentação tão profunda da indústria Dakota, que existem núcleos fabris completos no interior da indústria que se assemelham a uma fábrica completa. Para além da fragmentação produtiva, o resultado dessas pesquisas apresentou um claro estranhamento entre a classe, uma forte culpabilização entre seus membros e, sobretudo, um distanciamento e nebulosidade quanto aos seus sindicatos. Para além disso, a saúde do trabalhador, física e mental, mostrou-se amplamente prejudicada.

Alencar (2014), ao narrar a chegada da Dakota no Ceará e em Russas mais especificamente, demonstrou as transformações no espaço urbano com a chegada da indústria, comprovando que a organização/desorganização da cidade só acontece em torno do capital, mostrou ainda como um local rural transformou-se rapidamente em urbano, agravando diversos problemas sociais que vão desde o direito à habitação a problemas de acesso a políticas públicas na região.

Neste sentido, Souza (2011) afirmou que a chegada dessas indústrias na Bahia também gestou transformações importantes com relação ao aumento de postos de trabalho formais, mas foi enfática ao afirmar que houve uma troca de exploração do campo pela exploração da cidade. Para a autora, firmou-se uma dependência profunda, na qual os agricultores tornaram-se classe proletária, impossibilitados de alternativas dignas no momento de interrupção das atividades fabris. Souza (2011) afirma que a reprodução dessa classe está alinhada ao movimento territorial dessas indústrias no estado ou na região e conclui que a liberdade no capitalismo é falaciosa tendo em vista que esses operários só podem escolher a sobrevivência e desta forma se submetem a migrar “junto” com o capital.

De semelhante modo, Reis (2015), ao tratar de Sergipe, apontou que a dimensão mais clara do capital é sua fuga independente das refrações que causar ao interromper atividades numa região. O resultado dessa fuga é sempre o aprofundamento de problemas sociais irreparáveis a curto e médio prazo.

Embora os autores Becker (2012), Melo (2009) e Chagas (2011) tenham explorado elementos similares em suas pesquisas, ficou claro que o fizeram a partir de perspectivas e ambientes capitalistas completamente distintos. O trabalho de Becker (2012) narrou toda a complexa sistemática do setor no processo de internacionalização, atividade desempenhada apenas pelas grandes indústrias brasileiras, enquanto Melo (2009) esboçou a complexidade da cadeia de valor que essas grandes indústrias mobilizam, já Chagas (2011), de forma paradoxal, explanou que as pequenas fábricas que estudou em Campina Grande pouco ou nada tinham de estratégia orçamentária, elemento primordial a qualquer empresa e extremamente condicionada às atividades dos grandes grupos calçadistas do Brasil. Estas possivelmente tendem a desaparecer.

Vale destacar, que apesar de todos os autores serem unânimes quanto à participação do Estado na estrutura da cadeia calçadista nordestina, as pesquisas divergem quanto ao seu principal papel. Reis (2015), Souza (2011), Lisboa (2018) e Alencar (2014) concordam que o Estado está completamente alinhado aos interesses capitalistas e que as formas de contribuir com as empresas vêm se sofisticando cada vez mais, todavia, as pesquisas mostraram que tais empresas normalmente descumprem seus contratos e contrapartidas garantidos. Melo (2009) admitiu que antes de desenvolver a pesquisa classificou o Estado como um instrumento funcional à indústria e não determinante, postura retificada ao fim da pesquisa, ao verificar o Estado como pilar do financiamento das indústrias. Já Becker (2012) afirmou que segundo seus entrevistados, a máquina pública não colabora significativamente com as indústrias, interessante notar as disparidades de perspectivas, tendo em vista que essa autora entrevistou

grandes executivos e principais representantes da cadeia calçadista, alinhados à ideia de Estado máximo para o capital. Vale ressaltar que a pesquisa em questão aconteceu em 2012 e os entrevistados apresentaram demandas como: melhor oferta de infraestrutura, flexibilização de leis trabalhistas, aumento de concessões fiscais, muitas exigências que vêm se efetivando até o presente momento.

A partir destes trabalhos e da atual literatura é possível apresentar alguns elementos. Para as empresas que têm alvo de se internacionalizar, drasticamente elas irão se retirar do NE, a Vulcabrás/Azaleia tem cumprido todas as “etapas” de retirada da produção para a Índia. As empresas que não pretendem se internacionalizarem tendem a desenvolver mecanismos mais severos de exploração da força de trabalho, resultando no aprofundamento de problemas como “Fabricão”, ateliês, trabalhos em gangorra ou mesmo fábricas de fundo de quintal. A mão de obra desqualificada tende a ser cada vez mais barateada, enquanto a mão de obra qualificada, a exemplo dos *designers*, engenheiros de produção, inteligência de mercado, tendem a serem mais demandas (mas também passíveis de precarização), já que, atribuem valor agregado significativo às peças e turbinam a circulação das mercadorias. Além disso, há um claro escopo de novas funções sejam elas “sofisticadas” ideais para o portfólio da empresa, como *digital influencers*, blogueiras que agregam valor e divulgam a marca e produtos, bem como o conceito da “empresa cidadã”, “vendendo” uma aparente imagem de compromisso social e mascarando um mundo do trabalho nebuloso e precarizado. O nascimento destas profissões tipifica a era da servidão, a produção e circulação da cadeia calçadista, agora é composta por uma “cadeia invisível” imersa nas tecnologias digitais, internet que fetichiza ainda mais a mercadoria e vendem o prazer de usar um produto por sua estética, sua simbologia e não por sua funcionalidade, é a demonstração do grau mais elevado de alienação (ANTUNES, 2020).

Para o setor calçadista brasileiro, os desafios são diversos. O impasse competitivo é perceptível na clandestinidade, que acontece tanto em relação aos calçados nacionais (em fabriquetas informais) quanto em relação aos produtos internacionais (principalmente chineses) que costumeiramente realizam pirataria ou *dumping*. Somado a isso, a cadeia calçadista reflete dificuldades em relação a alguns países, graças a políticas pontuais e oscilatórias de incentivo à industrialização nacional que vão e vêm de acordo com governo e política econômica que adota. Processo que se reflete na crescente desnacionalização da indústria e avanço do domínio do capital financeiro internacional e especulativo no Brasil. Por conseguinte, é razoável que as ações estratégicas para o desenvolvimento industrial sejam sólidas e permanentes, centralizadas numa macropolítica que consolide e amplie a indústria nacional, a fim de adquirir suficiência

de insumos para produção (de maquinário de ponta, matéria prima, mão de obra qualificada etc.) e abastecimento do mercado nacional sem demanda de exportação.

Ademais, é inegável a importância das indústrias no processo de produção de riqueza e de empregabilidade da população, é inegável que trazem avanços e possibilidades de desenvolvimento regional, todavia, é necessário que esses benefícios tenham longanimidade entre a população. É necessário que o Estado esteja pronto para receber a massa de trabalhadores migrantes que tendem a chegar à cidade, ampliando os serviços básicos à vida digna da população garantindo a não periferização desses grupos. É necessário que as iniciativas de fomento e geração de empregos garantam saídas alternativas e perenes em face da mudança territorial das empresas, é necessário que os benefícios e concessões oferecidos às grandes indústrias estejam vinculados e pactuados a contrapartidas da empresa e do Estado para a população, alinhados às demandas de cada realidade regional. De modo que foi possível confirmar as proposições feitas inicialmente que 1) No contexto de retração da produção de bens materiais e avanço de renda por capital fictício (que representa a redução de empregos), os trabalhadores vêm sofrendo maiores refrações do movimento de precarização do trabalho e no contexto de países de Terceiro Mundo, como o Brasil, tal dimensão é acentuada; b) A existência de um modelo híbrido na indústria calçadista – com características do padrão de acumulação fordista/taylorista e traços da acumulação flexível e permanência de alta demanda artesanal – acarreta diferentes formas de exploração e precarização do trabalho.

Por fim, é válido mencionar que nenhuma das dissertações abordou as particularidades do Nordeste de forma sistematizada, algumas delas sequer fizeram referência às disparidades regionais profundamente funcionais à reestruturação territorial e à reconfiguração do padrão de exploração da classe trabalhadora, assim, é necessário sinalizar algumas considerações sobre o panorama geral do recorte histórico-regional que representou o pano de fundo destes estudos, à guisa de reflexão, alguns pontos podem sintetizar os elementos teóricos e históricos tecidos até aqui:

- É importante pensar que a mundialização do capital ao reproduzir suas leis de movimento não materializa a integração das nações no sentido de homogeneizá-las, antes, permite tão somente a livre circulação do capital. Quando se observa o panorama global (do avanço imperialista) em que paulatinamente se transferem atividades industriais para países do chamado Terceiro Mundo, não se trata de uma equalização produtiva, mas sim, da busca por locais onde o exército industrial de reserva é mais populoso e, portanto, a mão de obra é muito barata.

- Seja em âmbito mundial ou regional, como afirmou Furtado (2005), as relações econômicas entre nações ou regiões necessariamente implicam a submissão de umas às outras. A história vem demonstrando que esta sobreposição reside especialmente entre países/regiões de uma economia industrial consolidada e moderna sobre aqueles de economias primárias, materializando o mais clássico tipo de exploração.
- O subdesenvolvimento da região Nordeste foi/é só a “ponta” de uma problemática estrutural, ele representa uma das características reproduzidas pela lei universal capitalista de desenvolvimento desigual e combinado, perpetuada e aprofundada no Brasil.
- Longe de ser uma questão “dispensável” à reflexão do chamado subdesenvolvimento do Nordeste, é necessário refletir criticamente sobre a funcionalidade econômica e política das secas (enquanto fenômeno físico), mas sobretudo como elemento funcional à perpetuação de estratificação social e cultural. É importante pensá-las como canal de propagação de políticas clientelistas e assistencialistas, demonstrando que a seca é a condição ineliminável para a manutenção da subserviência da região. É necessário desmistificar a problemática do subdesenvolvimento como fruto do “determinismo físico” do semiárido nordestino.
- Na análise das políticas de investimentos regionais para a promoção da “coesão territorial” é importante questionar quem vem se beneficiando dessas ações. Se é inegável que houve uma massiva transferência industrial e dinamização econômica, é também verdade que a “guerra fiscal” em que os estados e municípios nordestinos vêm se digladiando tem contribuído para a deterioração de diversos direitos sociais e reproduzido situações de subdesenvolvimento entre microrregiões, destituindo a ideia de integração e planejamento regional enquanto política de equidade.
- Mesmo diante da demonstração histórica da promoção de desigualdades e miséria, resultado da concentração industrial, o que se tem visto na realidade nordestina é a repetição disto em escala microrregional/interregional, comprovando o pacto do capital com o lucro e dos estados como seu braço forte (MARX, 2010). O resultado dessa associação é de um aprofundamento de desigualdades sociais, permanência de concentração de renda, mercado de trabalho precário que mesmo perante a “modernidade” do século XXI reproduz as marcas da subserviência dos séculos anteriores.

- Se Furtado (2005) outrora observou uma involução econômica na região, nota-se que a cada hiato de ações de combate às desigualdades e pobreza no Nordeste, tem acontecido uma involução social.
- Em que pese a importância das ações, instituições e leis acionadas até aqui, qual tem sido o “preço” da tentativa de equalização regional? É necessário compreender que a alteração essencial deste cenário não pode ser feita a partir de medidas esporádicas e pontuais como medidas provisórias (a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR). É importante compreender que se as raízes desse processo remetem a séculos de dependência, suas refrações atualmente compelem medidas diferenciadas e perenes.
- A tabulação do “desenvolvimento regional” não pode se limitar ao volume de exportações, importações ou PIB industrial, antes deve estar alinhada ao avanço democrático, de serviços públicos (educação, saúde, lazer, previdência, trabalho etc.); e, neste sentido, os números (na análise conjunta) ainda apontam para indicadores ruins. Os dados expostos demonstraram a existência de desigualdades entre o Brasil e o Nordeste e a concentração econômica dentre os próprios estados nordestinos, o que demanda ações urgentes, já que, é um gargalo para o alcance da “igualdade” nacional, regional e intraregional.
- Defende-se, portanto, que diante da condição imposta pelo capitalismo, esses mecanismos são importantes, mas incapazes de solucionar a problemática da região Nordeste castigada por sua condição de periferia. A “tradição” inaugurada pelos governos petistas de políticas de transferência de renda (assistencialistas) demonstra a continuidade do passado da população nordestina, ainda assim, essas ações serão necessárias na medida em que a desigualdade estrutural não é solucionada e as demandas são emergenciais. Assim, é urgente reduzir tanto quanto possível as diferenças regionais, como caminho temporário para uma transição que deve ser estrutural.
- Como refração do desenvolvimento desigual e combinado, este cenário representa a condição estrutural do capitalismo, que dita a lógica capaz de cindir dois “mundos econômicos” presentes no mesmo território, tendo como “chão-histórico e estrutural” a lei universal capitalista que governa as contradições que lhes são inerentes.

Não obstante a validade e importância dos dados apresentados, o esforço teórico realizado neste trabalho não se configura como um percurso acabado, antes, expressa um ponto

de partida para a análise das particularidades do setor calçadista no Nordeste, o que, implica num constante retorno ao objeto estudado, inclusive de forma empírica. A dialética do real demanda que este retorno esteja munido de novos acúmulos teóricos que gerem novos questionamentos e atualizem o conhecimento gestado até aqui. Desta forma, a cada novo conhecimento desenvolvido, novos direcionamentos de pesquisas são abertos.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAO, P. V.; VIEIRA, S. E. T. Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento social políticas industriais dos governos Lula e Dilma. *In: Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento*, 3, 2014, Taubaté. **Anais [...]**. Taubaté: CICTED, 2014. Disponível em: http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH0808_1427391007.pdf. Acesso em 20 dez. 2019.
- ADREND, M. **A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho**. Brasília: IPEA, 2015. (Texto para Discussão, n. 2015) Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4620/1/td_2105.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019
- ALDER, M. J.; DOREN, C.V. **Como ler livro: o guia clássico para leitura inteligente**. São Paulo: É Realizações, 2010.
- ALENCAR, J. V. O. **A indústria e o urbano: o papel da Dakota Nordeste S/A em russas no Ceará**. 2014. 223 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=82943>. Acesso em: 28 mar. 2020
- ALMEIDA, M. S. N. R. **Relações socioespaciais no contexto das indústrias de calçados informais de Campina Grande-PB**. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5792>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- ALMEIDA, J. W. R. A Transferência de Recursos Financeiros do Nordeste 2007 – 2018. **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, Edição Especial. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, 2019a, p. 1-7. Disponível em <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/Conjuntura+Especial+1+de+6.pdf/4181fd0c-8197-c72c-8b56-4d2cd0fc9a77> . Acesso em 20 jun. 2019.
- _____. A Transferência de Recursos Financeiros do Nordeste 2007 – 2018. **BNB Conjuntura Econômica**. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, 2019b, p. 1-13. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/etene/conjuntura-economica>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- ALVES, G. Toyotismo e Subjetividade: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global. **Revista ORG. & DEMO**, v. 7, n. 2, 2006. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/394>. Acesso em: 20 out. 2018.
- _____. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235-248, jul./dez. 2013.
- ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez. 2009.

ALVES, G. ANTUNES, R. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educ. Soc., Campinas. vol. 25, n. 87, (maio/ago de 2004). p. 335-351. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ANDRADE, D. C. M. Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 18, n. 3, p. 408-419, set./dez. 2018. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/8597>. Acesso em: 15 ago. 2019.

ANDRADE, H. F. **Dos calos nas mãos aos sapatos nas vitrines**: a precarização do trabalho em uma indústria de calçados no interior da Bahia. 2015. 138 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço social). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2015. Disponível em : [Phttps://ufrb.edu.br/servicosocial/tccs/category/10-tcc-2014-2](https://ufrb.edu.br/servicosocial/tccs/category/10-tcc-2014-2). Acesso em: 14 nov. 2019.

_____. **Dos calos nas mãos aos sapatos nas vitrines**: a precarização do trabalho em uma indústria de calçados no interior da Bahia. 2015. 138 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2015. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/servicosocial/tccs/category/10-tcc-2014-2>. Acesso em: 5 fev. 2020.

ANDRADE, R. C. Brasil: a economia do capitalismo selvagem. **Lua Nova**, n. 57, p. 5-37, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n57/a02n57.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ANTUNES, R. Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 78-86, abr. 1996.

_____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARANHA, L. **Educação e trabalho no contexto da Terceira Revolução Industrial**. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 1999.

ARAÚJO, T. B.; SANTOS, V. M. Desigualdades regionais e Nordeste em formação econômica do Brasil. In: ARAÚJO, T. P.; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA JÚNIOR (Orgs.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, p. 177-200.

ARRUDA, J. J. A. **História Moderna e Contemporânea**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1980.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS – ABICALÇADOS. **Comércio exterior de calçados, exportação**. São Paulo: ABICALÇADOS, 2018. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br/#>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BARROSO, L. C. Conjuntura Econômica – Indústria Nordeste –2002 e 2018. **CADERNOS ETENE**, Fortaleza, Edição Especial 2019, p.1-17, 2019. Disponível em:

<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/Conjuntura+Especial+3+de+6.pdf/badd16fe-061d-87cc-aaeb-26e7bcf2a493>. Acesso em: 24 nov. de 2019.

BECKER, M. M. **O processo de reestruturação e as mudanças de posicionamento estratégico das empresas da indústria calçadista brasileira – no período de 1990 a 2011**. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61933/000866984.pdf;sequence=1>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012

BOCCHI, J. I.; BORGES, M. A. **Política econômica e política industrial no Brasil (2003/2017)**. 2018. Disponível em: https://www.aesial.com/uploads/1/1/2/4/11241421/vi_jhis_bocchi_y_borges.pdf. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRAGUETO, C. R. **Desenvolvimento do capitalismo no Brasil e industrialização**. Texto de apoio didática preparado para a disciplina 6 GEO 039 – GEOGRAFIA INDUSTRIAL (junho/2008). 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/cce/geo/didatico/claudio/texto%2013%20desenvolvimento%20do%20capitalismo%20no%20Brasil%20e%20industrializa%E7%E3o.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para Discussão. 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. **Do antigo ao novo-desenvolvimentismo na América Latina**. Ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4832621/mod_resource/content/1/12.Do_antigo_ao_novo_desenvolvimentismo.pdf. Acesso em 22 jun. 2019.

_____. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos Estudos**, CEBRAP, v. 86, p. 51-72, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a03.pdf>. Acesso em: 08 set. 2019.

BULLA, L. C. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do Serviço social brasileiro. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p.1-15, 2006 Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/947>. Acesso em: 23 de ago. 2017.

CASSIA, R. Políticas públicas no Nordeste do Brasil: a produção de enclaves e de desigualdades socioespaciais. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 8, p. 11-31, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S218212672015000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 dez. 2019.

CASTRO, I. S. B.; MOREIRA, C. A. L. Reestruturação da indústria de calçados na região nordeste nas décadas 1990/2000. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 4, p.

851-868, out./dez. 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12918>. Acesso em: 5 fev. 2020.

CHAGAS, M. J. R. **Orçamento empresarial como ferramenta de auxílio à gestão**: um estudo empírico nas indústrias de calçados da cidade de Campina Grande – PB. 2011. 102 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9302/1/2011_MiltonJarbasRodriguesChagas.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. **Uma nova fase do capitalismo?** 1. ed. São Paulo: Xamã, 2003, p. 43-68.

_____. As raízes da crise econômica mundial. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 21-37, 2013. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7556>. Acesso em: 26 dez. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Tendências mundiais e nacionais com impacto na indústria brasileira**: insumos para a elaboração do mapa estratégico da indústria 2018-2022, Brasília: CNI, 2018. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2018/3/mapa-estrategico-da-industria-2018-2022/>. Acesso em: 01 out. 2018.

CORONEL, D. A.; AZEVEDO, A. F. Z.; CAMPOS, A. C. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1 (134), p. 103-119, jan./mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572014000100007. Acesso em 13 dez. 2019.

D'ARAUJO, Maria Celina. **“Comissão Mista Brasil-Estados Unidos”**. Fundação Getulio Vargas. 2017. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/aeravargas2/artigos/elevoltou/comissaomista>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: WALLERSTEIN, I.; CHESNAIS, F. **Uma nova fase do capitalismo?** 1. ed. São Paulo: Xamã, 2003, p. 15-39.

FILHO, L. A. S.; SILVA, F. J. F.; QUEIROZ, S. N. Nordeste industrial: a fragmentação territorial de uma região periférica. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, n. 2, p. 9-24, abr./jun. 2015. Disponível em : <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/48>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FRANCISCHINI, A. S. N.; AZEVEDO, P. F. Estratégias das empresas do setor calçadista diante do novo ambiente competitivo: análise de três casos. **Gestão & Produção**, v. 10, n. 3, p. 251-265, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v10n3/19161.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. **Relatório Anual do FMI 2019**: Nosso mundo conectado. Brasília: FMI, 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/2019/eng/assets/pdf/imf-annual-report-2019-pt.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019.

_____. **Relatórios de perspectivas econômicas mundiais**: Panorama Econômico Mundial. Washington: FMI, 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2019/07/18/WEOupdateJuly2019>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Companhia das letras 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2006.

GONÇALVES, R. Novo-desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/03.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

GONÇALVES, M. F.; ESTEVES, L. A. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): 30 Anos Contribuindo para o Desenvolvimento Regional. **CADERNOS ETENE**, Edição Especial 2019, 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_01.pdf/dc79ed2d-eb41-6a97-7049-abfbc53c7bfb. Acesso em: 29 ago. 2019.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRFS. **Relatório sobre a estabilidade financeira mundial**. Fundo Monetário Internacional. 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/Publications/GFSR/Issues/2019/10/01/global-financial-stability-report-october-2019>. Acesso em: 29 nov. 2019.

HAVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HOBSBAWMAN, E. J. **A era do capital**. 3. ed. Inglaterra: Editora Weidenfeld, 1977.

HORTENCIO, V. E. F.; MILANI, A. M. R. Celso Furtado, Política e Planejamento Econômico: revisitando a luta para a superação do subdesenvolvimento do Nordeste. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, v. 5, n. 8, p. 69-85, dez. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/8751>. Acesso em: 20 fev. 2020.

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS – ABINFORMA. **Informativo oficial da Abicalçados com notícias mensais do setor**

calçadista nacional e internacional. N. 338, v. 30, Novo Hamburgo, fev. 2020. Disponível em: <http://abicalcados.com.br/publicacoes/abinforma>. Acesso em: 01 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

KAUFMANN, J. N. Turbulência no mundo do Trabalho. Quais são as perspectivas? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 69, p. 30-52, mar. 2002.

LAGARDE, C. Dez anos após o Lehman: o que aprendemos e os desafios que temos pela frente. **International Monetary Fund**, Blog Temas econômicos da América Latina, 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2018/09/04/blog-ten-years-after-lehman-lessons-learned-and-challenges-ahead>. Acesso em: 20 jun. 2019.

LEÃO, H. C. R. S. Desempenho da Economia Regional: 2002 a 2016. **BNB Conjuntura Econômica**. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, 2019, p. 1-13. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/etene/conjuntura-economica>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução a filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katálisis**. Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004%20&script=sci_arttext. Acesso em 20 dez 2018.

LISBOA, D. S. S. **Trabalhadores e sindicalismo no Pólo Calçadista da Bahia (1990-2014)**. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <http://www.dedc2.uneb.br/wp-content/uploads/2018/09/2018-Diana-de-Sousa-Santos-Lis%C3%B4a.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

LOAYZA, A. C. V. **Fatores determinantes do deslocamento de setores intensivos em mão de obra para o Nordeste**: o caso das grandes empresas calçadistas brasileiras a partir dos anos 1990. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/90042>. Acesso em: 05 fev. 2020.

LOPES, F. P.; SOUZA, J. H. L. Reflexões sobre desenvolvimento e sociedade no Semiárido do Nordeste brasileiro. **Revista Eletrônica da FAINOR**, Vitória da Conquista, v. 12, n. 3, p. 705-724, set./dez. 2019.

LYRA, F. T. A. **Política Industrial Brasileira**: Mudanças e Perspectivas. Texto para discussão n.º 413. Brasília: IPEA, 1996.

MAGALHÃES; T. L. A Industrialização Brasileira Diante das Transformações no Capitalismo Global Entre as Décadas de 1930 a 1960. Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª

Conferência Internacional de História de Empresas, 12, 2017, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: 2017, p. 1-30.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, K. **O Capital**. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta LTDA, 1995.

_____. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Pagina Aberta LTDA, 1996.

MAZZUCHELLI, F. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos Estudos**, v. 82, p. 57-66, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n82/03.pdf>. Acesso em: 16 de ago. de 2019.

MELO, D. B. Análise da Rede de Valor Voltada para os Negócios Internacionais: Estudo de Caso da Empresa Líder do Setor de Calçados do Ceará. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=81581#>. Acesso em: 28 mar. 2020.

MENDES JÚNIOR, B. O.; XIMENES, L. J. F. Produção e desempenho das indústrias de couros e calçados do nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. **Caderno Setorial ETENE**, ano 3, n. 38, ago. 2018. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3836533/38_calcados_2018.pdf/a937e05d-d894-f5f8-3b89-010df4eb381c. Acesso em: 13 mar. 2020.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOORE JÚNIOR, B. **As origens da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. 1. ed. Boston: Edições Cosmos, 1975.

MORCEIRO, P. C. Industrialização e desindustrialização brasileira pela ótica do emprego. In: **Anais do IV Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação**. São Paulo: Blucher, 2019, p. 466-475.

MOREIRA, C. A. L.; CASTRO, I. S. B.; OLIVEIRA, A. J. P. Nordeste Brasileiro no Contexto da Financeirização – Persistência do Contraponto Inacabado. **BNB Conjuntura Econômica**. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, Fortaleza, Edição Especial, p. 1-14, 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_02.pdf/792dafdb-eb94-4bd6-fcbc-7513bef05f05. Acesso em: 29 jun. 2019.

MOTA, L. A. O novo desenvolvimentismo e a questão social na atualidade. **Polêm!ca Revista Eletrônica**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/rt/prINTERfriendly/17836/13247>. Acesso em 20 out. 2019.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

NAVARRO, V. L. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho na indústria de calçados no Brasil. *In: Conferência Internacional la obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo*, 21, 2004, Havana. **Anais [...]**. Havana: 2004. Disponível em: http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso04/navarro_290204.pdf. Acesso em: 19 dez. 2019.

NETTO, J. P. Crise Global contemporânea e barbárie. *In: VIGEVANI, T. Liberalismo e socialismo: Velhos e Novos paradigmas*. São Paulo: Editora UNESP, 1995, p. 183-200.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-133, 1996.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
ORGANIZAÇÃO MUNIAL DO TRABALHO. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil**: um olhar sobre as Unidades da Federação o durante a segunda metade da década de 2000, Brasília:

NETTO, J. N.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, N. G. Deslocamento de plantas industriais e espaço urbano: a Azaléia Calçados em Itapetinga, BA. *In: Congresso Brasileiro de Sociologia*, 14, 2009, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/16837763/deslocamento-de-plantas-industriais-e-espaco-urbano-a-azaleia-calcados-em-itapet/6>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT, 2012. 416p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_234424.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020

_____. **Organização Internacional do Trabalho**: escritório no Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/lang--en/index.htm>. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. **Site institucional**. 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 04 out. 2019.

_____. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil**: um olhar sobre as Unidades da Federação o durante a segunda metade da década de 2000. Brasília: OIT, 2012. 416 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_234424.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Who we are**. 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/about/>. Acesso em: 25 out. 2019.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. A indústria de calçados no Brasil diante da reestruturação territorial e produtiva. *In: SPOSITO, E. S. (org.). Medidas antidumping e política doméstica: o caso da citricultura estadunidense*. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 153-200. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/6y9nc/pdf/sposito-9788568334669-06.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

PEREIRA, J. M. D. Um modelo teórico para explicar a transferência de capital entre regiões desigualmente desenvolvidas aplicado ao caso da indústria de calçados. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 923-948, 2002. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/2047>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PIANA, M. C. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.isced.ac.mz/bitstream/123456789/521/1/Pol%C3%ADtica%20Social%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

PICCININI, V. C. Novas formas de organização do trabalho na indústria calçadista. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 33-40, abr./jun. 1992.

PRAZERES, G. C. **Interesses determinantes na escolha e delimitação do tema da pesquisa: contra o mito da neutralidade metodológica na problematização**. 2000. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/gustavo_cunha_prazeres-1.pdf. Acesso em: 21 ago. 2017.

PRONI, M. W. História do capitalismo: uma visão panorâmica. **Cadernos do CESIT**, Texto para discussão, Campinas, n. 25, p. 1-39, 1997. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/cesit/images/stories/25CadernosdoCESIT.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

REIS, I. M. **Na rota dos calçados: a Vulcabrás Azaléia em Sergipe**. Um estudo das transformações no mundo do trabalho. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6334>. Acesso em: 20 dez. 2019.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA INDUSTRIA CALÇADISTA 2019. **ABICALÇADOS**. 2019. Disponível em: <http://abicalcados.com.br/publicacoes/relatorio-anual>. Acesso em: 27 fev. 2020.

RELATÓRIO SETORIAL DA INDUSTRIA DE CALÇADOS 2019. **ABICALÇADOS**. 2019. Disponível em: <http://abicalcados.com.br/publicacoes/relatorio-setorial>. Acesso em: 29 mar. 2020.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/pesquisa-em-ensino-pos.0242-posensino/romanowski-j.-p.-ens-r.-t.-as-pesquisas-denominadas-do-tipo-201cestado-da-arte201d.-dialogos-educacionais-v.-6-n.-6-p.-37201350-2006/view>. Acesso em: 29 dez. 2018.

ROSA, H. R. A indústria de calçados no Brasil pós-década de 1990: reestruturação produtiva e espacial. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 17, n. 3, p. 59-78, 2015. Disponível em: <http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/245>. Acesso em: 19 dez. 2019.

SAMPAIO; J. E. H. O sistema industrial localizado calçadista de Franca (SP) e o processo de reestruturação produtiva e territorial. In: Seminário CETROS, 6, 2018, Itaperi. **Anais [...]**. Itaperi: UECE, 2018. Disponível em:

http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-31128-27062018-213944.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

SANTOS, B. M. O. O pacto burgês no Brasil. *In: Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade*, 12 São Cristóvão, 2018. **Anais [...]**. São Cristóvão: UFS, 2018. p. 1-13. Disponível em: http://anais.educonse.com.br/2018/o_pacto_burges_no_brasil_the_pact_burges_in_brazil_el_pacto_burge.pdf. Acesso em: 25 fev. 2019.

SCHEER, M. I. **Vestígios de um ofício: o setor calçadista e as experiências de seus trabalhadores na cidade de Pelotas (1940-2014)**. 2014. 165f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/6824/1/000461406-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SCHNEIDER, S. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. *In: COSTA, A. B.; PASSOS, M. C.. (Orgs.). Indústria de calçados no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 25-49. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=download&path%5B%5D=314&path%5B%5D=322> . Acesso em: 05 fev. 2020.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, V.; PAULA, N. M.; FUCK, M. P. Os desafios da indústria calçadista brasileira: competir ou proteger? **Revista Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 93-100, out./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/31031>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SOUZA, D. M. **Do chão da terra ao chão da fábrica: as formas contraditórias da apropriação do capital no espaço agrário**. 270 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGE, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5482> . Acesso em: 24 mar. 2020.

SZANBOK, L. M. T. C. Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais: Análise sobre a efetividade dos incentivos fiscais federais nas áreas da atuação da SUDENE. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 141, n. 27, p. 151-170, 2019. Disponível em: <http://rtrib.abdt.org.br/index.php/rftp/article/view/160>. Acesso em: 01 mar. 2020.

TRASPDINI, R. S.; MANDARINO, T. M. Desenvolvimentismo x neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura. *In: Encontro Anual da ANPOCS*, 37, 2013, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2013. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/st/st02/8393-desenvolvimentismo-x-neodesenvolvimentismo-na-america-latina-continuidade-e-ou-ruptura?path=37-encontro-anual-da-anpocs/st/st02>. Acesso em: 28 mar. 2019.

TRISTÃO, E. L.; LUPATINI, M.; LARA, R. O processo de mundialização do capital e sua forma “adequada” de conhecimento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 98, p. 245-282, 2009.

TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B.; MONTENEGRO, R. F. Economia, trabalho e renda no Nordeste brasileiro do início do século XXI. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 1, n. 42, p. 134-160, abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/5978>. Acesso em: 20 fev. 2020.

TORRES FILHO, E. T. T. A crise do sistema financeiro globalizado contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 3 (136), p. 433-450, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v34n3/v34n3a05.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

VERSIANI, F. R; SUZIGAN, W. O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral. In: Congresso Internacional de História Econômica, 10, 1996, Louvain. **Anais [...]**. Louvain: 1996. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/56531918/versiani-e-suzigan-o-processo-brasileiro-de-industrializacao>. Acesso em: 13 dez. 2019.

VIANA, F. L. E.; BEZERRA, F. D.; TOMÉ, M. L. Panorama da Infraestrutura no Nordeste do Brasil. **CADERNOS ETENE**. Edição Especial 2019, p. 35-75. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_04.pdf/b1f8669a-d977-c429-67a1-612076f9b576. Acesso em: 12 jul. 2019.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 2010. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Weber,%20Max/Max%20Weber%20%20A%20%20C3%89TICA%20PROTESTANTE%20E%20O%20ESP%20%20C3%89DRITO%20DO%20CAPITALISMO.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2019.

WOOD, E. M. As origens agrárias do capitalismo. **Monthly Review**, Nova Iorque, v. 50, n.3, p. 12-29, jul./ago. 1998. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo6612_merged.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK – WEO. **Global Financial Stability Report: A Decade after the Global Financial Crisis: Are We Safer?** Washington: International Monetary Fund, 2019, 99 p. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2019/07/18/WEOupdateJuly2019>. Acesso em: 06 out. 2019.

ZINGANO, E. M.; OLIVEIRA, J. C. Caracterização do complexo calçadista brasileiro e as causas da queda de seu desempenho na última década. **Estudos do CEPE**, n. 40, p. 278-309, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/5429/3673>. Acesso em: 23 dez. 2019.